INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL
BRASIL AÇUCAREIRO
ANO XII — VOL. XXV SETEMBRO — 1944
N.º 3

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas.
Aos sábados : de 9 às 12 horas.

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho.

Alfredo de Maya
Antônio Correia Meyer
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
Joaquim Alberto Brito Pinto
} Representantcs dos fornccedores

SUPLENTES

Arnaldo Pereira de Oliveira.

Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luiz Dias Rolemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420 — Endereço tclegráfico : COMDECAR

Fones { Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 28-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidadc, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico : SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º andar — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edificio Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracajú

DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO : Estação de Martins Lage — E. F. Leopoldina.
Endereços: Caixa postal, 102 — Campos; Telegráfico — DICENRIO — Campos; Telefônico — Martins Lage, 5.

DISTILARIA CENTRAL PRESIDENTE VARGAS : Cabo — E. F. Great Western Pernambuco.
Endereços : Caixa postal, 97 — Recife; Telegráfico — DICENPER — Recife.

DISTILARIA CENTRAL DE PONTE NOVA — Minas Gerais — Caixa postal 60 — E. F. Leopoldina.

DISTILARIA CENTRAL DA BAHIA — Santo Amaro — Bahia.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos e no D . I . P.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite e Renato Vieira de Melo.**

Assinatura (anual), para o Brasil	**Cr$ 25,00**
Assinatura (anual), para o exterior	**Cr$ 35,00**
Número avulso (do mês)	**Cr$ 3,00**

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre, excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta. **We ask for exchange.**
On demande l'échange. **Pidese permuta.**

AGENTES :

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco;
HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

SUMARIO

SETEMBRO — 1944

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XII — VOL. XXV SETEMBRO — 1944 N.º 3

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Ouvido pela imprensa carioca, a propósito de um telegrama dirigido pelo Sr. Agamenon Magalhães, Interventor Federal em Pernambuco, ao Sr. Presidente da República, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, fez as seguintes declarações:

— "A safra de 1943/1944 não foi só a maior safra de Pernambuco. Foi também a maior do Brasil, chegando a produção de açúcar de usina a 15.316.597 sacos — mais 557.580 sacos que a produção da safra anterior e mais 1.477.514 sacos que na safra 1941/42. Quando o Presidente Vargas estruturou a política do açúcar, por meio da criação de um órgão de direção econômica — o Instituto do Açúcar e do Álcool — a produção de açúcar de usina era de 9.156.948 sacos em 1931/32 e de 8.745.799 sacos em 1932/33. Como se vê, em relação à safra que terminou, tivemos um aumento de 72%. Para a safra já iniciadada, o Instituto autorizou uma produção indispensável de 16.500.000 sacos, o duplo da produção obtida na safra de 1932/1933, isto é, na ocasião da criação do Instituto. E' isso no setor açucareiro. Nos domínios do álcool, a produção ascendeu de 37.357.959 litros em 1931/32 a 151.790.078 litros, na safra de 1942/43. Êsses números respondem aos que acusam o Instituto de preocupações restritivas, quando o seu destino é exatamente o de amparar e desenvolver a produção, dentro de um sistema, ou de uma disciplina, que valha de garantia e segurança para todos".

HÁ ESTOQUES NORMAIS

Respondendo a nova pergunta do jornalista, desta vez sôbre a normalidade dos estoques, declarou o entrevistado:

— "Pernambuco, por exemplo, chegou ao fim da safra com estoques quase normais. Ainda assim, ficaram no Estado cêrca de 300.000 sacos, que em outros anos já não estariam, nessa altura do ano, em seus armazéns. Alagoas e Sergipe possuem também estoques maiores que os normais. E para que não houvesse uma crise grave nos dois Estados que mais produzem açúcar no Norte — Pernambuco e Alagoas — o Instituto teve que autorizar a exportação para a Argentina e o Uruguai de cêrca de 1.000.000 de sacos de açúcar, impondo como condição da exportação o transporte em navios estrangeiros, para que se não desfalcasse a tonelagem destinada ao serviço de cabotagem. Houvesse maior quantidade de praça e a exportação teria sido reduzida. Não interessa ao país a manutenção de mercados externos eventuais, como o da Argentina, que produz açúcar e em regra se basta a si mesma. O de que o Instituto cogitava acima de tudo era não perder nenhuma praça reservada para o transporte de açúcar, entre os portos brasileiros. E isso, foi obtido: Não se perdeu nenhuma praça, no decurso da safra. Não se deixou também de aproveitar nenhuma parcela de praça, em navios estrangeiros que apareceram. Basta dizer que só em barcos estrangeiros foram embarcados, com destino a portos nacionais — 401.718 sacos. Se não perdemos nenhuma praça, o açúcar que se exportou e que saiu do Brasil em navios estrangeiros mandados pelos compradores — não poderia ter sido aproveitado de outra forma. Se não houvesse saído, estaria sobrecarregando os armazéns do Norte e as reservas de warrantagem — armazéns e reservas que não são tão grandes que permitam estocagens volumosas, pois que devem atender à produção da safra que já se inicia nos Es-

DIVERSAS NOTAS

MANUEL FRANCISCO PINTO

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A., a 26 de julho último, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho recordou que em uma das últimas sessões fôra inserido em ata um voto de pesar. Logo em seguida cumpre novamente o dever de sugerir homenagem semelhante. Tratava-se do falecimento do Sr. Manuel Francisco Pinto.

Os Srs. Membros da Comissão Executiva, continuou, conheceram-no de perto e podem avaliar o que representa sua perda para os plantadores de cana do Brasil, que dificilmente encontrariam um lider mais animoso, sincero e devotado. A sua atuação se revestiu sempre do maior destemor na defesa dos interêsses de sua classe e, ao mesmo tempo, de inegável espírito de justiça e de conciliação. Na execução do Estatuto da Lavoura Canavieira, foi um elemento construtivo e de real valor.

Concluiu o Sr. Presidente por sugerir se lançasse em ata um voto de profundo pesar pelo lutuoso acontecimento.

O Sr. José Carlos Pereira Pinto propôs, em aditamento, se telegrafasse ao venerando progenitor e à devotada viúva do saudoso extinto.

Ambas as propostas foram unânimemente aprovadas.

— Na sessão efetuada pela Comissão Executiva, a 2 de agôsto último, o Sr. Cassiano Maciel fez a seguinte declaração:

"Ausente à sessão em que foi dada à Comissão Executiva a notícia do falecimento do Sr. Manuel Francisco Pinto, quero agora associar-me às homenagens que foram pres-

---

tados do Norte. Quando o Instituto permitiu a exportação, calculava o que poderia sair do Norte; e que os seus cálculos estavam certos, demonstram os fatos ocorridos e a circunstância de não ter faltado mercadoria para atender a tôda a praça reservada para o açúcar, nos navios que passaram pelo norte, e até mesmo à que apareceu esporàdicamente, em navios estrangeiros que não eram e não podiam ser esperados. Por isso são relativamente pequenos os saldos da safra 1943/44; embora sejam ainda maiores que nos anos anteriores à guerra submarina. Basta comparar os estoques, nesses Estados, em 15 de agôsto, nos quatro últimos anos:

	Todos os Tipos	Tipos de Usina
1941.	631.377	530.589
1942.	627.040	538.718
1943.	1.578.919	1.411.063
1944.	1.762.170	1.466.861

OUTRAS DIFICULDADES

Concluindo as suas declarações, o Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool afirmou:

— "Há ainda um ponto, que desejamos esclarecer: as dificuldades de transporte não são apenas marítimas. Há que contar com os problema das Estradas de Ferro, que não podem atender ao movimento normal, com o desgaste sofrido nesses cinco anos de guerra. Haja vista o caso de Campos, que luta atualmente com o problema da estocagem. Não faltam esforços para que tôdas as dificudades sejam solucionadas, mas nunca deveríamos esquecer o que há de inelutável ou de impossível, num país de recursos industriais tão limitados como o Brasil. Contingências, afinal, de que só poderemos nos libertar com Volta Redonda. De resto, a distribuição do açúcar está confiada às comissões estaduais, cabendo ao Instituto do Açúcar e do Álcool uma função coordenadora, estabelecendo planos para a divisão das zonas e tomando as medidas complementares, exigidas pela distribuição. Onde existe cooperação e entendimentos perfeitos, consegue-se, naturalmente, o melhor resultado, como, por exemplo, nos centros consumidores do Estado do Rio, no qual o mercado negro está reduzido ao mínimo, quando não desapareceu de todo, graças às medidas salutares postas em prática pela administração do Estado".

tadas ao ilustre extinto por esta Casa, manifestando o sentimento de pesar dos fornecedores paulistas e os meus próprios, salientando que a notícia foi recebida com sincera consternação pelos lavradores de cana de São Paulo".

LIBERAÇÃO DE EXTRA LIMITE

Algumas usinas pequenas de São Paulo, tendo atingido as respectivas quotas de produção autorizadas, pleitearam diante o I.A.A. a continuação da moagem, mediante a liberação da produção correspondente e consequente autorização ao Banco do Brasil, para o fornecimento das guias de pagamento da taxa de defesa e da contribuição de Cr$ 4,00.

A Delegacia Regional de São Paulo propôs fôsse aceita a proposta dos usineiros paulistas, uma vez que o consumo do Estado vai absorver tôda a produção de suas usinas, ficando, assim, de acôrdo com o art. 3º da Resolução n. 83/44, justificada a liberação pleiteada.

A produção limitada do Estado atinge a.	2.800.000 scs.
A produção antecipada foi de	231.000 "
Produção autorizada.	3.031.000 "
Produção estimada.........	3.100.000 "
Excesso provável..........	69.000 "

O excesso mencionado, que é o máximo estimado, não oferece riscos à aprovação da liberação pleiteada.

O caso foi discutido pela Comissão Executiva do I.A.A., na sessão realizada a 26 de julho último, tendo-se resolvido que, dada a atual situação de guerra, fôsse feita a liberação imediata da produção dos excessos das usinas de São Paulo, na presente safra 1944/45, nas mesmas condições do intra-limite.

O Sr. Presidente do I.A.A., a próposito, recebeu do Sr. Fernando Costa, o seguinte telegrama:

"Acusando recebimento atencioso telegrama n. 218, tenho honra agradecer Vossência comunicação de que Comissão Executiva dêsse Instituto decidiu liberar produção de excesso de usinas que já haviam atingido produção autorizada e ainda contavam matéria prima disponível, nas mesmas condições da produção autorizada, conforme plano aprovado. Cordiais saudações — **Fernando Costa** — Interventor Federal".

AS ENCHENTES EM ALAGOAS

Os Srs. Castro Azevedo, Moacir Pereira e João Soares Palmeira trataram na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A. a 9 de agôsto último, da calamidade que estava assolando o Estado de Alagoas, por efeito das chuvas torrenciais desabadas na zona açucareira, há já cêrca de três meses.

Para minorar a situação dos lavradores e trabalhadores da zona flagelada, que têm perdido lavouras e até as suas habitações, requereram os referidos Membros da Comissão Executiva prestasse o Instituto um auxílio aos prejudicados, apresentando, a respeito, a seguinte resolução:

"A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições; considerando que o Estado de Alagoas, principalmente nas zonas açucareiras, no decurso de quase 3 meses, tem sido vítima da calamidade de cheias excepcionais que vêm causando prejuizos vultosos aos lavradores de cana e trabalhadores canavieiros, com a destruição de suas lavouras e até habitações;

Considerando que, em alguns municípios, como os de Coruripe e São Miguel dos Campos, os prejuizos são quase totais pela obstrução de seus rios,

Resolve:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para auxílio dos lavradores e trabalhadores de cana que tiveram, no Estado de Alagoas, suas lavouras e casas danificadas pelas cheias.

Art. 2.º — Da quantia referida no art.

1.º, ficam reservados Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para auxiliar a desobstrução do rio Coruripe e igual importância para atender ao mesmo serviço no rio São Miguel, sendo o saldo, porventura verificado nêsses trabalhos, aplicado na aquisição de sementes, máquinas e ferramentas agrícolas e reconstrução de casas dos lavradores ou trabalhadores pobres.

Art. 3.º — A Delegacia Regional em Alagoas, em combinação com as associações de classe da lavoura e indústria do açúcar no Estado, verificará os danos produzidos e organizará o cadastro dos que estiverem nas condições aqui previstas para dar-lhes o auxílio de que necessitam.

Art. 4.º — Os trabalhos de desobstrução dos rios Coruripe e São Miguel poderão ser confiados aos diretores das Usinas de açúcar ali localizadas que, quinzenalmente, enviarão à Delegacia Regional os comprovantes ou folhas dos serviços realizados para o pagamento das despesas efetuadas.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário".

A resolução proposta foi aprovada.

O I.A.A. E O ABASTECIMENTO AÇUCAREIRO EM MINAS

A Associação Beneficente Operária de Varginha, sul de Minas, acaba de enviar ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool expressivo ofício de congratulações pela maneira com que se conduziu a autarquia açucareira na solução do problema de abastecimento do açúcar àquela importante região central.

O documento em aprêço, assinado pelos Srs. José Henrique de Morais e Paulino da Silva, presidente e secretário, respectivamente, enaltece a ação enérgica do I.A.A. contra a especulação nos preços do açúcar, e os benefícios para os meios operários decorrentes daquela atitude. Friza ainda a situação atual dos transportes e as providências do Instituto do Açúcar e do Álcool para contornar as dificuldades e prover ao suprimento da população sul-mineira.

"GEOGRAFIA DO AÇUCAR NO LESTE DO BRASIL"

O professor Affonso Varzea, a propósito do seu livro "A Geografia do Açúcar no Leste do Brasil", editado pelo I.A.A., recebeu a seguinte carta do Dr. Heitor Lamounier, então Diretor do Insdituto do Cacau e especialista em assuntos econômicos:

"28-4-43.

Meu caro Affonso Varzea:

Lí sua "Geografia do Açúcar no Leste do Brasil" com tanto maior interêsse quanto bem conheço, de muitos anos de atividade bancária, a faixa chuvosa do litoral de nosso extremo oriental, desde o Recôncavo ao Rio Grande do Norte. Os quadros que você traça dessa zona de acúmulo de gente e de atividades julgo muito perfeito, e se se deixa o campo da geografia física para aquele da geografia humana entendo que as análises, em relação à atualidade e ao passado, que você traça dos laços com que as coletividades de homens agem sôbre o solo, recebendo ao mesmo tempo variadas influências ecológicas — constituem uma das mais valiosas contribuições que de sua engenhosidade e de sua cultura vêm derivando para os altos estudos no Brasil.

Infelizmente não conheço a zona árida a que você dedicou tão claros e bem articulados capítulos, mas como naturalmente o critério de explicação e descrição foi o mesmo aplicado com tanta verdade e originalidade à cinta suficientemente regada da costa, dou-me por convencido de que as regiões em **deficit** de chuva encontraram o geógrafo moderno capaz de melhor as interpretar à luz dos constantes e revolucionários progressos registrados pelas ciências geográficas.

Agradeço-lhe de coração seu livro ter aberto meus olhos para todo um setor cultural a cuidar na direção do Instituto de Cacau da Bahia, de que fui investido, e valeria para mim enorme contentamento interior poder um dia correr os olhos por uma geografia cacaueira assim materialmente tão formosa, rica de paisagens e mapas, de tipos de casa e de trabalhadores e de fábricas — assim intelectualmente tão primorosa, já pela solidez cultural da argumentação, já pela coragem de exposição do escritor cujo espírito de indagação desce aos mais democráticos contatos com as populações, brindando-nos com autênticos inquéritos em que a nota folclórica, de tamanha significação, reponta freqüentemente com tamanha graça.

Parabens, meu caro Affonso Varzea, pelo repositório de verdades que é sua GEOGRAFIA DO AÇUCAR NO LESTE DO BRASIL.

Muito afetuosamente abraça-o.

Heitor Lamounier."

ECONOMIA DIRIGIDA

Agamenon Magalhães

Economia livre, economia sem contrôle ou orientação do Estado, não é mais possível. Não só as economias, como o comércio e a moeda, têm que ser defendidos contra a concorrência, que se baseava no individualismo exasperado. O fato é que tôdas as indústrias procuram a proteção do Estado. Tarifas, financiamento, limitação de produção e de zonas, são solicitações que o Estado recebe constantemente, sob a pressão das crises. A política intervencionista, no setor econômico, não surgiu de uma doutrina, não é obra dos políticos, nem de homens de govêrno. Foi imposta pelos fatos e pelos erros do velho sistema liberal, que geraram monstruosas deformações, os **trusts** e os **cartels**, o agrupamento de fôrças da produção umas contra as outras. Esta política dos fortes contra os fracos não tem mais lugar no mundo. Se não fôsse, por exemplo, o Instituto do Açúcar e do Álcool, qual teria sido em 1930 a sorte dos produtores ou o destino da lavoura canavieira, em Pernambuco e no Brasil? Se não fôsse o Instituto do Açúcar e do Álcool qual seria a situação desta mesma lavoura canavieira, na guerra atual, quando os produtores dos Estados do sul, diante das dificuldades de transportes e a escassez ou racionamento do açúcar, forcejam, por tôdas as formas, a queda do I. A. A. e da sua política controladora da produção e dos preços? O individualismo não tem entranhas, nem a especulação limites à sua voracidade. Podemos, entretanto, fazer nesse terreno outras perguntas. Se não fôsse a política tarifária da República, a política de proteção às industrias, política que se seguiu à política agrária do Império, se não fôsse a política aduaneira, o Estado de São Paulo teria formado o grande parque industrial do qual nos orgulhamos e do qual somos, no nordeste, os maiores consumidores?

E' muito fácil, senão leviano, criticar as instituições reguladoras da produção, nas épocas de prosperidade. E' muito fácil esquecer-se a depressão ou a crise, que foi vencida, como é êrro não pensar nas suas causas. Qual foi a causa da crise da lavoura canavieira? Creio que todos estão lembrados da ruína que batia em suas portas. A causa era a superprodução. A política do I. A. A. tem sido precisamente eliminar essa causa, adotando o critério da elevação das quotas de produção de acôrdo com as exigências do consumo interno. Ainda agora, em julho, faltando apenas dois meses para início da nova safra, Pernambuco tem em estoque, aguardando transportes para o sul, um milhão de sacos de açúcar.

Só aplausos, pois, merece o presidente Getúlio Vargas pela política canavieira que adotou e está seguindo, resistindo aos interêsses de umas regiões contra as outras, coordenando a produção no interêsse da economia nacional e não no interêsse de grupos.

APROVEITAMENTO DE MELAÇOS NA INDIA

Com um rendimento de 3,5 a 4 por cento sôbre o pêso das canas moidas, as 150 fábricas de açúcar da India produzem anualmente 500 mil toneladas de melaços. Em tempos normais, o melaço é vendido ao preço de 2 annas aproximadamente por maund. Os resultados até agora obtidos no aproveitamento dêsse sub-produto como adubo têm sido incertos, informa o técnico H. D. Sen, devido ao fato de se produzirem ácidos, de acôrdo com o pH do solo. Além disso, quando aplicados nos campos em solução diluida, os melaços provocam um odor insuportavel.

Um melhor sistema de aproveitá-los na adubação consiste em submetê-los primeiramente a um processo de fermentação pelo sistema de Srivastava e Sen, a um ponto neutro, com aeração forte, neutralizando-se intermitentemente a acidez produzida por meio de cal ou soda. Obtem-se dêsse modo um adubo que contém 1,25 a 2,1 por cento de nitrogênio, enquanto nos melaços comuns essa percentagem não vai alem de 0,25. O material é sêco,friavel e inodoro, contendo hormônios de plantas e sendo capaz de provocar forte crescimento em pequenas doses. Experiências de campo mostraram que os melaços aplicados diretamente ao solo têm um efeito deprimente, ao passo que o adubo concentrado pelo sistema acima aludido, produz aumento de rendimentos na safra.

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO — N.º 93/44 — De 16 de agôsto de 1944

ASSUNTO — Conceituação de frete para efeito da aplicação da tabela de Cana

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando da autorização contida no artigo 1º do Decreto-Lei n.º 4.733, de 23 de dezembro de 1942, resolve :

Art. 1.º — Para efeito de classificação das usinas de açúcar do Estado de Alagoas, nas categorias especificadas no parágrafo único do artigo 1º da Tabela de Pagamento de Cana e sua pesagem nas usinas, a que se refere o Decreto Estadual n.º 2.171, de 2 de junho de 1936, entende-se por frete a despesa com o transporte do saco de açúcar embarcado no pôrto ou estação de procedência ao cais do pôrto de Maceió.

Parágrafo único — Quando o transporte fôr feito por caminhão, o frete será o de custo corrente de transporte na região.

Art. 2.º — A presente resolução só se aplicará aos fornecimentos feitos a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezeseis dias do mês de agôsto de mil novecentos e quarenta e quatro.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

RESOLUÇÃO — N.º 94/44 — De 5 de setembro de 1944

ASSUNTO — Estabelece limitação para a produção de açúcares baixos (demerara, somenos e 3º jato) nas usinas do país, no decorrer da safra 1944/45

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando a necessidade de assegurar a produção de açúcar cristal "standard", em face das exigências do consumo nacional, resolve :

Art. 1.º — No decorrer da safra 1944/45, a produção de açúcares baixos (demerara, somenos e 3º jato) das usinas do país, não deverá exceder à percentagem de produção dêsses mesmos tipos de açúcar, verificada na safra 1943/44.

Art. 2.º — Essa produção só será atribuída às usinas que tenham fabricado êsses tipos de açúcar na safra 1943/44.

Art. 3.º — Serão redistribuídas entre as usinas não compreendidas no artigo acima as quotas ou parte das quotas que não forem ntilizadas pelas usinas com direito às mesmas.

Art. 4.º — Sôbre a produção que exceder à quantidade prevista no artigo 1.º será instituída uma sobretaxa de Cr$ 6,00 por saco.

Parágrafo Único — Os excessos de produção previstos neste artigo não concorrerão com outros tipos de açúcar na distribuição da praça marítima ou nos transportes ferroviários, nem serão admitidos ao financiamento promovido diretamente pelo Instituto, ou por intermédio do Banco do Brasil.

Art. 5.º — O produto da sôbretaxa criada na presente resolução será destinado a cobrir diferenças de frete de açúcar cristal transportado em navios estrangeiros.

Art. 6.º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial".

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e quatro.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

43.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Suprimento de óleo combustível — O Sr. Presidente manda ler uma exposição do Sr. Pedro Loureiro Bernardes, chefe do Serviço de Álcool Motor, sôbre o emprêgo de óleo combustível nas refinarias do Distrito Federal.

Tabelamento de cana — O Sr. João Soares Palmeira pede urgência para o caso de aumento do tabelamento de canas pleiteado pela Associação dos Fornecedores de Cana de Alagoas, o qual foi encaminhado à Comissão de Tabelas de Pagamento de Canas.

Açúcar de segundo jato — Com relação a uma consulta das usinas de São Paulo, resolve-se, na presente safra, fixar para o açúcar cristal de segundo jato, até o máximo de 10 por cento da produção de cada usina, o mesmo preço do açúcar cristal "standard".

Equiparação de preços — Aprova-se a minuta de resolução apresentada pela Gerência, dispondo sôbre a equiparação de preços em cada centro de consumo.

Impôsto — Resolve-se encaminhar à Secção Jurídica, o parecer do Sr. Nelson Coutinho sôbre o caso da incidência do impôsto de vendas e consignações sôbre canas de fornecedores.

Montagem de fábrica — Em face dos pareceres, é indeferido o requerimento de Germano Stein S.A.

44.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 2 DE AGOSTO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luis Dias Rolemberg, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Transporte de açúcar — Relativamente ao ato da C.E., que reduziu de 9 para 3 cruzeiros por saco a bonificação concedida ao açúcar de Sergipe escoado pelo pôrto de Salvador, o Sr. Luis Dias Rolemberg apresenta longo memorial, pleiteando a revogação da medida. O assunto é debatido, sendo afinal aprovada a proposta do Sr. Presidente no sentido de ser fixada em Cr$ 4,50 a referida bonificação.

Preços legais — O Sr. Presidente informa que o secretário da Agricultura de Minas Gerais esteve no I.A.A., declarando que cogita de uma nova tabela de preços de açúcar para aquêle Estado. O Sr. Sousa Lopes aceitou a sugestão que lhe foi feita no sentido de remeter ao Instituto as bases do regime que pleiteia.

Tributação — Aprova-se uma proposta dos usineiros paulistas relativa à forma de pagamento da contribuição adicional de que trata o art. 3.° da Resolução 83/44.

Requisição de melaços — Aprova-se uma resolução referente à requisição de melaços para a Distilaria Central do Estado do Rio.

Incorporação de quota — Processo de interêsse de Waldir Vilela Pedras, M. Gerais, deferido.

Fornecimento de cana — Processo de interêsse de Carlos Inácio Martins Pamplona Côrte Real e Usina de Queimado, homologado o acôrdo.

Inscrição de fábrica — Processo de interêsse de José Carlos de Oliveira, S. Paulo, deferido.

45.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA 3 DE AGOSTO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Antônio Corrêa Meyer, J.. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Produção de açúcar — Resolve-se autorizar o pagamento da bonificação integral dos fretes sôbre 148.531 sacos de açúcar enviados para a capital paulista.

Açúcar de milho — Manda-se arquivar uma comunicação da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, referente à venda de açúcar fabricado de milho, que está sendo feita na praça de Pôrto Alegre pela firma Refinaria de Milho Brasil S.A., de São Paulo.

Requisição de aguardente — Aprova-se o parecer da Secção de Estudos Econômicos, referente à sugestão do prefeito de Anápolis, Estado de Goiaz, no sentido de ser proibida a fabricação de aguardente do Brasil Central, durante algum tempo, afim de aumentar a produção açucareira.

— Aprova-se o parecer da Secção Jurídica, no processo de interêsse de Irmãos Rosa, Boituva, S. Paulo.

Tabelamento de Cana — Aprova-se o parecer da Secção Jurídica para o fim de se estender ao Estado de Mato Grosso a tabela de pagamento de cana, aprovada para Santa Catarina.

Montagem de distilarias — A C.E. resolve que nada tem a opor ao requerimento da Cia. de Serviços de Engenharia, solicitando autorização para produzir álcool para uso próprio.

Montagem de refinaria — A C.E. resolve que nada tem a opor ao requerimento da emprêsa Usina de Açúcar Adelaide S.A., pedindo autorização para montar uma refinaria anexa àquela fábrica.

46.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho

Transporte — O Sr. Dias Rolemberg volta a comentar a resolução da C.E. sôbre a bonificação concedida ao açúcar de Sergipe escoado pelo pôrto da capital baiana. Aprova-se uma proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser apurado o verdadeiro custo do transporte do açúcar de Aracajú para Salvador.

Financiamento — Aprova-se uma proposta do Sr. Cassiano Maciel, no sentido de ser concedido financiamento aos fornecedores das Usinas Junqueira do núcleo de Nova Java.

Tabelamento de canas — Depois de longo debate sôbre o memorial dos fornecedores de cana de Alagoas, reclamando contra a tabela de pagamento a que estão sujeitos, aprova-se a proposta do Sr. Presidente no sentido de que nenhuma medida se deve tomar antes de ouvido o Sr. Consultor geral da República.

Montagem de novas usinas — Por proposta do Sr. Presidente, manda-se distribuir entre os membros da C.E. cópias da minuta da resolução dispondo sôbre a concorrência para montagem de novas usinas.

Aumento de limite — São providos os recursos de Joaquim Manuel Ferreira Pontes, Manuel Mariz de Morais, José Bernardino Ximenes, José Coelho de Araujo, Orestes de Andrade Morais Pinheiro, João Antônio de Vasconcelos, Alfredo Fragoso de Melo, Valverde Brandão, José Afonso Calheiros, Luiz Moreira de Mendonça, Alfredo Tenório Lins, Domingos e Sebastião Correia da Rocha, herdeiros de João Toledo de Vasconcelos, Aurélio Uchoa Lins, Joaquim e Manuel Jerônimo de Albuquerque, Nestor José de Sousa Barreto, Torquato Franco de Campos, José Custódio da Cunha, Sebastião Pereira Santiago, José Lourenço Lopes e Vicente Lopes da Silveira; é denegado o recurso de José Tomaz da Silva Nonô.

Inscrição de fábrica — Processo de interêsse de José Albino Pimentel Filho, Pernambuco — deferido.

— Processo de interêsse de Fretta, Beg & Cia., Santa Catarina, — deferido.

Inscrição e transferência — Processo de interêsse de Gabriel José Martins, S. Paulo — deferido.

Inscrição e alteração de maquinaria — Processo de interêsse de Luis Divino Arruda, M. Gerais — deferido.

Alteração de maquinaria — Processo de interêsse da Usina Barão de Suassuna S. A., Pernambuco — deferido.

47.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luis Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Tabelamento de cana — Com a palavra, o Sr. Castro Azevedo comunica ter sido resolvida satisfatòriamente a situação da tabela de cana do Estado de Alagoas.

Fornecimento de cana — Voltando a debate o caso do recebimento de cana pelas Usinas Junqueira na balança Nova Java, aprova-se a seguinte resolução :

a) — As Usinas Junqueira deverão iniciar o recebimento das canas, na balança Nova Java, dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da publicação da presente Resolução no Diário Oficial;

b) — Os fornecedores dessa balança deverão iniciar, dentro do mesmo prazo, a entrega de canas do respectivo fornecimento;

c) — Serão divididas igualmente entre as Usinas, os fornecedores e o I.A.A., as despesas de transporte da cana entre a balança Nova Java e as balanças Japonesa ou Serrinha ou as pontas dos trilhos, conforme a conveniência do transporte".

48.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Fabricação de aguardente — Na forma do parecer da Secção de Estudos Econômicos, é deferido o requerimento do proprietário da Usina Santo Antônio, Mato Grosso, solicitando autorização para fabricar álcool em vez de aguardente na safra 44/45.

Transporte de açúcar — Tendo o Sr. B. Lisandro, proprietário da Usina São João, Campos, pedido autorização para incluir nas faturas de açúcar vendido as despesas relativas ao transporte do produto da usina às estações da Leopoldina, aprova-se a proposta do Sr. Pereira Pinto, no sentido de ser admitido, para o caso em aprêço e outros equivalentes, um frete adicional que não execederá de Cr$ 1,50 por saco.

Tabelamento de cana — Tendo em vista uma

comunicação do Sr. Cassiano Maciel sôbre o pagamento de canas de fornecedores pelas Usinas Junqueira, aprova-se a seguinte resolução:

"O Instituto financiará até 60% do valor dos créditos dos fornecedores das Usinas Jnqueira, no processo instaurado a respeito da base de preços, na safra 1943/44.

O financiamento será feito mediante procuração irrevogável para recebimento do total do crédito dos fornecedores, sem prejuizo do pagamento do restante, logo que o Instituto receba das Usinas a quantia correspondente, ou que tenha feito retenção de bonificações das mesmas Usinas, em valor superior ao referido financiamento. Neste último caso, o pagamento será feito em correspondência com o montante das bonificações, pagando-se o instituto em primeiro lugar e entregando aos fornecedores o restante.

Não devendo constituir precedente essa decisão, a administração do Instituto procurará obter sanções legais mais eficazes, para garantia do pagamento das canas de fornecedores pelas usinas devedoras.

Solicitar às Usinas Junqueira lista completa de todos os fornecedores que já foram reajustados sôbre o total de seus fornecimentos na safra 1943/44, esperando resposta durante uma semana.

Incumbir o Dr. Antônio Corrêa Meyer da obtenção dessa informação".

Fornecimento de cana — Reclamações de Joaquim Wanderley de Araujo Pinho e outros contra a Usina Paranaguá, Bahia — Reconhece-se ao fundo agrícola Fazenda Água Boa Grande uma quota de fornecimento de 3.560.092 quilos de cana.

— No processo de interêsse da Usina Tiúma, Pernambuco, resolve-se: ouvir o Sr. Aderbal Novais quanto ao plano de distribuição dos 10 por cento aos antigos fornecedores; autorizar a Usina Tiúma a fazer o plano de distribuição dos 20 por cento aos novos fornecedores.

Inscrição de fábrica — No processo de interêsse de Antônio Di Mambro, M. Gerais, resolve-se reconsiderar a decisão anterior, cancelando-se o registro da fábrica de álcool do mesmo.

Cancelamento de inscrição — E' deferido em parte o requerimento de Evangelino da Costa Lage, M. Gerais.

Modificação de espécie — E' indeferido o processo de interêsse de Abílio da Costa Pereira, Paraíba.

Iinscrição de fábricas de rapadura — Aprovando os pareceres da Secção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas de rapadura dos interessados abaixo relacionados, ratificadas as demais exigências dos pareceres aprovados: Vicente Martins Dourado, José Aragão Filho, Inácio Tomé de Souza, José Rodrigues Menezes, Francisco das Chagas Falcão, Francisco Carneiro Mapurunga, Laurentino Pereira Lima — Herds., Manuel Cordeiro Divino, Antônio Evangelista e Silva, Antônio Leitão, Humberto Rodrigues de Andrade, José Pires de Hollanda, Sebastião Lopes de Oliveira, José Firmínio de Siqueira, Francisco Martins de Souza Torres, Raimundo Nonato Fernandes, Júlio Albuquerque, Atílio Terrabuiuo, Mario Saccomani & Irmãos, Benjamim Bernardino de Barros, Antônio Vieira Lima, Aristides da Silva Figueiredo, João Martins da Silva, José Nerys de Castro, Geraldo Ribeiro dos Santos, Maria Alexandrina de Matos, Miguel da Silva Mascarenhas, João Romualdo da Silva, Ernesto Pitanga Rodrigues.

Alteração de maquinaria — Processo de Antônio Gomes de Araujo, Pernambuco — deferido; João Santin, São Paulo — deferido; João Ribeiro de Aguiar, Ceará — deferido.

Aumento de limite — Recurso de Severino Marques de Queiroz Pinheiro, — Pernambuco — deferido; José Raimundo de Oliveira, Ceará — arquivado.

— Processo de José Augusto Ferreira da Costa, Alagoas — deferido.

— Processo de Ana Pessoa Guerra, Pernambuco — manda-se fazer a averbação.

Averbação — Processo de Luis de Freitas Barbosa, Ceará — deferido.

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, despachou os seguintes processos:

ESTADO DE ALAGOAS:

22.028/44 — Francisco Quintela Cavalcanti — Manguaba — Expõe motivos quanto a sua quota de fornecimento de cana de açúcar na Usina Uruba, de propriedade da Cia. Açucareira Alagoana, situada no município de Atalaia, n/Estado. — Arquive-se, em 27-7-44.

21.716/44 — Climerio W. Sarmento — São Luiz do Quitunde — Pede reconsideração de fixação de quota de fornecimento de Joaquim Soares de Oliveira, à Usina "Conceição do Peixe" — Arquive-se, em 27-7-44.

79/43 — Pedro José de Oliveira — Atalaia — Conversão de quota à Usina Ouricurí, de Manoel Tenório de Albuquerque Lins. — Aprovado, em 27-7-44.

3.569/39 — Antônio Manuel de Barros — Água Branca — Licenca para renovação de maquinaria — Deferido, em 11-8-44.

27.347/44 — Climério W. Sarmento e S. Pragana & Cia. S. L. Quitunde — O reclamante pede seja retificada sua quota de fornecimento de seu engenho Conceicão Nova ou Pacas à Usina Santo Antonio, de S. Pragana & Cia. — Arquive-se, em 11-8-44.

5.412/41 — Domingos Correia da Rocha e José Loiola Correia da Rocha — Atalaia — Transferência de engenho de aguardente — Arquive-se, em 11-8-44.

23.711/44 — Eutiquio Tenório de Cerqueira Cavalcanti e Guilherme Duarte de Barros — Manguaba — Transferência de Usina e Distilaria, Anexo 23.712/44 — Deferido, em 11-8-44.

414/42 — João Pacífico (herds.) e Pedro José dos Santos — Agua Branca — Transferência, de engenho de rapadura — Deferido, em 11-8-44.

2.156/41 — José Felipe Barbosa — Água Branca — Transferência de engenho p/Cicero Siqueira Torres — Deferido, em 11-8-44.

1.180/41 — Pedro Vieira Luna — Agua Branca — Transferência para Cicero Vieira Barros e Manuel Correia Lima — Deferido, em 11-8-44.

ESTADO DA BAHIA:

514/43 — André Fernandes Cardoso e Antônio José dos Passos Filho — Sto. Antonio de Jesus — Transferência de engenho e remoção — Deferido, em 11-8-44.

6.829/44 — Bento Albino de Carvalho — Rio Real — Comunica não haver produzido na safra de 1942/43 — Arquive-se, em 11-8-44.

4.520/42 — Hermógenes da Silva Pimenta — Conde — 1.º Restabelecimento da inscrição do engenho Cana Brava. 2.º Incorporação da quota do engenho Água Bôa, de Lupércio da Silva Lins, ao engenho Cana Brava. Anexo: 1.074/41 — Arquive-se, em 11-8-44.

5.128/42 — J. Costa Pinto & Cia. e Roberto Durand & Cia. Santo Amaro — Transferência de engenho. "Usina Paranaguá". Anexo: 208/43 — Deferido, em 11-8-44.

1.615/36 — Josias Rodrigues Costa — Morro do Chapéu — Substituição de turbinas — Deferido, em 11-8-44.

1.774/38 — Waldomiro Cardoso de Sant'Ana e Onilio Paulo da Costa — Nazaré — Transferência de propriedade de João Sposito e inscr. para fabricação de açúcar. — Deferido, em 11-8-44.

1.345/44 — Thiers Novaes Cerqueira Lima — Salvador — Interpelação e protesto — Arquive-se, em 14-8-44.

ESTADO DO CEARA':

2.264/41 — Benigno Bezerra de Menezes — Quixadá — Transferência de engenho de Serafim Almeida — Deferido, em 27-7-44.

2.635/42 — Francisco Paulo da Fonseca e Vicente Teixeira de Faria — Maranguape — Transferência de engenho rapadureiro — Engenho "S. João". — Deferido, em 27-7-44.

7.081/44 — João Favela de Macedo — Lavras — Comunica não haver produzido na safra 1943. — Arquive-se, em 27-7-44.

4.553/42 — João Gonçalves de Oliveira e Aparício Saraiva Xavier — Missão Velha — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 27-7-44.

1.123/42 — José Correia Lima — Joazeiro — Aumento de limite de rapadura — Anexo 1774/39. — Aprovado, em 27-7-44.

886/41 — Manoel Figueiredo Filho — Pacotí — Transferência de engenho de José Pinto do Carmo e aumento de quota de rapadura — Deferido, em 27-7-44.

5.784/35 — Pedro Martins de Melo — Senador Pompeu — Aumento de limite. — Arquive-se, em 27-7-44.

3.601/41 — Vicente Ferreira Campos — São Benedito — Transferência e inscrição de engenho de Rufino Rodrigues da Cunha — Deferido, em 27-7-44.

1.937/41 — Raimundo Alves Melo — Acaraú — Transferência e inscrição de engenho rapadura de Francisco Candido Lima — Arquive-se, em 27-7-44.

2.170/41 — Alexandre Claudio da Costa — Mecejana — Transferência de Clovis Peixoto — Deferido, em 10-8-44.

3.750/43 — Ana Correia de Holanda, (herds.) — Aquiraz — Comunica não ter safra no exercício corrente — Arquive-se, em 10-8-44.

622/43 — Antonio Esmeraldo — Joazeiro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

3.387/41 — Antonio Furtado Junior, (herds.) — São Gonçalo — Aumento de Quota — Arquive-se, em 10-8-44.

4.564/40 — Antonio Gomes da Silva — São Mateus — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

L. R. 1. 268/40 — Antonio Gonçalves da Costa — S. Mateus — Limitação de engenho rapadureiro. — Arquive-se, em 10-8-44.

4.312/41 — Antonio Gonçalves Magalhães — Senador Pompeu — Aumento de quota. Arquive-se, em 10-8-44.

1.157/42 — Antonio José Soares ou José Rodrigues Costa — Crato — Anexo: 3.949/40 — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

3.386/41 — Antonio José de Sousa (herds.) — São Gonçalo — Aumento de quota — Arquive-se, em 10-8-44.

890/41 — Braulio Holanda — Pacotí — Aumento de quota rapadureira — Arquive-se, em 10-8-44.

3.202/43 — Camilo Lelis de Paula e Raimundo Andrade de Campos — Baturité — Transferência de engenho e remoção — Deferido, em 10-8-44.

4.329/41 — Cesário Cunha Freire — Ubajara — Aumento de quota — Arquive-se, em 19-8-44.

1.108/42 — Edith Farias Grangeiro — Joazeiro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

5.470/41 — Estanislau Pereira Façanha (herds.) e Pedro de Assunção Rocha — Cascavel — Transferência de engenho e aumento de limite — Deferido, em 10-8-44.

2.144/43 — Diomedes Marinho e Raimundo Nonato da Silva —Baturité — Transferência de engenho — Deferido, em 10-8-44.

154/43 — Filinto Manuel da Cruz e Jacinta Josefa de Santana — Missão Velha — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 10-8-44.

5.056/41 — Francí Aragão Soares Vva. — Ipú — Aumento de limite de rapadura — Deferido, em 10-8-44.

L.R. 1.343/40 — Francisco Alves da Silva — Cachoeira — Limitação de engenho rapadureiro. — Arquive-se, em 10-8-44.

733/43 — Francisco de Araujo Filho e Lidio Holanda Freitas — Pacotí — Transferência de engenho — Deferido, em 10-8-44.

L. R. 1372/40 — Francisco Augusto Lopes — Campo Grande — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 10-8-44.

232/42 — Francisco Borges da Silva e Silvino José de Macedo — Aurora — Transferência de engenho e remoção — Deferido, em 10-8-44.

619/42 — Francisco José de Brito e Francisco Xavier Peixoto — Crato — Transferência de engenho — Deferido, em 10-8-44.

6.041/40 — Francisco Rodrigues Medeiros — Palma — Transferência do engenho de Josué Carneiro da Cunha e inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 10-8-44.

5.472/41 — Genésio Irineu de Araujo e Casemira Alves Simões — Cascavel — Transferência de engenho — Deferido, em 10-8-44.

1.112/42 — Imobiliária Boris Frères S. A. — São Pedro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

1.216/42 — João Reinaldo de Carvalho (herds.) e Adolfo Torres Bandeira — Cascavel — Transferência de engenho. — Deferido, em 10-8-44.

4.692/41 — Joana Candida de Moura e José Leonardo de Matos — Cedro — Transferência de engenho — Deferido, em 10-8-44.

1216/42 — João Reinaldo de Carvalho hers e Adolfo Torres Bandeira — Cascavel — Transferência de engenho e aumento de limite de rapadura — Deferido, em 10-8-44.

1.226/42 — José Chaves de Araujo — Granja — Remoção do engenho para a Faz. "Serrador", no Município de Viçosa, no mesmo Estado — Aprovado, em 10-8-44.

1.217/42 — José Correia Lima — Aracatí — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

1.218/42 — José Correia Lima — Aracatí — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

2.181/41 — José Ferreira de Magalhães — Senador Pompeu — Transferência de engenho para Tobias Araujo Magalhães — Deferido, em 10-8-44.

5.473/41 — José Francisco das Chagas e Francisco Ribeiro da Rocha — Transferência de engenho e aumento de limite — Cascavel — Deferido, em 10-8-44.

164/42 — José Gonçalves Linhares — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se em 10-8-44.

1.145/42 — José Gregório da Silva — São Pedro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

1.152/42 — José Moreira Filho ou José Moreira Cabral — Joazeiro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

1.105/42 — José Nogueira de Melo — São Pedro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

1.106/42 — José Nogueira de Melo — São Pedro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-8-44.

3.305/43 — José Olegário de Jesus — Santanópole — Ratificação de nome Arquive-se, em 10-8-44.

3.301/43 — José Tavares de Luna e Joaquim Alves de Oliveira — Milagres — Transferência engenho rapadura. — Arquive-se, em 10-8-44.

631/42 — Josino Euclides Araruna — Missão Velha — Transformacão de fôrça motriz de engenho rapadureiro — Deferido, em 10-8-44.

1.884/43 — Julia Carneiro de Miranda ou Vicente Ferreira de Miranda e Pedro Mapurunga de Miranda — Viçosa — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 10-8-44.

5.918/41 — Leopoldina Caracas e José Monteiro Filho — Pacotí — Transferência de engenho e aumento de limite — Deferido, em 10-8-44.

3.729/40 — Luiz Bandeira de Queiroz — Pacotí — Transferência de engenho para Hamilton Holanda — Deferido, em 10-8-44.

6.118/40 — Luiz Filgueira Sampaio — Brejo Santo — Transferência de inscrição p/Francisco Filgueiras Sampaio — Deferido, em 10-8-44.

5.897/41 — Manuel Lopes de Menezes — Aquiraz — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

1.132/42 — Manuel Martinano de Brito ou Joaquim Alves do Nascimento — São Pedro —

Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

1.210/42 — Maria Pereira da Silva — Crato — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

4.402/40 — Maria Ramiro Holanda — Pacotí — Aumento de limite de produção de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

270/40 — Otacilio Macedo — Crato — Aumento de quota de produção de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

855/41 — Osorio Nogueira de Queiroz — Pacotí — Transferência engenho de Maria Libania de Holanda e aumento quota rapadura — Deferido, em 9-8-44.

7.284/40 — Ricardo Albino da Silva (herds.) — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

5.435/41 — Silverio da Silva Moreira — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

4.496/40 — Sociedade Nacional de Instrução — Baturité — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

4.494/40 — Vicente Antonio de Maria — Baturité — Aumento quota rapadureira — Arquive-se, em 9-8-44.

1.111/42 — Vicente Ferreira Lima — São Pedro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

1.371/36 — Antônio Vidal — Mecejana — Baixa de engenho — Deferido, em 14-8-44.

4.451/40 — Arcelino Lula Barreira — Pacotí — Aumento de limite produção de rapadura — Arquive-se, em 14-8-44.

7.371/40 — Benedito Matias da Silva — Cascavel — Aumento de limite de rapadura. — Arquive-se, em 14-8-44.

7.403/40 — Benedito Paulo e Raimundo de Queiroz Ferreira — Cascavel — Transferência de engenho e aumento de limite — Anexo: 1905/35 — Deferido, em 14-8-44.

L. R. 1095/40 — Bernardo Francisco Alencar — Cedro — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 14-8-44.

4474/40 — Francisco Ramos Silva — Pacotí — Aumento quota rapadura — Anexo: 5.358/41 e 2.189/42 — Arquive-se, em 14-8-44.

6.942/40 — João de Freitas Ramos — Aquiraz — Aumento de limite de rapadura — Aprovado, em 14-8-44.

2.839/41 — Inácio João Magalhães — Vicosa — Transferência de engenho de Inocêncio José Aragão. Anexo: 7.185/40 — Deferido, em 14-8144.

7.361/40 — João Moreira de Paula — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Deferido, em 14-8-44.

2.269/42 — João Norberto e A.A. de Sousa — Leopoldina — Incorporação de quota — Arquive-se, em 14-8-44.

7.120/40 — José Mendes de Araujo — Viçosa — Aumento de limite de rapadura. Anexo: — 1.426/42 — Arquive-se, em 14-8-44.

7.425/40 — Marcolina Maria da Conceição Vva. — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Deferido, em 14-8-44.

6.937/40 — Maria Joaquim de Freitas — Aquiraz — Aumento de limite de rapadura. Anexo: 15.558/44 — Arquive-se, em 14-8-44.

7.295/40 — Vicencia da Cunha — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 14-8-44.

DISTRITO FEDERAL:

25.434/44 — Henrique Vieira — Rio de Janeiro — Solicita lhe seja fornecido uma certidão na integra do parecer da Secção Jurídica, sobre o processo n. 8.082/41 e anexos: n. 1.725/43 — n.º 1.724/43 — n.º 2.762/42 — n.º 3.080/42 — n.º 3.081/42 — n.º 3.088/42 — n.º 3.089/42 — n.º 3.095/42 — n.º 3.097/42 — n.º 3.195/42 — n.º 3.196/42 — n.º 3.198/42 — n.º 3.199/42 — n.º 3.200/42 — n.º 3.201/42 — n.º 3.202/42 — Deferido, em 27-7-44.

18.718/44 — Joaquim Vanderlei de Araujo Pinho — Rio de Janeiro — Devolução dos documentos que se encontram no processo 4.600 e certidão do teor da decisão final da fixação — Aprovado, em 14-8-44.

23.643/44 — Presidência da República — Encaminha carta em que Clóvis Fernandes de Sousa — Caçapava — São Paulo — reclama contra a má distribuição de açúcar naquela localidade. — À Coord. Mob. Econômica, em 14-8-44.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO:

9.823/44 — Antonio Fortunato e Usina Paineiras S/A — Itapemirim — Fixação de quota de fornecimento — Aprovado, em 27-7-44.

2.322/43 — Ormindo de Freitas Melo e Usina Paineiras S/A — C. Itapemirim — Fixação de quota de fornecimento — Aprovado, em 27-7-44.

2.827/43 — Salime Tanure & Irmão e Usina Paineiras S/A — C. Itapemirim — Reclamação de fornecedor de canas. Anexo: 4724/42 — Aprovado, em 27-7-44.

679/43 — Valdemiro Alves — C. de Itapemirim — Inscrição como fornecedor de cana à Usina "Paineiras". Anexo: 2.319/43 — Aprovado, em 27-7-44.

ESTADO DE GOIAZ:

2.603/39 — Alísio Barreto — Planaltina — Transferência de engenho de Manoel Luiz Pinto — Deferido, em 11-8-44.

4.732/42 — Antonio João da Silva — Campo Formoso — Substituição de maquinaria — Deferido, em 11-8-44.

5.449/40 — Ademar José de Oliveira — Bela Vista — Transferência engenho para José Luiz Ribeiro — Deferido, em 11-8-44.

1.420/39 — Arlindo Martins Parreira — Sta. Rita do Parnaíba — Transferência de engenho para Antonio Parreira de Vasconcelos — Deferido, em 11-8-44.

1.396/40 — João Patrício de Oliveira — Catalão — Transferência engenho para Lamartino Gonçalves Moreira — Deferido, em 11-8-44.

1.393/40 — João Thomé Correia — Catalão — Transferência de engenho para João Lemirio de Mesquita — Deferido, em 11-8-44.

21.052/44 — Paulo Alves da Costa — Jaraguá — Solicita algumas declarações sôbre seu engenho — Aprovado, em 11-8-44.

558/39 — Pedro Lucas de Almeida e Arlindo Ubaldino de Freitas — Sta. Luzia — Transferência de engenho — Arquive-se, em 11-8-44.

3.470/41 — Pedro Vitoriano Nogueira e Sebastião Ferreira da Costa — Bela Vista — Transferência de engenho de Benedito Ferreira da Costa e outros — Deferido, em 11-8-44.

3.229/43 — Roque José Carneiro — Bomfim —Remoção de engenho para o Município de Jaraguá. — Deferido, em 11-8144.

2.181/43 — Salvina Fernandes Santos e Antônio de Abreu Gonçalves Filho — Corumbaíba — Transferência de engenho de açúcar. Anexo: 644/38. — Arquive-se, em 11-8-44.

4.242/43 — Edmundo Marques Guimarães e Manuel do Espírito Santo Cerqueira — Santa Luzia — Transferência de engenho — Deferido, em 14-8-44.

267/40 — Geraldo Afonso Vieira — Itaberaí — Transferência de engenho de José Rosa Lino — Deferido, em 14-8-44.

4.280/43 — João Fernandes de Oliveira e Pedro Chagas de Siqueira — Campo Formoso — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 14-8-44.

171/43 — José Ferreira de Oliveira — Pires do Rio —Modificação na inscrição para a Coletoria Federal de Santa Cruz — Arquive-se, em 14-8-44.

ESTADO DO MARANHÃO:

3.715/42 — Alexandre da Silva Guimarães e Abreu & Pinheiro — Pinheiro — Transferência de engenho — Deferido, em 11-8-44.

547/42 — Antônio Muniz e João Costa — Penalva — Transferência de engenho — Deferido, em 11-8-44.

ESTADO DE MATO GROSSO:

10.239/44 — Fidaezudo Scaf — Cuiabá — Consulta sôbre inscrição de engenho (Res. 38/42). — Aprovado, em 11-8-44.

19.704/44 — Abelardo Blanco — Cuiabá — Inscrição de engenho de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

ESTADO DE MINAS GERAIS:

1.911/43 — Altivo Luis da Silva Tomé — Carangola — Permissão para incorporar a quota do engenho Monte Verde ao engenho Sta. Rita e transf. toda a maquinaria respectiva. Anexo; n. 7.490/40 — Arquive-se, em 27-7-44.

4.284/43 — Anastácio Vicente Fernandes e Angelina Vicente Fernandes — Mar de Espanha — Transferência de engenho — Deferido, em 27-7-44.

2.767/43 — Calixto Paulino Barbosa e Joaquim de Sousa Pinto — S. J. Nepomuceno — Transferência de engenho de rapadura e remoção. — Deferido, em 27-7-44.

2.858/43 — Fernando Alves Guedes ou Paulino Gonçalves da Cruz e Alaim Vargas Pereira — Transferência de engenho — Ubá — Deferido, em 27-7-44.

2.932/43 — Fortunanto Ferreira da Cruz — Rio Branco — Com. não haver fabricado açúcar na safra 1941, em virtude do fornecimento de cana à Usina S. João, de Pinto Bouchadt & Cia. — Arquive-se, em 27-7-44.

1.580/43 — Gil Bernardes Sobrinho e João Gonçalves Guimarães — D. do Indaiá — Transferência de engenho e remoção — Deferido, em 27-7-44.

3.712/42 — Graciana Flávia dos Santos e Manoel Dias Bicalho e José Alves — Santa Bárbara — Transferência de engenho — Deferido, em 27-7-44.

3.681/43 — Herculano Ricardo Neves e outros e Joaquim Ricardo de Andrade e outros — Ibirací — Transferência de engenho de açúcar. — Deferido, em 27-7-44.

717/42 — João Rodrigues da Costa e Joaquim de Paula Sousa — Boa Esperança — Transferência de engenho de açúcar turb. aguardente. Anexo n.º 536/36 — Deferido, em 27-7-44.

6.212/40 — João Silverio de Oliveira — Varginha — Baixa inscrição. Anexo: n.º 1664/42. — Arquive-se, em 27-7-44.

2.856/43 — José Liberato de Azevedo e Oranes Lopes da Rocha — Rio Branco — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 27-7-44.

2.576/40 — José Pedro da Silva — Itajubá — Transferência de engenho para Antônio Pedro da Silva. Anexo : n.º 1409/40 — Deferido, em 27-7-44.

4.236/43 — Julio Venâncio Cordeiro e Olindo Gonçalves da Costa — S. J. Nepomuceno — Transferência de engenho de açúcar e remoção — Deferido, em 27-7-44.

2.647/44 — Laudelino Ferreira de Andrade e José Luiz de Castro — Frutal — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 27-7-44.

2.880/43 — Manuel da Rocha Santana — Corinto — Modificação de inscrição, rapadura para açúcar — Indeferido, em 27-7-44.

1.590/43 — Quintino da Costa Matos — Incorporação de quota de engenho, Anexo: 3.379/39 — Deferido, em 27-7-44.

3.543/43 — Venceslau Teixeira Machado — Carangola — Deslacramento de engenho rapadureiro — Deferido, em 27-7-44.

3.252/42 — Viviano José de Medeiros e Antonio Sabino Torres — Mesquita — Transferência de engenho de rapadura — Arquive-se em 27-7-44.

1.157/41 — Zeferino Bernardes Pereira — Campestre — Transferência do engenho de Manuel Augusto Fernandes, Anexo: 3.186/41. — Deferido, em 27-7-44.

5.555/42 — Alcides Augusto de Gouveia e Ezequiel Cristiano Ribeiro Guimarães — S. João Nepomuceno — Transferência de engenho — Deferido, em 9-8-44.

3.678/43 — Aninger & Cruz Limitada — Lagoa Santa — Remoção de coluna retificadora — Deferido, em 9-8-44.

3.784/43 — Antônio Alves de Lima e Vicente Duarte da Rocha Frota — Guaxupé — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 9-8-44.

1.805/40 — Antonio Baesso — Cataguazes — Fixação de limite. — Arquive-se, em 9-8-44.

3.875/39 — Antonio de Sousa Arruda — São Manuel — 1.º Aumento de quota de produção — 2.º Transferência para Luis Faustino Duarte — Deferido, em 9-8-44.

6.387/41 — Antônio Rodrigues Leite e Cia. Açucareira Vieira Martins — Tombos — Incorporação de quota — Deferido, em 9-8-44.

2.147/43 — Arlindo Florentino de Sousa — S. João Nepomuceno — Permissão para montar uma turbina em seu engenho de açúcar — Indeferido, em 9-8-44.

2.250/39 — Balbino Pereira Pinto — Manga — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 9-8-44.

3.377/42 — Carlos de Abreu Rios — Rio Casca — Transferência da inscrição para o Município de Raul Soares — Arquive-se, em 9-8-44.

1.344/43 — Carlos José Botrel e Jonas Botrel de Figueiredo — Três Pontas — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 9-8-44.

2.740/42 — Cassiano Lemos Maia — Alpinópolis —Permissão para efetuar pagamento de taxa na 1.ª Colet. de Passos, em vista do Coletor de Nova Rezende não querer proceder ao recebimento da mesma — Arquive-se, em 9-8-44.

180/43 — Clemente Luiz Gonzaga — Brejaubinha — Transferência de engenho de rapadura e remoção — para Hermes de Castro Pinto — Deferido, em 9-8-44.

1.439/40 — Delmira de Rezende Barbosa — Leopoldina — Aumento de limite de produção — Arquive-se, em 9-8-44.

1.059/42 — Domiciano Lopes Rodrigues — Arassuaí — Retificação de inscrição de Domiciano Lopes Ribeiro — Arquive-se, em 9-8-44.

6.078/40 — Domingos Paula Teixeira de Carvalho — Varginha — Baixa inscrição de engenho de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

7.094/44 — Estevão Carneiro de Miranda (herds.) e Raimundo Vidigal Carneiro — Piranga — Transferência de engenho — Deferido, em 9-8-44.

3.253/42 — Francisco Luis de Andrade e Bernardino Pereira Lage — Mesquita — Transferência de engenho de rapadura — Arquive-se, em 9-8-44.

2.860/43 — Galdino Gomes de Paiva e Onofre Vieira Ferraz — Guiricema — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 9-8-44.

3.507/43 — Geraldo da Silva Maia e Benedito da Silva Maia — Passos — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em. 9-8-44.

7.097/44 — Gustavo de Melo Tavares e José Aleixo de Souza — Miraí — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 9-8-44.

7.104/44 — João de Sousa Batalha (Vva.) e José Alves da Silva — Ubá — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 9-8-44.

1.574/43 — João Luiz de Oliveira e Oscar Luiz de Oliveira — Rio Branco — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 9-8-44.

4.747/41 — João Paulo Valadares e Regino Rodrigues de Moura — Ipiranga — Transferência de engenho — Deferido, em 9-8-44.

4.075/41 — Joaquim Gomes Sobrinho — Ouro-Fino — Redução de quota safra 1941 — Arquive-se, em 9-8-44.

7.103/44 — Joaquim Lucio da Costa e Alvino Fernandes de Brito — Curvelo — Transferência de inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 9-8-44.

4.230/41 — Joaquim Moreira de Faria — Itamurí — Transferência de engenho de Domingos Colli — Deferido, em 9-8-44.

2.417/41 — José Bento da Silva Costa — Conceição — Transferência de engenho de José Martins da Paixão e remoção — Deferido, em 9-8-44.

1.573/43 — José Cardoso da Silva e Maria do Carmo de Sousa Reis — Rio Branco — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 9-8-44.

2.878/41 — José Chaves Junior — Conceição — Transferência de engenho de Francisco Costa Lima — Deferido, em 9-8-44.

6.050/40 — José Coelho dos Santos — Camacho — Transferência do engenho de Marcelino Antonio dos Santos — Deferido, em 9-8-44.

2.910/43 — José de Melo Lemos — Delfinópolis — Solicita fazer o pagamento da taxa de seu engenho na Coletoria Federal de Passos. — Arquive-se, em 9-8-44.

1.218/43 — José Firmino Pires — Uberaba — Solicita isenção de pagamento da safra 42-43 — Indeferido, em 9-8-44.

3.893/41 — José Margarida de Lima — Rio Piracicaba — Transferência do engenho de José Marcelino de Araujo — Deferido, em 9-8-44.

2.758/43 — José Reis — Ubá — Remoção do engenho para a Faz. "Passagem", no Município Santa Quitéria, Estado de Minas Gerais — Deferido, em 9-8-44.

5.099/41 — Joviano Lírio de Sousa e Geraldo Ramos Vieira — S. Antônio do Rio Abaixo — Transferência de engenho de açúcar. — Deferido, em 9-8-44.

3.883/42 — Lindolfo Ferreira Lara e Geraldo Teixeira Avila — Guapé — Transferência de engenho — Deferido, em 9-8-44.

3.297/39 — Manuel José Machado — Piranga — Aumento de Limite — Arquive-se, em 9-8-44.

7.108/44 — Manuel Vieira Campos e Jesus Geraldo Rodrigues — Viçosa — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 9-8-44.

1.927/41 — Moisés Elisiário da Silva — Boa Família — Transferência de engenho de Josefina Ribeiro da Silva — Anexo: L. R. 7.873/41 — Arquive-se, em 9-8-44.

11.558/44 — Ormindo J. Botelho e outros — Leopoldina — Liberação de aguardente (Resolução 65/43). — Arquive-se, em 9-8-44.

4.301/43 — Otávio Furtado de Mendonca e Olegário Furtado de Mendonça e Saint-Clair Furtado de Mendonça — S. João Nepomuceno — Transferência de engenho de açúcar e aguardente. — Deferido, em 9-8-44.

1.636/41 — Otavio Rossi — Boa Família — Transferência de engenho de João Soares Bandeira — Anexo : — L.R. 7.913/41 — Deferido, em 9-8-44.

1.533/42 — Paulino Mariano da Paixão e Maximiano Nunes Cabral — Chiador — Transferên-

cia de engenho de açúcar — Deferido, em 9-8-44.

3.711/42 — Pedro Joaquim da Silva e Antô- Muniz Neto — Botelhos — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 9-8-44.

4.233/41 — Ravisio Batista dos Santos — S. J. do Glória — Transferência de engenho de Licínio Ferreira Godinho — Deferido, em 9-8-44.

2.528/42 — Saturnino Felix da Silva e Generoso Teixeira da Silva — Santa Rita do Pedro — Permuta de engenhos de açúcar e rapadura — Deferido, em 9-8-44.

2.994/41 — Testonio Gomes Cota — Rio Piracicaba — Transferência de engenho de Raimundo Elvi Alves Torres — Deferido, em 9-8-44.

459/43 — Agenor Junqueira Barbosa — Ouro Fino — Permissão para fabricar rapadura e açúcar — Deferido, em 14-8-44.

13.178/44 — Alfredo Vieira do Rêgo — Montes Claros — Liberação de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

4.549/43 — Antônio Augusto de Sousa e Ricardo Augusto de Sousa — Curvelo — Transferência de inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 14-8-44.

4.621/43 — Antônio Batista dos Santos e André Alves Pinheiro — Malacacheta — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 14-8-44.

6.594/40 — Antônio de Oliveira Guimarães — Campo Limpo — Isenção pagamento da taxa — Arquive-se, em 14-8-44.

2.568/38 — Artur Monteiro de Almeida — Matias Barbosa — Transferência do engenho dos herdeiros de João Evangelista Almeida Sobrinho — Arquive-se, em 14-8-44.

1.490/44 — Catulino, Cito e Vasconcelos — Leopoldina — Consulta sôbre pagamento taxa (rapadura). — Arquive-se, em 14-8-44.

4.285/43 — Custódia Adelaide de Jesus e Lazaro Jonas Cabral — Campos Gerais — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 14-8-44.

1.024/43 — Damaso Antônio da Rocha — Guarará — Permissão para assentar mais uma tacha em seu engenho — Deferido, em 14-8-44.

2.715/39 — Domingos Cardoso dos Santos — Manga — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 14-8-44.

4.098/43 — Irací Dias Bicalho — Carmo da Mata —Autorização para vender a aguardente requisitada, mediante pagamento da taxa — Arquive-se, em 14-8-44.

6.262/40 — João Antonio Correia — Boa Família — Transferência de engenho de Antônio Correia Filho. Anexo: LR. 7.823/41 — Deferido, em 14-8-44.

296/43 — João Carlos Sobrinho — Perdões — Modificação no engenho, de fôrça animal para hidráulica — Arquive-se, em 14-8-44.

4.117/41 — João d'Orta de Sousa e Benedito d'Orta de Sousa — Monte Sião — Transferência de engenho — Deferido, em 14-8-44.

3.192/41 — João Pedro Pirelli — Manhuassú — Autorização para pagar a taxa sôbre o limite de 100 cargas de rapadura — Arquive-se, em 14-8-44.

3.895/39 — José Alves de Oliveira — Ubá — Remoção do engenho do município de Ubá para o de Senador Firmino — Deferido, em 14-8-44.

822/39 — Norberto Gonçalves Pontes — Piranga — Pede para manter o limite de 500 sacos. — Arquive-se, em 14-8-44.

4.231/43 — Otaviano José de Medeiros e Geraldo Aragão Ferreira — Mar de Espanha — Transferência de engenho — Deferido, em 14-8-44.

1.421/39 — Pedro Severiano de Carvalho e Oliveira de Faria Lemos — Abaeté — Transferência de engenho de José Duarte Louzada — Deferido, em 14-8-44.

6.609/40 — Pedro Soares da Silva — Martinho — Campos — Transferência de engenho de Inês Angélica da Silva — Anexo: 2.306/38 — Deferido, em 14-8-44.

4.298/43 — Tristão Pereira Cardoso e José Paulo dos Santos — Itapecerica — Transferência de engenho de rapadura e remoção do mesmo — Deferido, em 14-8-44.

ESTADO DO PARA':

4.054/41 — Amadeu C. Pinheiro e Sampaio C. Irmãos — Abaeté — Transferência de engenho — Deferido, em 11-8-44.

2.957/41 — Augusto Coimbra — Breves — Modificação de inscrição — Arquive-se, em 11-8-44.

ESTADO DA PARAIBA:

6.564/41 — José Francisco de Paula Cavalcanti e Maria Augusta Cavalcanti Lins — Espírito Santo — Transferência de engenho "Eng. Massangana". Deferido, em 27-7-44.

4.021/41 — Ana Rolim Andrade e Antonio Alves de Sousa — Jatobá — Transferência de engenho — Deferido, em 11-8-44.

5.234/40 — Antônio Cavalcanti de Carvalho — Serraria — Transferência de engenho de Manuel Florentino da Rocha — Deferido, em 11-8-44.

6.617/41 — Elvidio Duarte dos Santos Lima — Serraria —Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 11-8-44.

3.261/39 — Epitácio Américo Madruga — Areia — Transferência de engenho de Francisco Gonçalves Viana. Anexo: 2.910/39 — Deferido, em 11-8-44.

2.684/42 — João Pedro de Freitas — Vva. e Aprigio Gomes de Sá — Cajazeiras — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 11-8-44.

5.375/42 — João Serafim de Lima e Francisco Vitor — Catolé do Rocha — Transferência de engenho de rapadura e remoção. Anexo: 5.238/40 — Indeferido, em 11-8-44.

1.211/43 — José Ernesto Bezerra Cavalcanti — Bananeiras — Permissão para fabricar rapadura em seu engenho de aguardente e modificar o maquinismo do mesmo — Deferido, em 11-8-44.

2.816/41 — José Jardim Carneiro — Pombal — Transferência de engenho de Umbelino Eliseu de Almeida e remoção — Deferido, em 11-8-44.

5.231/40 — Manuel João da Silva — Itapo-

ranga — Transferência de engenho para José Claudino Rafael — Deferido, 11-8-44.

4.377/44 — Manuel dos Santos Silva e Targino Pereira da Costa — Riachuelo — Venda de maquinismo — Arquive-se, em 11-8-44.

1.270/41 — Lino Ferreira de Morais — Bonito — Transferência do engenho de João Eduardo Pinto Ramalho e remoção — Deferido, em 11-8-44.

7.004/40 — Mariano Barbosa — Bananeiras — Aumento de limite de rapadura — Deferido, em 11-8-44.

ESTADO DE PERNAMBUCO :

25.722/44 — Anacleto Rodrigues Esteves e Laura Lins de Araujo Esteves — Amaragí — Transferência de engenho — Deferido, em 27-7-44.

25.723/44 — Antero de F. dos Santos Pimentel e Luis e Terezinha Cisneiros de Almeida — Aliança — Transferência de engenho — Deferido, em 27-7-44.

25.726/44 — Antonio Xavier de Morais e José Inácio de Andrade Lima — Vicencia — Transferência de engenho — Deferido, em 27-7-44.

3.818/43 — Artur Pacífico de Araujo — Pereira — També — Retificação de nome — Arquive-se, em 27-7-44.

15.120/44 — Cristiano S. A. Falcão — Cabo — Solicita autorização para moer canas na Usina "Massuassú". — Arquive-se, em 27-7-44.

25.713/44 — Feliciano do Rêgo Cavalcanti de Albuquerque e Cia. Agro-Indus. N. S. do Carmo — Vitoria — Transf. de usina e modif. de nome — Deferido, em 27-7-44.

25.714/44 — Francisco Correia dos Santos e outros e Pedro Diogo de Melo — Vicência — Transferência de engenho de açúcar — Anexos n.º 3.268/42, n.º 1.653/39. — Deferido, em 27-7-44.

25.706/44 — João Cavalcanti de Petribú — (Va. e herds.) e Usina Petribú Ltda. — Carpina — Modificação da firma — Deferido, em 27-7-44.

2.311/43 — Joaquim Pedro Ximenes — Rio Formoso — Aumento de limite de açúcar — Arquive-se, em 27-7-44.

25.707/44 — Joaquim Teixeira de Melo e Levi Teixeira de Melo — Garanhuns — Transferência de engenho e modificação do nome do mesmo para "Inhumas" e não "Teixeira de Melo" — Deferido, em 27-7-44.

3.270/41 — José Alventino Lima e Manuel Justiniano da Fonseca — Belem — Inscrição de engenho — Aprovado, em 27-7-44.

25.710/44 — José Alves Gondim Sata e Manuel Alves Gondim — Salgueiro — Transferência de engenho — Deferido, em 27-7-44.

25.712/44 — Leoncio Francisco Gomes (Espolio) e Horácio Rodrigues Esteves — Amaragí — Transferência de engenho — Deferido, em 27-7-44

25.709/44 — Levino Mathias dos Santos e Luiz Mathias Leite — Salgueiro — Transferência de engenho — Deferido, em 27-7-44.

4.883/42 — Maria Amelia de Siqueira Brito — Vanderlei — Rio Formoso — Solicita autorização para moer canas na Us. Trapiche do Munc. de Serinhaem — Arquive-se, em 27-7-44.

25.708/44 — Severino Cirilo de Vasconcelos Dutra — Timbaúba — Incorporação de quota de produção de engenho "Volta". Arquive-se, em 27-7-44.

2.768/41 — Benita Corrêa de Oliveira — Goiana — Transferência inscrição de Ana Ernestina Corrêa de Oliveira — Deferido, em 11-8-44.

3.041/43 — Cia. Agro-Industrial. Usina Caxangá S.A. e Usina Caxangá S.A. — Ribeirão — Modificação de firma — Deferido, em 11-8-44.

26/43 — José de Azevedo e Silva — Bezerros — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 11-8-44.

4.718/40 — L. Araujo Irmãos & Cia. S. Lourenço — Modificação de firma para Leoncio Gomes de Araujo — Deferido, em 11-8-44.

ESTADO DO PIAUÍ :

4.815/42 — Antonio João Portela de Macedo e Antônio de Deus Carvalho — Valença — Transferência de engenho e de rapadura — Deferido, em 11-8-44.

2.447/41 — Francisco José Carvalho — S. Pedro — Transferência de engenho de Guilhermina Falcão Teixeira — Deferido, em 11-8-44.

2.880/39 — Francisco Pereira de Brito — Amarante — Transferência de engenho para Moreira & Irmão — Deferido, em 11-8-44.

1.746/41 — Jaime Martins Nogueira — Valença — Transferência de engenho de Olimpio Silva Nogueira — Deferido, em 11-8-44.

4.175/41 — João Francisco da Silva e João Alves de Macedo — Castelo — Transferência de engenho — Deferido, em 11-8-44.

810/42 — Joaquim Marcos da Silva e Benedito Nunes Filho — Oeiras — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 11-8-44.

2.752/41 — Maria Borges Silva — Oeiras — Transferência de engenho de Antonio Calixto dos Santos — Deferido, em 11-8-44.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE :

863/38 — Francisco Cardoso Gomes da Silva — S. José do Mipibú — Transferência do engenho "Olho d'agua de Vera Cruz" de propriedade de João Gomes Pinheiro — Deferido, em 11-8-44

4.339/43 — Francisco Fernandes de Queiroz e Francisco Fernandes de Queiroz Herds. — Martins — Transferência de engenho — Deferido, em 11-8-44.

1.164/39 — Mario Teixeira de Carvalho — Canguaretama — Aumento de limite de produção — Arquive-se, em 11-8-44.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL :

3.178/43 — João Pedro Mallman e Floriano Scheeren — Estrela — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 27-7-44.

ESTADO DO RIO :

24.906/44 — Antonia de Sousa Gomes e Usina São José S/A — Campos — Reclamação de fornecedor contra Usina. Anexo: 3.849/40 — Aprovado, em 27-7-44.

24.187/44 — Reclamação de Miguel Ribeiro,

Venâncio contra Carlos Salvador Bastos Nogueira — Campos — Arquive-se em 27-7-44.

4.061/40 — Antonio Porfírio de Araujo — — Entre-Rios — Transferência do engenho de Lauriano da Cunha Teles — Deferido, em 11-8-44.

4.575/43 — Luiz Gomes do Rosario — Campos — Solicita seja o nome retificado de Luiz Ribeiro para Luiz Gomes do Rosário — Deferido, em 11-8-44.

2.089/38 — Romário Alves de Oliveira — Itaperuna — Inscrição para fabricar açúcar turbinado — Arquive-se, em 11-8-44.

ESTADO DE SANTA CATARINA :

5.952/41 — Antônio Lamin Filho e Usina de Açúcar Adelaide S.A. — Itajaí — Incorporação de quota — Arquive-se, em 11-8-44.

17.055/44 — Empresa Industrial de Gaspar Ltda — Gaspar — Sôbre transferência de quotas de fornecimento de canas — Arquive-se, em 11-8-44.

4.856/42 — Lino Steinbach e João José Loch — Palhoça — Transferência de engenho—Deferido, em 11-8-44.

4.202/43 — Manuel Alexandre Reinert e Francisco Sebastião Peixer — Tijucas — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 14-8-44.

ESTADO DE SÃO PAULO :

2.408/42 — Antonio Duarte Penteado e Antonio Lopes da Silva — Piracicaba — Transferência de engenho de açúcar — Engenho "Penteado" — Deferido, em 27-7-44.

1.450/42 — Antonio Martuci — Itapira — Substituição de maquinaria — Aprovado, em 27-7-44.

4.228/43 — Antonio Pinto de Faria e Raul Pinto de Faria — Jacareí — Transferência de engenho de rapadura. Anexo : 4.229/43 — Arquive-se, em 27-7-44.

3.879/43 — Artur Lavoura — Casa Branca — Baixa de inscrição de engenho de rapadura — Arquive-se, em 27-7-44.

1.409/42 — Joaquim das Neves e Takaiuki Butuem — Santo Anastacio — Transferência de engenho de rapadura. Anexos: 1.410/42 — 1.411/42. Deferido, em 27-7-44.

2.732/43 — Lázaro José Ferreira — Santa Cruz do Rio Pardo — Baixa de inscrição — Deferido, em 27-7-44.

975/44 — Mario A. Pereira de Barros — Brotas — Comunica que vendeu ao Sr. Pedro Saturnino de Oliveira a terça-parte da Usina Varjão, passando a mesma a pertencer à firma Mário A. Pereira de Barros e Pedro Saturnino de Oliveira. — Deferido, em 27-7-44.

4.227/43 — Moacir de Carvalho Ramos e Altino Candido Garcia — Cajurú — Transferência de Usina de açúcar — Arquive-se, em 27-7-44

6.366/40 — Albina Pinto de Sousa — Cabreúva — Transferência de engenho de Braz Pinto de Sousa — Deferido, em 11-8-44.

1.008/37 — Antonio Custódio de Siqueira e Benedito Boaventura de Faria — Natividade — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 11-8-44.

2.756/36 — Benedito Antunes da Silva — Duartina — Inscrição de fábrica de rapadura — Arquive-se, em 11-8-44.

1.427/43 — Ernesto Nobis e Viuva Francisco Maximiano Junqueira — Igarapava — Reclamação de fornecedor de canas — Aprovado, em 11-8-44.

456/44 — Francisco Dias de Carvalho — Paraibuna —Mudança do engenho do munic. de Paraíbuna para o de Redenção — Deferido, em 11-8-44.

3.932/41 — Geraldo Garcia — Colina — Modificação no engenho: de força animal para força hidráulica — Arquive-se, em 11-8-44.

720/43 — Hilário Clivati e Agostinho Antônio de Arruda — Pirajú — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 11-8-44.

3.878/43 — Irmãos Monteiro — Penápolis — Substituição de moendas. Anexo: 6.543/40 — Arquive-se, em 11-8-44.

314/44 — João Batista Bueno — Monte Aprazivel — Desistindo da sociedade com Manoel Vieira e solicitando continue a inscrição de seu engenho de rapadura, em seu nome individual — Deferido, em 11-8-44.

6.699/40 — José Felipe Pereira, Vva. — Pontal — Transferência de engenho para Bortolo Carolo. — Deferido, em 11-8-44.

4.005/39 — Luiz Grupi — Botucatú — Transferência de fábrica de aguard. de Sebastião Gonçalves da Silva. Anexo : 215/38 — Deferido, em 11-8-44.

471/44 — Pedro de Alencar — Itararé — Solicita licença para interromper suas atividades de fabricante de aguardente no ano de 1943 e autorização para reinício em 1944 — Arquive-se, em 11-8-44.

1.600/42 — Pedro Tomé ou Pedro Tomás dos Santos e Salvador Tomé & Irmãos — S. Manoel — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 11-8-44.

906/40 — Silvestre Ferraz Igreja — Pirajú — Instalação de caldeira — Arquive-se, em 11-8-44.

2.342/42 — Usina Costa Pinto Limitada — Piracicaba — Reconsideração do ato do Instituto que estipulou a quota de 1.447 scs. para engenhos que lhe foram incorporados — Arquive-se em 11-8-44.

1.890/43 — Vicente Guidugli — Sertãozinho — Fixação de quota de fornecimento de cana à Usina Schmidt. — Indeferido, em 11-8-44.

10.263/44 — Angelo Marquesi — Tabatinga — Liberação de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

4.010/43 — Antonio Batista da Silva e Joaquim Procópio de Araujo Carvalho — Pedregulho — Transferência de quota de produção — Deferido, em 14-8-44.

25.876/44 — Antonio Fachardo Junqueira — Amparo — Liberação de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

27.389/44 — Eduardo de Faria Braga — Santa Branca — Isenção de taxa de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

3.869/43 — Esmeralda e Dulce Paternost Sales — Nova Granada — Baixa de inscrição de enge-

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Orçamento

Têrmo do acôrdo celebrado entre o Govêrno da União, o Estado do Rio de Janeiro, o Instituto do Açúcar e do Álcool e o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, para desenvolvimento do programa de trabalhos da Estação Experimental de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Aos 26 dias do mês de agôsto do ano de mil novecentos e quarenta e quatro, presentes na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, o respectivo Ministro de Estado, Doutor Apolônio Jorge de Faria Sales, devidamente autorizado pelo Decreto-lei n.º 6.040, de 25 de novembro de 1943; e os Srs. Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool; Comandante Ernani do Amaral Peixoto, Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro e Julião Nogueira, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, acordam a prestação de auxílios à Estação Experimental de Campos, com o objetivo de ampliar seus trabalhos de investigação agronômica e de assistência à lavoura canavieira.

Cláusula primeira — O Govêrno Federal concorrerá, anualmente, para a manutenção da Estação Experimental de Campos, com um cota nunca inferior a duzentos mil cruzeiros (Cr$ ...... 200.000.000), consignações e sub-consignações normais do Orçamento Geral da União.

Cláusula segunda — O Govêrno do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto do Açúcar e do Álcool e o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, concorrerão, para auxílio das atividades experimentais e de assistência à lavoura canavieira da Estação Experimental de Campos, com as cotas anuais de cento e cinqüenta mil cruzeiros (Cr$ 150.000,00) e cem mil cruzeiros (Cr$ 100.000,00), respectivamente.

Parágrafo único — Fica facultada aos plantadores de cana do Estado do Rio de Janeiro a participação no presente acôrdo, mediante a lavratura de um têrmo aditivo, tão logo seja constituida a respectiva associação de classe.

Cláusula terceira — As contribuições indicadas na cláusula segunda serão depositadas, no início de cada ano, na Agência do Banco do Brasil em Campos e passarão a constituir o Fundo de Desenvolvimento da Estação Experimental de Campos.

Cláusula quarta — O Fundo citado na cláusula terceira ficará à disposição da Estação Experimental de Campos, sendo movimentado pelo respectivo Chefe, que aplicará seus créditos no pagamento das despesas de qualquer natureza necessárias ao desenvolvimento do programa de trabalho de experimentação e de assistência à lavoura canavieira e à indústria açucareira.

Cláusula quinta — Tôdas as rendas decorrentes de trabalhos custeados pelos créditos do Fundo serão incorporadas ao mesmo.

Cláusula sexta — O contrôle da aplicação dos créditos do Fundo ficará a cargo de um Conselho Fiscal constituído por um representante do Ministério da Agricultura e um representante de cada uma das entidades que contribuem para o Fundo.

Cláusula sétima — Anualmente, será apresentada ao Conselho Fiscal, pelo Chefe da Estação Experimental de Campos, o plano dos trabalhos a serem custeados pelo Fundo o qual deve se entrosar no programa geral de atividades técnicas do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. Depois de aprovado pelo Conselho, será o referido plano submetido à decisão do Sr. Ministro da Agricultura .

Cláusula oitava — No fim de cada exercício financeiro, será, também, apresentada ao Conselho Fiscal, pelo Chefe da Estação Experimental de Campos, a prestação das contas pagas com os recursos do Fundo.

Cláusula nona — Além das reuniões para os

---

nho de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

4.341/44 — Irmãos Carvalho & Cia. — Matão — Liberação de 18.000 litros de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

4.012/43 — Manoel Pereira e Gabriel Tomaz de Carvalho — Cajurú — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 14-8-44.

13.534/44 — Maria Seixas Ferreira — Taquaritinga — Liberação de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

4.001/43 — Osvaldo Lupi — Cabreúva — Liberação de sua produção de aguardente — Arquive-se, em 14-8-44.

3.297/43 — Otaviano Borges de Carvalho e Rivadavia Marcondes de Andrade — S. João da Bôa Vista — Exclusão do município S. João da Bôa Vista, na requisição de aguardente, adotada pela Resolução 65, de 20-8-43. — Arquive-se, em 14-8-44.

ESTADO DE SERGIPE :

3.970/43 — Antonio Mesquita e Indústrias Reunidas Senhor do Bomfim, Ltda. — Estância — Transferência de engenho de aguardente e álcool — Deferido, em 11-8-44.

26.358/44 — Rosalvo Moura de Freitas e Joel Acioli de Faro — Sirirí — Reclamação de fornecedor — Ao Dr. Castro Azevedo, em 14-8-44.

fins citados nas cláusulas sétima e oitava, o Conselho Fiscal poderá se reunir o número de vêzes que fôr julgado necessário.

Cláusula décima — Deverá ficar condicionada à homologação do Conselho Fiscal a admissão de pessoal técnico que perceber vencimentos pagos pelo Fundo.

Cláusula décima primeira — Todo o material adquirido e tôdas as obras construídas com os recursos do Fundo serão incorporados ao patrimônio da Estação Experimental de Campos, passando a constituir bem da União.

Cláusula décima segunda — A duração do presente convênio será de cinco exercícios financeiros, podendo ser prorrogado a Juízo das partes acordantes.

Cláusula décima terceira — O presente acôrdo entrará em vigor, logo após a sua publicação no "Diário Oficial" da União.

E para firmeza e validade do que acima ficou estipulado, lavrou-se o presente têrmo no livro de acordos a cargo da Secrêtaria de Estado dos Negócios da Agricultura, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes já mencionadas, pelas testemunhas. — **Almachio Campos** e **Urbano Câmara** e por mim. — (Assinatura ilegível), Oficial Administrativo, classe K, da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração que o lavrei.

Rio de Janeiro, 26 de agôsto de 1944. — **Apolônio Sales. — Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. — Ernani do Amaral Peixoto. — Julião Nogueira. — Almachio Campos. — Urbano Câmara.** — Assinatura ilegível.

(D.O.", 30-8-44.)

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONOMICA

DISPENSA

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, resolve dispensar, a pedido, o Sr. Ariovaldo Viana das funções de Presidente da Comissão de Racionamento de Combustível Líquidos e Sólidos do Estado de São Paulo, criada pela Portaria n.º 19, de 17 de novembro de 1942.

Em 24 de agôsto de 1944. — **Anápio Gomes**.

(D. O., 25-8-44.)

DESIGNAÇÃO

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, resolve designar o Dr. Zoroastro Leme para Presidente da Comissão de Racionamento de Combustíveis Líquidos e Sólidos do Estado de São Paulo, criada pela Portaria n.º 19, de 17 de novembro de 1942.

Em 24 de agôsto de 1944. — **Anápio Gomes**.

(D. O., 25-8-44.)

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

ARGENTINA

No seu número de abril, "La Industria Azucarera" alude à situação de alarma que se manifestou em várias províncias argentinas em conseqüência da falta de açúcar para abastecer as necessidades normais de várias localidades.

Informa que os estoques de açúcar nas fábricas e nos depósitos particulares e oficiais demonstram que não existe falta de açúcar e o que há, na realidade, é escassez de meios de transporte para levar o produto a todos os núcleos de população do país. Êsse problema do transporte está sendo objeto de estudos pelas autoridades e interessados.

CANADA'

O Congresso da Província de Ontário — informa "Sugar" — aprovou uma lei, aumentando o subsídio estadual aos plantadores de beterraba açucareira de 55 cêntimos para $1,55, por quintal de açúcar produzido. O aumento é aplicável ao ano-safra que termina em 31 de março de 1945.

O ministro da Agricultura, Sr. T. L. Kennedy, declarou que essa medida foi tomada em reconhecimento pela contribuição que a produção açucareira vem dando ao esfôrço de guerra e atendendo ainda a que o govêrno do Domínio não pode dar a devida assistência à indústria.

Na área de plantio de Chatham, na Província de Ontário, processa-se agora um movimento no sentido de conseguir que os nipo-canadenses voltem a trabalhar nos campos de beterraba, como aconteceu em 1942. Êsses elementos não voltaram a trabalhar o ano passado, porque a isso se opuseram o conselho municipal da cidade de Chatham e outras organizações locais.

CUBA

Luis Mendoza & Cia., de Havana, informam no seu habitual comunicado para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", número de 1 de junho:

"Não sabemos o que existe no fundo de recentes informes telegráficos, que falam de uma possível suspensão temporária dos direitos aduaneiros que incidem sôbre o açúcar cubano, suspensão que se poderia fazer sem intervenção do Congresso, desde que os govêrnos cubano e norte-americano agissem como vendedor e comprador no momento de ser negociada a safra açucareira de Cuba.

Seria essa uma maneira hábil de encorajar os produtores cubanos, por intermédio de preços mais compensadores, sem elevar o "ceiling" com risco de inflação, uma vez que os produtores cubanos não podem receber subsídios diretos do govêrno dos Estados Unidos. Talvez as autoridades norte-americanas tenham afinal reconhecido que o açúcar foi colocado sob o regime de "ceiling" muito antes de outras utilidades básicas e que o "ceiling" é completamente inadequado e ainda que a chave da situação pode estar num acôrdo inter-governamental em virtude do qual Cuba se beneficiaria de subsídio de 75 cêntimos por 100 libras, deixando aos produtores norte-americanos quaisquer outros subsídios.

Êsses 75 cêntimos não estavam na idéia que os produtores cubanos faziam de um preço justo. Não seria mau que afinal de contas isso fôsse alguma coisa mais do que um sonho".

EGITO

A produção de açúcar bruto no Egito, na safra 1942/43, se elevou a 209.000 toneladas curtas, ou seja um aumento de 19 por cento sôbre as 175.000 toneladas produzidas na safra anterior. Antecipou-se que a produção de 1942-43 seria muito maior; todavia a escassez de adubos, as condições de tempo desfavoráveis e a impossibilidade de restaurar ou substituir os equipamentos deteriorados contribuíram para restringir os rendimentos da safra. A estimativa para a safra 43/44 é idêntica à de 42/43.

Durante a safra 42/43, 14.000 toneladas de açúcar refinado e 26.000 de bruto foram dadas como disponíveis para outros fins que não os de consumo interno. Espera-se que o govêrno, em 1943/44, libere 56.000 toneladas de açúcar refinado e 7.000 de bruto.

Em novembro do ano passado, a Société Generale des Sucreries et de la Raffinerie de

l'Égypte, a única emprêsa refinadora do país, aumentou o preço do açúcar no retalho de um terço. O preço de varejo que vigorova em abril dêste ano corresponde a 11,64 cêntimos. A citada emprêsa alegou que o aumento de preço foi determinado pela necessidade de atender aos baixos rendimentos da cana e aos mais elevados custos de produção.

ESTADOS UNIDOS

"O Globo", edição de 21 de agôsto último, publicou o seguinte telegrama :

"NOVA YORK, agôsto (Especial para "O Globo") — Técnicos norte-americanos e cubanos acreditam que o abastecimento de açúcar aos Estados Unidos sofrerá uma situação de escassez, no próximo ano, situação essa que determinará a intensificação das restrições do sistema de racionamento. O Sr. Ramiro Collazo, de Havana, ligado aos interêsses do mercado do açúcar, declarou que, em 1944, Cuba exportará para os Estados Unidos 5.500.000 toneladas de açúcar, ou sejam pràticamente 100 por cento da produção cubana. O ano de 1945, entretanto, declarou o Sr. Collazo, verá uma redução de 20 a 25 por cento na produção cubana de açúcar. O Sr. Collazo atribui essa redução ao fato de que os plantadores cubanos não se dedicarão à cultura da cana e à produção de açúcar sem uma garantia preliminar da Commodity Credit Corporation, que não realiza operações de compra para prazos superiores a doze meses".

— A National Sugar Refining Company e companhias que lhe são subsidiárias registraram, em 1943, uma renda líquida de..... 5.086.708 dólares, depois de feitos os necessários descontos para os fundos de depreciação e reserva, mas sem que se fizessem naquela cifra descontos da taxa do impôsto de renda e provisões para casos de emergência. A mesma renda em 1942 foi de 2.896.966 dólares. Descontados o impôsto de renda federal e o impôsto sôbre lucros extraordinários, mais uma verba de 480.000 dólares para casos de emergência, a renda líquida transferida para os lucros foi de 1.426.708 dólares, o que corresponde a 2,51 dólares para cada ação da emprêsa. No ano anterior, a renda líquida transferida se elevou a...... 1.683.935 dólares, ou seja um lucro de 2,96 dólares, por ação. Os impostos de renda federal e sôbre lucros extraordinários excederam os de 1942 em 2.258.000 dólares.

O presidente da emprêsa, Sr. Ellsworth Bunker, no seu relatório, informou que 91 por cento da renda da mesma em 1943 resultaram das suas operações de refinação, enquanto, em 1942, a refinação representou apenas 44 por cento da renda.

O balanço de 1943 acusa uma soma disponível de 5.025.261 dólares e um aumento de capital de 10.142.662 para 13.249.662 dólares. Depois de deduzidos 849.446 dólares para substituir material das instalações e 568.815 dólares de dividendos pagos durante o ano, o lucro líquido ascendeu a....... 7.336.893 dólares contra 7.328.446 no ano anterior. A despesa com melhoramentos subiu a 47.365 dólares, a mais baixa até agora registrada em um ano, o que, aliás, se deve às restrições, oriundas da guerra, sôbre materiais. O presidente Bunker salientou que as dificuldades de melhorar as instalações durante a guerra determinarão maiores gastos depois do conflito para manter a eficiência das fábricas.

— A revista "Sugar" dedica o seu editorial do número de maio à discussão dos problemas de planificação econômica no após-guerra. Referindo-se particularmente à indústria açucareira escreve :

"Existe uma ecpécie de planificação que pode ser executada pela própria indústria e esta consiste no estudo dos pontos fracos da organização e do equipamento, de maneira que a indústria fique em condições de reduzir o custo de produção e melhorá-la e assim poder enfrentar a competição que se verificará com a volta às condições normais. As emprêsas açucareiras podem certamente beneficiar-se com êsses estudos. Uma pesquisa mais ampla que encerra grandes possibilidades é a de procurar novos e mais largos empregos para os sub-produtos. A experiência da guerra fêz surgir novas indústrias e deu uma importância inesperada a outras. As indústrias químicas realizaram grandes progressos e nelas se encontram maiores oportunidades para a utilização dos sub-produtos da indústria açucareira. Êsse assunto tem merecido de nossa parte dedicada atenção".

— Afim de estimular o uso de ovos pelos panificadores, fabricantes de sorvetes e ou-

tros industriais que empregam açúcar, a Work Progress Administration resolveu, em junho, conceder-lhes uma quota adicional de emergência de açúcar.

— Durante o primeiro trimestre dêste ano, informa Lowry, as entradas de açúcar estrangeiro nos Estados Unidos foram um pouco inferiores à quantidade que se considerava necessária para atender à distribuição das quotas fixadas, sem sacrifício dos estoques. Essa deficiencia foi suprida pela importação de 500 mil toneladas em abril. O total das importações elevou-se, nos quatro meses iniciais dêste ano, a 1.580.233 toneladas contra 1.320.772 toneladas no mesmo período de 1943.

INGLATERRA

Notícias de Londres para a revista norte-americana "Sugar", a propósito da situação financeira de várias emprêsas britânicas ligadas à indústria do açúcar, revelam que The British Sugar Corporation, que tem o monopólio da produção de açúcar de beterraba, obteve em 1943 um lucro líquido de 107.000 libras contra 123.000 ganhas em 1942. A emprêsa manteve, todavia, o seu dividendo de 4 e meio por cento. O govêrno aumentou de um milhão de libras o subsídio pago à referida companhia, atendendo a que o aumento verificado no preço das beterrabas não foi acompanhado de um aumento correspondente no preço do açúcar. O subsídio govêrnamental elevou-se assim a 4.947.000 libras.

A firma Tate & Tyle Ltd., acrescenta a informação, obteve o ano passado um lucro de 509.000 libras contra 503.000 em 1942. Essa firma explora o negócio de refinação.

— A autorização dada ao Ministério da Alimentação para adquirir todo o açúcar exportável das colônias britânicas, até o fim de 1946, assegura à Inglaterra o direito a todos os suprimentos que se produzirem nas Indias Ocidentais e na África. Ao mesmo tempo garante aos produtores coloniais um mercado seguro a preço fixo, desde que êles entreguem ao Ministério os seus excessos exportáveis na sua totalidade.

O govêrno decidiu ainda elevar para 400 mil toneladas a quota máxima de açúcar das colônias com direito à tarifa preferencial. Cada colônia terá direito a uma quota preferencial igual a um terço da média das suas exportações nos três anos que precederam o ano fiscal de 1944/45. Anunciou ainda o govêrno inglês que, depois da guerra, pretende fazer uma revisão completa dos acordos preferenciais.

MÉXICO

Segundo informações de Lamborn, divulgadas no seu boletim de junho dêste ano, o México devia ter fornecido naquele mês aos Estados Unidos de 14.000 a 20.000 trabalhadores agrícolas para serem empregados nas culturas de beterraba norte-americanas, que estavam ameaçadas de séria crise por falta de braços. Êsses trabalhadores serão aproveitados em quinze Estados produtores, juntamente com 40.000 cidadãos mexicanos que já servem na lavoura dos Estados Unidos. O govêrno mexicano, além de aumentar a sua quota de trabalhadores, ainda forneceu transporte ferroviário para os mesmos.

REPÚBLICA DOMINICANA

Durante o mês de março último, registraram-se na República Dominicana cifras "record" tanto para a produção como para a exportação de açúcar. Em fevereiro dêste ano, os estoques de açúcar bruto no país atingiram a cifra de 464.000 toneladas curtas, a mais alta até agora. Nos começos de março, a indústria se viu a braços com a escassez de mão de obra e de transportes. Os apelos da Associação de Produtores foram, porém, atendidos e, em conseqüencia, as exportações lograram atingir no referido mês um total superior a 130.000 toneladas. Por outro lado, a produção, no mesmo período, foi de...... 108.000 toneladas, enquanto o consumo local não ia além de 3.000 toneladas. Em 31 de março os estoques de açúcar se elevavam a 439.000 toneladas.

Como os estoques foram proporcionalmente reduzidos e a produção já ultrapassou o seu ponto máximo, não há perspectivas de dificuldades quanto ao problema da estocagem.

Até 31 de março, a produção de açúcar desta safra era de cêrca de 299.000 toneladas, ou seja quase 28 por cento a mais do que em igual periodo da safra 1942/43. Êste elevado nível de produção, verificado na sa-

O FUTURO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA CUBANA

Cirilo L. Romero (*)

Que será da nossa indústria açucareira depois da guerra? Eis a pergunta que frequentemente se ouve nos círculos interessados de Cuba. Aliás, uma pergunta difícil de responder, pois envolve profecia. Contudo, uma predição pode-se adiantar com segurança e esta é a seguinte: depois da guerra a indústria cubana deverá enfrentar, mais cedo ou mais tarde, uma forte concorrência e sòmente sobreviverá se estiver preparada para essa prova. Esta é a lição da história, a lição que se aprende examiando os acontecimenos dos últimos trinta anos. A história, sabe-se, costuma repetir-se ao longo de grandes linhas e às vezes tambem em detalhes. E' bem possível que, ao fim desta guerra, a história venha a repetir-se de tal maneira que tenhamos novamente um período pacífico de restrições artificais sôbre a produção e a troca de utilidades entre as nações.

Não devemos, portanto, criar ilusões de que desta vez as coisas são diferentes. Devemos começar desde logo a preparar um plano capaz de dar à nossa indústria elementos que lhe permitam resistir à luta que certamente virá, talvez três ou quatro anos depois de encerrado o conflito. Convém que êsse plano inclua medidas relacionadas tanto ao setor agrícola como ao industrial, pois em ambos resta muito o que fazer para tornar possivel a produção de açúcar a baixo preço. O custo de produção mais baixo é a chave do plano de defesa. Não é preicso dizer, parece-me, que o preparo dêsse plano deve ser liderado pelos industriais. Êstes não devem esperar pela ação do govêrno. Outra lição que a história nos ensina é a de que a política e os negócios não se coadunam.

Pretendo ser específico sôbre os pontos que o plano deve incluir e mencionarei alguns deles, de acôrdo com os limites traçados a êste artigo. E. desde logo quero referir-me a um que de há muito reclama atenção. E', na verdade, chocante o fato de que a indústria açucareira cubana, a maior do mundo, ainda não disponha de uma estação experimental própria para investigar e estudar os seus problemas. Na parte agrícola da indústria, um trabalho que se impõe à primeira vista é o do desenvolvimento de novas variedades de maior rendimento cultural e mais resistentes às doenças. E' indispensável determinar qual é a variedade que melhor se adapta a cada tipo de solo. A construção de sistemas de drenagem e irrigação, para as zonas que os exigem, é outro problema da maior importância. Deve-se igualmente estudar o aproveitamento dos resíduos de fabricação como adubos. Como um meio de reduzir o custo de produção, merecem atenção os sistemas de cultivo em cooperação com equipamento mecânico; os velhos carros de boi devem ser substituidos logo que o permitam as circunstâncias, por métodos mais eficientes. A cana de açúcar é talvez a única matéria prima que é paga levando-se em conta apenas o seu pêso, sem se considerar a sua qualidade e o seu rendimento, uma prática anti-econômica que precisa ser modificada, mediante um esfôrço coordenado de todas as partes interessadas.

No que diz respeito ao setor industrial, muita coisa resta a fazer. Um bom número de usinas é bem equipado, bem dirigido e conta com técnicos e operários capazes; outras, porém, deixam a desejar e daí resultam perdas e altos custos. Essas usinas, se quiserem resistir aos reajustamentos do após-guerra, devem procurar resolver os seus problemas agora, enquanto dispõem de tempo e dinheiro. Se não o fizerem, a sua sorte será a mesma de um exército mal equipado e mal dirigido. Os equipamentos antiquados e deficientes devem ser abandonados ou substituidos, não imediatamente, é claro, mas tão depressa quanto seja possível. De igual importância, fundamental mesmo, é a substituição dos homens incompetentes que se encontram em postos de direção. Nesses postos, devem ser conservados técnicos de reconhecido valor, bem pagos, com autoridade bastante para dizer se os equipamentos, os processos de trabalho, são de natureza a garantir os resultados esperados.

O aproveitamento de dois dos principais subprodutos — os melaços e o bagaço — oferece um

(*) O autor é Secretário da Associação de Tecnologistas de Açúcar de Cuba.

---

fra 43/44, foi resultado da sêca, que permitiu se fizessem com a máxima eficiência as operações de colheita e moagem; e também devido à circunstância de que muitas centrais dispuseram de grandes quantidades de canas em boas condições e de alto teor de sacarose.

De acôrdo com essas indicações, pode-se esperar que a produção de açúcar nesta safra se eleve a 550.000 toneladas, o maior volume já produzido numa estação na República Dominicana.

RUSSIA

Segundo estatísticas divulgadas nos Estados Unidos, através do "Foreign Commerce Year Book", a Rússia exportou para o estrangeiro 5.140.000 dólares de produtos de açúcar, em 1935; 7.357.000, em 1936;...... 7.695.000, em 1937, e 7.151.000 em 1938.

terceiro campo e também extenso de pesquisas. Toda a nossa produção de melaços está sendo transformada em álcool, aquí ou nos Estados Unidos. Convém lembrar que a atual grande procura de álcool industrial decorre das necessidades da guerra e não será permanente. O primeiro objetivo da indústria açucareira cubana deve ser o de conservar o mercado de álcool para fins carburantes. Esta deve ser uma conquista permanente, justificada pela necessidade de ajudar a indústria básica do país a sobreviver depois da guerra. Tratando-se de uma questão de importância vital, tanto para a indústria como para o país em geral, é preciso que aos esforços dos produtores se juntem os do govêrno, visto que conservar aquele mercado não será fácil, pois os interesses dos industriais do petróleo, poderosos e bem organizados, naturalmente oferecerão resistência. Durante muito tempo, os interesses do petróleo conduziram uma campanha visando desacreditar o álcool como combustível. Foi preciso uma guerra das proporções da atual para demonstrar que o álcool é tão bom quanto a gasolina e até melhor sob certos aspectos, e ainda que uma mistura bem proporcionada de álcool e éter é superior a ambos. Em tempos normais. o consumo de gasolina em Cuba é de 50 a 55 milhões de galões. A mistura de álcool equivalente varia de 56 a 61 milhões de galões. A quantidade de melaços finais necessária à fabricacão daquele volume de carburante varia de 140 a 153 milhões de galões. Ora, uma safra de 4 milhões de toneladas longas produz cêrca de 182 milhões de galões de melaços residuais, ou seja o bastante para cobrir as nossas necessidades de carburante, deixando ainda um saldo de 30 a 40 milhões de galões para exportação. E êste excesso poderia ser vendido por um preço compensador, porquanto a retirada do mercado de 150 milhões de galões naturalmente provocaria uma melhoria de cotacão. Os industriais do açúcar devem considerar êsse aspecto do problema como bastante importante para justificar um sério esforço no sentido de conservarem o mercado do álcool carburante. A guerra lhes deu uma oportunidade de capturar êsse mercado e provavelmente não aparecerá outra.

Com relação ao bagaço, todos sabemos que é uma excelente matéria prima para fabricar celulose e que esta tem um sem número de aplicações industriais. Com resultados animadores, alguma coisa já se fez nessa direção. Entretanto, há ainda muito o que fazer. E' do interêsse dos industriais da cana que as pesquisas nessa direção sejam concluidas com êxito. Um simples cálculo indica as possibilidades que oferece o emprêgo do bagaço. Com uma safra de 3.800.000 a 4.000.000 de toneladas, se todas as canas moídas forem convertidas em açúcar bruto. podem ser salvas cêrca de 400.000 toneladas de bagaço. Na hipótese de ser um volume de canas correspondente a 500.000 toneladas de açúcar bruto transformado em melacos invertidos, teremos uma quantidade adicional de bagaço de 81.000 toneladas. Calcula-se que 2,5 toneladas de bagaço sêco pode produzir uma tonelada de polpa para papel. Nessa base. pode-se obter 156.000 a 162.000 toneladas de polpa. Por outro lado, se o bagaço for aproveitado para queimar nas caldeiras forneceria um equivalente de combustível de 509.000 a 530.000 barrís de óleo, ou sejam 21.400.000 a 22.300.000 galões.

Apresentamos aquí apenas alguns problemas que a indústria deve procurar resolver pelos seus próprios esforços, no sentido de obter uma redução de custo e maior lucro. O exame dêsses problemas torna manifesta a importância de uma estação experimental destinada a realizar trabalhos de pesquisa de acôrdo com a orientação sugerida. A inversão de capital que se fizer para a instalação será recompensada muitas vezes, sem falar em que a estação poderá ajudar a salvar grandes capitais da ruina em futuro incerto. As linhas mestras do trabalho que esboçamos para a reconstrução da indústria açucareira cubana depois da guerra podem ser assim resumidas: a) redução do custo de produção pelo aperfeiçoamento das práticas e métodos industriais e agrícolas; b) conservação do merado interno de álcool-motor, como uma possibilidade permanente de lucro e o aperfeiçoamento da fabricação do álcool para êsse fim; c) instalação de orgãos científicos e técnicos, destinados a estudar os problemas relacionados com o aproveitamento dos sub-produtos da cana. A indústria açucareira cubana sòmente poderá sentir confiança no seu futuro se, desde agora, iniciar as medidas indispensáveis à execução do plano aquí apresentado.

(Traduzido de "Sugar", maio, 1944.)

ESTUDOS SOBRE A DISTILACÃO DO ALCOOL INDUSTRIAL NOS ESTADOS UNIDOS

"A Manhã", edição de 30 de agôsto último, publicou a seguinte nota: "Segundo informações obtidas na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, o Ministro Apolônio Sales, quando de sua última viagem aos EE. UU., recebeu da firma Joseph S. Seagram & Sons, Inc., de Louis Villell, Kentucky, o oferecimento de uma oportunidade de estudos de aperfeiçoamento para seis rapazes brasileiros na especialidade de distilação de álcool industrial.

Êsses estudos, que se destinam a pessoas até 28 anos de idade, possuidoras de cursos técnicos superiores relacionados com a especialidade, serão feitos mediante admissão dos candidatos como empregados da firma com o salário de $ 37,50 por 40 horas de trabalho semanais. Será de um ano a duração dêsses estudos.

Tratando-se de uma oportunidade oferecida aos moços brasilerios, o Ministro Apolônio Sales está tomando as providências para que se ultimem com bom êxito as entabulações já feitas por S. Exa., nesse sentido.

Para êsse fim, o titular da Agricultura colocou os seis lugares à disposição do Departamento Administrativo do Serviço Público (2), da Associação Brasileira de Imprensa (2) e da União Nacional dos Estudantes (2)".

S. A. LES USINES DE MELLE

ALCOOL ANIDRO

Processo de recuperação das leveduras

Fabricação direta do álcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas
Amalia	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Catende	30.000
Cambaíba	10.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Junqueira	20.000
Laranjeiras	15.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Paineiras	5.000
Pontal	10.000
Pumatí	22.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luiza	5.000
Santa Maria	10.000
Santa Teresinha	30.000
São José	25.000
Serra Grande	12.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assú	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Volta Grande	5.000
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL	
Distilaria Central Estado do Rio	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
32 distilarias	553.000 litros de capacidade diaria

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

FERMENTAÇÃO

MELLE — BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas
Amalia	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Cambaíba	15.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Cupim	20.000
Fazenda Lidia	5.000
Laranjeiras	15.000
Leão (Utinga)	10.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Outeiro	30.000
Paraiso (Tocos)	15.000
Piracicaba	15.000
Pontal	10.000
Porto Feliz	20.000
Pumatí	22.000
Pureza	6.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Roçadinho	7.000
Santa Bárbara	8.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luiza	5.000
Santa Maria	10.000
Sapucaia	6.000
São José	30.000
Serra Grande	15.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assú	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Vassununga	5.000
Vila Raffard	20.000
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL	
Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central da Bahia	12.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
40 distilarias	595.000 litros de capacidade diaria

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO

na fermentação de:
açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais...

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9. andar — salas 17/18 — Tel 23-3081

O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

Basilio de Magalhães

I

Cêrca de duas centúrias após o descobrimento desta nossa vasta e privilegiada porção do Novo-Mundo foi que patenteou ela à desmarcada ambição humana as suas mais consideráveis opulências metálicas: a extração do ouro de bêtas e veieiros começou em fins do século XVII; e a cata dos diamantes iniciou-se nos primeiros anos do segundo quartel do século XVIII.

Das duas mais importantes riquezas vegetais, que tornaram cobiçavel a nossa terra pelos europeus da orla atlântica setentrional, e que foram as de maior rendimento para os conquistadores ibéricos, nos primórdios da colonização, só uma foi encontrada aquí, sendo exótica a outra.

A primeira foi o "pau-brasil", a **ibirápitanga** ("madeira-vermelha") dos tupís da costa, leguminosa depois cientìficamente denominada **caesalpinia echinata** e também vulgarmente conhecida por "pau-de-Pernambuco" (revela êste topônimo que alí foi que mais a contrabandearam piratas e corsários do Velho-Mundo, "pau-rosado" e "sapão" (vocábulo que nada tem com o aumentativo de "sapa" ou de "sapo", pois que procede do birmanês **supã** ou do malaio **sampã**).

Tão prestigiosa foi ela, que não só batizou definitivamente a colônia luso-americana (primitivamente chamada "Ilha-de-Vera-Cruz" e "Terra-de-Santa-Cruz"), singularizando ainda pela forma gentílica os naturais da mesma ("brasileiros", isto é, "negociantes de pau-brasil", ao invés de "brasilienses" ou "brasilianos"), como até serviu de base aos arrendamentos efetuados por D. Manuel-o-Venturoso, cujo restrito interêsse para com o descobrimento devido a Cabral só se explica pela fascinação que lhe estava causando a miragem das Indias Orientais.

Mau grado não se haver de todo esclarecido até agora o curioso assunto, parece fora de dúvida que os contratos de 1503 a 1506, 1506 a 1509 e 1509 a 1512 foram firmados por aquêle soberano com um consórcio de mercadores lisboetas (talvez cristãos-novos), chefiado por Fernão de Loronha (cognome depois alterado para Noronha), sogro de Pedro Álvares Cabral. Nesse período de exploração do Brasil pelos intrépidos mareantes lusos, — após a fundação de Cananéia por um bacharel degredado, mestre Cosme Fernandes (que depois se estabeleceu na ilha de São-Vicente e foi, por fim, um dos fundadores de Iguape), — veio a expedição de Gonçalo Coelho (1503/1504), seguida das que, pertencentes ao "Trato do Brasil" ou clandestinas, arrojaram às nossas plagas náufragos mais tarde famosos, como Diogo Álvares ("o-Caramuru"), entre 1509 e 1510, na baía de Todos-os-Santos, João Ramalho e Antônio Rodrigues, entre 1510 e 1512, no litoral vicentino. O fato mais notável da fase final do arrendamento encabeçado por Fernão de Noronha ocorreu em 1511: foi a vinda da nau "Bretoa", documentada pela "Relação" de Duarte Fernandes ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", tomo XIV, págs. 107/109).

De 1512 até data ignorada (talvez até ao fim do reinado do sobredito monarca), o arrendamento da Terra-do-Brasil foi feito por um armador e capitão-de-navios, Jorge Lopes Bixorda, conforme narra Damião de Góis, em sua "Crônica de el-rei D. Manuel", asserto que, não obstante o desapôio de Antônio Baião, mereceu homologado por João Lúcio de Azevedo, em seu substancioso trabalho "Épocas de Portugal econômico" (pág. 246). Jorge Lopes Bixorda foi, seguramente, quem mais teve de enfrentar, sem o menor auxílio das armas do reino, a ininterrupta audácia dos entrelopos do pau-brasil, quase todos procedentes de portos da França setentrional, principalmente Saint-Malô, Honfleur e Dieppe.

Tendo falecido D. Manuel em 1521, coube ao seu sucessor, D. João III (1521/1557), tomar as providências que urgentemente reclamava a defesa da então mais preciosa das mercancias naturais da nossa terra, dando também início, logo depois, à colonização regular desta, a princípio por meio do erário régio e mais tarde à custa de particulares, do que resultou, afinal, o lançamento dos verdadeiros alicerces da civilização do Brasil. Deram-lhe com razão os seus mais idôneos biógrafos o agnome de "o-Colonizador".

Além de "capitanias-de-mar", criadas pelo filho de D. Manuel-o-Venturoso, e uma das quais foi confiada a Pero Cápico em 1522 ou 1523, vieram depois bem apercebidas esquadrilhas de guarda-costa, comandadas por Cristóvão Jacques (1526/1528) e Antônio Ribeiro (1528/1530), às quais se seguiu a de Duarte Coelho (1530/1531), cuja atividade se limitou à região pernambucana, predileta dos contrabandistas da **ibirá-pitanga.**

Varnhagen, em sua "História geral do Brasil" (veja-se a pág. 109 do vol. I da 3ª ed. integral), chegou a admitir a existência de uma feitoria em Pernambuco, em 1516; mas isso foi esclarecidamente contestado por seu primeiro anotador, o insigne mestre Capistrano de Abreu. A verdade sôbre a atuação de um dos citados comandantes de esquadrilhas de guarda-costa, a tal respeito, no setor nordestino do Brasil, é a que se encontra à pág. 128 da obra do citado historiador sorocabano: "Jacques alcançou a costa do Brasil no fim do dito ano (1526), e, fundeando no canal que separa do continente a ilha de Itamaracá, deu alí princípio a uma casa de feitoria, no sítio que se chamou dos **Marcos**, em virtude dos que depois aí se colocaram para têrmos de demarcação, no próprio continente, quase em frente da entrada do sul do mesmo canal, e da antiga vila da Conceição, situada a cavaleiro, na própria ilha. Esta feitoria, ou outra a par desta, passou, ao que parece, a ser estabelecida pelo mesmo Jacques no pôrto de Pernambuco..."

E' bem provável que de alguns sobreviventes de tais feitorias se haja servido Duarte Coelho, para fundar em Pernambuco, a 27 de setembro de 1530, o povoado que consagrou a "São-Cosme-e-São-Damião", depois popularmente encurtado para "Vila-dos-Cosmes" e finalmente transformado na atual cidade de Iguaraçú. O filho de Gonçalo Coelho moveu crua guerra aos **caetés,** que naquelas plagas ajudavam os traficantes franceses na aquisição do pau-brasil, e dessa violência promanou a tremenda vingança, exercida por aquêles selvícolas cêrca de um quarto de século mais tarde, quando, a 16 de junho de 1556, trucidaram 98 dos 100 portuguêses escapos com vida ao naufrágio do navio "Nossa-Senhora-da-Ajuda" nos baixios de Dom-Rodrigo, contando-se entre as vítimas o ex-donatário do Ceará, Antônio Cardoso de Barros, e o primeiro bispo da colônia luso-americana, D. Pero Fernandes (que nunca usou oficialmente o cognome paterno de "Sardinha").

Trinta anos depois do descobrimento da nossa terra pela frota de Pedro Álvares Cabral, ainda não existia nela nenhum ponto fortificado e regularmente povoado, que lhe ajudasse a defesa do imenso litoral contra os entrelopos da **ibirá-pitanga.** E, como as esquadrilhas de guarda-costa haviam cuidado principalmente do setor de leste da nossa terra, o monarca enfim se lembrou do sul (e para isso sobejavam motivos, entre os quais o da expansão castelhana do Rio-da-Prata para o extremo meridional da linha de Tordesillas), para onde especialmente mandou a expedição dos irmãos Sousas.

A colonização espanhola caracterizou-se na América-do-Sul pelo aspecto mineral, ao contrário da portuguêsa, que teve aquí feição exclusivamente agrícola. E isso se tornou patente em vista dos resultados da expedição de Martim Afonso de Sousa, de quem era imediato seu irmão Pero Lopes de Sousa. Merece ela referências particulares, que serão feitas por nós mais adiante, por ter sido a iniciadora da mais segura e auspiciosa fonte de riqueza que teve o Brasil no século XVI: a sacaricultura. Cumpre-nos não olvidar que, desde o início dos vastos domínios de expansão européia, formados no Velho e no Novo-Mundo, até aos fins dos tempos modernos ou começos da idade contemporânea, foram três os produtos que tomaram, tanto na literatura histórica, quanto em obras científicas, a denominação de "gêneros coloniais": o açúcar, o algodão e o café. Foram êstes os soberanos do novo império econômico, que sucedeu ao das especiarias levantinas, já então relegadas para um segundo plano.

A expedição dos irmãos Sousas (dos quais teve acentuado relêvo, pela pena e pela espada, o mais moço, Pero Lopes), durou de 1530 a 1533. Extinguem-se, depois dela, as "capitanias-de-mar" e não vêm mais à nossa terra as "esquadrilhas-de-guarda-costa". Animou ela, de certo, D. João III a adotar aquí o regime feudal das "capitanias hereditárias", das quais, num total de 15, obtiveram Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa nada menos de um terço. E, como a êsse sistema faltasse um vínculo, que o solidificasse e unificasse, afim de evitar-lhe o completo malôgro, criou o referido soberano o governo-

geral instalado na cidade do Salvador em 1549. Data, portanto, de meados do século XVI a constituição política do Brasil para melhor regularização das relações entre a colônia e a metrópole.

Muito embora já repontassem sonhos de opulências metálicas (e é de notar que mais se cogitasse então de "esmeraldas" e de "prata" do que de "ouro" e de "diamantes"), tanto que logo se fizeram as primeiras "entradas" em busca da lendária **Sabaràbuçú** ("serra-resplandescente"), que representou no Brasil o papel do célebre **El-Dorado** da América espanhola, — as nossas primeiras riquezas foram, incontestàvelmente, o pau-brasil e a cana-de-açúcar, uma indígena e a outra de origem asiática.

Antes de volver o melhor da nossa atenção para a **saccharum officinarum**, cumpre-nos ainda deixar bem patente que uma não impediu a exploração da outra.

Enquanto crescia o número de engenhos por quase todo o litoral do Brasil de Tordesillas, onde se fixou a colonização lusitana, — a madeira preciosa, fornecedora de tinta rubra e exigida pelas fábricas de tecidos do Velho-Mundo, continuou a ser tirada das nossas matas da orla atlântica, para onde atraiu as tentativas de ocupação européia conhecidas pelas denominações de "França-Antártica" (1555/1567), na baía de Guanabara, e de "França-Equinocial" (1612/1615), no Maranhão. O pau-brasil constituiu monopólio da coroa, enquanto durou o período colonial, e passou nesse caráter para a nossa nacionalidade soberana. Chegou a servir de moeda, figurou em mercês e dotes, teve lugar de destaque nos orçamentos da nossa metrópole. Uma vez independente a nossa pátria, continuou o estanco até 1859, data em que foi abolido; mas a madeira de tinta ainda figurou em nossas pautas alfandegárias até 1877.

A influência do pau-brasil em nossa civilização foi exaustiva e competentemente estudada pelo coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, professor de história no Colégio Militar, em sua magnífica "Terra da ibirapitanga" (Rio, 1939). Conforme tive o grato ensejo de dizer-lhe por escrito, aí êle "esgotou as questões filológicas, econômicas, geográficas e históricas, concernentes ao lenho precioso, cujo nome se vinculou definitivamente à nossa pátria".

No próximo artigo veremos como foi que, a princípio paralelamente com a exploração do pau-brasil, e, depois, sobrepujando-a em muito, surgiu e medrou em nossa terra a sacaricultura.

Tanto a venda da **ibirá-pitanga**, quanto a indústria do anil, que também chegou a considerável desenvolvimento em nosso país quase ao findar o período colonial, perderam a sua razão de ser ante o progresso da química no bem denominado "século das luzes".

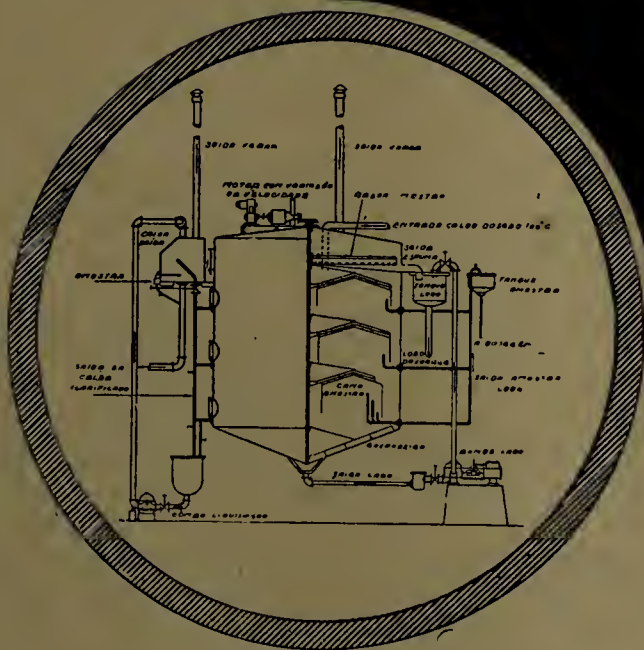
A **saccharum officinarum**, entretanto, triunfando sobretudo da concorrência da beterraba, que não dá para saciar a fome de açúcar do mundo adiantado, continua sendo, e sê-lo-á de certo ainda por muitos séculos, uma das mais firmes e avultadas fontes de renda do Brasil.

PEDIDA A EXTINÇÃO DO RACIONAMENTO DE AÇUCAR EM SÃO PAULO

O "Diário da Noite", desta capital, em 11 do corrente, publicou o seguinte telegrama :

"S. Paulo, 9 (Meridional) — A Associação Comercial de Ribeirão Preto dirigiu uma representação ao Superintendente da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo, solicitando a extinção do regime de racionamento do açúcar no interior do Estado.

Entre outras razões alegadas em favor da medida, destaca a da abundância do produto, sendo ressaltada a vantagem da reinstituição do regime de livre comércio para o açúcar.

A medida pleiteada está sendo objeto de estudos por parte do Superintendente da Comissão de Abastecimento."

USSELINCX E A FORMAÇÃO DA COMPANHIA DAS INDIAS OCIDENTAIS(1)

José Honório Rodrigues

Na história da formação do capitalismo, postas de lado as razões puramente econômicas: o comércio marítimo, abertura de novos mercados, novos centros de produção, afluxo de metais preciosos —. devemos estudar não só o desequilibrio provocado pelo rompimento moral com as idéias da idade medieval, como também as conseqüências dessa emancipação sôbre a vida econômica.

Rompidos os preconceitos medievais e desligados pela reforma calvinista das lições católicas em matéria econômica, era possível usar e abusar do crédito e da usura, condições indispensáveis para o crescimento do capitalismo.

As sociedades por ações formaram-se especialmente nos Países Baixos do Norte, onde a burguesia nascente se libertara dos conceitos anti-capitalistas e onde em número sempre crescente de refugiados religiosos ia buscar acolhida e asilo. Antuérpia tinha sido, até então, o centro econômico. Mas lá dominavam os preceitos católicos que dificultavam a adaptação completa ao sistema capitalista. A burguesia mais preocupada com sua libertação econômica e o desembaraço de suas atividades mercantis lançara-se ao calvinismo que, desde 1545, permitira e licenciara a usura. Não é exato que êstes fatores tenham condicionado a formação do capitalismo, mas é certo que, como resposta teológica às repercussões econômicas do capitalismo, o calvinismo preparou o espírito e libertou as consciências indecisas.

Entre os empresários e mercadores de Antuérpia se espalhara a nova doutrina, que significava uma acomodação moral às transformações econômicas e sociais da época.

O domínio do rei católico de Espanha era um obstáculo à expansão dos negócios capitalistas. Não é necessário, aquí, recordar os sucessos prolongados da luta nem o desfecho libertário dos Países Baixos do Norte.

Cumpre lembrar, apenas, que devido aos poderosos elementos de penetração e conquista do ativo e dinâmico clero calvinista (2) ao decidir-se a vitória católica do Sul, já esta não era mais o centro econômico do capitalismo mercantilista.

Os próprios mercadores e empresários haviam figudo para o norte. Alguns levavam suas fortunas, mas a grande maioria trazia apenas a experiência dos negócios. Os refugiados da Reforma alcançaram logo a Zeelândia e Dordrecht. As estatísticas publicadas por J. G. van Dillen, sob a base das admissões à burguesia de Amsterdam, provam que êles não mantinham esperanças de retôrno. (3).

Lá o calvinismo imperava solene e sem contestação. Começaram, então, a aperfeiçoar seus métodos, a aprender o ardor ao ganho e a ausência de escrúpulos. O calvinismo adaptara a alma neerlândica ao capitalismo que crescia sem obstáculos. A burguesia se sentia livre, sem peias, à vontade. E' certo que Calvino hesitara sôbre os abusos, mas é verdadeiro que concedera licença à usura, que até então era pecado sinistro.

Willem Usselincx fôra um dos que pedira refúgio à Holanda. Lá não só defendia suas convicções fanàticamente calvinistas, como, o que é importante, se sentia com fôrça para

(1) — No 3.º artigo de reparos e notas à **História do Açúcar**, de Edmundo O. von Lippmann, prometemos destacar e traduzir o trecho referente ao Brasil e ao açúcar que se encontra no folheto de W. Usselincx: **Vertoogh, hoe noetwendich, nut ende profijtelick het sy voor de vereenighde Nederlanden te behouden de Vryheyt van te handelen op West-Indien, Inden vrede metten Coninck van Spaignen**, de 1608, um dos três mais famosos folhetos da literatura econômica holandesa do séc. XVII.

(2) — Sayous, André — Lé rôle d'Amsterdam dans l'histoire du capitalisme commercial et financier. **Revue historique**, Paris, 1938, t. 183, p. 251.

(3) — J. G. van Dillen, **Bronnen tot de geschiedenis van het be-driefsleven en het gelde wezen van Amsterdam.** Haia, 1929, t. 1, p. XVIII e XXVI.

lançar-se a emprêsas sistemáticas de colonização. (4).

E' preciso não esquecer de mencionar entre os impulsos ao crescimento do capitalismo na Holanda a ação dos refugiados, que transformavam a fisionomia das cidades. Introduzem idéias novas e novas tendências, que se impregnam na vida urbana e alargam o espírito municipal. Os homens novos que se impregna mna vida urbana e alardefinitivamente com o mundo medieval e entregam-se a tôdas as audácias. (5).

Os Países Baixos aburguesaram-se e já era comum a referência à "nobre profissão do comerciante" e ao "honrado comércio" (6).)

No estudo da forma de organização comercial é que se pode sentir o aburguesamento da época.

As companhias de comércio dos Países Baixos foram as emprêsas mais famosas do período mercantilista, e os próprios Países Baixos a nação comercial mais odiada, admirada e invejada do século XVII. O comerciante holandês pode ser considerado, na história da Europa ocidental, o tipo burguês por antonomásia.

A organização da Companhia das Indias Orientais e das Indias Ocidentais merece nossa atenção como algo de novo e único na história das formas de sociedades comerciais. Como forma avançada de sociedade por ações, as companhias holandesas foram, realmente, um sinal dos novos tempos capitalistas.

Só a história da Companhia das Indias Ocidentais nos pode interessar. Nela vemos a expansão capitalista para a América, e nela apanhamos em ação o pensamento renovador de W. Usselincx.

Foi Willem Usselincx quem ideou e batalhou pela Companhia das Indias Ocidentais. Êle sentia-se na Holanda como em sua terra natal. Seu ódio aos católicos levava-o ao fanático desejo de tornar o mundo calvinista, inclusive as projetadas colônias da América do Sul. (7) Estas seriam estados teocráticos, como o de Calvino, domínios da fé que, irmã do capitalismo, preferia racionalizar a vida e considerar a pobreza pecado, ao contrário dos católicos peregrinos da América, que falavam das excelências da pobreza e do crime da onzena. Sua palavra predileta era também calvinista em assência: Ajuda-te a ti mesmo, e Deus te ajudará **(Helpt nu u in self, soo helpt u Godt).**

A vitória de seus ideais está ligada à vitória dos ideais capitalistas e calvinistas. Porque a Companhia das Indias Ocidentais, idéia de Willem Usselincx, só se pôde formar quando os calvinistas do Norte se convenceram de que só assegurariam a liberdade de religião e a liberdade comercial, que era o mesmo que capitalismo, quando pusessem em choque o poderio espanhol nas Indias Ocidentais. Tanto assim que no grande cisma do calvinismo (Sínodo de Dordrecht, 1619), o radicalismo calvinista, chamado gomarismo, porque Gomarus era o seu chefe, composto de partidários de Orange e da guerra, ao invés das tréguas com a Espanha, foi o vitorioso. Por isso Geyl (8) já escreveu que a Companhia das Indias Ocidentais foi criação da Contra Remonstrancia (gomaristas).

E' curioso que as grandes figuras do lado gomarista eram de emigrados do sul, entre as quais a de Willem Usselincx.

O grande projeto de Usselincx, ao qual devotou grande parte de sua vida, era o de estabelecer uma grande companhia de comércio, que não só abalasse o poder espanhol na América, como pudesse criar um comércio valioso para os Países Baixos.

E' preciso, pois, ver na luta anti-espanhola da Holanda a luta pelo capitalismo, pois a Espanha, até então, apesar do enorme tesouro americano, não se aburguesara. As cidades hanseáticas e especialmente os Fuggers, é que tinham, antes de Antuérpia e devido às colônias espanholas, se enriquecido.

Assim, a Companhia das Indias Ocidentais nasceu não só devido ao impulso político, mas, especialmente, por causa das riquezas americanas.

E' fora de dúvida que na organização da

---

(4) — Ligtenberg, C. — **Utrechtsche Bijdragen voor letterkunde en geschiedenis. IX. Willem Usselincx, 1915,** p. 57.

(5) — H. Pirenne, em **Les periodes de l'histoire social du capitalisme.** Bruxelles, Librairie du Peuple, 1922, p. 22, refere-se especialmente a W. Usselincx como como um dos "homens novos".

(6) — Cf. Eli F. Heckscher, **La epoca mercantilista,** México, Fondo de Cultura Economica, 1943, p. 723 e 724.

(7) — Ligtenberg, C. — **Uthechtsche Bijdragen voor letterkunde en geschiedenis. IX. Willem Usselinex, 1915,** p. 48.

(8) — P. Geyl, **The Netherlands divided** (1609-1648), Translated by S. T. Bendopf, London, William & Norgate, 1936, p. 194.

Companhia o Brasil e suas riquezas ocuparam papel preponderante. Basta lembrar que nas negociações para a fundação da Companhia, os magistrados de Amsterdam insistiram pelo adiamento, na expectativa da volta de Paulus van Caarden da costa do Brasil. Desejavam conhecer primeiro os resultados da expedição de van Caarden.

Os principais folhetos de Usselincx sôbre as vantagens da organização da Companhia são de 1608. Os dois primeiros, **Bedenckinghen over de staet vande Veerenichde Nederlanden** (Considerações sôbre o estado dos Países Baixos Unidos)) e **Naerder Bedenckinghen over de zee waendt** (Ulteriores considerações sôbre o comércio marítimo), publicados em janeiro ou fevereiro e em junho de 1608 têm um propósito comum: procuram influenciar os negociadores da paz entre a Holanda e a Espanha a continuar a guerra, pois com a paz o comércio das províncias do Norte declinaria e os refugiados voltariam à casa paterna. São apelos eloqüentes, cheios de patriotismo e de espírito público. Procurava Usselincx dirigir a opinião pública sôbre a importância da liberdade comercial para as Indias Ocidentais e sôbre as vantagens da guerra contra a Espanha. No primeiro folheto, acima citado, considerava as três fôrças de Amsterdam como sendo o tráfico de troca com todos os lugares da Europa, grande desenvolvimento do seguro e um grande comércio de comissão, que conduzia à constituição de grandes estoques.

O terceiro folheto, a **Exposição de como é necessário, útil e proveitoso aos Países Baixos preservar a liberdade de comércio com as Indias Ocidentais, na Paz com o Rei de Espanha**, é o que nos ocupa hoje. Publicado entre março e agôsto de 1608, quando as negociações tinham se orientado sob bases diferentes, êle procura fundar suas razões contra a paz e pela Companhia de comércio e navegação. E' Usselincx, portanto, o primeiro que discute o comércio das Indias Ocidentais. Menos vigoroso e entusiástico do que os dois primeiros, êste folheto apresenta para nós maior interêsse, pois aqui o econômico sobrepuja o político. Jameson escreveu que a **Exposição** é um dos melhores folhetos econômicos holandeses do século XVII. (9).

(9) — Jomson, J. F., **Willem Usselincx.** New. York, Putnam's sons, 1887, p. 45.

Willem Usselincx foi mais um mercador do que um escritor político. Seu estilo é simples e direto. Dá o seu recado sem subterfúgios. Era experto e arguto; explicava as coisas sem largo dispêndio de palavras.

E' preciso lembrar que Usselincx, tendo nascido em Antuérpia em junho de 1567, passou longo período de sua vida na Espanha, em Portugal, e depois nos Açores. Possuía, assim, larga experiência dos negócios luso-espanhóis e, o que interessava no momento, dos negócios americanos.

E' por isso que W. Usselincx foi o único em sua época a escrever que as riquezas das Indias Ocidentais não eram constituídas pela prata e o ouro, mas pelos produtos naturais, entre os quais destaca especialmente o açúcar. Assim, o açúcar do Brasil foi um dos principais fatores econômicos da organização da Companhia das Indias Ocidentais.

Veremos por outro documento, que publicaremos da próxima vez, que quando Usselincx quis, junto à côrte da Suécia, fundar outra companhia **(Söder Compagnie)**, o seu principal argumento foi a produção do açúcar brasileiro em 1641.

Êle não foi sempre vitorioso. A Companhia, que teve nêle seu principal batalhador, não lhe seguiu o orientação. Desejava êle organizar um sistema colonial na América, tornando-a um mercado melhor para a Europa, e não uma simples companhia interessada em operações militares contra a Espanha, ou na simples exploração mercantil dos recursos da América.

Convencido da decadência do comércio da India, propugnou pela América (10) e foi o primeiro a nos fornecer uma concepção inteiramente nova, restringindo a importância do capitalismo comercial, que se esforçava, apenas, pela acumulação do dinheiro, mas salientando as vantagens do capitalismo industrial, que continuamente procurava despojar as materias primas dos domínios e conseguir mercados para a manufatura pátria. (11).

Ligtenberg estudou meticulosamente seus planos de política colonial. A Companhia

(10) — Cf. Ligtenberg, C., obra cit., p. 57.

(11) — Cf. W. Van Ravesteyn Jr., **Onderzoekingen over de economische ende sociale ontwikkeling van Amsterdam gedurende de 16 de en het eerste Kwart der 17 de eeuw.** Amsterdam, S. L. van Looy, 1906, p. 222.

procurou apenas enriquecer-se pelo comércio e navegação, retirando dos domínios os produtos coloniais. Usselincx desejava formar colônias, onde, desenvolvendo o nível das populações, conseguisse abrir novos mercados para o crescimento industrial da metrópole. Foi, assim, o propugnador de uma forma mais avançada de capitalismo, como adianta Ravesteyn.

Sua obra panfletária foi enorme e as melhores bibliografias são as de Jameson (1887) e a de Catarina Ligtenberg (1915).

EXPOSIÇÃO DE COMO E' NECESSÁRIO, ÚTIL E PROVEITOSO AOS PAISES BAIXOS PRESERVAR A LIBERDADE DE COMERCIO COM AS INDIAS OCIDENTAIS, NA PAZ COM O REI DE ESPANHA. (*)

Trataremos, pois, agora, do comércio com as Indias Ocidentais, do qual muitos têm falado errôneamente. Dizem que êle é de pouca importância para nós, se aí não tivermos colônias, tanto mais que, desde as Tréguas, foi por nós abandonado o comércio que mantínhamos com êlas. Apreciaremos mais de perto essa opinião e procuraremos provar o contrário.

Afim de demonstrar que estas Províncias Unidas podem tirar grandes proveitos do comércio com as Indias Ocidentais, devemos saber, em primeiro lugar, em que consiste a maior riqueza dêsse comércio, que é mantido pelos espanhóis e, em segundo lugar, de que modo poderemos participar dêsses lucros. Finalmente, provaremos a utilidade, o proveito e poderio que daí resultariam para êstes países.

Geralmente se pensa que a maior riqueza dêsse comércio consiste nas minas de ouro e prata existentes na India. Há nisso um grande êrro. Ela reside nas várias frutas e plantas da India, tais como açúcar, gengibre, índigo, cochonilha, salsaparrilha e outras drogas, assim como nas várias espécies de madeiras, peles, pérolas e pedras, e, ainda, nos vários artefatos, mercadorias e gêneros que foram levados da Espanha para lá e dos quais vivem os negociantes, operários, marinheiros, agricultores e, em geral, tôda a comunidade.

O ouro e a prata dão um grande proveito ao rei, mas não à comunidade em geral. Os espanhóis que primeiro chegaram às Indias, tiraram grandes riquezas do ouro e da prata. Encóntraram-nos em grande abundância, porque os índios os vinham acumulando há longo tempo. Há muito, porém, que não são mais encontrados em grande quantidade, de modo que só se consegue aquêle que é tirado das minas, diràriamente, com grande esfôrço.

A riqueza já consiste nas mercadorias que são importadas e exportadas.

Afim de prová-lo, eu não farei uma longa descrição das riquezas que vêm das Indias Ocidentais, afora o ouro e a prata, mas citarei, sòmente, como exemplo, o Brasil, onde não existem minas de ouro e prata e que nada possui a não ser açúcar, algodão, pau-brasil, confeitos e gengibre, sendo de notar-se, além disso, que o gengibre não pode ser daí levado para a Espanha para que não se perca o de S. Domingos.

Apesar do que acabamos de dizer, o comércio do Brasil é o mais proveitoso de tôda a India. A êle deve Portugal sua existência e "desde que perdeu a Guinéia e as Indias Orientais, ao menos pouco proveito tira daí" e com êle os portuguêses mantêm seu tráfico, pois do Brasil se trazem, anualmente, um ano mais outro menos, entre 40.000 a 50.000 caixas de açúcar. Estas podem ser avaliadas (sendo que 2/3 são do Branco e sòmente 1/3 do escuro em 25 libras flamengas, em conjunto, cada caixa; supondo-se então que sejam 40.000 caixas e valendo cada uma 20 libras flamengas, importa o total em 800.000 libras flamengas, ou sejam 48 toneladas de ouro. Isso sem falar no pau-brasil, no algodão, e em outros artigos que também dão grandes riquezas. Acrescem, ainda, os produtos e outras mercadorias que são levados de Portugal e que devem equivaler ao açúcar.

Verdade é que de Portugal também se leva muito dinheiro para lá, mas isso se dá porque, do contrário, alí não se gastariam artefatos (manufactureen), a não ser aquêles que os próprios portuguêses usam.

Dos escravos, que são muitos milhares e

(*) — Tradução das p. 8-10 do folheto: **Vertoogh, hoe neotwendich, nut ende profijtelick hetsy voor de veereinighde Nederlanden te behouden de Vryheyt van te handelen op West-Indien, Inden vrede metten Coninck van Spaignen.** A tradução foi feita do exemplar existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de 20 p. inum.

que nada possuem, pois andam geralmente nus, nenhum proveito tiram a não ser o seu trabalho. Dos selvagens ou brasileiros não tiram vantagens, porque êles os desprezam, subjugam e conservam inexperientes.

Se nós, pelo contrário lá estivéssemos, tiraríamos grandes proveitos dos nossos trabalhadores e, com isso, grandes progressos faria o nosso comércio.

Podem-se, pois, fàcilmente avaliar as enormes riquezas que nos poderiam dar as mercadorias das Indias Ocidentais em geral e, mais ainda, quanto dariam as mercadorias de lá provenientes, porque na Nova Espanha e no Peru ainda existem, aquí e acolá, alguns índios civilizados e que andam vestidos.

Caso os espanhóis não tivessem pilhado, com a sua terrível tirania, os habitantes dos países que ocuparam, é indibitável que daí tirariam maior proveito do que tiram atualmente. Porque, então, os índios ter-se-iam tornado mais zelosos e teriam voltado ao trabalho, para perceber os seus frutos.

Agora, contudo, êsses países estão despovoados e os que ainda restaram estão de tal modo subjugados que não têm mais coração nem sentidos e quase prefeririam morrer a viver sob uma tal tirania.

Dêste modo demonstrei suficientemente em que consiste o valor do comércio com as Indias Ocidentais; a saber: nos bens e nas mercadorias que um país possui e o outro não. O ouro e a prata, todavia, podem tornar êsse comércio mais vantajoso.

O meio de se participar dêste comércio seria a fundação de algumas colônias. Para fundá-las bem, é preciso que prevaleça o conceito da Companhia das Indias Ocidentais, o qual, na época das Tréguas, poderia ser efetuado de maneira melhor, mais convenientemente, com menos despesas e menos perigos do que em tempo de guerra. Com os inimigos encontraremos dinheiro suficiente, sem que seja necessário empregar, para isso, os recursos dêste país, uma vez que não necessitamos nem a quarta parte do capital que seria preciso em tempo de guerra.

Poderiam também os Senhores Estados Gerais tomar a si a emprêsa e isso, a meu ver, seria ótimo, pois cada um dêstes países unidos poderia negociar com o Brasil (para lá), com licença dos Estados Gerais, e êstes estados teriam direito a um impôsto de 5 a 10%, depois de ter sido verificado que tal iniciativa é útil a êstes países e ao bem comum.

O ESCOAMENTO DA SAFRA PERNAMBUCANA DE AÇUCAR

O Sr. Presidente da República recebeu o seguinte telegrama:

"Recife, — A safra de açúcar 1943-44 de Pernambuco atingiu a cinco milhões e quatrocentos e setenta e seis mil sacos. Graças às providências determinadas por v. ex.ª, através da Coordenação Econômica, do Instituto do Açúcar e do Álcool e da Comissão de Marinha Mercante, aquela produção acrescida ainda de seiscentos mil sacos de estoque, que ficou retido da safra de 1942-43, foi pràticamente escoada para os mercados nacionais. Restam apenas quinhentos e seis mil sacos a embarcar. Êste fato assume tal importância para a economia nacional que me apresso em levá-lo ao conhecimento de v. ex.ª com as minhas mais vivas congratulações — Interventor Agamenon Magalhães."

HISTÓRIA DO AÇÚCAR NA PARAÍBA

Ademar Vidal

I

A nossa civilização começou na várzea. Veio de lá uma grande fôrça de animação impulsionada pela cana de açúcar. E ao braço escravo se deve uma contribuição notável de progresso material. Os senhores, na sua maioria, eram modestos, não viajavam, viviam sempre muito perto de seus negócios, raros sendos aquêles que mostravam um espírito arejado pelas "idéias avançadas" do tempo. Entretanto os que se destacavam foram, na realidade, homens de pulso, homens capazes pela inquietação de pensamento, pela vontade progressista, pelos arrojos nas iniciativas, homens que muito fizeram em favor da zona onde empregavam todos os esforços de sua atividade. Em conseqüência disso é que vamos encontrar alguns engenhos bons ainda hoje porque bem montados e com "assentamentos" de primeira ordem. Nesse grupo podem ser destacados Senhores verdadeiramente telúricos como Joaquim Francisco Vieira de Melo, o doutor Quincas, do "Engenho Novo"; Lourenço Bezerra de Albuquerque Melo "seu" Lola do "Outeiro"; Cel. José Lins, do "Corredor"; Henrique Vieira, do engenho "Itapuá"; João Vitorino Raposo, do engenho "Vigário"; João Cavalcanti Lins de Albuquerque, "seu" Joca da "Maravalha"; Cazuza Trombone, do engenho "Massangana"; muitos e muitos outros, entre os quais tem colocação especial o primeiro Senhor que fundou uma usina com os seus próprios recursos e animação: Gentil Lins de Albuquerque. Foi a usina "Bomfim", no engenho "Pau d'Arco", agora com o nome de "Santa Elena", já bastante melhorada, com novos maquinismos, pertencendo a outros donos. As demais usinas da várzea resultam de contribuição estrangeira ou nacional, isto é, de gente que não é do Estado, elementos semíticos interessados na exploração da cana.

Mas a intenção dêste estudo é diferente. Por ora vamos deixar a história da usina na Paraíba, pois teremos muito o que contar a seu respeito não só de bom, porém, de mau também. O banguê é que é o assunto central a desenvolver-se em seguida. A importância que êle ostenta em nossa vida de povo não pode ser escondida nem esquecida: tem poder suficiente para sair reclamando lugar de honra no que diz respeito à formação de nosso povo tão cheio de inquietações. Um povo tão vivo nos seus propósitos afirmativos e tão combatente no que estabelece como pontos de conquista a realizar. Aliás essa obstinada disposição vem de um acervo de circunstâncias por assim dizer com variados aspectos sociais e históricos. E por outro lado não resta dúvida que a cana de açúcar teve a sua quota de contribuição muito sensível na "tessitura dêsse complexo". E' uma história rica, essa da nossa várzea.

Logo depois do descobrimento, o português tratou de cultivar a cana em nossas paragens, tendo montado engenhos de caráter tão primitivo ao ponto do barro figurar como "elemento principal", em tôrno dêle girando a criação de todos os objetos. A não ser a moenda, as demais peças eram construídas de barro, do nosso escuro massapê que o rio Paraíba adoça todos os anos, trazendo **humus** do bom e do melhor. Não se tem notícia detalhada e segura dos primeiros "assentamentos". Mas como Portugal andava interessado em montar um parque industrial na colônia recém-nascida, sòmente êle, é justo pensar, poderia ter uma iniciativa concreta — e com o intuito mesmo de oferecer exemplo a seguir. De modo que João Tavares, que vinha de fazer a ocupação, depois de passar por lutas cruas, achou de dar o passo à frente e com um sentido nìtidamente oficial. Assim é que, por volta de 1586, fundou o primeiro engenho da Paraíba, isto é: com todos os **efes** e **erres**, onde o barro entrava com uma contribuição largamente exagerada. E êsse engenho foi o denominado Tibiri, que deve ser aquêle colocado ao lado esquerdo da estrada para Santa Rita, agora de propriedade dos Srs. Eitel e Telêmaco Santiago.

Nos anos que se seguiram provàvelmente outros foram postos a funcionar. A história, porém, menciona a data de 1613 como sinal da fundação do "Iubim" (Santos Cosme e Damião), do engenho do "Meio" (São Gabriel) e "Gargaú" (Santana) que significa: "água do peixe boi". E a Ambrósio Fernandes Brandão

coube a iniciativa de progresso. Tudo correu bem com a sua vida de homem. Mas logo após seu falecimento êles passaram a pertencer: "Iubim" a Luiz Brandão, "Gargaú" a Jorge Lopes Brandão, enquanto o engenho do "Meio" entrou a figurar entre os bens da Coroa Lusitana. Teve o colonizador a visão perfeita de que a várzea encerrava uma vasta riqueza a ser aproveitada e foi, por isso, que se resolveu explorá-la, plantando cana, incentivando a produção, oferecendo certas "facilidades iniciais", tudo fazendo por que a arrecadação dos impostos aumentasse o mais possível. Depois de montados numerosos banguês, entendeu de afrouxar a política de colocar-se à frente da fundação de engenhos, ficando de fora, olhando de longe, porém muito atento no fisco com o fim de evitar que o açúcar e a aguardente saissem como contrabando. Ou no "mole", como se diz atualmente. A fiscalização deveria processar-se com normalidade, tanto que as importâncias recolhidas eram relativamente notáveis. A relação existente demonstra um movimento significativo de comércio bastante animado.

O fato é que, por ocasião da ocupação holandesa, durante os dias que marcaram o início da presença do flamengo em nossas terras, já existiam 18 engenhos — todos êles arrolados na várzea. Eram: "Barreiras", "Tibiri" (o primeiro fundado e cuja denominação quer dizer: "água do pecado sodomítico") ambos pertencentes a Coroa; "Santo Amaro" e "São Filipe", de propriedade de Manuel Quaresma Carneiro; "Santo André", de Jorge Homem Pinto; "Reis Magos", de Francisco Valcacer; "Espírito Santo" e "Santo Antônio", ambos pertencentes a Manuel Pires Correia; "Itapuá", de Antônio Valadares; "Gargaú", "Iubim", "Engenho do Meio", como já ficou dito acima, todos três de propriedade de Ambrósio Fernandes Brandão; "Engenho Velho" e "Engenho Novo", fundado por Duarte Gomes da Silveira, que ainda fundou outro, o "Una", terreno adquirido por Sesmaria e que depois, já funcionando com boa safra, foi transferido a Antônio Pinto de Mendonça; "Maraú", que os padres do São Bento, "assentaram", tornando, com os melhoramentos introduzidos, um dos melhores engenhos da várzea no século XVII; e "Puchi" que tinha como proprietário André Dias de Figueiredo. Nesse rol falta acrescentar o "São João", fundado por Gerônimo Cadena, pertencente a Gaspar Acioli de Vasconcelos na época da invasão, sendo que êsse engenho foi onde nasceu André Vidal de Negreiros, que após se tornou o herói da campanha de expulsão dos súditos do conde Maurício. Tudo indica ainda que êsse engenho é a atual Usina São João, que neste século restabeleceu o nome antigo; ponto histórico sôbre o qual, aliás, parece não restar a menor dúvida.

À exceção dos engenhos de Duarte Gomes da Silveira e de Francisco Camelo Valcacer, todos os demais foram confiscados pelo govêrno holandês registrando a história a surprêsa causada pelo "gesto inesperado" de Duarte, que preferiu ficar logo de cama e mesa com o holandês a ter que arcar com as conseqüências da luta de ocupação. O amor aos bens materiais se fazia muito forte para resistir a tôda e qualquer influência de natureza nativista. Robert Southey conta a história sem deixar a menor desculpa de atitude. O inglês acrescenta ainda que "não eram os donos que cultivavão as terras, mas os chamados "lavradores das canas", e depois de tirado do açúcar o dízimo d'El-Rei, separavão-se três quintos para o senhor do engenho e o resto ficava ao lavrador" (1). Os proprietários preferiram enfrentar o tempo duro que se apresentava; não queriam ceder às exigências do flamengo: ter de conceder em alguma coisa, muito melhor seria resistir, pois o futuro haveria de trazer as suas compensações. Como de fato trouxe. Todos êles foram "readmitidos", menos Duarte — que ficou com a "sua história" um tanto arranhada.

Sendo dono de "Iubi" ou "Iubim" e outros engenhos, Ambrósio Fernandes Brandão é motivo de largas pesquisas, pois foi considerado como possìvelmente o Brandônio dos "Diálogos das Grandezas do Brasil", tendo até Capistrano de Abreu, no respectivo prefácio dêste livro, feito largos comentários de investigação. "Morava em Pernambuco em 1583, e acompanhou Martim Leitão em uma de suas expedições contra os franceses e índios do Paraíba, no pôsto de capitão de mercadores. Antes de 1613 estabeleceu-se na Paraíba, foi por muitas vêzes como capitão de infantaria à guerra contra os gentios petiguares e franceses". No mesmo ano possuía dois engenhos próximos à sede da Capitania chamados "Inobi", por outro nome de "Santos Cosme e Damião", e o do "Meio" ou "São Gabriel". E

(1) — Robert Southey, pág. 285, "História do Brasil", ed. de 1862.

não se demorou em pedir para fazer outro engenho na ribeira de "Gargaú", uma Sesmaria que de fato lhe foi concedida a 27 de novembro do mesmo ano". Depois diz que se ignora quando faleceu. "Já não era dos vivos quando os holandeses tomaram a Paraíba".

Veio a dispersão de elementos, vieram as perseguições — e a nobre luta generalizou-se principalmente na orla do litoral. "Os herdeiros de Brandão emigraram; a Companhia das Indias Ocidentais confiscou os três engenhos, vendeu-os a um negociante de Amsterdam chamado Isaac de Rosière, que ao "Inobi" crismou "Amistel", ao de "São Gabriel" crismou "Middelburg", ao de baixo crismou "La Rosière".

Com a restauração do domínio português, os referidos engenhos ficaram a depender de João Fernandes Vieira. Brandônio ou Ambrosio Fernandes Brandão (continuam as pesquisas sôbre a paternidade dos "Diálogos") escreve que "a Paraíba", por ser fertilíssima e lavrar muitos assucares nos engenhos, em que se fazem, que no seu distrito estão situados não poucos em numero, ocupa o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais Capitanias, etc". E depois assegura que tal posição é "porque dá ela rendimento à fazenda de Sua Majestade nos dízimos que se pagam da colheita de sua novidade de assucar", mencionando ainda outras fontes de rendas como o gado, a mandioca e mais legumes, subindo a colheita fiscal a uma soma superior a doze mil cruzados; "afora, o que lhe montam nas alfandegas do Reino os assucares que nelas entram levados nesta Capitania, que são em muita quantidade". Todo êsse açúcar se fabricava na várzea, nos banguês que funcionavam durante o verão, ajudados pela mão do negro escravo e poucos indígenas, reservando-se ao português o papel de dirigente — o senhor respeitado e apreciador das negrinhas que se punham moças.

A importância de um engenho enchia a preocupação não sòmente do particular endinheirado, aquêle que podia adquirir terras com o intuito de cultivá-las, mas até o govêrno também prestava tôda atenção a tais medidas de natureza social, uma vez que a colônia precisava de aumentar a sua área de trabalho e povoamento. "O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, além da casa do engenho, da de moradia, senzalas e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapê (de novecentas braças quadradas), além dos pastos, cêrcas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais". (2).

Êsse panorama de engenho era nacional, não compreendia distintamente o sul ou o norte, embora se destacasse aquí ou alí uma viva nota de caráter local, dependente ainda da educação adiantada ou atrasada do escravocrata.

Frei Vicente do Salvador, na sua monótona "História do Brasil", salienta que o sistema era "dos pilões", de mós e os de eixos, e êstes últimos foram os mais usados, que eram dois eixos postos um sôbre o outro, movidos com uma roda de água ou de bois, que andava com uma muito campeira chamada bolandeira, a qual ganhando vento movia e fazia andar outras quatro, e os eixos em que a cana se moia". A descrição tem muito de primitivismo. Porém, se entende. E o padre prossegue. "E além desta máquina havia outra de duas ou três gangorras de paus compridos, mais grossos do que tonéis, com que aquela cana depois de moida nos eixos, se esprimia, pera o que tudo e pera as fornalhas em que o caldo se coze e encorpora o açúcar era necessário uma casa de cento e cinqüenta palmos de comprido e cinqüenta de largo, e era muito tempo e dinheiro o que na fabrica dela e do engenho se gastava". As modificações existentes nas diversas zonas açucareiras eram relativamente insignificantes. O caráter era um só, pode se dizer mesmo: era geral na forma de constituição do engenho movido a água, a bestas e junta de bois, também pelo braço do negro, não havendo tração proveniente do fogo, coisa que muito depois é que veio a aparecer. Época em que as caldeiras passaram a funcionar, os motores de vários cavalos-fôrça puxando a moenda de ferro importada. Época em que os engenhos principiaram a ter alambiques de cobre. Mas no comêço o primitivismo do barro dominava.

Com o tempo, o engenho entrou a experimentar influências de fora, vindas do estran-

(2) — Porto Seguro e Rodolfo Garcia — "História Geral do Brasil", cit. de Roberto Simonsen, pág. 149, "História Econômica do Brasil".

geiro. Ainda é Frei Vicente quem nos dá conta disto. "Ultimamente, governando esta terra D. Diogo de Menezes, veio a ela um clérigo espanhol das partes do Peru, o qual ensinou outro mais fácil e de menos fábricas e custo, que é o que hoje se usa, que é sòmente três paus postos de por alto muito justo, dos quais o do meio com uma roda de água ou com uma almanjarra de bois ou de cavalos se move e faz mover os outros. Passada a cana por êles duas vêzes, larga todo o sumo sem ter necessidade de gangorras, nem de outra coisa mais que cozer-se nas caldeiras, que são cinco em cada engenho, e leva cada uma duas pipas pouco mais ou menos de mel, além de uns tachos grandes em que se põem em ponto de açúcar, e se deita em fôrmas de barro no tendal, donde se levam à casa de purgar, que é mui grande. E postas em andainas lhes lançam um bôlo de barro batido na bôca, e depois daquele outro, com que o açúcar se purga e faz alvíssimo". Acrescenta pitorescamente: "que se fêz por experiência de uma galinha, que acertou de saltar em uma fôrma com os pés cheios de barro e, ficando todo o mais açúcar pardo, viram só o lugar da pégada ficou branco". Êste regime primitivo foi o seguido pelos nossos engenhos da várzea. A maneira de fabricação do açúcar não atravessou breve período de modificações. Variadas modificações muito lentas e que vieram através de longo tempo, permanecendo os engenhos com o seu "caráter definido", até hoje mantendo êsse mesmo caráter, não obstante as inovações introduzidas com acêrto e sucesso econômico mesmo.

Êsse sentido econômico da política rural colonizadora mais se acentuou ainda com a vinda dessas "modificações", pois o aperfeiçoamento trouxe consigo outra mentalidade dominante, que começou a enraizar-se, estendendo as suas benéficas influências por todo o Brasil, isto é, pelas regiões canavieiras de Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba. E' verdade que a maioria dos nossos engenhos permaneceu no velho ramerrão descrito por Frei Vicente do Salvador (e ainda agora são encontrados na Paraíba engenhos movidos a água e a bestas — notadamente aquêles que se dedicam à fabricação de rapadura), porém assim não quiseram ficar alguns outros e, por êste "motivo científico", logo introduziram nas suas "gangorras" as novidades consideradas altamente produtivas. E de fato: os resultados econômicos tomaram corpo e fizeram com que o senhor entrasse a amealhar com maior abundância, pois o produto melhorou sensìvelmente as suas condições, sendo por isso mesmo mais procurado no comércio.

Mas a descrição dêsses núcleos de trabalho nunca será demais registrar com o fim único de que se estabeleça um confronto dos tempos passados com os atuais. Capistrano de Abreu, (3) fala dêsses hábitos e costumes. "Engenhos havia movidos por água e por bois; servidos por carros ou barcos; situados à beira-mar ou mais afastados, não muito, porque as dificuldades de comunicações só permitiriam arcos de limitados raios; havia-os suficientes para produzir mais de dez mil arrobas de açúcar e incapazes de dar um terço dessa soma. Imaginemos um engenho esquématico para têrmo de comparação: do esquema os engenhos existentes divergiam mais ou menos, como é natural. Essa divergência dependia das regiões ou então da mentalidade do senhor, pois havia-os atrasados e cruéis, enquando outros eram instruídos, um tanto liberalescos nas suas pernadas, gostando de viajar até a sede do govêrno da Capitania. "Devia possuir grandes canaviais, lenha abundante e próxima, escravaria numerosa, boiada capaz, aparelhos diversos, moendas de cobre, fôrmas, casas de purgar, alambique, devia ter pessoal adestrado, pois a matéria prima passava por diversos processos antes de ser entregue ao consumo; daí certa divisão muito imperfeita do trabalho, sobretudo certa divisão de produção". A respeito de produção, a troca se fazia com a mercadoria, sem entrar apenas dinheiro no meio, parecendo uma espécie de cooperativismo mal ou bem iniciado, desde que se tenha em mente o argumento de não haver prosseguido êsse regime de economia quase dirigida. Continua Capistrano, agora dizendo que "o produto era diretamente remetido para alémmar; de além-mar vinha o pagamento em dinheiro ou em objetos dados em troca e não eram muitos: fazendas finas, bebidas, farinha de trigo, em suma, antes objetos de luxo". E termina dizendo que "por luxo podiam comprar os mantimentos aos lavradores menos abastados e isto era usual", etc. Êsse procedimento teria afetado os holandeses quando de sua ocupação tanto que êles começaram

(3) — Na citada "Introdução" aos "Diálogos das Grandezas do Brasil".

a sentir a necessidade de plantar por sua conta e risco. Queriam açúcar. Não podiam esperar muito dos senhores de engenhos silenciosos e rebeldes na determinação de resistência passiva. O açúcar era tudo para a Capitania, não resta dúvida. Brandônio (4) chega a exaltar a lavoura da cana como sendo o "principal nervo e substância da riqueza da terra" — e se assim falava é porque tinha lá as suas razões positivas, pois tudo indica que, além de senhor de engenho na várzea da Paraíba, era um produtor adiantado, espírito culto e ágil, tanto que é apontado (Ambrósio Fernandes Brandão) como autor do famoso livro.

Há outras descrições feitas por historiadores que viram e tomaram as suas notas. Entre êles, como talvez o mais minucioso, pode ser destacado Domingos Loreto do Couto, pois que é fiel, cuidadoso e a tudo procurou registrar. A sua linguagem se mostra singela, porém conservando graça na expressão, além de uma minuciosidade fatigante. "A roda grande he conforme a ferida com que moe o Engenho, mas sempre deve ter cem palmos de circunferencia, pouco mais ou menos, e se faz de paus amarelos ou de pau darco com oito pessoas de cada banda, que com bôas escorvas, e bem juntas se segurão com pregos palmares, e cavilhas de ferro, e se juntão os dois arcos, presos na aspas, de sorte que pelo meyo delas vão os cubos que se ferrão por dentro desta roda com cocoeyras de amarelo, e depois se brea tudo em forma que se não aparte a agoa dos cubos, quando açouta nelas, para que assim faça mayor imprenção, e moa melhor, e com mais violencia". E prossegue, caracterizando-se sempre pelo espírito do detalhe. "Na junta do serrilho da parte da moenda está outra roda, a que chamão rodete, pregado somente com quatro aspas, e estas bem seguras no serrilho. Esta roda tem de circunferencia a terceira parte da que tem a roda grande, nela estão gravados dentes de pau do comprimento de hum palmo, e devem ser a terceira parte dos que tem a outra roda, chamada bolandeyra, que é do mesmo tamanho da roda de agoa; moe a bolandeyra deitada, e tem os dentes pela parte inferior com o que prende os dentes do rodete, de sorte que dando o rodete, e roda de agua trez voltas, da a bolandayra huma somente, Esta se segura em quatro aspas mayores, e quatro menores, em cujas pontas com cavilhas se prende a bolandeyra, e as aspas atravessão a emenda que vem do eixo do meyo, na qual se imprensa". O tom minucioso continua, nada ficando por ser contado. O que Loreto do Couto presenceou, ou examinou, teve a pachorra de descrever nos seus menores detalhes, tornando-se por vêzes até enfadonho. Mas o engenho dos séculos XVII e XVIII ficou retratado com fidelidade, não restando coisa alguma a acrescentar. O açúcar tem de passar por um processo muito primitivo para que possa afinal chegar ao ponto necessário. Foi o maquinismo revelado em pequena parte, como se viu muito faltando para que se tenha a idéia definitiva do que se encontra nas páginas de "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco"; e agora vamos a ver como saía o açúcar, embora que tenhamos de adotar o mesmo critério, isto é: não transcrever totalmente o que se contém nas páginas referidas.

Com o fogo na fornalha (no caso de engenho que queima lenha, não daqueles outros puxados a bestas, juntas de bois ou movidos a água), "o caldo exprimido cae na caixa, e dela passa por huma bica para hú paról de cobre e dali seguindo aquele caldo para ir por bicas á casa de caldeyras, e nelas se vai alimpando com huma escumadeyra de cobre botando-se agoa no caldo da cana com um ruminhol de cobre para fazer abater a fervura, e com decoada feita de cinza se alimpa. As escumas se deitão em hum coche de madeira, que está metido na terra ao pé das caldeiras, em falta de parol de cobre, e limpo o caldo se passa para huma vasilha de cobre, chamada pomba, em hum coche grande feito de madeira, que fica de alto, e dele se côa para outro mais pequeno por hum pano ralo. A este caldo chamão melado, o qual se deita em húma das quatro taixas que chamão de receber, e depois se reparte pelas outras chamadas de bater, desta passa para huma bacia grande de arrefecer, depois de se lhe ter dado o ponto necessario; e com huma repartideira se passa para as formas, que são feitas de barro abertas com hum furo na parte inferior, e ahí he mexido com huma espatula de pau, e tanto que esfria, coalha. Estando o assucar coalhado nas formas, e já frio carregão cada huma dous pretos para a casa de purgar. Esta casa he muito espaçosa para poder recolher grande numero de formas e dar logar para os tanques em que

(4) — ("Diálogos", cit.)

vay parar o mel, que corre das formas: nela se fazem os andaimes assoalhados de taboado furado, e nas abertas se assentam as formas, tendo por baixo taboa couvas, que chamão correntes, e tiradas as rolhas, cae nelas o mel e dahy corre para os tanques. Depois de escorridas as formas do mel, que nelas não chegou a coalhar, aparece o assucar seco, este se abate com macetas, e se lhe deita em sima barro branco bem amaçado em polme ralo, e se lhe vai deitando agoa em cima do barro mechendo este com a mão, para que faça o barro, goma, e com a humidade vay branquando o assucar". Com esta notícia se ficará inteiramente ao par da maneira como se fabricava o açúcar não sòmente naqueles séculos mas também no dezenove em tôda a extensão da várzea paraíbana. E ainda no momento atual — isto porque restam banguês conservando o seu velho caráter, pouco tendo passado por modificações sensíveis. Modificações lentas houve na quase total substituição do barro e da madeira pelo ferro e pelo cobre. O aço figura na primeira linha tanto que a moenda apresenta agora maior consistência. No aspecto geral, porém, revela o nosso engenho de açúcar ou rapadura a sua feição antiga, não obstante ser "a vapor".

A confiscação holandesa ficou desfeita, como já dissemos, quando êles foram expulsos pela bravura dos paraibanos, que dentro do século, embora ainda no período das experiências, já revelavam o seu tipo mais ou menos definido: mistura de português, índio e negro do bom, dos puros que conseguiram atravessar o tempo nas afirmações de caráter. Há a acrescentar outras contribuições valiosas, mas de menor importância, não na qualidade, mas no volume: o francês, o espanhol e flamengo e alguns poucos inglêses. Essa gente é que formou o povo paraibano, sendo que a interferência maior se deve às três raças referidas, coisa clássica entre os que estudam a criação brasileira de nacionalidade. Mas agora não é o momento para se falar sôbre assunto étnico não apenas vasto — e sim, e sobretudo: muito dificil de tratamento num pequeno relato de fatos com algumas impressões pessoais (os nossos historiadores gostam de aferrar-se às datas e aos "sucessos", nêles ficam patinando, e passando a fazer coisa de "reprodução fiel", porém, se esquecem de tirar qualquer interpretação, não têm coragem de fazê-lo ou então sentem deficiência intelectual, convindo cautelosamente evitar a terra frouxa de taboleiro) pouco ou nada desenvolvidas ao gôsto libertário do autor que sabe respeitar o que a história contém, mas costuma apegar-se um pouco ao seu "ponto de vista pessoal". Neste diapasão por certo que iríamos longe. E' urgente que se faça marcha a ré para recompor o fio da conversa.

Os holandeses confiscaram os engenhos e Duarte da Silveira preferiu aderir, mas ficaram umas aroeiras morais na resistência, deixando que o estrangeiro fizesse o que bem entendesse, confiantes que se achavam na ação de homens como André Vidal de Negreiros. E a vitória foi completa após uma luta que se tornou tremenda, muito demorada, cheia de altos e baixos, canaviais queimados na várzea para o flamengo não se aproveitar dêles, providências assim das mais decisivas e oportunas, trazendo consigo muito sentido moral. O verde da várzea ficou cheio de sangue e também de destroços que significavam a grandeza de épicos sacrifícios em que a vida dos engenhos figura com uma participação decisiva. Muito direta. Engenhos que reclamam defesa como relíquias de nossa história, não deixar que êles continuem a ser engolidos pelas usinas famintas, insaciáveis e até mesmo odiosas pela sua posição contrária aos interêsses do povo e sobretudo do Estado. Essas usinas precisam ser contidas na ganância para o seu próprio benefício de conservação.

Existem na propriedade ou engenho "Santo André" onde se localizara o arraial das fôrças portuguêsas-brasileiras-paraibanas (e também em "Gargaú) canhões deixados pelos soldados que lutaram na defesa da colônia. São canhões do tempo dos holandeses (felizmente são de ferro, pois se fôssem de bronze já estariam fundidos para os eixos gigantescos de moendas trituradoras) que urgem ser requisitados enquanto é tempo, pois aquêles engenhos se acham sob o domínio das usinas, são pontos altamente históricos e que, por isso mesmo, reclamam uma conservação carinhosa por parte de espíritos que não apreciam apenas os bens materiais da vida. No ilustre engenho "Iubim", acima aludido, foi onde se travou uma batalha das nossas fôrças com as do invasor, lá ainda hoje existindo, espalhadas na terra, balas de canhão que o povo, na sua ignorância, diz ser de "corisco". Ainda se vê no "Iubim" uma

linda capela consagrada a Santos Cosme e Damião — branca e ingênua, ostentando imagens antigas quase do tamanho natural, entre elas as daqueles santos da igreja. Êsses três engenhos "Santo André", "Gargaú" e "Iubim" reclamam um tombamento por parte do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico.

Com a expulsão dos invasores, foi nomeado governador João Fernandes Vieira, que fêz chamar os antigos senhores de engenhos e seus herdeiros para tomarem conta de suas propriedades, empenhando-se por incentivar a cultura da cana. Aquêles engenhos então foram vendidos, isto é: "Iubim", "Gargaú" e "Engenho do Meio" — pela importância de 14 mil cruzados ou sejam seis mil cruzeiros. Não pode continuar o abandono em que se acham êsses "monumentos históricos". Êles terão de ser tombados. O Govêrno Federal terá de assegurar uma interferência com o fim de agir em conformidade com as reclamações culturais e mesmo cívicas. E não sòmente êles (é verdade que contam com um acervo importante e por esta razão reclamam urgência) mas também os outros banguês da várzea que estão sendo modernizados e que dentro de breves anos nada restará de seu primitivo caráter. Convém desde logo se fazer um movimento de atenção para salvar o pouco que resta do passado por motivos fáceis de serem compreendidos até pelos abaixo de mediocre na inteligência e no preparo intelectual. E' uma defesa indispensável do esfôrço e da contribuição admirável dos homens que trabalharam, sofreram e morreram — que sobretudo contribuíram fortemente para o progresso não só material como também moral de nossa terra e de nossa gente.

Ainda podem ser arrolados engenhos que são autênticas preciosidades, senão legítimos representantes de um passado tão bem descrito por Loreto Couto ou Vicente do Salvador. Temos aquêles puxados a bestas e a juntas de bois. Temos aquêles outros movidos a água. São engenhos primitivos, apresentando o seu "caráter" colocado em primeiro degrau, onde o barro entra com a sua notável contribuição, não obstante a mistura com outras influências contemporâneas do aço, do cimento e da nova técnica. Mas ainda assim subsistem alguns banguês do tipo século XVII. Todos os apontados acima, cujos nomes foram seguidos na sua modificação através do tempo, são dignos de conservação integral como também merecem conservação, tal como se acham agora: Engenho Novo e Itapuá, Corredor e Outeiro, Itaipú e Lagoa Preta, Maravalha e Fazendinha, Massangana e Miriri, Santana e Maraú, Boa Vista e Gameleira, Jardim, Monge, São José, Canabrava, S. Lourenço, Angico, Niterói, Aurora e Pau Amarelo — engenhos pertencentes à família Lins ou sejam os Vieira de Melo, Leitão, os Cavalcanti de Albuquerque, Bandeira de Melo, Pessoa Lins, os Cesar, os Falcão, os Rego, os Marinhos, os Bezerra de Albuquerque, Barros Lins ou Lins de Barros. São engenhos que, na sua maioria, revelam enorme e prática modificação nos estilos de fabricar o açúcar, muita coisa se apresentando um tanto aproximada do regime mecânico das usinas. Ostentam uma semelhança comparada em 10%.

Os demais engenhos, aquêles que constituem minoria muito sensível, conservam a feição que deu origem ao banguê, onde tudo se mostra simples, muito pobre e sobretudo primitivo. Revelam singularmente a maneira como se fabricava o açúcar. Pode-se bem fazer uma idéia de sequência: como se iniciou, os melhoramentos posteriormente introduzidos, aquêles engenhos mais taludos na produção e na eficiência, até chegar ao ponto máximo ou seja da usina hodierna. A várzea é, assim, um completo mostruário de nossa vida açucareira, os seus progressos advindos com as idades — e como tal urge que o quadro seja conservado enquanto é tempo, pois a fome usineira de açambarcar o que é dos outros (os processos adotados serão de outra vez estudados) finda possívelmente não deixando nem lembrança do passado à sua frente de rôlo compressor, tudo esmagando sem piedade ou lirismo de ideal a realizar. Defendamos o que resta. O passado não pode desaparecer nos seus rastros materiais de inteligência e ação proveitosa aos destinos da coletividade. Ao lado da técnica moderna que fique a demonstração de outra técnica já ultrapassada pelos científicos conhecimentos humanos. Mesmo como "panorama educativo" tão do gôsto da Inglaterra, da França e da América do Norte — povos conscientes e civilizados.

Os romances de José Lins do Rego encerram um documentário muitíssimo interessante sôbre a existência da cana de açúcar na várzea paraibana. O escritor nasceu no "Corredor", lá viveu a meninice e, com o poder

de sensibilidade de que é dono, fixou todos os pormenores de uma paisagem que não se perdeu. Continua viva e pedindo para que seja salva. Nos romances do ciclo da cana podem ser destacados "Banguê" e "Usina", como exatamente aquêles que apresentam melhor e mais abundante soma de fatos e dados referentes ao ambiente. E' verdade que a parte social se encontra mais em evidência. Não é, porém, nosso intuito enveredar por tão amplo caminho: queremos apenas deixar expressado, mais uma vez, a importância de um quadro que está gritando por ser mantido com a maior energia possível. Os engenhos mencionados pertencem hoje em dia aos Srs. Augusto Vieira, José Vieira Lins, Rubens Lins, Osvaldo Pessoa, Ademar Londres, viúva e filhos de Henrique Vieira, viúva e filhos de Cazuza Trombone, José Marinho Falcão, José Coelho, José Cesar, Getúlio Nóbrega e irmãos, João de Albuquerque Melo, Antonio Cezar, Pedro Lins, Antonio Leitão Vieira de Melo, Aida Lins, Raul Vieira de Melo, Lourenço Bezerra Vieira de Melo, Maria Augusta Cavalcanti Lins, Oto Coelho, Cezar Correia Lima, João Cesar Vieira de Melo, José Lins Neto, Manoel Cesar Marinho Falcão, Feliciano da Cunha Cavalcanti Filho, Donizete Lins da Cunha — todos homens conceituados no meio em que vivem, todos homens de ação, vivendo do trabalho árduo e penoso, senhores de uma honestidade que não admite comparações fáceis. São descendentes e guardas das tradições da família Lins na várzea da Paraíba, o que significa dizer: desde quando veio a política de construção e elevação de nossa terra. Lins ou Lintz marcha com a Paraíba através de sua história acidentada de lutas e pelejas intermináveis pelo bem coletivo. E' gente com sangue do bom e do melhor — e que deu figuras de prol à política e à administração pública. Tomou parte em todos os episódios sangrentos e gloriosos que ajudaram a criação do volume moral de um povo. Contribuiu fortemente para que os exemplos de moralidade fôssem colocados nos seus devidos lugares. Pode erguer o peito e dizer: com o trabalho infatigável e fazendo do respeito o fundamento essencial da família, é enorme, é grande a quota de contribuição na formação da gente paraibana — orgulho que deve ser conservado e constantemente demonstrado através das ações de resistência e fixação cada vez mais arraigada à terra dos antepassados. E' uma familia canavieira de solidez econômica, aferrada aos velhos estilos de vida adotando os ensinamentos da civilização — o rádio, o automóvel e o confôrto — mas conservando a capela e a casa-grande com um amor bem sentido.

A monocultura é a inimiga feroz de tão rica e tão bela região. Porém nos engenhos não há pròpriamente monocultura da cana de açúcar. Plantam-se todos os cereais, também o algodão, havendo colheita farta e capaz de assegurar a subsistência de fortes núcleos sociais, onde a miséria não se revela nos seus traços tão acentuados como os que se observam na área ocupada pela usina. Os engenhos adotam regime policultor. As feiras dos municípios onde se acham localizados e bem assim o da capital são alimentadas com os fornecimentos favorecidos pelos matutos que se utilizam do seu cavalo com uma normalidade que os tempos maus não interrompem. Êsses engenhos são completos celeiros. Entanto isso já não se dá com a usina. Esta só se encarrega de colhêr cana, enchendo amplas zonas com as plantações, não permitindo que se faça outra cultura que não seja senão para o fim de fabricar açúcar, álcool e cachaça.

EXPORTAÇÃO DE AÇUCAR

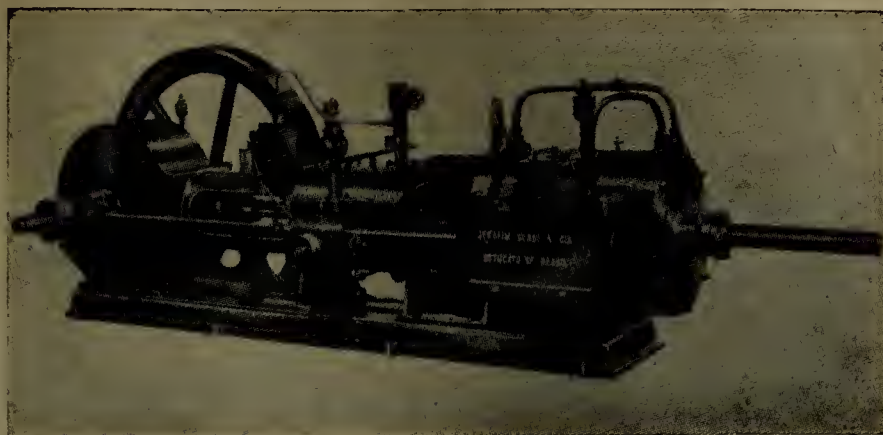
O "Jornal do Comércio", desta Capital, número de 11 de agôsto último, transcreve o seguinte, publicado no mesmo órgão há exatamente um século, isto é, a 11-8-1844:

EXPORTAÇÃO COMPARADA DE CAFE', ASSUCAR E COUROS (Julho de 1842, 1843 e 1844)

CAFE': em 1842 — 102.956 saccas 1843 — 65.886; 1844 — 74.454 saccas. Termo médio: 81.099; diminuição: 6.645.

ASSUCAR: em 1842 — 1.432 caixas (calculando barricas e saccas ao seu peso médio); 1843 — 788; 1844 — 1.708 caixas. Termo médio: 1.309; augmento: 399 caixas.

COUROS: em 1842 — 11.021; em 1843 — 34.655; em 1844 — 46.719. Termo médio: 30.798; augmento: 15.921.

Mostrando assim sôbre o termo médio desde 1842 em café uma diminuição de 8 7/8 por cento, em assucar um augmento de 30 1/2 por cento, e em couros um augmento de 51 3/4 por cento.

AS TRÊS GRANDES FAZENDAS DOS JESUITAS: COLÉGIO, MURIBECA E SANTA ANA, EM MACAÉ

Alberto Lamego

III

A FAZENDA DA MURIBECA

Esta fazenda (Residência da Muribeca) era a maior e a mais importante propriedade da Companhia de Jesus. As suas terras se estendiam pelas capitanias do Espírito Santo e Paraíba do Sul, norte e sul do rio Itabapoana. Era formada de terras compradas a Bernardo Aires Samora, a Antônio Dortas e outros e das que foram doadas pelo Conde de Castelo Melhor (6 léguas) e pelo governador do Rio de Janeiro, D. Alvaro da Silva Albuquerque em 1702, compreendendo estas últimas as que se achavam entre os rios caudalosos Muriaé, Paraíba e Itabapoana.

Tinha de extensão 9 1/2 léguas de testada por costa e 8 1/2 para o interior e "principiava no rio Guaxindiba que fica ao sul de Manguinhos, correndo pela costa, até a última barreira do Siri da mesma parte do norte".

Embora fôssem as terras da **Muribeca**, tombadas pelo Dr. Mateus de Macedo, Ouvidor da Capitania do Espírito Santo, sôbre elas houve sempre contendas, principalmente por parte dos confinantes os índios Guarulhos.

Os primeiros índios aldeados, no lugar que mais tarde teve o nome de Guarulhos e hoje Guarus, foram os **Saboris** trazidos do interior do sertão pelo beneditino Fr. Bernardo, conforme a sua comunicação a Fr. Bento da Cruz, em 10 de dezembro de 1656, em que acrescentava uma índia **Sabori** conduzira aos ombros, em jornada de dois meses, sua mãe que parecia ter 200 anos e que a sustentava com o comer que primeiro mastigava, tendo sido batizada antes de morrer, dando-lhe o nome de Escolástica.

No princípio do século seguinte já não se fala mais em índios **Saboris** e sim em **Guarulhos.**

Em 28 de maio de 1708, D. Fernando Martins Mascarenhas, governador do Rio de Janeiro, concedeu a êsses índios uma légua de terras em quadra, junto à aldeia onde se achavam reunidos 37 dêles, a pedido do Provincial da Ordem de Santo Antonio, do Rio de Janeiro, a quem foi confiada a sua administração, depois que foram afastados os capuchinhos franceses, os primitivos missionários dos Guarulhos. Essa légua de terras, porém, já tinha sido doada, anteriormente, ao Colégio do Espírito Santo e se achava integrada na **fazenda da Muribeca.**

A Companhia de Jesus propôs a ação de despejo contra os Guarulhos e seguia ela os seus trâmites, quando em 1711, por causa da tomada do Rio de Janeiro pelos franceses os cartórios foram abandonados e os autos da ação extraviados, de sorte que só anos mais tarde, obteve sentença favorável pelo Ouvidor Geral e confirmada pela Relação da Bahia, em 1721.

Os Guarulhos não foram, porém, despejados; a Companhia de Jesus limitou-se a tomar posse da sesmaria que foi aforada a diversos, com oposição dos Guarulhos.

Os foreiros, vendo-se perseguidos pelos índios e para evitar a destruição das suas lavouras, resolveram pagar os foros a ambas partes contendoras.

Não se conformando com a sentença em 1729, o Procurador da Ordem de Santo Antonio, Fr. Geraldo de Jesus Maria, em nome dos índios, requerem a el-rei que os autos já sentenciados, fôssem enviados ao Conselho Ultramarino, para ser reformada a sentença, pois os Guarulhos, se achavam em sua aldeia, havia mais de 50 anos "vivendo catòlicamente, em posse mansa e pacífica de cultivarem as terras necessárias para a sua sustentação".

Em 19 de abril do mesmo ano foi expedida carta régia ao Ouvidor do Rio de Janeiro pedindo informações, que colheu-as de Martim Correia de Sá e Benevides, procurador do Visconde de Asseca, Diogo Correia de Sá, seu pai, que em 30 de julho seguinte respondeu "que as terras reclamadas pertenciam efetivamente à Companhia de Jesus, que graciosamente, havia deixado aos índios as sufici-

entes para as suas lavouras. Os Guarulhos não podiam invocar privilégios, concedidos pela Coroa Portuguêsa, visto que a sua aldeia não contava o número de 100 casais".

Em 4 do mês seguinte, o Ouvidor Dr. Manoel da Costa Mimoso, juntando a carta do filho do Visconde e a certidão da sentença em favor do Colégio do Espírito Santo, respondeu a el-rei que os índios se queixavam sem razão e que o seu pedido devia ser indeferido.

Os poucos índios Guarulhos submissos aos seus missionários continuaram na sua aldeia, sempre esperançados na reivindicação da sua sesmaria. A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil e a deserção dos Guarulhos para as suas aldeias selvagens puseram termo aos renhidos pleitos judiciais sôbre o direito às terras doadas por sesmaria às partes contendoras.

Na **fazenda da Muribeca** existia uma grande fábrica de açúcar e aguardente e nela trabalhavam cêrca de 300 escravos.

Em conseqüência do decreto de 17 de fevereiro de 1761, foi a **fazenda da Muribeca** sequstrada pelo Ouvidor de Crime Dr. João Pedro de Souza, que ali encontrou os dois inacianos Paulo Teixeira e Gaspar Ferreira, que foram presos.

Incorporada aos bens da Coroa foi à princípio arrendada a Manuel da Silva Borges, que a explorou por algum tempo, e, em 25 de junho de 1777, arrematada em hasta pública por João da Cruz e Silva, que dela tomou posse em 10 de agôsto do dito ano.

O proprietário teve de sustentar fortes demandas com os confinantes e, mesmo, com estranhos que contavam com o apôio do Ouvidor Dr. José Pinto Ribeiro. Êste magistrado chegou até a mandar afixar editais, convidando a todos que pretendessem terras da referida fazenda, que requeressem cartas de sesmaria. Protestou o arrematante e recorreu à Coroa Portuguêsa, sendo atendido pela carta régia de 24 de julho de 1802, que ordenou ao dito Ouvidor "que não continuasse a fazer mais perturbação alguma a José da Cruz e Silva porque tendo arrematado a fazenda que possui, deve ser conservado na sua posse, devendo abster-vos de qualquer coisa que promova a inquietação e desordem".

O proprietário da **fazenda da Muribeca** faleceu em 1803, passando a sua mulher D. Angélica de Jesus Maria e seus filhos.

Além do açúcar fabricado em bom engenho, a fazenda era abundante em gado vacum e cavalar.

O governador da Capitania do Espírito Santo exercia grande pressão aos fazendeiros, proibindo mesmo que exportassem os seus açúcares e gado para o Rio ou Bahia, obrigando-os a vender a um seu protegido.

Se qualquer pessoa de Campos, ou de outra procedência, ali aparecia para comprar quaisquer produtos, só era permitida a venda, depois de obtida a licença, dada por custosa portaria.

Em 1803, D. Angélica e seus filhos levaram o fato ao conhecimento da Coroa e pediram que fossem expedidas ordens ao Govêrno da Bahia, para êste fazer cessar o abuso e opressivo procedimento do dito governador, sôbre o qual tinha jurisdição.

Em 3 de setembro do mesmo ano foi expedida uma carta régia, deferindo o pedido dos proprietários da **fazenda da Muribeca.**

Em 18 de junho de 1806, passou-se a provisão de tombo para a demarcação da dita fazenda a requerimento do Capitão Antonio José Ferreira de Abreu e mais herdeiros do falecido José da Cruz e Silva.

Mais tarde foi a fazenda desmembrada, partilhada aos mesmos herdeiros, passando às mãos de terceiros e assim teve fim o grande latifúndio da **fazenda da Muribeca.**

IV

A FAZENDA DE SANTA ANA
(Residência de Macaé)

As terras desta fazenda estavam incluidas na sesmaria concedida à Companhia de Jesus, por Martim de Sá em 1 de agôsto de 1630, a pedido do Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, padre Francisco Fernandes, para aldeamento dos índios goitacás que já tinham morto mais de 200 holandeses, evitando que êstes construissem uma fortaleza em Cabo Frio, e cortassem pau-brasil.

Os inacianos tomaram posse dessas terras em 20 de novembro do mesmo ano.

A **fazenda de Santa Ana** tinha cêrca de 15 mil braças de terras, onde foram levantados dois bons engenhos de açúcar, um à margem da lagoa de Emboassica e outro junto ao rio Macaé.

Dividia-se "pela parte do nascente com o mar, pelo poente, com as Serras, pela parte do norte com as terras que foram do Chato e pelo

sul, com Francisco Vaz, no rio das Ostras, até chegar à lagoa do Iriri e que estendia até Tadepassú, pela costa do mar até as serras".

A essa fazenda, se juntava mais meia légua de terras, ao norte do rio Macaé, que doara Tomar de Carvalho a S. Inacio e que confrontava com as do Chato e que então eram do capitão Vicente de Araujo e da parte do sul com José de Barcelos e Francisco Vaz, no rio das Ostras.

Tudo isto constava do inventário dos bens da Companhia nessa região, feito em 11 de fevereiro de 1751 e que se achava nas notas do tabelião Antonio Lemos de Andrade, na vila de S. Salvador.

Os Jesuitas assim que se estabeleceram em Macaé, levantaram na distância de dois quilômetros da foz do rio, a **fazenda de Macaé**, chamada, também **Santa Ana.**

O engenho de açúcar e de aguardente e suas respectivas dependências, ficavam no sopé do morro visinho, no alto do qual foi construido o Colégio e junto a êste a Capela de Santa Ana.

O morro que tem êste nome, ainda conserva a capela que está sob os cuidados da Confraria de Santa Ana, mas o edifício do Colégio não mais existe, restando, apenas, parte das paredes laterais que servem de muro ao cemitério.

A sesmaria das terras da **Residência de Macaé** foi muito discutida e a sua realidade deu origem a renhidos pleitos.

Em 1745 Sebastião da Cunha Coutinho Rangel (procurador dos levantados de 1748 e que foi a Lisboa defendê-los perante a Coroa e pai do grande bispo D. José da Cunha de Azevedo Coutinho) apresentou à Provedoria da Fazenda, denúncia contra os padres da Companhia por haverem se apossado de mais terras da sua sesmaria, desde o rio São João até o de Macaé.

O fim da denúncia era obter uma légua de terras à margem da Lagoa de Emboassica, firmado na Carta régia de 21 de março de 1743, que premiava os denunciantes das Ordens Religiosas que possuiam bens, contra a forma da lei.

A denúncia foi recebida e provando que as terras que pleiteava estavam devolutas e sem cultura, obteve afinal, sentença, mandando-lhe passar provisão da sesmaria pedida. A carta foi promulgada em 29 de novembro de 1746 pelo general Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro e constava de uma légua de terras à margem da lagoa de Emboassica, no lugar chamado Biriri.

Coutinho chegou a tomar posse da sua sesmaria mas não logrou ver confirmada a sua carta, por ter sido embargada pela Companhia de Jesus.

O pleito judicial foi se prolongando até a publicação do decreto de expulsão dos jesuitas e confiscação dos seus bens que reverteram à Coroa.

Livre da sua contendora, Coutinho requereu a graça de poder continuar a execução da sua sentença e em maio de 1777 foi expedida por D. Maria I uma carta ao chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Dr. Luiz Duarte Ferreira, para informar sôbre o direito do requerente.

A êsse tempo a **fazenda de Macaé**, tinha sido vendida em hasta pública e o chanceler deu o seu parecer contrário à pretensão de Coutinho "porque o arrematante devia ser garantido no seu direito, tanto mais que já estava de posse das ditas terras incluidas na fazenda que comprara".

O pedido de Coutinho foi indeferido, em 15 de outubro de 1780, depois do parecer do Conselho Ultramarino, "que usasse dos meios ordinários se entendesse".

O sequestro da **Residência de Macaé** foi feito pelo desembargador Dr. João Cardoso de Azevedo.

Foi nomeado depositário dêles, Jorge de Melo Coutinho.

Os dois jesuitas que administravam a **fazenda de Santa Ana** padres Inácio Leão e Manuel da Silva receberam com grande resignação a humildade a ordem de prisão e foram entregues à escolta que já tinha sob sua guarda os aprisionados em Campos.

Daí seguiu para Campos Novos onde fez igual diligência, prendendo os padres Atanasio Gomes, Diogo Teixeira e irmão coadjutor Manuel Francisco e depois de sequestrar a aldeia de São Pedro e prender mais três jesuitas, que trabalhavam na conversão dos ameríndios, deu por finda a sua missão, e regressou ao Rio de Janeiro, onde foram recolhidos no Colégio os jesuitas arrancados do seu apostolado.

Na **fazenda de Macaé** estiveram, também pouco antes do decreto de banimento os padres José dos Reis, Manuel Ferraz, Pedro dos Santos e Francisco de Abreu e na de **Campos Novos**, os padres Manuel Andrade e Pedro Fernandes. Na missão de Cabo Frio

(aldeia de São Pedro) assistiram os padres Miguel Silva, Francisco Cordeiro, Simão Marques e José dos Reis.

As terras e mais benfeitorias pertencentes à fazenda de Macaé, foram avaliadas em Rs. 30:760$023 e pela forma seguinte:

"Quinze mil braças de terras, pertencentes à fazenda, ou a que diretamente lhe pertencer, fazendo testada pelo rio Macaé e fundos para o sertão, avaliada a braça a mil réis, importa em quinze contos de réis.

Imóveis, engenhos, lavouras, escravos, animais, etc., conforme vão discriminados, importa em quinze contos, setecentos e sessenta mil e vinte e treis réis".

Levados em hasta pública, foram arrematados por Gonçalo Marques de Oliveira, mestre caldeireiro e morador à rua dos Pescadores, no Rio de Janeiro pela quantia de...... 31:302$023.

Pouco tempo depois de tomar posse das suas terras, teve Gonçalo árduo pleito judicial com Pedro José Coelho que havia obtido a sesmaria de uma légua de terras "onde terminassem as da fazenda que fôra dos Padres Jesuitas" e nela se sitiou.

Ao mesmo tempo que tratava Gonçalo de expulsar o intruso sesmeiro das suas terras, levantou à Margem da lagoa de Emboassica, mais casas de vivenda, capela em que se rezava a missa, restaurando o engenho de açúcar e suas dependências bem como as senzalas para os escravos.

Estas despesas e outras ocasionadas pelo referido pleito abalaram as suas finanças e foi obrigado a vender metade da **fazenda de Macaé** ao capitão Bento José Ferreira Rabelo, fazendo na mesma escritura de venda um contrato de sociedade, em partes iguais, com o dito capitão Rabelo, em todas as terras e propriedades da dita fazenda.

Essa escritura foi passada em 5 de maio de 1795.

A sociedade, porém, durou pouco tempo, por ter falecido em 1798, o capitão Rabelo.

Agravando-se cada vez mais a situação financeira de Gonçalo, foi obrigado a vender em benefício dos seus credores, a metade que tinha, ainda na dita fazenda, e que fazia parte da malograda sociedade agrícola e que era representada pelo engenho e mais dependências existentes à margem da lagoa de Emboassica.

Foi comprador o advogado Francisco Nunes Pereira e a escritura de venda foi passada em 12 de fevereiro de 1805, já não existindo a mulher do capitão Gonçalo — D. Maria Antonia de Menezes e o capitão Bento José Ferreira Rabelo, 3º marido de D. Benta Maria de Sousa.

Com a última venda do capitão Gonçalo, deixou de existir a **fazenda de Macaé** ou de **Santa Ana**, e de suas terras se formaram duas com os respectivos engenhos: a **Fazenda Velha ou do Colégio**, à beira do rio Macaé, pertencente à viuva e herdeiros do capitão Bento José Ferreira Rabelo e a **Fazenda da Emboassica** à margem da Lagoa do mesmo nome, pertencente ao advogado Francisco Nunes Pereira.

Hoje a antiga sesmaria dos Jesuitas em Macaé, está dividida em muitas propriedades agrícolas.

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

Jerônimo de Viveiros

I

No dia 28 de fevereiro de 1828, nesta cidade do Rio de Janeiro, celebrou-se a primeira sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Fundaram-na homens notáveis das classes conservadoras da nação: Visconde de Alcântara, Brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Tôrres, Inácio Alves de Almeida, Custódio Alves Serrão, além de outros. Tinha a novel associação 49 sócios efetivos e 6 honorários. O seu fim era promover o progresso do país. "Já fortes em teorias, é tempo, Senhores, de meditarmos nos meios práticos para obter tudo, que nos faz tão grande e tão sensível falta", disse-o o seu presidente — Silva Tôrres, no discurso da sessão inaugural.

Como se vê, não só patriótico, mas também prático, era o objetivo da agremiação. Por isso sempre teve, mesmo no período de grande efervecência política da Regência, a acolhida carinhosa dos Ministérios. Assim, pôde a benemérita sociedade publicar, a 15 de janeiro de 1833, o primeiro número do seu órgão, a que se deu o nome de "O Auxiliador da Indústria Nacional". Era uma revista mensal e bem elaborada, com cêrca de quarenta páginas de texto. Alcançou longa duração, perto de quarenta decênios. Conserva a sua coleção a Biblioteca Nacional, que a considera preciosidade. Nas páginas da velha revista, a indústria açucareira nunca deixou de ser assunto de especial atenção. Decorrido um século de sua publicação, tais artigos despertam hoje certa curiosidade. Dar aos nossos leitores a impressão do que ia pela indústria do açúcar naquela recuada época do segundo reinado é o que pretendemos nestes artigos. Daí a epígrafe que adotamos.

Em outubro de 1834, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional recebeu do ministro do Império, Antônio Pinto Chichorro da Gama, o seguinte ofício :

"Chegando ao conhecimento do Govêrno a descoberta de uma máquina em vaso aberto, tendente a transformar o sumo da cana em açúcar de 70 até 80 graus do termômetro centígrado, sem que haja produção do melaço, e sendo aquêle gênero um dos que constituem a principal riqueza do Brasil, e por isso digno de tôda a consideração o melhoramento, tanto da sua qualidade como do método prático :

A Regência, em nome do Imperador, há por bem que a Sociedade Promotora da Industria Nacional desta Côrte, convocando o autor da referida máquina, Antônio de Santo Valério Scheult, procura obter dêle os esclarecimentos que forem necessários, para se poder ajuizar das vantagens daquele método, e possibilidade de sua introdução; bem como saber as condições, isenções ou indenizações, com que a pretende verificar; e consultando depois com as pessoas, que lhes parecem mais aptas por seus conhecimentos, quer teóricos, quer práticos, sôbre aquêles pontos, faça subir tudo com o seu parecer ao conhecimento do Govêrno, afim de ser tomado na consideração que merecer. O que pela Secretaria do Estado dos Negócios do Império se comunica à referida Sociedade para sua inteligência, na esperança de que empregará todos os esforços que lhe sugerir o seu patriotismo, para desempenhar uma tão importante comissão".

Honrada com a comissão, a S. A. I. N., como a designaríamos hoje, convidou ao inventor, que era seu sócio efetivo, a apresentar circunstanciado relatório a respeito da invenção.

Na sessão de 7 de novembro, Scheult leu a sua exposição.

Depois de declarar ser a sua máquina de preço reduzido, além da sua simplicidade permitir-lhe fôsse manejada pelas mãos inábeis dos escravos, o inventor explica o princípio em que se baseava o invento :

"Convencido", diz êle, "por experiência própria, que o sumo da cana, particularmen-

te quando esta sai aguada, ou de fraco pêso alcoométrico, queima-se muitas vêzes antes de chegar a 108 graus centígrados, tive em vista operar a concentração do sumo com bastante celeridade a um grau termométrico mais baixo; e nos meus vários experimentos, tanto sôbre o sumo da cana, como no caldo de açúcar, nunca o termômetro mergulhado no xarope chegou a marcar 85 graus centígrados; portanto sendo o ponto de ebulição da água 100 graus, o caldo que não sobe àquela temperatura, e que, como saturado de um sal, ou óxido vegetal, pelas leis físicas, carece grau superior de calórico para entrar em ebulição do que a simples água, jamais chega a ferver".

"Quanto menor fôr a porção de calórico combinado com as dissoluções calinas, tanto maiores são os cristais precipitados".

Apresentando várias amostras de açúcar fabricado na sua máquina, cuja superioridade êle afirmava ser indiscutível, Scheult terminava pedindo pela invenção sessenta mil cruzeiros.

A Sociedade cometeu a três comissões o estudo do caso, sendo uma de química, formada por Frei Custódio Alves Serrão, João José de Carvalho e José Caetano de Barros; outra de agricultura, composta de Cândido Batista de Oliveira, Custódio Xavier de Barros e Conde de Gestas; na terceira entravam os senhores de engenho Marquês de Quexaremubi, Joaquim Moniz Barreto e Gregório Morais e Sousa.

O parecer destas comissões foi dado em conjunto e dêle destacamos o tópico abaixo, porque bem revela a inteligência e sensatez com que fôra estudada a questão.

Aquí temo-lo :

"A comissão não podendo deixar de reconhecer, que as vantagens pelo autor afiançadas serão da maior utilidade ao país, mas também convencida que só o mercado é juiz seguro quanto à qualidade de tais produtos, e que um invento, melhoramento ou introdução de novos meios industriais, por mais perfeitos e vantajosos que possam ser, só têm valor na razão da disposição a ser adotada, limitaria o seu dever a recomendar o autor à proteção da lei que dá privilégio aos inventores, se o Govêrno conceituando como fêz esta Sociedade, dela não exigisse o seu parecer acêrca das isenções, condições e indenisações, com que o autor pretende publicar o seu sistema".

Não se satisfez a Auxiliadora com êste parecer. Levou mais longe suas indagações. Ouviu a opinião de um homem de larga projeção na política — José Clemente Pereira. Deu-a o destemido político do Dia do Fico, em data de 6 de fevereiro de 1834, e fê-lo com conhecimento da matéria, pois além do mais, era êle senhor de um engenho, provido de "um terno de quatro caldeiras econômicas, que produzia 450 arrobas de bom açúcar por semana". As sugestões de José Clemente estão, na sua quase totalidade, no parecer, que afinal o Conselho Administrativo da Sociedade dirigiu ao Ministério, em 20 do referido mês, sôbre a momentosa questão.

O parecer pronunciava-se pela compra do invento, uma vez que Scheult se sujeitasse às condições, que passamos a transcrever :

1º — "Que uma comissão de três senhores de engenho será nomeada pelo Govêrno, com a incumbência de proporcionar ao inventor todos os meios de proceder à experiência em grande do seu novo método de fabricar o açúcar";

2º — "Que esta experiência, ou ensaio seja feita sôbre o produto de cem carros de canas pelo menos, cortada do mesmo canavial, de que outra tanta cana seja cortada, moída e fabricada ao mesmo tempo em outro engenho pelo sistema atualmente usado entre nós, procurando, quanto seja possível, a paridade de circunstâncias em ambas as manipulações, afim de se poderem comparar entre si os resultados respectivos".

3º — "Que na comparação dêstes resultados seja contemplado, não só o produto do açúcar branco, e do mascavo, proveniente de cada uma das duas manipulações, e seus valores, no mercado, mas também os melaços, pela aguardente, que dêles se pode distilar, e seus valores respectivos, devendo as somas dêstes valores, (deduzidas as despesas por cada um dos dois métodos) comparadas entre si, apresentar a favor do novo invento a diferença, que promete seu autor de 22%, ou pelo menos 20%.

4º — "Que as despesas necessárias para todo êste processo sejam por conta e risco do

inventor, a quem pertencerá o produto do açúcar e melaço".

5º — "Que não só seja permitido aos senhores de engenho, membros da comissão proposta, ver e examinar todos os meios práticos da fabricação do açúcar pelo novo método, afim de se instruírem de todo o processo, para o poderem praticar em suas próprias fábricas, ensinar os mais, e informar cabalmente o Govêrno; mas que êles mesmos possam convidar outras quaisquer pessoas para presenciarem todos os trabalhos, pedindo ao inventor tôdas as explicações que entenderem, ao que êle inventor se deverá prestar de bom grado, sem reservar-se mistério algum sôbre êste objeto".

6º — "Que feitas, pelo menos, duas caixas de açúcar pelo novo método sob as vistas da comissão, sejam examinadas por uma inspeção de peritos, por alguns dos compradores e exportadores de açúcar e pelos refinadores da terra, e obtidos certificados dos membros da comissão de serem os açúcares apresentados o resultado de canas, que trabalhadas pelo novo método renderam 20% mais em valor de produtos, do que igual quantidade de caldo fabricado pelo antigo estilo em paridade de circunstâncias; e igualmente certificados da inspeção dos peritos compradores, exportadores e refinadores da terra, que atestem a sua boa qualidade, sejam as mesmas caixas de açúcar, sob a direção do inventor e da comissão, remetidas para Hamburgo a quem o inventor propuser, com ordem para fazer examinar os açúcares pelos refinadores daquela cidade em presença do Agente dos Negócios do Império do Brasil na mesma cidade, e recebidos os certificados de que a qualidade dos açúcares em questão é aquela que os refinadores classificam de **superiores**, sendo os ditos certificados rubricados pelo dito Agente, e recebidos nesta Côrte pelo Govêrno, o mesmo Govêrno, recebendo do inventor por escrito a descrição e desenho da máquina com tôdas as explicações necessárias, e do novo reagente empregado na fabricação do açúcar, e publicado tudo pela imprensa, lhe pague um terço do preço estipulado, que doze meses depois do primeiro pagamento lhe pague outro terço, e doze meses depois dêste segundo pagamento, apresentando o inventor documento em que prove acharse estabelecido o seu método em doze engenhos de açúcar pelo menos, o último terço; sendo durante êstes dois anos o inventor obrigado a esclarecer qualquer dúvida, que os lavradores de açúcar encontrarem na aplicação do seu método".

Parece não ter Scheult se submetido às exigências lembradas pela S. A. I. N. ao Ministro do Império, para a compra da célebre invenção, as quais naturalmente foram adotadas pelo Govêrno. Pelo menos, o periódico "O Auxiliador" não mais tratou dêste assunto, apesar da sua promessa de informar ao público o que fôsse ocorrendo a respeito de uma invenção, que êle augurava "poder vir a ser de grande utilidade ao Brasil".

Se assim aconteceu, Scheult, certamente, não deixou de oferecer o seu invento àqueles povos, que, na sua frase, "viviam espiando qualquer invenção para melhorar o fabrico do açúcar".

FORÇA EXPEDICIONARIA BRASILEIRA

A Usina Santa Cruz S/A e a Usina São José S/A, em cartas de 20-7-44, dirigidas ao Instituto do Açúcar e do Álcool, solicitaram autorização para o embarque para a Itália de 333 sacos de açúcar cristal, cada uma, como doação, por intermédio da Legião Brasileira de Assistência, para a Fôrça Expedicionária Brasileira, estacionada naquele país.

Pediram ainda as emprêsas mencionadas que seja êsse açúcar embarcado com isenção do pagamento das taxas e impostos usuais.

A Comissão Executiva, em sessão de 26 de julho último, tomando conhecimento de pedido em questão, resolveu autorizar o embarque pleiteado, com isenção das taxas inerentes ao Instituto.

A CANA DE AÇUCAR NO SUL DA BAHIA

Clovis Caldeira

Duas atividades principais polarizaram o interêsse dos colonos que vieram povoar as capitanias de São Jorge dos Ilhéus e de Porto Seguro: a extração de madeiras preciosas e a cultura da cana de açúcar (1). Quanto à primeira, sabe-se que mesmo depois da extinção do pau-brasil, que tanto açulara a cobiça da Coroa portuguesa, dos colonos e dos piratas que infestavam o litoral brasileiro em comércio clandestino com os selvícolas, continuariam por muito tempo os cortes de madeiras de lei, provocando o esgotamento das matas em vários pontos. A segunda atividade, a cultura da cana, tendo se iniciado sob os melhores auspícios, estava destinada a uma existência verdadeiramente dramática, entrando a vegetar após curto período de prosperidade.

E' sôbre êste ponto que desejamos nos deter um momento, procurando, tanto quanto possível, apoiar-nos em elementos históricos que nos pareceram dignos de crédito. Confessamos que, não obstante nossos esforços, estivemos longe de fazer uma reconstituição rigorosa dessa fase econômica do sul-baiano. A escassês de dados a respeito, bem assim numerosas contradições referentes a datas e ao número de engenhos que se instalaram nas duas capitanias, tais foram os óbices mais importantes com que nos defrontamos. Deixando aos historiógrafos a tarefa de cotejar datas e esmiuçar particularidades, afigurou-se-nos mais interessante o estudo das causas que determinaram o malogro da lavoura e da indústria canavieira na região meridional.

Alguns estudiosos que se têm ocupado do assunto associam geralmente o fracasso da exploração da cana no sul-baiano à concorrencia de Pernambuco e do Recôncavo, mais próximos dos centros consumidores situados além-mar. Êste argumento é em parte aceitável, mas não inteiramente satisfatório, tendo-se em conta que entre o Recôncavo baiano, por exemplo, e as capitanias acima referidas a distância é relativamente pequena. Mais longo, infinitamente mais longo era o caminho das Indias, o que não impedia que as naves lusas alí fossem em busca das especiarias com que se propiciava o gosto dos europeus da época.

A verdadeira explicação, ao nosso ver, temos que procurá-la nas circunstâncias de ordem histórica que presidiram a existência atribulada das duas donatárias. Ao contrário das capitanias da Bahia e de Pernambuco, privilegiadas pela escolha que delas se fez para pontos de partida da colonização e do povoamento, as de Ilhéus e Porto Seguro não contaram com nennhum núcleo estável de irradiação. A Bahia, sede do govêrno geral da Colonia, e Pernambuco, onde o elemento colonizador foi muito mais numeroso, constituiram-se em baluartes da conquista. Na orla ribeirinha do Recôncavo ou na zona da mata pernambucana, puderam, assim, desenvolver-se extensas plantações de cana que possibilitaram a formação de uma poderosa aristocracia rural, dispondo de seus próprios meios de defesa. Uma vez consolidada a nova atividade agrária, sua continuidade estaria definitivamente assegurada. Nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro as coisas se passariam de modo inteiramente diverso. A escassez do elemento humano que para alí foi levado; a desastrada política dos donatários não só em relação aos indígenas mas mesmo aos próprios colonos; sua incapacidade para impor pelas armas, à maneira do que se fez em Pernambuco e tambem no Recôncavo, o domínio sôbre as terras doadas por El-Rei; a singularidade do meio físico, terrìvelmente inóspito — tais são as causas gerais e mais profundas a serem levadas em linha de conta na apreciação do malogro da cultura.

Tentemos esboçar os lineamentos do quadro em que se verificaria aquela frustrada tentativa.

A terra, "muito fertil e grossa", tentaria o colono, desde os primeiros momentos, a introduzir alí, à feição do que já se fizera no Recôncavo e em Pernambuco, mudas de cana de açúcar. No dizer seiscentista de Simão

(1) — Deixamos de ver um ciclo da mandioca ou do arroz, como querem alguns autores, por considerar tais culturas simplesmente subsidiárias, em função das necessidades alimentares dos colonizadores.

Vasconcelos, "hé terra fertil, amena, regadia, capaz de riquezas, de grandes canaveaes e engenhos"... Não tardaria, pois, que em face do sucesso das primeiras experiências, atestado no bom aspecto das plantas, altas de vários palmos, fossem instaladas nas duas capitanias algumas fábricas de açúcar, localizadas preferentemente nos vales dos rios navegáveis, onde as barcaças e caravelões tinham fácil acesso. "São pioneiros dêsse capitalismo feudal, escreve o Sr. Pedro Calmon (2), Fernand'Alvares e o Duque de Aveiro, que, em Porto Seguro, "mandou fazer à sua custa um engenho de açúcar, e provocou a outras pessoas de Lisboa aqui fizessem outros engenhos" (3). O apêlo do Duque, como era natural, encontrou forte ressonância entre os homens de importância na Côrte. Fidalgos e comerciantes enriquecidos nas campanhas do Oriente aguardavam apenas uma oportunidade para aplicação rendosa de seus capitais. Nenhuma outra atividade oferecia, na época, ensanchas de enriquecimento tão rápido como o açúcar, que a arte portuguêsa da doçaria se encarregava de ir introduzindo na Europa. E a oportunidade aí estava. Parece, todavia, que o Duque teria sido mais um animador do que pròpriamente um pioneiro, pois, de acôrdo com Varnhagem (4), só depois da instituição do govêrno geral da Coroa, representada por Tomé de Souza, é que êsse fidalgo adquiriu dos herdeiros de Pero do Campo Tourinho a capitania de Porto Seguro.

De quatro engenhos assinalados em 1559 pelo padre Manuel da Nóbrega, na capitania de Ilhéus, o seu número se elevaria, mais tarde, para oito, quando a capitania passou, por compra, ao fidalgo florentino Lucas Giraldes. Nem os próprios padres da Companhia de Jesus escaparam à tentação do açúcar, tornando-se proprietários de engenhos que muito contribuiram para aumentar o patrimônio da Companhia. Não se conhece, entretanto, o número total de engenhos que as duas capitanias chegaram a possuir. O que existe sôbre o assunto, conforme atrás demos a entender, é tão escasso e deficiente, que jamais encontramos quaisquer elementos que nos permitissem conhecer, pelo menos aproximadamente, não só o número, mas a produção dêsses engenhos.

Mas, aqui intervem um fato de extraordinárias consequências. Os primitivos habitantes da terra, a princípio em boas relações com os portugueses, começam a modificar sua atitude. Ante os atos praticados pelos colonos contra os indígenas (atos que serão bem compreendidos se tivermos em conta a qualidade dos colonos que para alí se transportaram, aventureiros ávidos que vinham para o Novo Mundo preparados psicológicamente para as piores ações), não tardaria que os indígenas transformassem sua atitude inicial de benevolência em franca hostilidade (5). E contra os colonos se levanta o gentio soltando o seu grito de guerra. Referindo-se à vila de São Jorge dos Ilhéus, em 1558, escreve o provincial Anchieta: ..."terá 150 vizinhos de Portuguezes com seu vigário, seis engenhos de açúcar a uma e duas leguas desta vila. Tem gente honrada, mas vive em aperto por ser muito infestada de uns indios a que chamam Guiaimurés, que são como selvagens e vivem nos desertos sem casas, como bichos, comem carne humana, e por esta razão não se estendem os Portuguezes alí pela terra a dentro mais que meia legua ou uma legua"... (6). Conquanto Anchieta já aluda, em 1558, aos Guiaimurés (Aimores), parece que o papel mais importante no primeiro grande ataque indígena contra as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro coube aos tupiniquins. "Algum tempo depois, escreve o Sr. Alexandre Marchant referindo-se a êsse ataque (7), revoltaram-se os tupiniquins e, matando muitos portuguêses, destruiram e incendiaram todos os engenhos. Cercaram então os colonos tão de perto que êles se viram reduzidos a laranja para se alimenta-

---

(2) — **História do Brasil**, 1.º tomo (As Origens), pg. 356, Companhia Editora Nacional.

(3) — No tempo do Duque de Aveiro, segundo Gandavo, chegaram a 5 os engenhos de Porto Seguro, a 7 ou 8, conforme Gabriel Soares.

(4) — **História Geral**, 1, pg. 388.

(5) — "Desconfiado ao primeiro acesso de um desconhecido, logo depois facil e franco, o gentio, se uma vez iludido, não respeitava nem ajustes, nem laços, nem consideração alguma." — Joaquim Manuel de Macedo, citado por Mario da Veiga Cabral, "História do Brasil", 14.ª edição 1940.

(6) — **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J.** (1554-1549), coligidos por Afrânio Peixoto. "Publicação da Academia Brasileira: Cartas Jesuíticas III" (Rio de Janeiro, 1933).

(7) — **Do Escambo à Escravidão.** (As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil — 1500-1580). Companhia Editora Nacional.

rem até que foi levantado o cerco por Mem de Sá". A expedição de Mem de Sá verificou-se no ano de 1565. Nesse milésimo do século, parte o governador geral da cidade do Salvador acompanhado de um grande número de homens de armas, e chegando a Ilhéus, cai sôbre os tupiniquins que infestavam o litoral. Ao fim de algum tempo, consegue batê-los e concentrá-los em aldeias situadas entre Ilhéus e o rio Macuco (8).

Consequente à expedição de Mem de Sá, que expulsou os selvagens das proximidades do litoral, e graças à isenção de impostos alfandegários para a exportação do açúcar, "os engenhos progrediram de um modo espantoso" (9) "Tendo derrotado os tupiniquins, Mem de Sá forçou-os a pagar tributo sob a forma de reconstrução e consêrto dos engenhos destruidos" (10). Segue-se, conforme tudo indica, um periodo de prosperidade. Refazem-se as plantações, os engenhos voltam a acender fogos, e a vida econômica da região se reanima. Aquela euforia econômica seria, porém, de curta duração. O tupiniquim fora batido e escorraçado. Sedentarizado pela prática da agricultura, perdera a antiga combatividade. Mas eis que surgem os Aimorés como os vingadores naturais dos primitivos donos da terra. Amigos dos portugueses, no início, pouco depois se converteriam nos seus piores inimigos (11). Donde provinham esses "bárbaros" Aimorés é o que até hoje não se acha bem determinado. Segundo uns, eram êles tapuios originados do cruzamento de indios Guerens com outro gentio que habitava a região. Segundo outros, provinham dos pampas, de onde teriam se deslocado em direção ao norte. Outros, ainda, querem ver neles remanescentes de antiquíssimas hordas tártaro-mongólicas que teriam emigrado para o continente americano através o estreito de Behring. Seja como fôr, o que de mais positivo se pode concluir é que os Aimorés se achavam num estado de civilização muito inferior à dos tupís. Conforme se depreende das crônicas e relatos da época, não praticavam qualquer agricultura, não sabiam transpor rios a nado, não conheciam o fogo e nem ao menos sabiam construir palhoças onde se abrigar. Eram homens vigorosíssimos, de força descomunal, usando se flagiciarem com urtigas, afim de enrijecerem a pele tornando-a insensível. Tal era o inimigo com que agora se defrontavam os colonos, numa luta da qual sairiam finalmente derrotados. Em consequência das ferozes investidas dos selvagens, as terras se despovoam, a vida econômica da região paraliza quase por completo. "Em Porto Seguro, o ataque Aimoré despedaçou tudo, à exceção de um dos sete ou oito engenhos e destruiu duas das três cidades (12). A existência dos habitantes que permanecem fica confiada à faixa marítima, situação que provàvelmente inspiraria a Frei Vicente do Salvador aquela pitoresca expressão segundo a qual "os Portuguezes viviam arranhando o littoral como caranguejos". A conquista das terras que demoram a oeste, a efetivação real da posse permanecem num **impasse** durante longos anos. Mais tarde, quando o sertanista João Amaro, "famoso nas entradas do Sul", numa das maiores **razzias** praticadas contra indígenas no Brasil, expele os Aimorés para a região compreendida entre os rios Pardo e Jequitinhonha, não havia mais qualquer coisa a que se pudesse chamar cultura da cana, no sentido de atividade sistemática e organizada.

Não obstante, na segunda metade do século XVIII, ainda é possível assinalar-se a presença de alguns engenhos na região, entre êles o grande engenho Santana, à margem do rio do mesmo nome, afluente do Cachoeira. Em virtude da confiscação dos bens e da expulsão dos padres da Companhia de Jesus, o engenho Santana seria vendido, mais tarde, a particulares. E que não desaparecera o interesse pelo cultivo da cana prova-o o fato de haver José da Silva Lisboa, Ouvidor da Comarca de Ilhéus e futuro Visconde de Cairú, tomado providências, no final do século, para conjurar a crise conhecida sob a denominação de **crise das farinhas** obrigando o povo a plantar mandioca, **"por isso que**

(8) — O ânimo predatório do governador geral o levaria, algum tempo depois, a fazê-los recuar muitas leguas, apoderando-se de suas lavouras e terràs, que foram entregues aos portugueses, conforme o autor das "Memórias de Ilhéus", Francisco Borges de Barros.

(9) — Mss inédito, citado por F. Berges de Barros nas suas "Memórias de Ilhéus".

(10) — Alex. Marchant, op. cit.

(11) — F. Borges de Barros, op. cit.

(12) — Alex. Marchant, op. cit.

OS JESUÍTAS E A LITERATURA AÇUCAREIRA DO BRASIL

Serafim Leite

O Jesuíta no Brasil foi senhor de Engenho, com os seus 26 engenhos e suas 30 engenhocas e alambiques de aguardente de cana. Dêsse fato, e por terem os padres entre si consultas e debates em seus conselhos administrativos e por serem homens observadores, meticulosos e cultos, resultou uma série de escritos, que constitui a mais importante literatura açucareira do Brasil, e consta não só de simples inventários ou informações técnicas, mas também de verdadeiros tratados de exposição e direção, sem lhe faltar um Poema, expresso na língua latina, então, e ainda hoje, universal.

As **Cartas Jesuíticas**, logo do primeiro período, dão já algumas notícias sôbre os engenhos do Brasil na segunda metade do século XVI. Dá-as mais desenvolvidas Fernão Cardim, iniciador da cultura da cana dentro da Companhia. A ida de Fernão Cardim à Europa, a Portugal e a Roma, o cativeiro à volta em 1601, pelos piratas, a sua estada na Inglaterra, e passagem, depois de resgatado, pela Flandres, as relações pessoais que manteve com a família Schetz, capacitou-o da necessidade de o Colégio da Bahia fabricar açúcar, tornando-se partidário da cultura de cana e fundação de engenhos no Passé e no Camamu.

O primeiro partido de canas tomou-se em 1601. Meia dúzia de anos depois havia o primeiro engenho dos Jesuítas em terras do Passé, no Recôncavo da Bahia. Trabalho de adaptação que se operava já sob o influxo de alguns Jesuítas filhos do Brasil, ou dos que, sendo portuguêses, como Cardim e mais alguns, se integraram no ambiente local: Outros Jesuítas porém reagiram ao começo, debatendo-se o caso nos seus aspectos de ordem interna, até que ponto se coadunaria, ou não, o **tráfego** inevitável dos Engenhos, com as Constituições da Companhia.

Há quem confronte modernamente Ordens Religiosas entre si, e o espírito de cada qual, estudo intelectual ou religioso, digno e fecundo. Todavia não reparam alguns num dado fundamental, a saber, que a Companhia de Jesus já não pertence à Idade Média. Criou-se no pórtico dos Tempos Modernos como manifestação da adaptação e progresso permanente da Igreja Católica, dentro das con-

---

havia abandonado o seu cultivo pela cana" (13).

Em 1817, quando Martius visitou o sul da Província, pôde ainda ver — única nota animada naquele quadro desolador — o engenho do Marechal Felisberto Caldeira Brant exibindo vasta escravaria, cêrca de 260 peças, e com uma produção de 10.000 arrobas de açúcar. Era o que de mais importante restava da malfadada indústria (14). O grande surto açucareiro do Recôncavo, em seguida à lei de 13 de novembro de 1827, que deixou livre a tôda pessoa levantar engenhos de açúcar nas suas terras (15), não encontraria repercussão no sul da Província. Só aí, na ausência de outros fatores, poderemos realmente responsabilizar a concorrência do Recôncavo e de Pernambuco pelo fracasso da exploração da cana na parte sul. Melhor aparelhados como se achavam, com portos acessíveis aos navios de maior calado na época, dispondo, além do mais, de uma aristocracia rural sempre pronta a reclamar favores dos poderes públicos, puderam, assim Pernambuco e o Recôncavo eliminar fàcilmente toda veleidade de reorganização da cultura da cana na região meridional da Bahia.

O Aimoré desaparecera do cenário sul-baiano, mas a lavoura da cana deixara pràticamente de existir. Durante quase um século, ainda, o sul da Bahia pernameceria mergulhado na mais profunda estagnação econômica, até que uma riqueza tropical de um novo tipo — a monocultura cacaueira — lhe imprimiria novo rumo.

(13) — **Anais da Capitania de Ilhéus** (O grifo é nosso).

(14) — Von Spix e Von Martius, **Através da Bahia**, tradução de Pirajá da Silva e Paulo Wolf, Companhia Editora Nacional.

(15) — **Ensaio sôbre o fabrico do açúcar**, Miguel Calmon du Pin e Almeida. Na mesma obra se lê, de referência ao grande impulso que tomou a indústria da cana no Recôncavo: "Desta data a meados de 1834, foram levantados na província mais de 141 engenhos, tendo sido a média dêsses seis anos 23 para cada ano, quando a do período de 1728 a 1827 fôra de três apenas".

dições materiais de vida, mudáveis com o tempo. Imutável fica apenas o que se relaciona com a Fé e com Deus, por essência imutável. Alguns dos que tomam parte nesses confrontos e exaltam umas Ordens Religiosas em detrimento de outras (com espírito menos amplo e universal, que é a própria significação da palavra **católico**) e que exaltam esta ou aquela Ordem em detrimento por exemplo da Companhia de Jesus, ficariam surpreendidos se lhes dissessem que entram na discussão com sentimentos menos modernos que medievais. Na América, o espírito moderno da Companhia de Jesus, colonizador e ativo, preponderou e impôsse, mais ou menos, a tôdas as Ordens Religiosas. E — o que hoje interessa histórica e literàriamente — dos debates, como elemento de informação, nasceu a mais importante literatura açucareira do Brasil.

Além de inúmeras notícias esparsas, "Inventários" "Livros de Resão" e "Contas", há seis documentos de mais especial significação, alguns já publicados, outros ainda inéditos:

I — Sôbre os Engenhos do Passé e Camamú — Apontamento do Pe. Domingos Coelho, segundo o espírito de Fernão Cardim (1610). Defende a fundação dos engenhos como o aproveitamento da sesmaria do Colégio da Bahia, para a sua vida e construções, que o aumento da cidade requeria, e como fonte geral de riqueza e povoamento da terra. Responde às objeções. Base de argumentação: Os Engenhos são as vinhas, os olivais do Brasil. E assim como na Europa tôdas as Ordens Religiosas vendem o vinho e o azeite das suas quintas, não apenas as uvas ou azeitonas **in natura**, mas o produto já industrializado delas, assim no Brasil, se podem vender não só as canas, mas o açúcar das próprias fazendas. As Fazendas são as Quintas; os Engenhos os Lagares do Brasil. Se algum homem do mundo tivesse a lembrança de se escandalizar, não passaria de escândalo farisáico. E, com isto, dão-se notícias concretas sôbre as possibilidades e recursos dos Engenhos nessa data, e se seria realmente seguro, para as obras do Colégio, essa fonte de receita. **(Inédito)**.

II — **"Memórias" da administração de Manuel do Couto, Simão de Sotomaior e André de Gouveia**. Período de 1617-1630. Compras e vendas, salários, confrontos dos preços das mercadorias em Portugal e no Brasil **(Inédito)**.

III — **Descrição do Engenho do Sergipe do Conde e de S. Ana de Ilhéus**, de Estevão Pereira (1635). **(Publicada)**

IV — **Instrução para os Administradores do Engenho da Pitanga**, — pelo P. Barnabé Soares (1692). "Regimento interno" de um engenho da Companhia, com as descriminações de organização social, religiosa e econômica. **(Inédita)**.

V — **Opulência e Cultura do Brasil** — de João Antônio Antonil (1711). Retoma e utiliza em parte as fontes anteriores, dando-lhes forma regular e literária. Monumento da literatura econômica do Brasil **(Publicada)**.

VI — **De Sacchari Opificio Carmen**, Poema do P. Prudêncio do Amaral (1713 ?). **(Publicado)**.

Conjunto literário sôbre a fabricação do açúcar e aguardentes no Brasil, sem nada de similar. Conjunto que irrompe de simples notícias esparsas e de informações e memórias particulares; passa pelo "Regulamento Interno" de um grande Engenho, ergue-se até ao livro de informação geral para o público; e fecha com a coroa, puramente estética, em verso heróico, de um poema.

O **Poema do Açúcar**, incluido nas **Geórgicas Brasileiras** (editadas pela Academia Brasileira) aparece, como nos ciclos históricos, no momento em que o Engenho perdia o seu primado, repartido já com a indústria pecuária, e prestes a associar-se ao ouro das Minas, recordado nos últimos hexâmetros de Prudêncio do Amaral.

O poeta carioca tem versos admiráveis. Já está traduzido. Mas ainda espera um tradutor, que saiba não só latim, mas seja também poeta, para reproduzir em português moderno as belezas do texto. O "Poema do Açúcar" fecha com esta exaltação do açúcar e do Brasil :

A Terra do Brasil não é apenas louvada
Pelos Povos longínquos.
Por ter madeiras exímias,
E produzir bálsamo nas matas dilatadas,
Ser fecunda em metais e pedras preciosas,
E engendrar diamantes e ouro;
E' louvada também
Por encher as mesas de manjares de açúcar
E, com os seus acepipes ambrosíacos,
Deleitar dois mundos.

("Jornal do Comércio", Rio, 13-8-44).

O AÇUCAR COMO REMEDIO CONTRA O REUMATISMO

O Dr. Natannsen, médico de Hamburgo, anunciava, em 1931, na "Deutsche Medizinische Wochenschrift" um novo remédio contra o reumatismo. Trata-se de injeções de soluções de açúcar, que contêm uma quantidade maior de açúcar do que a que existe no sangue. Opinava o médico em questão que as dores reumáticas provinham da diminuição da glucose de que necessita o trabalho muscular e sua substituição pêlo ácido láctico. Isto sucede também nos casos de lumbago. As injeções fazem cessar as dores e logo curam o mal. A opinião do Dr. Natannsen foi confirmada por experiências feitas no hospital de Hamburgo-Barmbeck pelo seu diretor, Dr. Happel.

("La Industria Azucarera", julho, 1944.)

FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

XI

Uma superstição da zona canavieira do Nordeste: a fumaça do engenho e o Cruzeiro do Sul — Exegese folklórica — Convergência de duas fontes — O culto do fago, de procedencia indo-européia — O culto das estrêlas, de procedência semitica — O elemento configurativo da convergência.

Todos sabem que os povos agrícolas são, de regra, bons conhecedores do céu. E' que o conhecimento empírico, que possuem, da climatologia local, fàcilmente, os torna seguros observadores dos fenômenos celestes.

Os lavradores sabem, com mais agudeza que os institutos de meteorologia, quando vai haver bom tempo ou mau tempo, distinguem, sem auxílio de telescópios, as constelações e, na sua simplicidade de camponeses, identificam as estrêlas longínquas.

E' claro, pois, que os habitantes da região da cana do açúcar conheçam bem o cenário celeste, que lhes anuncia as tempestades, as chuvas e as bonanças, tão intimamente ligadas à sorte das lavouras.

No Nordeste, essa gente simples dos engenhos possui até uma pitoresca terminologia astronômica.

Contempladores do céu, os nordestinos não poderiam deixar de se impressionar diante da belíssima constelação do Cruzeiro do Sul.

E, de fato, corre entre êles uma curiosa superstição a êsse respeito.

Nessa constelação, como se sabe, há uma estrêla um tanto apagada.

Ao observador roceiro não passou despercebido êsse detalhe do nosso céu. E, como acontece sempre, tratou de explicar a razão dêsse brilho menor da estrêla.

Atribui o roceiro nortista que o brilho da estrelinha aumenta ou diminui na sua claridade em correlação com a fumaça que sai das fornalhas dos engenhos de açúcar. Se nestas se queima lenha boa, essa fumaça vai polir a estrêla do Cruzeiro e esta adquire maior brilho; se, porém, se queima lenha ruim, a estrêla, em vez de se tornar polida, se ofusca...

E' uma superstição do Nordeste. Ademar Vidal recolheu-a no folklore paraibano, mas a sua área de expansão abrange outras regiões (Pernambuco, Alagoas).

Há, pois, por parte dos senhores de engenho a preocupação de queimar lenha boa para que a estrêla obscura do Cruzeiro resplandeça...

Ao primeiro exame, esta superstição surge-nos como criação lírica de nossa mentalidade coletiva.

Nossos lavradores nordestinos, de tão rico e variado folklore, poderiam tê-la criado ùnicamente em virtude de nossa originalidade espiritual.

E' possível, também, ligar-se essa "construção mística" ao influxo de nossa formação **cristã**, uma vez que a referida constelação é um símbolo da cruz.

Tôdas essas considerações, por mais sugestivas que sejam, não passam de comentários imediatos. Implicam tão sòmente numa análise superficial da interessante superstição que, pela fôrça com que se acha arraigada na tradição popular, trai, sem dúvida, origens mais remotas e raízes mais profundas.

Mais do que uma criação lírica do nosso povo e mais ainda do que uma construção mística da tradição cristã, esta superstição nordestina, examinada à luz de uma profunda análise folklórica, revela elos mais distantes que nos ligam a culturas distanciadas de nós no tempo e no espaço.

A exegese folklórica exige uma maior acuidade e um maior espírito discriminativo ao analisar os elementos formadores da crendice canavieira.

Quem faz exegese dessa natureza não pode, de modo algum, renunciar, nos seus métodos e nos seus estudos, a um critério eminentemente analítico.

O mister do folklorista lembra, nesse ponto, a tarefa do químico ao decompor os corpos nos seus elementos componentes.

E' possível, no entanto, distinguir nesta su-

perstição, que estamos examinando, os fatores que se ajustaram para formá-la?

O problema, assim colocado, nos permite discriminar dois elementos fundamentais:

I — a queima de boa lenha nas fornalhas do engenho;

III — a preocupação de zelar pelo brilho da estrêla do Cruzeiro.

Os trabalhadores dos "banguês" gravitam em tôrno dessas duas preocupações místicas: botar boa lenha e, conseqüentemente, zelar pelo polimento da estrêla.

Estamos, portanto, com as duas matérias básicas da superstição.

Urge, agora, verificar a estrutura de cada uma e identificar a sua procedência. E aí, então, poderemos fixar a origem da tradição.

* * *

No Nordeste, na sua maioria, os senhores de engenho têm a preocupação de queimar, nas suas fornalhas, lenha boa. E' necessário que a fumaça que saia do **bueiro** seja clara, branca, bonita.

Além da razão contida na superstição reproduzida linhas atrás, há outros males a evitar.

Quando a fumaça sai negra e feia, se há moça solteira, em ponto de casamento, não se casará.

A fumaça de boa lenha é que dá sorte.

Ora, êsse cuidado místico de selecionar boa lenha para queimar nada mais é do que o vestígio de um distante, mas inesquecível **culto do fogo.**

Donde, porém, recebemos êsse culto?

Do ponto de vista imediato, trouxeram-no os portuguêses.

Em Portugal, existem também vestígios do culto do fogo.

Teófilo Braga, em "O povo português", não esqueceu esta curiosa faceta do folklore lusitano. Lá está a indicação:

"O **fogo** do lar é, também, objeto de agouros importantes: se estala ou crepita, é porque estão dizendo mal de quem o acendeu; se é a candeia, que crepita, é sinal de presente. Os morrões que caem no chão acessos não se devem apagar, porque alumiam as almas do purgatório. Três luzes numa sala é sinal de entêrro; a luz no chão é morte de pessoa da casa. Beber água com luz na mão, faz "beber" o juízo. Cuspir no lume ou apagá-lo com água é pecado. Queimar a palha do enxergão é pobreza" (O povo português, Livro II).

Êsse culto que transparece em tantas crendices portuguêsas, tem uma área de expansão maior e ultrapassa os limites da península ibérica.

Entre os gregos e romanos mostram-se expressões dêsse culto. Tal é o informe de H. de La Ville de Mirmont em "Mythologie des Grecs et des Romains".

"A religião dos mortos simbolizava-se pelo culto do lar. Em tôda casa grega ou romana o **fogo** ardia no altar perenemente. Só os os membros da família tinham direito de alimentar êsse **fogo;** quando a família desaparecia, o **fogo** se extinguia e as almas dos antepassados que não recebiam mais o culto tornavam-se almas penadas".

Essa identidade de crenças entre gregos e romanos atesta, à tôda luz, a origem, ariana, comum.

De fato, o culto do fogo é uma tradição indo-européia que se liga à civilização remota dos primitivos Arias. (C. F. Kuhn. Os mythos do fogo e a bebida celeste entre os povos indo-europeus).

Nos últimos tempos, a psicanálise, invadindo o terreno da etnologia e do folklore, tentou uma interpretação psicanalítica do mito ariano do fogo. E' uma hipótese interpretativa digna de atenção. (Cf. Joaquim Ribeiro, Introdução ao estudo do folklore brasileiro).

O que, porém, não está no terreno da hipótese é a comprovação direta da **procedência indo-europeia** do culto do fogo, observado nos povos arianos, desde a antigüidade até os dias de hoje.

E' um culto que atravessou o Atlântico e deixou pegadas na América.

No Brasil, na zona canavieira do Nordeste, vamos encontrá-lo na superstição dos senhores de engenho e seus apaniguados dos "banguês": Botar lenha boa nas fornalhas para evitar males...

* * *

Por que têm os lavradores da cana de açúcar tanta atenção para com a estrêla pouco brilhante do Cruzeiro? Por que desejam vê-la luminosa e radiante?

Que é que explica essa preocupação mística?

Sòmente nos surge como razão plausível: a reminiscência de um obliterado **culto sideral**, de procedência semítica.

Do ponto de vista imediato, foram os colonos portuguêses os portadores dêsse quase esquecido culto das estrêlas.

O folklore português está cheio de reminiscências dêsse culto semítico.

Informa Teófilo Braga:

"Do culto das estrêlas, proveniente das populações semítas, conserva a linguagem popular abundantíssimos vestígios: assim **desastre** e o antigo vocábulo **astroso**, são restos do sistema de horóscopos de que temos ainda a locução vulgar. — "Ninguém pode fugir a sua **sina**". Entre os hebreus a constelação de Escorpião ou Orion era chamada **Kesil** (Cf. Hoeffer, Histoire de l'Astronomie, pág. 82) e entre o nosso povo ainda se diz **quesila** a apoquentação ou zanga; a **Nakhascha** ou constelação do Dragão que marcava o polo norte, no tempo dos patriarcas, entre a Grande e Pequena Ursa, acha-se na forma de **Nagaça**, com que o povo define uma coisa que se agita" (Obra cit. pág. 56).

E, no próprio Evangelho, o nascimento de Jesus Cristo é anunciado pela estrêla do Oriente. Lá está em São Mateus:

"Vieram do Oriente uns magos a Jerusalem, perguntando: Onde está aquêle que nasceu rei dos judeus? por que vimos **a sua estrêla** no Oriente, e viemos adorá-lo". (Bíblia, ed. brasileira, pág. 3, "O Novo Testamento").

No Alcorão, é proibido jurar pelas **estrêlas cadentes.** Tal é a passagem da tradução francesa de Edouard Montet:

"Je ne jurerai pas par les planètes, dont le cours est rapide et qui s'éclipsent" (Sourate 81, obra citada, pág. 249).

Tudo isso prova, de modo claro, que entre os semitas o **culto das estrêlas** foi conhecido. E dêle é que nos veio êsse conjunto de sobrevivências místicas.

Ora, os portuguêses (influenciados não só pelos árabes como pelos judeus) nos transmitiram essas reminiscências, que ainda hoje podem ser apreciadas fartamente em nosso folklore.

No Nordeste, aliás, na região canavieira de Pernambuco, a persistência de "survivals" dêsse culto foi registrada pelo saudoso folklorista pernambucano Pereira da Costa.

Assim registra no "Folklore Pernambucano":

"O que, porém, ainda nos resta, e acentuadamente revela vestígios dêsse **culto estrelar**, é a seguinte **Oração para a cura das ínguas,** dirigindo-se o doente a uma estrêla qualquer, como que reconhecendo-lhe os poderes de operar miraculosas curas:

Minha estrêla
Minha íngua diz
Que viva ela
E morra vós
Mas eu digo
Que viva vós
E morra ela".

(Obra cit., págs. 18/19).

E ainda aí registram-se outras tradições sôbre estrêlas:

"Ao correr de uma estrêla no espaço, diz o povo que é um espírito errante penitenciando-se dos seus pecados, para depois de purificado entrar no Paraiso, e dirige súplicas em sua intenção; e que faz mal apontar a uma estrêla, porque nascem verrugas ou cravos nos dedos, acaso como um castigo, infligido pelo astro por ver nisso um ato de desrespeito às suas divinais prerrogativas" (Obra cit., pág. 18).

Pereira da Costa pretende salientar um **culto de estrêlas** entre os tupis, mas a documentação nesse sentido não é convincente.

O que nos resta de um **culto estrelar** não nos veio de fonte ameríndia, mas de origem **semítica.**

Aí está o outro elemento determinante da superstição canavieira.

* * *

Surge, finalmente, o último problema: como se deu a convergência dêsses dois cultos, o do **fogo,** de fundo ariano, e o das **estrêlas,** de fundo semítico?

Aí aparece o elemento configurativo, imediato.

E qual foi êsse elemento?

RECORDAÇÕES DE UM "INOCENTE DO CANAVIAL"

Sodré Viana

III

FOI ERVA QUEM ACABOU COM TOBIAS?

Tobias, o feitor dos Britos, era um mulatão grande e gordo, e tinha um vozeirão capaz de descaliçar casa. Encarnava, ali no Engenho, a pior, a mais iníqua das autoridades: a do subalterno de maus sentimentos.

Não falava com os trabalhadores: bramava-lhes. Em compensação, também não falava com os Senhores: ciciava-lhes, o grosso beiço luzindo de uma baba discreta, como segregada apenas para facilitar a passagem do sorriso servil.

Das longas temporadas que passei na bagaceira nunca me ficou, de Tobias, uma recordação suave, uma cena, um gesto, uma palavra que agora possa redimí-lo no meu conceito.

* * *

Haveria, talvez, o fato de êle ter amado Umbelina, a espôsa, com uma sinceridade e uma cordura que se diriam impossíveis na sua alma.

Ela se tornou, por isto, o refúgio, o amparo dos pretos submetidos ao guante do marido. Quando êle roncava para o carreiro:

— Já lhe dixe, já lhe dixe! Quero cinco carros de cana e quatro de lenha!

O mísero não tentava argumentar, exibir-lhe as feridas da perna ou fazê-lo sentir nas costas da mão o acesso palúdico latejando-lhe nas têmporas. Baixava a cabeça e corria para a santa de ébano. E o amor de Umbelina operava o milagre no coração do bruto, permeabilizando-o ao sentimento de humanidade.

Haveria talvez êste fato. Mas o mérito não cabe a êle, e sim a ela.

* * *

Ainda o vejo, antes de despedir o pessoal para a ceifa, enristar o dedo, bufar apoplético na advertência de todos os dias:

— E vejam lá! Negro que eu bispá com cana nos dente vai pra o tronco!

E era horrivel a gente saber mesmo que daquele mundo de "paus doces" empenachados de verde alegre nenhum cabra de eito se atrevia a desviar um gomo que fôsse, para molhar a garganta ressequida pela poeirada ardente e acre.

Naquele tempo, numa fazenda do nordeste, homem de condição baixa que exercesse por aquela forma a função de administrador estaria "amarrando a vida na garupa da sela". Ninguem daria um niquel pela vida dêle Ora, eu tinha vindo do rio São Francisco. E, ante aquelas coisas, só esperava o instante em que viesse contar na Casa-Grande que o corpo de "seu" Tobias fôra encontrado cosido a tiro ou retalhado a foice nalgum desvão de roça ou no bambual.

A fusão do culto do fogo com o culto sideral resultou ùnicamente do fenômeno da **fumaça**, que é como que um traço entre o **fogo** da terra e o céu das **estrêlas**

Foi êste o elemento configurativo que provocou a composição das reminiscências do culto ariano com os vestígios do culto semítico numa tradição local, nordestina, típica da zona canavieira do Nordeste.

Tem, pois, o folklore do açúcar nesta crendice nortista uma prova sugestiva das íntimas aculturações de elementos diversos, procedentes de grupos culturais distintos, apenas anastomosados no Brasil.

Referências bibliográficas — Ademar Vidal, Para Onde Vai a Fumaça (in Brasil Açucareiro, Abril, 1944); Teófilo Braga, O Povo Português; H. de La Ville de Mirmont, Mythologie des Grecs et des romains; Biblia (edição brasileira da "American Bible ociety); Le Coran (tradução francesa de Edouard Monet, Payot); Pereira da Costa, Folklore Pernambucano; Joaquim Ribeiro, Folklore brasileiro.

Os negros, todavia, mantinham-se submissos ante o troncudo lacaio arvorado em soba.

* * *

Anos depois fui encontrá-lo, não mais no Engenho, que havia mudado de dono, mas num arraial das proximidades.

Nem parecia o mesmo. O busto que outrora êle apumava com tanta arrogância, vergava agora para o chão, para o pó, humilde, de quando em quando sacudido por estremeções nervosos. Tobias já nem controlava o fluxo da baba, a escorrer incessantemente do canto da bôca.

— Há quanto tempo êle está assim ?

Negro Casemiro arreganhou os dentes :

— Muito tempo, sinhô... Muito tempo... Quando tia Umbelina morreu êle já tava assim...

— Você chegou a apanhar dêle, Casimiro ?

— Uns tabefes, sinhô.

— E guarda ódio dêle ?

Negro Casimiro, meu companheiro de traquinadas, levou alguns segundos para responder :

— Agora mais não.

* * *

Realmente, aquêle trapo humano, já não inspirava rancor. Causava era lástima. Eu jámais vira exemplo tão golpeante de decadência física e mental. Hoje, quando evoco aquêle Tobias corcovado e vencido, não posso fugir a idéia do "amansa-senhor", o sumo de vegetal com que os antigos escravos do Recôncavo aniquilavam, lentamente, mas inexoràvelmente, os baronetes lúbricos ou cruéis.

Não, não me parece que os pretos daquela zona tenham deixado se perder a fórmula da erva vingadora. Na Bahia, D. Maria Santana, mãe do terreiro de Seu Camanranguangê Getí de Cacururucaia, no Lobato, me afirmou que ainda hoje ela é conhecida nos candomblés da Cidade do Salvador. Por que não também, e naquele tempo, na região da Saubara, formigueiro de ex-cativos e seus descendentes ?

* * *

Negros dos eitos dos meus tios, como teriam pulsado de ironia florentina os vossos corações ansiados, a cada gôta da planta-castigo misturada ao café ou à cachaça do vosso algoz !

SANTA CASA DE CAMPOS

O Sr. Presidente do I.A.A. enviou ao Sr. Manuel Ferreira Machado o seguinte telegrama :

"Sr. Manuel Ferreira Machado. Campos. 24-8-1944. — A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool aprovou constasse de ata, por proposta do Dr. José Carlos Pereira Pinto, um voto de congratulações com V. S.ª, pelo valioso donativo com que acaba de contribuir para a aquisição do material necessário à Santa Casa de Campos. Ato de tão grande benemerência honra não sòmente o doador, quanto a própria classe dos produtores campistas. Saudações cordiais — Barbosa Lima Sobrinho.

RAPADUREIROS DE TAUBATE'

Affonso Varzea

Taubaté, agora disputando a Campos o primaciado entre as acolhedoras e laboriosas cidades da calha do Paraíba, vale por exemplo de **urbs** evoluída sôbre o local mesmo de aldeia ameríndia, verificando-se mais uma vez o caso do Rio de Janeiro, onde bairros da metrópole incomparável cresceram sôbre baixadas ou encostas ocupadas, antes dos Sá, Mem e Estácio, por aglomerados de Ocas tamoias.

Felix Guizard, o **gentleman** creditado, ao mesmo tempo, por máximo historiador da terra, frisa que no sítio de sua cidade formigou, até o Seiscentismo, a maior e mais autêntica concentração de casas guaianases — Taba Etê, a taba grande — donde saiu naturalmente o nome do ativo foco agro-industrial do presente.

Se se trata de lugar de moradía e trabalho, cuja preferência se perde em séculos que não pode alcançar nossa cultura de filiação européia, urge mais uma vez destacar a coincidência com uma fronteira geológica, pois a localização residencial vem recaindo, desde os Gés e Tupis, em zona de contato do mar dt morros do Complexo Cristalino da Serra do Mar com as colinas em que a erosão mais recente anda esculpindo o fundo do Lago Terciário, cujas águas rasas estendiam-se, a contar de 30 milhões de anos, desde Jacareí até Lorena, para utilizar marcos bem conhecidos do traçado da Central do Brasil.

O Bairro do Registro pegado dentre plumas da POJ 2727. O nome vem do tempo em que tropas carregadas de ouro, dos garimpos abertos em Minas pelos bandeirantes de Taubaté, desciam em busca do mar em Ubatuba, depois grande pôrto cafeeiro no século passado. Na casa à esquerda, por cuja frente desfila uma coluna de carretões com vasilhame de leite, reside a rapadureira Cornélia Ivo. Foto Affonso Varzea.

No perfil do curso desenhado em 1940 pelo Serviço de Melhoramentos do Vale, a rampa suavíssima do lago aparece desenhada entre Guararema, 15 kms. a sueste de Jacareí, e Cachoeira, 13 kms. a susueste de Cruzeiro, descendo de 570 metros acima do nível médio do mar a 520 m., ou seja desnível de 50 metros repartido sôbre extensão de 300 quilômetros.

CURTA RESSURREIÇÃO DO LAGO

A esta planície de origem lacustre chama aquêle serviço paulista de Curso Médio, o que se afigura critério restrito, parecendo mais razoável englobar na secção mediana o Lago de Resende, da mesma idade do taubateano, cujo fundo neogeno estende-se desde Marechal Jardim até os arredores de Barra do Piraí, desnivelamento de 40 metros dosado por 100 quilômetros de extensão.

Naturalmente nesses dois fundos lacustres do médio curso paraibano sente-se melhor o fenômeno das enchentes, mais bruscas e violentas no "lago" mais extenso, o de montante, pois o rio engrossando precipita-se da altura de 1.800 metros, cota das cabeceiras, a 570 m., cota de entrada na planície, num percurso de 240 quilômetros meandreado por entre morros da Serra do Mar onde a quota de chuva anual é superior a metro e meio, alcançando mesmo dois metros em certas zonas.

O recolhimento de tanto líquido em tamanha rampa faz com que o Paraíba saia violentamente da "caixa", como diz o lavrador alarmado, sendo que a enchente de 1940 culminou, no dia 24 de fevereiro, com 1,70 m. de altura acima da margem em Caçapava, não tão consistente quanto a do ano corrente, ano da série úmida, "wet year" pelo que se vai sabendo de reparos meteorológicos fluminenses e cariocas, quando as águas entraram a cobrir a Várzea com mais de 1 metro a partir de 6 de fevereiro e ainda ostentavam aquela espessura acima da borda da "caixa" a 27 do referido mês, portanto uma potente inundação que duraria mais de quatro semanas, outra maneira de, no vale, diferençar um Ano Úmido dos demais.

O tabuleiro em que Antônio Ferreira, do Bairro dos Remédios, arruma os doces tijolos para os frequentadores da Feira de Taubaté, funcionando aos domingos na praça do Mercado. O jovem fabricante vai apanhar, para o velho à sua esquerda, o paralelepípedo escuro, de 190 gramas, que vende a cruzeiro, notando-se, à sua direita, as pilhas mais baixas da Talhada mais clara e menor, temperada com mandioca e gengibre, custando 50 centavos. Foto Affonso Varzea.

Dessarte, nas enchentes anuais, mais particularmente naquelas de Wet Year, o Lago Neogeno resuscita aos olhos apreensivos dos trabalhadores de numerosas fazendas e dos moradores de uma dezena de cidades, numa enchente que é um aviso e uma mitigação do processo de transbordamento que fatalmente se segue no lago de jusante, o Lago de Resende, precedido de rampa muito mais suave, pois entre

Cruzeiro e Barão Homem de Melo o leito desce coisa de 150 metros numa extensão de 200 quilômetros.

A PEQUENA HOLANDA

A saída da Caixa é sempre danosa ao trabalhador da Várzea, apelido mais simples e prático que êle mesmo dá ao fundo lacustre da transição terciária-quartenária, e os rizicultores, que com tamanho labor cooperam com os industriais de Taubaté para que as planícies do curso médio sobrepujem economicamente a planície deltaica comandada por Campos, encontraram solerte defensor no Rei do Arroz da América e não apenas local, segundo acreditam, ou seja o fazendeiro Vitor Ardito que na propriedade da Mombaça, e mais duas anexas, construiu um dique defendendo mais de 1.000 alqueires de arrozais das enxurradas do Paraíba, circumvalação que Mario Machado, o ativo gerente da agência do Banco do Brasil, chama a Pequena Holanda, pois visitando as plantações em quadra de inundação encontrou-as mais de metro abaixo do nível barrento do Lago Neogeno resuscitado por sua periódica, embora curta, recomposição anual.

À margem dêsse trecho de estrada para São Luiz do Paraitinga, onde nasceu Osvaldo Cruz, a encosta apresenta três faixas de cultura : Junto à cêrca a lavoura mais nova, a das bananas, de tamanha extensão no litoral paulista e no fluminense do golfão da Ilha Grande; no centro a atividade agrária mais antiga, um canavial de Caienas, localmente chamadas Creoulas; no alto um velho cafezal, e o café dominou a região no oitocentismo antes do arbusto nativo das savanas de Abissínia invadir impetuosamente a diabase da alta bacia do Paraná, no norte e no oeste paulista. Foto Affonso Varzea.

Realizaram e ampliam os rizicultores um tipo de economia de substituição, a troca rendosa da pobre savana primitiva pela savana do famoso cereal da Ásia de sueste, justamente afeiçoado aos solos inundáveis.

Mais afastadas dos meandros com que o rio passeia a "caixa" pela várzea, as colinas, que são restos erodidos dos terraços que o lago foi deixando em seu gradativo perecimento, mostravam fronteira de vegetação onde se interpenetravam, com a savana (campos da baixada), as colchas de mata fechada descendo do mar de morros da Serra do Mar e da Mantiqueira.

Antes da chegada dos elementos europoides vindos principalmente da capitania de São Vicente, a zona de contato da floresta e do campo impunha também uma fronteira de ocupação humana, na qual os Tupis ma-

teiros entestavam em escambo pacífico, ou comércio pela violência, a guerra, com os Gés campestres.

Nessa fronteira ameríndia vívida até a primeira metade do Seiscentismo, a gente túpica esteve representada pelos bravos Tamoios, mas já não eram guaranis os Goianases, que, quais os primeiros, tanto tinham aldeias no litoral atlântico como na costa do Paraíba, por outro lado também se confrontando na zona da Taba Etê os gés Tremembés e Cataguazes, êstes dobrando tão extensamente seus domínios por cima da Mantiqueira, que um dos primeiros apelidos bandeirantes do rico planalto mineiro foi Sertão dos Cataguazes. A melhor propriedade do mais rico canavieiro taubateano, Feliz Guizard "doublé" de opulento industrial, guarda o nome de Fazenda do Cataguá.

O animal atrelado à moenda, em três cilindros de ferro, do rapadureiro Rafael de Araujo Filho. Sítio dos Monjolos, Serra do Jambeiro, espigão da Serra do Mar ao sul de Caçapava. Foto Affonso Várzea

O INDIO SILVESTRE E O INDIO CAMPESTRE

Os Goianazes eram mateiros e canoeiros como os Tamoios, e a aventura de Knivet, tão ligada a êstes, registrou aquêles por senhores da Ilha Grande, autêntico enclave no domínio costeiro tamoio que vinha desde Caraguatatuba-Ubatuba, mais um testemunho de quanto as fronteiras entre nossos povos em cultura lítica eram mosaico de interpenetrações cambiantes. A essa gente em transição paleolítica-neolítica a posse da floresta densa e do litoral oceânico dava muito mais recursos, de sorte que o escorraçamento dos gés para as savanas, os campos, valia por prova de derrota sob pressão túpica, afirmando-se a civilização ameríndia florestal mais forte e mais rica de meios diversos que a civilização ameríndia campestre. Nosso índio campestre era ecomicamente, e portanto no resto, mais fraco que nosso índio dos bosques.

Os elementos de raça básica europoide tomaram conhecimento da roupagem de savana do fundo do lago neogeno vindos principalmente de Piratininga, isto é, passando da alta bacia do Tietêa à alta bacia do Paraíba, e a paisagem de formação aberta ficou no nome de uma das aglomerações mais a montante do terreno lagunar: São José dos Campos.

As relações de paz e de violência entre tribus pe pelo menos quatro grupos indígenas diferentes, processando-se durante séculos, riscaram naturalmente no solo muitos itinerários, caminhos indianos cujos traçados

entre a Taba Etê e as bibocas do litoral, rendilhadas entre Caraguatatuba e Ubatuba, pensa Felix Guizard haver reconstituído em boa parte.

Essas pistas de pedestres de arsenal lítico, pedestres melhor equipados com utensílios de indústria siderúrgica — os bandeirantes — entraram a retificar e alargar para o veículo de sua tradição ibérica, o carro de bois, de muita responsabilidade no trabalho de substituição da roupagem vegetal natural pela roupagem das lavouras de tipo ultramarino.

Destas destacou-se por mais expansionista a canavieira, substituindo-se de preferência às matas de encosta suave e aos capões do campo que era savana tipo parque, como nos campos de Piratininga, noutro fundo de lago neogeno.

Aguada tradicional de Taubaté, como a da Carioca no Rio de Janeiro, é a Biquinha do Bugre, a menos de 100 metros do ângulo sueste do Mercado. Assim como na metrópole águas descendo ao bebedouro tamôio foram imponentemente canalizadas até o chafariz do largo que ainda lhe guarda o nome, na capital do Paraíba paulista, o líquido de que se serviam os goianases, plantadores de roças de milho e mandioca, ficou acondicionado na construção metálica em tôrno da qual velho muro arma um nicho de homenagem ao sítio onde enchiam as cuias os moradores da Taba Etê, como os residentes atuais enchem garrafas.
Foto Affonso Varzea.

O HOMEM FAZENDO FLORESTA E SAVANA

O bandeirante taubateano fêz reduto num quadro geográfico idêntico ao do bandeirante do alto curso do Tietê, com ráio de ação também impressionante, bastando relancear suas criações seiscentistas e setecentistas: fundações além Mantiqueira do Serro (1694), de Mariana (1696) e Ouro Preto (1699); ereção de Campinas (1773) além de Piratininga, penetrações de Bartolomeu Bueno de Siqueira e Domingos Rodrigues do Prado nos confins de Goiaz; alicerces da Caçapava gaucha.

O canavieiro que acompanhou êsses caçadores de ouro e pedrarias fixava-se a custa da devastação de matas cuja recomposição em capoeiras e copoeirões, dentro de prazo de dois a cinqüenta anos, afigura-se rapidez tamanha relativamente ao crescimento de árvore típicas de nossa floresta aberta, como a araucária e a imbuia, mas arrasta-se como lento recrescer comparativamente ao estalão da duração do indivíduo humano.

Os bosques que, na Várzea, armavam panorama parquiforme associados aos arbus-

tos e capinzais primitivos, estão sendo restaurados, dentre Taubaté e Pindamonhangaba, pela iniciativa do Vitor Ardito, o qual, nas baixadas mais úmidas, tem plantado centenas de milhares do eucalíptos Alba, enquanto nas encostas, pelas quais as colinas neogenas passam gradativamente o relêvo aos morros de complexo cristalino da Serra do Mar, vão crescendo ràpidamente as colunas da variedade Saligra. O eucaliptal dentre Pindamonhangaba-Taubaté já anda em mais de milhão e meio de pés, enquanto além de Pindamonhangaba, nas terras de Corupu-tuba, Cícero Prado soma seus eucaliptos além de quatro milhões.

As manchas de floresta fechada do vale, ao tempo da exclusiva posse ameríndia, ressurgem agora como floresta aberta, tamanho o poder do homem como agente geográfico, e rodando minutos, de trem ou de auto, dentro da colunata cheia de frescor que se amplia no interior da calha do Paraíba, ou no âmago daquelas muito maiores da alta bacia do Paraná, onde a Companhia Paulista de Estradas de Ferro conta mais de 30 milhões de pés da esbelta árvore australiana, concentram-se instantes de reflexão no poderio do plantador sôbre o panorama, relembrando, no Leste do Brasil, a ampliação, pelo Recôncavo baiano, da Savana do Dendezeiro, no caso do problema botânico resolver-se um dia, definitivamente, pela origem africana da palmeira desembarcando em nossas praias lesteiras por ação das correntes oceânicas, ou pela intervenção da gente da marinha a vela, o que ampliaria ainda mais, no caso, a ação do mais caprichoso e inteligente dos agentes geográficos.

No primeiro plano aparecem os lenheiros, que vão vender o combustível aos engenhos, sendo êles e os carvoeiros, agora em boom devido aos gasogênios, os principais destruidores atuais das matas da bacia do Paraíba, mesmo onde estas vão se reconstituindo em capoeiras e capoeirões. Notar os morros da Serra do Mar, pelados em pasto, por trás do aglomerado de Itaim, com a relíquia de um cafezal senil. Foto Affonso Varzea.

O ZEBU DA CANA

Outra savana expressamente **man made**, a dos canaviais, foi das principais responsáveis pela destruição das matas densas do vale do Paraíba, e nesses canedos reinou a Caiena até 1927. Notar que em palestra com canavieiros locais notei a pronúncia do apelido sul-americano da Otahiti com a vogal tônica E, e não A, esta preferida em tantos rincões do Leste do Brasil, não sendo poucas as vêzes em que os taubateanos a chamavam Creoula, revivendo dessarte, depois da

prática extinção da Puri, que fêz a fortuna do Brasil açucareiro nos séculos Dezessete e Dezoito, o nome da famosa caninha de origem hindostânica, exemplo da desordem nomenclaturista que ainda aflige uma das grandes questões abertas da botânica, a sistemática da gramínea prodigiosamente expansionista.

Mas 1927 foi, também, o ano da devastação pelo Mosaico, começando a entrar no lugar da Otahiti, aniquilada, as vigorosas Javanesas, primeira que tôdas a 2714. Em 1935 estava no apogeu o reinado das raças da gramínea inventadas na estação experimental da rica Insulíndia, sobretudo por intermédio da 2364 e da 2727, a última muito estimada pelos caboclos por lhe **cair a ceroula** na ocasião do corte, tornando-se a tarefa de recolher os doces caules fácil e boa, enquanto as outras POJ conservam-se **barbadas**, a modo que os homens atiravam-se a estas, encaminhando as mulheres e crianças aos canedos daquelas.

Até essa cabeça de córrego subiram as jovens Coimbatores da Fazenda Cataguá. De um lado e de outro da estrada que coleia até Ubatuba — a Iperoig de Anchieta para os que discordam da localização em Caraguatatuba — notam-se restos da mata, em processo de substituição desde o lavrador tupi. Notar no dorso do fundo o último estágio dessa substituição, o pasto onde os fazendeiros metem de preferência gado leiteiro. Com a destruição da floresta, manta de poderosa concentração de umidade, ótima defesa contra o "run-off" e contra a evaporação, o regato, na quadra de fraca chuva de meio de ano, fica reduzido a filete líquido. Como a zona dispõe anualmente de mais de metro e meio de rega, a evolução desértica não é de temer, mas sim os flagelos da erosão, que a super-usura dos pastos acelera. Se a extinção do "stream-flow" não é de recear, a reeducação agrária do país deve, no vale do Paraíba: tomar as mais racionais providências contra a remoção da manta de terra agrícola — "farmer soilmantle" — iniciando quanto antes os trabalhadores da terra nos processos da lavoura de conservação do solo — "soil conservation farming". Do contrário tôda a "agricultural land" passará, pela erosão, à esterilidade de simples "geological material", mal permitindo o plantio de forragens, como os capins Angola e Colonião, localmente preferidos. Foto Affonso Varzea

Enfolcloreando a palestra com o linguajar dos "camaradas", Felix Guizard, o mais rico rapadureiro e aguardenteiro da terra, dobrado de médico, industrial e cronista, explica que, a partir de 1940, entrou a imperar o Zebu da Cana, como chama à Coimbatore 290, não só por vir de uma estação experimental da India, pátria do boi giboso, como pela resistência. O banqueiro, pois também o é, diz mesmo Rusticidade, o têrmo tão na boca dos apologistas do Gir, do Guzerat, do Nelore, do Indubrasil, e entra em di-

tirambos à Co — como entouceira! — exaltando seu maior teor de glicose, pois na Fazenda do Cataguá — no nome está uma homenagem ao Gé — tem algo de laboratório agronômico, da mesma forma que nela se estudam e se praticam requintes mendelianos de cruzamento de bovinos.

O RAPADUREIRO POBRE

A palestra escorre esplendidamente jovial porque em meio a assuntos cuja seriedade inclusive se mede pelos milhares de cruzeiros que vão capitalizando, repontam laivos de **blague**, afirmando o cronista dos feitos taubateanos que muito estimará, se chegar a ter biógrafos, que êstes não façam alusão alguma ao historiador exaltando de preferência o inventor de uma nova família de carne e leite, que espera arrancar das audaciosas cruzas que vem promovendo entre Girs e Guzerats com damàs Holandesas e Jerseys. Porque não há de sair uma dinastia, com ou sem barbela, de experiências com o Bos Indicus e o Bos Taurus, da mesma forma que experiências de Barber e Kobus inventaram canas mais úteis à humanidade?

Depois de repisar que as Coimbatore bateram em resistência e rendimento as Javanesas, indica itinerários de sua cidade para São Luiz do Paraitinga (berço de Osvaldo Cruz) e para os Remédios, onde qualquer pode verificar, fora das experiências e afirmações da sua Fazenda do Cataguá, a vitória da moderna cana da India sôbre a moderna cana de Java. Para os canavieiros taubateanos jura que Barber é inventor mais benéfico que Kobus.

Por pouco mais de quilômetro da acolhedora e movimentada biblioteca de Felix Guizard, encontro na feira, armada na Praça do Mercado, o jovem rapadureiro Antônio Ferreira, de boa informação, precisamente do Bairro dos Remédios, **bairro** por povoado, por aldeia, como se usa naquela secção do vale do Paraíba.

São dezenove anos tostados sôbre rudes borzeguins de elástico, representando a outra extremidade da escala rapadureira: Antônio Ferreira é um rapadureiro tão pobre que êle mesmo traz seus doces ao lado de fora do mercado, e arruma-os simplesmente no alto de caixotes, a céu descoberto, a vender aos pobres que precisamente de voz doce perguntam a como é a rapadurinha.

Indago pelas canas que dominam nas suas bandas, e êle fala-me numa misturada danada de "java", Creoula, Cristal e Bambú, acrescentando que os aguardenteiros preferem trabalhar com "java", Bambú e Cana de Pau, esta última a mesma caninha que no Leste do Brasil e em Minas Gerais tratam por Cana de Burro ou Cana de Cavalo, sendo bastante aproveitada para forragem do gado.

Também na sua zona dominam os engenhos de tração animal, e cita por colegas mais conspícuos Juca Pinto, do Itaim, e Lourenço Preto, do Tataú, do outro lado do Paraíba, na subida dos morros da Mantiqueira.

RAPADURINHA

A verdade é que nos pagos de Antônio Ferreira, isto é, nos morros da Serra do Mar que mais se aproximam da margem direita paraibana, há que enumerar a rapadureira Cornélia Ivo, no Bairro do Registro, tendo por vizinho e concorrente a Angelo Melado; João do Barreiro tomou o nome do **bairro** em que é rei da rapadura, mas todos êsses pequenos fabricantes aninhados em grotões da Serra do Quebra Cangalha, nome local da Serra da Bocaina, cadeião da Serra do Mar metido dentro do gancho armado pelos cursos superior e médio do rio do Guaraní, citam com a maior reverência por colega ilustre o Dr. Felix Guizard Filho, o senhor do Cataguá, com 50 alqueires só em cana, onde as POJ vão sendo inexoràvelmente expulsas pelas CO 290. Antônio Ferreira detalha que só para fabricar a melhor pinga da zona, "seu dotô" Félix conta três alambiques.

Regresso, por pensamento, à clara biblioteca do distintíssimo e tão amável canavieiro intelectual, e comparo mentalmente as amostras de rapadura que no Cataguá fabrica para os camaradas, com aquelas que vejo no taboleiro do meninote Ferreira:

— Essas são de 200 gramas?

Não, eram de 190 grs., esclarecendo que havia quem as fabricasse com 180 e mesmo 160. Vendia-as a cruzeiro, mas nas de 250, 300, 450, 500 e 800 gramas, o preço ia subindo por cruzeiro e meio, 2 cruzeiros, Cr$ 2,50, Cr$ 3,00, etc.

Diferente do que vi no leste brasileiro e em Minas Gerais, firmaram os rapadureiros paulistas das bacias superior e média do Paraíba aquela que pode ser chamada a micro-rapadura, comparada à rapadurona de mais

de dois quilos e meio que sopesei em Abaeté, à margem esquerda do alto São Francisco.

A TAREFA E O CARGUEIRO

Verdadeiramente micro-rapadura era a Talhada que, no mesmo tabuleiro, e muito clara e menor, ao lado da mais escura de 190 grs., vendia a 50 centavos, temparada com mandioca e gengibre. Aquele era o doce de que se orgulhava Antônio Ferreira, convencido de que com tão pequeno paralelepípedo distinguia-se absolutamente do Juca do Itaim.

Confessou que tinha pouca lembrança de aparecer, no mercado ou na feira, rapadura de quilo, mas que talvez "argum" a fabricasse na outra banda, que mal conhecia, e apontou na direção do lado de lá do Paraíba onde se azulavam, no céu tão claro e impecável da manhã, os dorsos maçudos da Mantiqueira, resmungando a fama de um tal Natálio, do Pinheirinho.

Realmente a Quebra Cangalha, à margem dos caminhos que sobem de Taubaté, serpenteando para sueste e para o meridião, conta interessante mosaico de rapadureiros, e são as próprias estradas que mostram o trabalho que por alí formiga, com o constante movimento de carretões, charretes e caminhões, as encostas vicejando em canedos muito mais claros e alegres que os raros cafezais decrépitos.

Êstes, sem dúvida, muito colaboraram com os canaviais na destruição da mata em que preponderavam as perobas, nas cotas mais baixas, na zona de contato com as colinas neogenas do fundo do antigo lago, sendo mais comuns, nos mamelões elevados, a massaranduba, cabreúva, sucupira, cedrela, canelas com preferência da preta, o oleo (pacopaíba), o lavrador iniciando uma economia de substituição que termina na abertura de pasto ao criador sempre mais forte na produção local, pois o município entra cada ano com maior e melhor quota na renomada prosperidade latícinia do vale do Paraíba.

Encontrei nas roças como expressão de superfície a Tarefa, a velha medida canavieira, que tanto varia de quantidade e qualidade no Leste do Brasil, desde o Recôncavo aos confins do Ceará com o Piauí. Desconhecida na secção mineira do vale do São Francisco, a Tarefa na secção paulista do vale do Paraíba é a Quadra de 12 braças de lado, e estas quadras somam 33 no Alqueire Paulista, metade do alqueire geométrico.

Notar que com seus 696,96 metros quadrados a Tarefa da bacia do Paraíba em posse paulista equivale à tarefa dos canedos de Nazaré, o tradicional e formoso município banguezeiro da Borborema de Pernambuco.

Por outro lado a Carga, antiga medida rapadureira de tamanho variado entre a caatinga desértica do sul do Piauí e os cerradões e estepes mineiros da alta bacia do São Francisco, é desconhecida entre os produtores taubateanos, que medem antes por Cargueiro, um caixote de querosene atestado de rapadura a cada lado da cangalha do animal, o todo negociado a 100 cruzeiros. Conforme o pêso do tijolo, essa medida pode conter até 200 rapaduras.

SERA' VERDADE ?

O "Correio da Manhã", do Rio, número de 14 de agôsto último, publicou o seguinte :

— "Sucedâneo do açúcar — Notícias difundidas pela agência Domei e captadas pelo Serviço Federal de Comunicações dos Estados Unidos revelam que cientistas japoneses aperfeiçoaram um substituto para o açúcar, que recebeu o nome de "Perilattin", dizendo-se que é "mil vêzes" mais doce que o produto da cana.

O SALÁRIO DO TRABALHADOR NA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR

Vasconcelos Torres

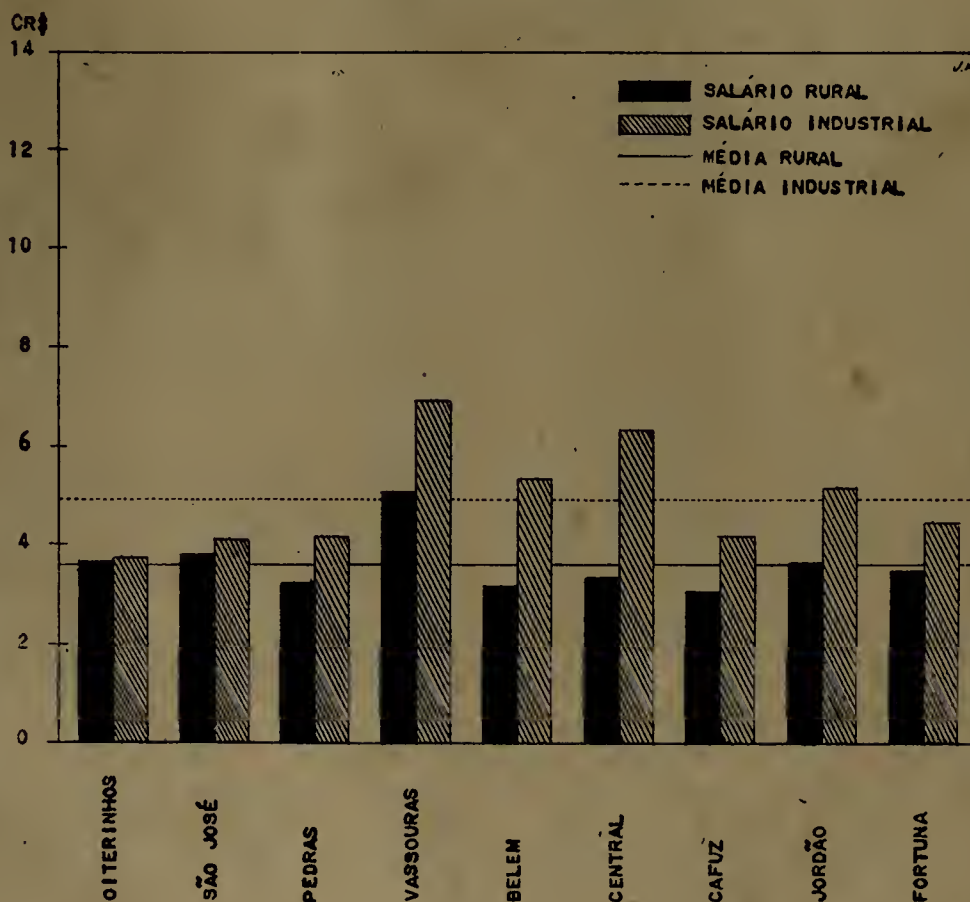
I

Nos países agrários, o salário está em função da produção agrícola que, como se sabe, é aleatória. A natureza do trabalho rural torna heterogênea a massa trabalhadora. O ordenado condiciona uma situação de prosperidade ou de miséria; a questão, como acentuou Pierre Levesque, é um problema central da Economia Política.

O salário pago aos trabalhadores rurais, no Brasil, é consideravelmente baixo, não estando absolutamente em razão do esfôrço despendido pelos homens que lidam nas nossas lavouras, de sol a sol, sem uma casa confortável e sem uma roupa decente. A condição de penúria em que vive o rurícola brasileiro, sem dúvida alguma, é determinada pelo pequeno salário.

Vários estudiosos procuraram fórmulas para resolver tão importante problema, desde São Tomaz de Aquino, que foi o precursor da teoria do justo salário. Existem teorias que preconizam a equivalência do salário com o trabalho e outras que defendem a tese seguinte: o trabalhador tem direito ao produto integral do seu trabalho: Carver limita o salário a uma certa parte do produto. Thunen esboçou a teoria do salário natural. Marx, partindo da noção do valor, criou também a sua conhecida teoria. Lapidus e Ostrovitianov dizem que o salário "não é mais que o preço de uma mercadoria determinada; a fôrça do trabalho". O salário vital, o salário familiar e o salário mínimo são, também, criações dos economistas que se preocuparam com êste importante capítulo da economia política. O Brasil adota o regime do salário mínimo para os seus trabalhadores. Pensamos que o salário familiar seria útil ao nosso país; aliás esta tese já é defendida por alguns economistas patrícios.

Na Rússia existe um interessante siste-

ma de salário para a agricultura baseado na teoria de Stakhanov. Anualmente uma assembléia de **kolkoz** fixa determinados valores para as diversas categorias de trabalho, cada uma correspondendo a um coeficiente. O salário varia de acôrdo com o rendimento da terra, sendo mais elevado nas chamadas culturas delicadas, como a cultura da batata, por exemplo. A natureza do terreno e o número de dias de trabalho são elementos para o cálculo do salário.

Nas zonas agrícolas do Brasil não existe pròpriamente critério para a fixação do salário. Ainda possuímos regiões onde o fazendeiro é o supremo ditador, exercendo, como nos tempos coloniais, as funções de polícia e de juiz. Até há bem pouco tempo no sul da Bahia, nas terras do cacau a servidão era tal que o homem se anulava por completo, perdendo até o direito de viver, trocando êste pela obrigação de trabalhar. O mesmo acontecia na Amazônia, onde o explorado seringueiro nada recebia, ficando devendo sempre ao gerente do barracão, impossibilitado de abandonar o seringal.

A nossa lei de salário mínimo teve o nobre propósito de beneficiar os trabalhadores do campo. Mas a urgúcia descobriu um ponto para fraudar essa medida protecionista. Até então, a casa era gratis para o trabalhador; daí por diante passou a figurar como desconto no salário, correspondendo o aluguel ao aumento que o trabalhador deveria receber. Foi o que apuramos nas zonas rurais de diversos Estados brasileiros. Escutamos o relato de uma pobre senhora, espôsa de um cortador de cana, no município de Ponte Nova. Seu marido trabalhava há bastante tempo numa usina, sem nunca ter obtido melhoras financeiras. Veio o salário mínimo — comentou — e "os homens arranjaram um jeito de tapear o Govêrno". Constatamos depois a verdade daquelas declarações e, com segurança, podemos afirmar que é burlada a lei do salário mínimo no Brasil.

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS, POR USINA

ESTADO DA BAHIA

CR$ — SALÁRIO RURAL — SALÁRIO INDUSTRIAL — MÉDIA RURAL — MÉDIA INDUSTRIAL

SÃO CARLOS — PARANAGUÁ — V. DO PARAGUASSÚ — TERRA NOVA — PITANGA — ACUTINGA — CINCO RIOS — SANTA ELISA — ALIANÇA — PASSAGEM

II

Pesquisamos, em cinco regiões canavieiras, os salários dos trabalhadores. Na usina de açúcar, o trabalhador que exerce uma função na fábrica é, em geral, melhor remunerado que o cortador de cana ou o carreiro. Na entre-safra, porém, muitas das vêzes o trabalhador industrial passa a exercer uma atividade agrícola qualquer e, nessa ocasião, êle ganha como se fôsse do campo. Na Bahia e em Sergipe muitos usineiros adotam o regime de tarefa para a agricultura canavieira. No sul, freqüentemente, o trabalhador é diarista, com exceção de São Paulo, que possui colonos. O trabalhador industrial sofre um desconto de 3% sôbre o salário, afim de ter direito à aposentadoria; o rural não tem direito à aposentadoria, nem a nada.

O Sr. Antonio de Arruda Câmara, num

trabalho publicado no Boletim do Serviço de Economia Rural (Abril-Junho — 1943), sôbre o "nível da remuneração nas atividades rurais", escreve: " a remuneração do trabalho nas atividades rurais — lavoura, pecuária, indústrias derivadas e extrativas —, varia dentro de limites extremos que se apresentam, freqüentes vêzes, com afastamentos muito acentuados. Não se pode, em conseqüência, e nem seria acertado, indicar êste ou aquêle nível de remuneração como médio em dada profissão ou até determinada função. Há um certo equilíbrio, uma relativa uniformidade nos salários entre estabelecimentos vizinhos para remunerar trabalhos da mesma natureza e assegurar o exercício de idênticas ou semelhantes funções... mas a verdade é que à medida que aumentam as distâncias do desdobramento da área das zonas, afastam-se os extremos na amplitude das regiões na vasta extensão do país". A observação é verdadeira. Da nossa parte, verificamos variações profundas. Um cortador de cana, no Estado do Rio, em 1942, ganhava mais ou menos...... Cr$ 5,00, enquanto em Sergipe seu salário oscilava entre Cr$ 2,50 e Cr$ 3,00.

Anotamos os salários das diversas categorias de trabalhadores. Para 227 rurais, foram ouvidos 263 que exerciam variados misteres nas usinas investigadas. O quadro a seguir demonstra, especificadamente, as funções e o número dos trabalhadores que ouvimos :

Funções	Categorias	Número
Ajudante de ajustador	Industrial	1
" " foguista	"	1
" " fundição	"	1
" " mecânico	"	15
" " vaporador	"	1
" " maquinista	"	3
" " turbineiro	"	2.
" " pedreiro	"	1
" " torneiro	"	1
" " serralheiro	"	1
" " caldereiro	"	1
" " ferreiro	"	2
Aradeiro	Rural	1
Ajustador	Industrial	9
Armazenador	"	1
Apontador	"	1
Alambiqueiro	"	1
Alimentador da caldeira	"	2
Bombeiro	"	2
Cortador de cana	Rural	135
Carreiro	"	74
Campeiro	"	5
Carroceiro	"	3
Cocheiro	"	2
Condutor de animal	"	1
" " cana	"	1
Cabo de fogo	"	2
Conservador	Industrial	1
Chefe de prensa	"	3
Carpina	"	5
Compressor	"	1
Caldeireiro	"	11

Funções	Categorias	Número
Cozinhador	Industrial	22
Chefe de turbina	"	2
Cinzeiro	"	1
Cabo da esteira	"	3
Caleador	"	3
Chefe das moendas	"	1
Chefe da caldeira	"	1
Chefe da fabricação	"	1
Carregador de bagaço	"	1
Defecador	"	1
Dessecador	"	2
Decantador	"	1
Distilador	"	1
Ensacador	"	6
Esteireiro	"	11
Encarregado do guindaste	"	1
Encarregado do Depósito	Industrial	1
" das moendas	"	1
" da esteira	"	1
" das turbinas	"	1
Encanador	"	1
Foguista	"	13
Ferreiro	"	12
Fundidor	"	2
Maquinista	"	14
Mecânico	"	9
Maquinista das moendas	"	3
Moedor	"	2
Mestre de xarope	"	1
Mestre	"	1
Puxador de cana	Rural	1
Pedreiro	Industrial	1
Tratorista	Rural	3
Turbineiro	Industrial	42
Torneiro	"	2
Torneiro mecânico	"	10
Trabalhador do tríplice	"	1
Vaporador	"	14
Virador de bagaço	"	3
Xaropeiro	"	1

Não podemos deixar de ressaltar que alguns dos trabalhadores pesquisados possuíam outras fontes de receita, que não a remuneração, sem falar na ajuda que recebiam dos membros da família, cuja renda se junta para satisfazer as despesas comuns. Em Campos, na terra fluminense, encontramos mesmo trabalhadores que forneciam pequenas quantidades de canas às usinas. Deparamos, também, casos em que a família do obreiro tinha maior renda com o fornecimento de pensão, principalmente aos solteiros.

A seguir, escalonaremos os salários médios dos trabalhadores (por Estado e por usina) :

ESTADO DO RIO

Usina Santa Cruz

Rural. 4,95
Industrial. 6,66

Usina Queimado

Rural. 4,26
Industrial. 10,07

Usina Novo Horizonte

Rural. . 5,20
Industrial. . . 4,71

Usina Barcelos

Rural. . 5,92
Industrial. . . 6,24

Usina Santo Amaro

Rural. . 5,93
Industrial. . . 6,25

Usina São José

Rural. . 5,28
Industrial. . . 7,96

Usina Cambaíba

Rural. 5,00
Industrial. 7,53

Usina Paraiso

Rural. 5,76
Industrial. 10,90

Usina Poço Gordo

Rural. 6,00
Industrial. 10,60

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS, POR USINA

ESTADO DO RIO

CR$
14
12
10
8
6
4
2
0
SALÁRIO RURAL
SALÁRIO INDUSTRIAL
MÉDIA RURAL
MÉDIA INDUSTRIAL
J.M.
SANTO AMARO
SÃO JOSÉ
CAMBAÍBA
PARAÍSO
POÇO GORDO
SANTO ANTONIO
SANTA CRUZ
QUEIMADO
N. HORIZONTE
BARCELOS

Usina Santo Antônio

Rural. 5,20
Industrial. 7,08

Média Rural. 5,35
Média Industrial. 7,80

MINAS GERAIS

Usina José Luiz

Rural. . 5,60
Industrial. . . 9,80

Usina Ana Florência

Rural. . 4,80
Industrial. . . 7,88

Usina Mendonça

Rural. . 5,50
Industrial. . . 7,60

Usina Passos

Rural. . 5,60
Industrial. . . 6,70

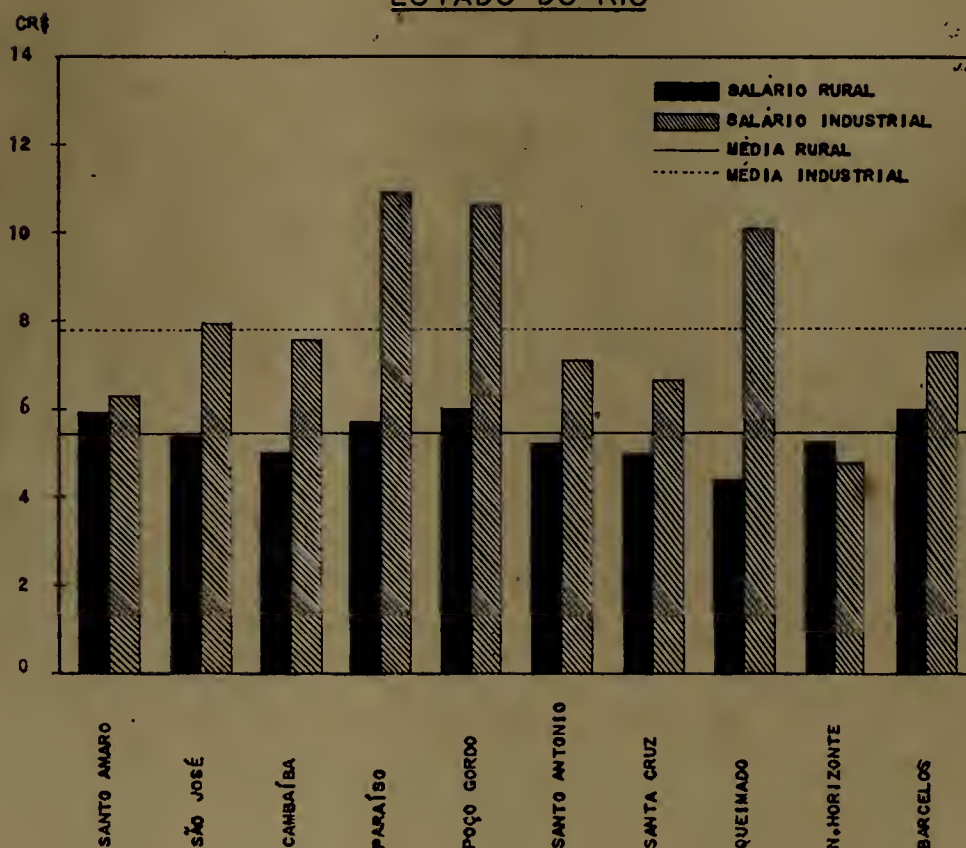
Usina Rio Branco

Rural. . 4,26
Industrial. 6,22

Usina São João

Rural. 4,70
Industrial. 5,64

Usina Jatiboca

Rural. 4,20
Industrial. 5,51

Usina Ubaense

Rural. 3,30
Industrial. 5,44

Usina Santa Teresa

Rural. 3,50
Industrial. 5,05

Média Rural. . . 461
Média Industrial. . . 6,64

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS, POR USINA

ESTADO DE MINAS GERAIS

SÃO PAULO

Usina Sta. Bárbara

Rural. . 6,50
Industrial. . . 10,35

Usina Piracicaba

Rural. . 7,10
Industrial. . . 12,10

Usina Ester

Rural. . 6,06
Industrial. . . 9,54

Usina De Cillo

Rural. . 6,78
Industrial. . . 10,50

Usina Itaquerê

Rural. 7,00
Industrial. 8,98

Usina Tamoio

Rural. 5,70
Industrial. 9,80

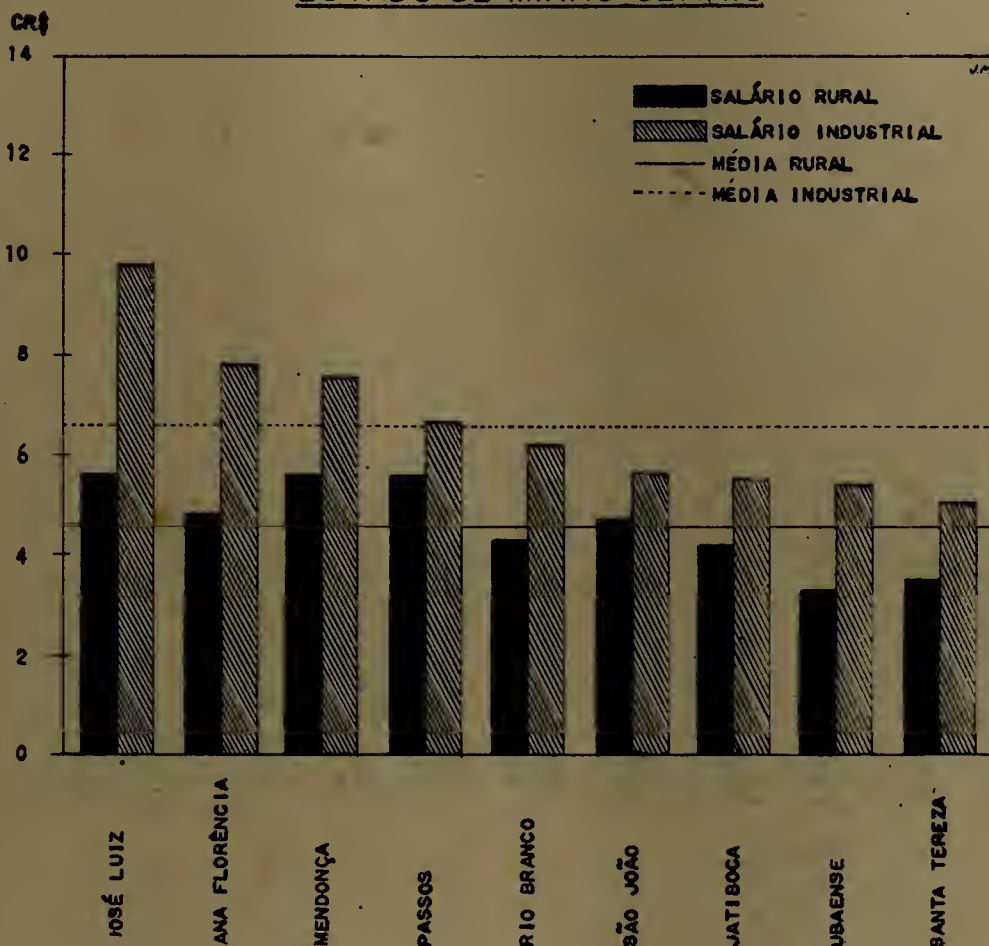
Usina Vila Raffard

Rural. 6,76
Industrial. 9,00

Usina Monte Alegre

Rural. 6,12
Industrial. 12,41

Usina Boa Vista

Rural. . 6,68
Industrial. . . 9,52

Usina Schimidt

Rural. . 6,00
Industrial. . . 10,80

Média Rural. . 6,47
Média Industrial. . . 10,30

BAHIA

Usina São Carlos

Rural. . 3,28
Industrial. . . 5,72

Usina Paranaguá

Rural. . 3,50
Industrial. . . 5,16

Usina Vitória do Paraguassú

Rural. 3,26
Industrial. 4,08

Usina Terra Nova

Rural. 2,30
Industrial. 4,10

Usina Pitanga

Rural	2,05
Industrial	4,70

Usina Acutinga

Rural	3,30
Industrial	3,74

Usina Cinco Rios

Rural	4,00
Industrial	5,10

Usina Santa Elisa

Rural	3,40
Industrial	4,57

Usina Aliança

Rural	3,30
Industrial	4,19

Usina Passagem

Rural	3,70
Industrial	5,20

Média Rural	**3,20**
Média Industrial	**4,65**

Usina Pedras

Rural	3,20
Industrial	4,12

Usina Vassouras

Rural	5,04
Industrial	6,86

Usina Belém

Rural	3,12
Industrial	5,28

Usina Central

Rural	3,30
Industrial	6,30

Usina Cafuz

Rural	3,00
Industrial	4,12

Usina Jordão

Rural	3,58
Industrial	5,10

Usina Fortuna

Rural	3,45
Industrial	4,46

Média Rural	**3,56**
Média Industrial	**4,89**

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS, POR USINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Cr$
14
12
10
8
6
4
2
0
SALÁRIO RURAL
SALÁRIO INDUSTRIAL
MÉDIA RURAL
MÉDIA INDUSTRIAL
SANT. BARBARA
PIRACICABA
ESTER
DE CILLO
ITAQUERÊ
TAMOIO
VILA RAFFARD
MONTE ALEGRE
BOA VISTA
SCHMIDT

SERGIPE

Usina Oiterinhos

Rural	3,62
Industrial	3,72

Usina São José do Junco

Rural	3,76
Industrial	4,09

São Paulo, como vemos, aparece com as maiores médias. O trabalhador industrial paulista ganha duas vêzes mais que o baiano. Sergipe, ao seu turno, tem um nível de remuneração superior ao da Bahia. Depois do trabalhador bandeirante, aparece o fluminense, que é seguido pelo mineiro.

Convém salientar que essas médias foram

O ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA E A POLÍTICA DEMOGRÁFICA

Celso Filho

Positivamente estamos vivendo uma era de síntese, com uma assombrosa agudeza de visão. Os mundos grego e romano esfacelaram-se, dissolveram-se em outros tantos mundos, sem que se dessem conta disso os que nêle viviam.

Nós, porém, estamos acompanhando as transformações que se operam no mundo com a preocupação de pôr uma data e um marco indelével em cada acontecimento culminante de outros acontecimentos. Podemos discernir, no espaço de uma vida, quando a humanidade deixa uma direção secular que vinha seguindo, para iniciar outra.

Só a predição do destino final, como o problema incognoscível da origem, ainda nos estão totalmente vedados.

Os descobridores dos séculos XIII e XIV não tiveram tanta certeza de que estavam conduzindo o mundo para um novo destino, como nós a temos agora. 500 anos que nos separam dêles foram chamados por Sir Halford Mackinder de "era colombiana".

E, por que se caracterizou esta época ? Pelo esquadrinhamento e sujeição de quase todos os recantos da terra à península do continente asiático que se convencionou chamar também de continente com o nome de Europa.

Nessa prenínsula se desenvolveram a cultura e a civilização ocidental. Pois bem, esta cultura e esta civilização, produziram uma coisa realmente nova — a técnica moderna — simbolizada na máquina. Mas deixou-se prostar exausta sob o pêso de sua própria criação. Spengler pôs o marco comemorativo dessa derrota com sua monumental "Decadência do Ocidente".

Assim sendo, a moribunda civilização ocidental entregou à América e Ásia o produto de sua desumana criação — a máquina — para que pudéssemos humanizá-la. Esta a nossa tarefa. Êste o comêço da nova era. Tarefa gigantesca, não resta dúvida. O monstro reage à domesticação. Choques violentos já se produziram e estão se produzindo.

Mas, temos a convicção de que o conseguiremos. Ao individualismo feroz que culminou no "Único e sua propriedade" de Max Stirner, sobreporemos a reconciliação entre todos os homens, dentro do princípio de cooperação e justiça entre tôdas as classes, sob a vigilante orientação entre Estado, por seus órgãos competentes.

---

obtidas com os dados que coletamos; elas representam, de fato, a situação dos perquiridos. As médias exatas só poderiam ser calculadas com tôdas as fôlhas de pagamento das diferentes usinas. Tal cálculo, entretanto, escaparia ao objetivo de estudar os grupos. E' fora de dúvida, porém, que os números acima alinhados não estão muito longe da realidade. Achamos sem interêsse o comentário das médias por usina, de vez que os números, aqui, exprimem mais que as palavras.

A ineficiência do salário, todavia, foi apurada. O ordenado baixo, conforme vimos anteriormente, é grandemente responsável por uma série de coisas. Melhor prova não poderíamos encontrar que os constantes **déficits** dos trabalhadores para com os vendeiros. O dono do fornecimento raramente recebe o pagamento integral das **contas.** As dívidas amontoam-se nas gavetas. Em realidade, o obreiro não ganha; fica devendo.

Para remediar tal situação não há como o estipêndio justo, de acôrdo com as atividades dos homens que empregam suas fôrças em benefício da indústria açucareira. O problema é complexo, embora não pareça à primeira vista. Um aumento de salários requer um estudo especializado e medidas que impeçam a alta das utilidades.

Na atual emergência, quando tudo sobe assustadoramente, os trabalhadores têm sua capacidade aquisitiva restringida a um incrível limite. Em várias regiões nem sequer foram aumentados e, nas em que ocorreu o reajustamento, o custo de vida elevou-se ainda mais. O problema do salário é daqueles cuja importância não se pode subestimar. Hoje, está fartamenute provado que êle é um dos maiores fatores de fixação do homem ao solo. Agora que a escassez da mão de obra constitui grave ameaça, nada mais aconselhável para contorná-la que conceder ao obreiro uma remuneração digna e justa, com a qual êle possa prover o sustento da família e viver uma vida compatível com o grau de civilização a que chegamos.

Sentimos que estamos marchando para novos rumos. Estamos corrigindo velhos erros, entre os quais, o de considerar o capitalismo como forma de govêrno. Êle não passa, no verdadeiro sentido que deve ter, de uma forma de economia que deve ser controlada pelo poder político — Estado. E' essa a tendência na maioria dos países.

Justamente quando esta forma de economia concentrada procura atingir desordenadamente o campo, o Estado brasileiro começa a intervir para evitar que nos atinja a onda de anarquia que avassala o mundo.

Evitará com isto os terríveis problemas que assoberbaram outros povos menos prevenidos. Evitará o abandono dos campos e as grandes concentrações urbanas que têm marcado o fim de tôdas as civilizações. E assim procedendo, facilita a distribuição da população em todo o território e uma divisão justa da riqueza nacional em tôda a exensão do País.

As primeiras manifestações sérias dêsse desajustamento na lavoura, sentímo-las no caso do café. O Estado liberal tentou intervir sem que para isto tivesse a necessária autoridade. Respeitou até o último momento o direito irrestrito de propriedade. Não teve fôrça para, de início, restringir as plantações, canalizando as energias para outros setores. Não regulou as relações entre fazendeiros e colonos. E, por iso mesmo, o govêrno que o representava ruiu sob o pêso dos problemas que não soube enfrentar.

Procurou então o Estado se adaptar às exigências dos tempos modernos; e o açúcar, responsável por longo período de nossa história, serviu de ótimo e fecundante campo de experimentação.

Desde que nos alcançou a Revolução Industrial, o capital foi se apossando de alguns engenhos, ampliando-os. Uma vez ampliados, passaram a se chamar engenhos-centrais. Eram engenhos moendo mais do que os outros, exigindo mais canas e, conseqüentemente precisando de mais terras para plantações. Foi uma transformação progressiva até a caracterização da usina. E a usina levava para empregar no campo o capital anônimo dos bancos em busca de lucros garantidos.

Assim, à medida que a técnica aumentava a capacidade de produção da usina, esta, senhora do capital, financiava a safra dos engenhos-banguês vizinhos para ser paga com o excesso das canas produzidas por êstes.

Em pouco tempo, o excesso de produção de canas dos engenhos já não davam para pagar as dívidas que começaram a ser cobertas com uma parte das canas destinadas à própria produção.

Enquanto isto, por exigência do comércio internacional, o Estado começou a proteger o açúcar cristal das usinas. E estas como polvo, estenderam seus tentáculos de trilhos, levando suas esferas de influência cada vez mais longe. Quando sentiu a usina que estavam garantidas suas moendas pelos extensos canaviais dela ou dela dependentes, sentiu também essa necessidade esportiva a que leva a livre concorrência: ir mais além para evitar que as outras usinas se lhe apro ximassem. E' o imperialismo industiral que só deseja em tôrno de si um mundo de dependentes. No campo, porém, essa regra, pela não adaptação dos dependentes, costuma acarretar o despovoamento. Aparecem por fim os núcleos de produção circundados por desertos latifundiários.

Por êsse fenômeno de concentração, os banguezeiros foram sendo obrigados a lacrar seus engenhos e fornecer cana à usina. Isto acarretou uma. transformação econômico-social e êsses banguezeiros, antigos senhores, desfizeram-se em três categorias:

a) os que venderam as terras à usina e foram esconder a vergonha de seu fracasso na massa anônima do proletariado urbano;

b) os que venderam as terras e ficaram como fornecedores; e

c) os que mantiveram a propriedade enchendo-a de servidões para com a usina, da qual se fizeram também fornecedores.

DESPOVOAMENTO

Com a extensão das plantações a distâncias maiores, o transporte tornou-se o eixo central. Temendo a concorrência das outras, a usina se estendeu para além do que lhe era preciso. Utilizou-se para isto da estrada de ferro e veículos a motor.

Surgiu o monopólio da usina que Barbosa Lima Sobrinho reconheceu existir em função do transporte. Traz sempre o transporte, para quem dêle se assenhoreia, supremacia política e econômica. Friedrich List, que grande influência teve na formação do "Zollverein" (união aduaneira alemã), depois de ter estado alguns anos nos Estados Unidos como diretor de estrada de ferro, voltou para sua pátria maravilhado com a unidade geográfica e cultural daquele país. Tanto assim que em 1841, ao publicar seu "Sistema Nacional de Economia Política", convencido de que o transporte é fator preponderante, escreveu: "aquêle que tenha os meios de comunicação de uma Nação sob o seu contrôle, se o direito e a razão estão de seu lado, terá a terra mesma em seu poder".

Por si só, via de regra, a concentração latifundiária costuma trazer o despovoamento de uma região. Isto se agrava quando o sistema de exploração dêsse latifúndio, como no caso da usina, é capitalista.

Desenraizado da terra pela proibição de nela plantar, vivendo de salários, o camponês, nosso caboclo, começa a deslocar-se à procura de melhor preço para seu trabalho.

Nenhum vínculo já o prende à terra. Nenhuma garantia contra o risco, a doença, a velhice lhe oferece a estabilidade. Procura então se desvencilhar da sujeição contínua aos patrões porque, afirma ainda Barbosa Lima Sobrinho, se a sociedade comercial se limita a pedir serviços, a propriedade da terra impõe uma obediência mais ampla.

De léu em léu, o proletariado agrícola, através de sua peregrinação, descobre as luzes deslumbrantes da cidade. Aí a remuneração é mais alta. Tem trabalho durante todo o ano e não sòmente nas safras. Está sujeito ao patrão ùnicamente nas horas de trabalho. Êle também é um ser humano, e como tal, chega à conclusão de que pelo menos

na cidade tem um espetáculo mais grandioso e vive mais intensamente sua miséria. Pois só um trato de terra, por pequeno que seja, tem fôrça suficiente para manter um homem ligado a êle.

Esta fuga das usinas vinha se processando em massa. Já em 1936, devido a falta de braços, os salários iam subindo dia a dia. Foi quando em alguns Estados do Norte se proibiu a venda de passagem de terceira classe a gente proveniente do campo. Para se obter uma dessas passagens era necessária, uma autorização da polícia, autorizazação essa que só era dada se não fôsse camponês o candidato.

Mas, quando êsses indivíduos alcançavam os portos já tinham andado muito pelos campos, observado que todos os empregadores agiam da mesma forma, e não estavam mais dispostos a retroceder para reiniciar as experiências. A procissão se encaminhava então para os portos da Bahia ou para o São Francisco em busca do Sul. Não se podia sustar um efeito sem solucionar a causa.

Ao entregar uma legislação social ao proletariado industrial, o govêrno deixou de fora o proletariado agrícola para, de futuro, regular sua situação. Embora lhe concedesse alguns direitos, não tinha ainda o aparêlho necessário para que fizesse valer êsses direitos.

Já a Constituição de 1934 (art. 21 § 4.º) determinava que o trabalho agrícola fôsse objeto de regulamentação especial, com o objetivo de fixar o homem no campo, cuidando de sua educação moral. Era sinal evidente de que o problema começara a ser sentido. Mas a regulamentação especial tardava.

Mesmo para os trabalhadores da parte industrial das usinas, faziam-se dúvidas de que tivessem direito aos benefícios da legislação social. Assim, em 1935, numa questão suscitada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar e Classes Anexas de São João da Barra, sôbre horário de trabalho, o Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Sr. Oliveira Viana, opinou "que as usinas de açúcar escapam ao regulamento do trabalho industrial. O trabalhador das usinas está em estrita dependência com o trabalho dos campos, e não pode deixar de subordinar-se ao horário do trabalho agrícola, cujo regulamento ainda está em projeto." Ora, procedendo diretamente do regime escravocrata, nosso trabalhador agrícola nunca conheceu outro horário que não fôsse o de sol a sol.

Isto quanto ao horário. Em relação a salário, em 1937, o Sindicato dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar e Classes Anexas pleiteou aumento em nome dos operários das usinas campistas. Êste pedido, transformado em projeto rolou pela Câmara. O Instituto, nessa época, em informações prestadas à Câmara e publicadas no Diário do Poder Legislativo, de 27-7-1937, referindo-se ao projeto acima, e temendo o desconhecimento da matéria pelos Deputados (temor que se justificava), achava que as usinas estavam resolvendo a situação social de seus trabalhadores. (Até pouco antes do aparecimento do Estatuto, essa crença predominou na política do Instituto. A mesma coisa é acreditar que a filantropia dos chás elegantes, um dia acaba por resolver a situação dos pobres). Achava mais que a elevação dos salários elevaria imediatamente o custo da produção, aconselhando então um aumento proporcional no preço do açúcar. Até então, o custo da produção era um tabu que ao ser tomado exigia logo compensação. Quando na realidade, em primeiro lugar, o que acarreta é simplesmente uma diminuição nos lucros.

Mas, convenhamos que nessa época o Instituto não estava aparelhado para dar a verdadeira solução que o problema merecia. Logo que pôde fazê-lo, chamou as classes interessadas e conjuntamente levaram a cabo a resolução dessa e outras magnas questões, tendo em vista o bem estar nacional.

Veio então o Estatuto da Lavoura Canavieira mandando que se regulem, por contratos-tipos, as relações entre usineiros e lavradores. Nesses contratos, além de confirmar os benefícios sociais que já desfrutavam, os trabalhadores urbanos, manda mais conceder "área gratuita suficiente para plantação e criação necessária à subsistência do lavrador e sua família". Ficou assim regulado por lei o único processo capaz de prender o homem à terra por laços permanentes.

No art. 9.º, o Estatuto autoriza ao Instituto fiscalizar a aplicacão dêsses preceitos benéficos, embora caiba à Justiça do Trabalho dirimir-lhes os litígios. Estando o Instituto aparelhado para fiscalizar a produção, torna-se lógico que aproveite êste aparêlho para fiscalizar também a aplicação dos benefícios ao maior fator desta produção e à melhor riqueza nacional — o trabalhador. Pena que a Justica do Trabalho não lhe atribuisse desde já o direito de julgar êstes dissídios, como fez em relação aos Juízes de Direito.

EXPURGO E CRIAÇÃO DE QUADROS

Vejamos agora o caso dos senhores de engenho que se tornaram fornecedores. Mas, temos que estudar esta questão, não do ponto de vista estritamente sentimental. A superioridade do produto e da producão da usina sôbre os engenhos é incontestável. Não queremos voltar ao passado. Mas, não queremos também desprezar a experiência que êle nos legou. Temos que nos habituar a ver pelo prisma nacional sem prejuízos regionais ou sentimentais.

Vendo assim a questão, só podemos encontrar vantagens na protecão que pelo Estatuto oferece o Estado aos fornecedores. Evita-se a fuga para a cidade de todo o veículo de cultura da hinterlândia. Formam-se quadros de direção em tôda a extensão territorial do País, além de outras vantagens.

Inicialmente a limitação da produção trouxe desinterêsse pela aquisição de novas terras e atenuou a concorrência. Trouxe também o desaparecimento do risco agrícola em face da falta de mercados devida à superprodução, estabilizando assim os preços. Começou com isto a usina a substituir-se ao fornecedor.

Mas o Estado não é mais um simples aprendiz de feiticeiro que levanta fôrças e não pode dominá-las depois.

As queixas amargas dos interessados chega-

ram à Câmara dos Deputados. Surgiu a Lei n.º 178, de 1936, que logo provou não ser adequada ao fim proposto. Cinco foram seus defeitos principais enumerados por Barbosa Lima Sobrinho: 1) não tratou dos fornecimentos feitos depois da lei; 2) criou um quinquênio de fornecimentos diverso do quinquênio de limitação; 3) não indicou precisamente o número de fornecimentos, que poderiam dar direito à quota; 4) estabeleceu a obrigação de indenização ao fornecedor, mas não esclareceu convenientemente o processo de julgamento das reclamações; e 5) admitiu comissões de tabelamento, sem cuidar da fiscalização correspondente.

Tanto foi ineficiente esta Lei que a absorção das parcelas de fornecimento do fornecedor prosseguiu.

Com o pretexto de reformar esta lei, o que era indispensável, surgiu entre aclamações dos fornecedores e bastante compreensão da maioria dos usineiros, o Estatuto da Lavoura Canavieira, que servirá de ponto de referência a tôda a legislação agro-social de nossa época. Muitos não quiseram ainda compreender que êle resultasse em seu próprio benefício, como classe. Mas compreenderão.

Estabeleceu o Estatuto, como base da política presente, a distribuição da parte agrícola entre a usina e os fornecedores. Como objetivo futuro, antevê-se sua preocupação em separar por completo estas duas atividades.

Isto é sintoma de que o Govêrno vai perdendo o espírito imediatista que sempre nos caracterizou, para vislumbrar projetada no tempo e no espaço a imagem de um Brasil rico e harmonioso.

Pela primeira vez, nesse ramo de atividade, prevaleceram "os interêsses políticos-sociais sôbre os interêsses exclusivamente econômicos" (B. L. Sobrinho).

Uma Nação deve ser organizada como um Exército. Usineiros e industriais de um lado e proletariado do outro, seriam um Exército de generais e soldados sem os indispensáveis quadros intermediários. Sanar esta tendência é o que quer o Estado de nosso tempo. E o Govêrno o conseguirá se considerar o capitalismo como uma forma de economia simplesmente e não como forma de govêrno como tem sido considerado. Vista assim a questão, poderá o Estado se colocar como elemento de equilíbrio entre as classes, formando com elas os quadros da Nação.

Coube ao Instituto do Açúcar e do Álcool fazer o papel de brigada de choque dessa nova men talidade. Como consequência, teve de suportar tôda a carga adversária. E tem sabido suportá-la com galhardia.

Protegendo o fornecedor contra a ganância capitalista da usina, nada mais faz o Estado que criar quadros para a Nação com raízes profundas na terra.

Meninos, que se criaram entre alamedas de canaviais de seus pais, formaram os quadros que no Império nos dirigiram e nos entregaram o Brasil intato. Êles estavam vinculados ao solo da Pátria.

Basta que lembremos a história daquele Jesuíta que pedia lhe fôsse entregue uma crianca durante os sete primeiros anos de idade. Depois, podia ser lançada na torrente da vida. Mas, ficava-lhe a certeza de que, qualquer que fôsse o caminho trilhado, morreria abraçada a uma cruz.

E' o caso da terra. Tendo o indivíduo boa recordação do pedaço de chão que o viu nascer, onde aprendeu a ler, e alimentou-se bem, poderá ir para a caserna, oficina, tarimba, magistério ou outra qualquer atividade que estará sempre pronto a defender aquêle pedaço de chão ligado a sua vida.

Preocupa a todos os responsáveis por destinos de povos o fato da cidade desvincular o homem da pátria. Foi nela que nasceu o internacionalismo das massas desenraizadas. Pois, o desejo do homem de uma grande cidade é outra cidade ainda maior, ainda que não esteja situada dentro dos limites geográfico e sentimental de sua terra.

Por outro lado, as grandes cidades são um fator demográfico negativo. São agentes de esterilidade. Nelas os filhos vão sendo substituidos por cães de luxo. Apesar disso, continuam sempre pedindo gente e mais gente que, não produzindo, vai buscar no campo que ela deprecia.

Quando uma Nação se urbaniza inteiramente dá um último arranco e suas fronteiras se despedaçam sob a pressão ambiciosa de povos que souberam guardar suas fôrças vitais. Assim foi Roma, Grécia, Egito, Índia e assim serão todos os que lhes tenham de seguir as pegadas.

Disse o professor F. A. E. Crew que esta guerra não era um conflito entre Exércitos e sim uma batalha de índices de natalidade. A invencível Wehrmacht retrocedeu ante a massa de guerreiros russos.

Dirão: e a China? e a Índia? Não são celeiros de homens? São, mas ainda não chegam a formar uma unidade política; além disso, faltava-lhes esta guerra para que se apoderassem da técnica moderna afim de escreverem a história do futuro.

Leopoldo Von Ranke definiu a política como "o intuito de salvaguardar e fomentar os interêsses próprios em meio de um conflito de grandes potências, no domínio das idéias e no das realidades." Compete ao Estado a direção da política. E o "Estado mesmo é "terra"; é, em certa medida, "solo organizado"... (Rudolf Kjellén em "O Estado como forma viva"). E, a poltíica do Estado, baseada na terra, é o fundamento da Geopolítica cujo objetivo é construir para as necessidades do futuro, tendo a coragem de moldá-lo e predizê-lo, porque tôda a história do presente é moldada pelo passado.

Só o Estado, realizador da política, pode, por seus melhores quadros, ver através de nossas grandes distâncias. Essas grandes distâncias dificultam a compreensão de que somos e temos de ser uma unidade absoluta, tanto geográfica, política, como socialmente. Os prejuizos regionais não devem se opor à compreensão dêsse fato primário e fundamental. Se se opuserem, devem ser compelidos a compreender.

Felizes os que, como nós, possam sentir em tempo êstes fenômenos e se acautelar contra suas deploráveis consequências.

Nossa Legislação Trabalhista e agora o Estatuto da Lavoura Canavieira são fenômenos que revelam compreensão e acêrto da direção que vamos seguindo.

AS TORTAS DAS USINAS DE AÇÚCAR

Prof. Jaime Rocha de Almeida

III

UTILIZAÇÃO DAS TORTAS DAS USINAS DE AÇUCAR

As tortas dos filtros prensas e dos rotativos a vácuo podem ser utilizadas para os seguintes fins:

1 — para adubação;
2 — para alimentação dos animais;
3 — para combustível;
4 — para fabricação de matérias corantes;
5 — para fabricação de carvões descorantes;
6 — para extração da cêra;
7 — para outros fins.

EMPRÊGO DAS TORTAS COMO FERTILIZANTE

Embora as tortas não sejam um adubo completo pela baixa percentagem de elementos fertilizantes que encerram, se prestam muito bem para serem aplicadas em solos arenosos e secos ou nos solos compactos e pobres, onde, indiscutivelmente, melhoram as condições físicas dos mesmos, devido à matéria orgânica incorporada ao solo e de que as tortas das usinas são bem ricas. Há quem afirme mesmo, embora isso nos pareça exagêro, que como adubo as tortas são muito superiores ao estêrco de curral, embora seus elementos fertilizantes sejam menos assimiláveis.

Não obstante, o valor das tortas das usinas como adubo ainda não está bem definido, comc veremos em continuação.

Experiências feitas por BORDEN, pelo método clássico de Mitscherlich, resultaram na afirmação de que o nitrogênio das tortas dos filtros prensas não exerce nenhum efeito tangível sôbre a cultura da cana.

Estudos experimentais realizados em Havaí não deram resultados favoráveis ao uso direto das tortas como adubo. Aquí o seu uso só se justifica quando o custo do transporte e da aplicação seja muito menor que o despendido na aquisição de uma quantidade equivalente de adubos artificiais.

GONZALES, considerando o uso da bôrra como uma fonte de elementos fertilizantes, compara a quantidade de elementos nutritivos extraídos do solo por uma colheita normal de cana (135 toneladas por alqueire), com a proporção de elementos nutritivos que seria devolvida ao solo com a bôrra, chegando aos seguintes resultados:

ESPECIFICAÇÃO	Nitrogênio quilo	Fósforo quilo	Potássio quilo
Na colheita	534,8	401,8	1.539,0
Na bôrra	171,2	215,2	96,2
Déficit	363,3	186,6	1.442,8

Dêsse confronto êle conclui que a bôrra industrialmente tem valor como fertilizante, embora não satisfaça completamente a necessidade da cultura. O déficit acima verificado deve ser completado com adubos químicos.

Em Queensland, segundo KERR, os resultados obtidos com o emprêgo das tortas como adubo em terras de baixa fertilidade, têm sido espetaculares. Segundo as experiências dêsse autor, o nitrogênio das tortas é de valor para qualquer tipo de solo, enquanto o cálcio é útil para os solos de aluvião e outros tipos de solos ácidos, mas de pequeno valor para os solos argilosos vermelhos vulcânicos. Os melhores resultados foram conseguidos quando da aplicação das tortas em solos ácidos, de aluvião e quando pobres de fósforo.

Considera PECK que, como fertilizante, a torta fresca é melhor que quando velha ou sêca, isso talvez porque os açúcares presentes desem-

(Cont. da página anterior)

Creio que todos os fatores aquí pontados foram levados em conta para a organização dessas duas pedras angulares. Se não o foram, pouco importa. Êles estão contidos no sentido finalístico das leis que os transformaram em direitos e obrigações.

penham papel importante sôbre a microflora dos solos. E' possvel mesmo que pelo armazenamento ou pela secagem, certos elementos das tortas como os açúcares, ou certos compostos nitrogenados, ou os fosfatos ou a própria fibra se decomponham, e que o bom efeito que a torta exerce nos solos seja justamente devido a êsses elementos. Entretanto, trabalhos mais modernos como os de MARTIN, mostram que estando o nitrogênio e os elementos minerais da torta numa forma não assimilável pela planta quando aquela se encontra em estado fresco, é preferível usá-la na forma de composto. Para isso recomenda que a torta seja distribuida numa cava, numa espessura nunca superior a 1,50 ms. porque os microorganismos que produzem as fermentações preliminares são aeróbios. Aí é deixada até que se decomponha. A torta está bem curtida depois de 6 a 7 meses, observando-se na sua superfície o aparecimento de fungos como o **Coprinus atramentarius** e o **Agaricus campestris**. Durante êsse tempo de conservação a torta perde cêrca de 19,42% de matéria sêca, sendo que a relação de C/N, que inicialmente era de 23,7/1 caiu para 11,5/1.

O valor das tortas dos filtros como adubo não pode de modo algum ser medido pelos elementos fertilizantes que encerra, pois êstes são muito lentamente aproveitados. A seguinte experiência esclarece bem isto. Uma aplicação de 10 toneladas de torta contendo 73 quilos de nitrogênio e 245 quilos de P205, aumentou de 9 toneladas a produção da variedade de cana H 109. Usando 60 quilos de N como Salitre do Chile, a produção foi de 76,7 toneladas. Adicionando-se essa quantidade de Salitre do Chile junto àquela quantidade de torta, a produção atingiu a 97,7 toneladas. Isso vem demonstrar que a ação benéfica da torta não é devida aos elementos fertilizantes que encerra. Por isso é que se atribui o seu efeito maior nos solos aos outros elementos, especialmente à fibra e aos açúcares. A fibra, por decomposição, produz humus, contribuindo assim para manter ou mesmo aumentar a fertilidade dos solos. Os açúcares da torta provàvelmente exercerão nos solos uma ação benéfica sôbre o **Azotobacter** aí presente. Um fato que faz crer nessa possibilidade é que todos os autores preconizam o emprêgo da torta antes da plantação da cana, logo depois do solo arado, pois nestas condições o seu arejamento é maior.

No Sugar News, 1923, 4, n. 2,84, há uma citação de que a aplicação extensiva de torta como fertilizante parece ter contribuido para aumentar a infestação de mosaico nos canaviais de uma determinada usina. Não vemos razão para tal asserção e se de fato houve aumento da infestação de mosaico a torta só poderia ter atuado aí como uma causa indireta.

A ação das tortas nos solos tem se revelado quase sempre na dilatação do período vegetativo e no retardamento da maturação da cana. Em certos casos aumenta consideràvelmente a tonelagem de cana, porém, esta é pobre de açúcar. LOCSIN, nas Filipinas, empregando 75 toneladas de torta fresca por hectare, ou sejam 22 toneladas de torta sêca, em solos vermelhos, obteve uma produção de açúcar por hectare muito mais elevada que quando êsses mesmos solos eram adubados com Amonfos na proporção de 250 quilos por hectare.

A quantidade de torta a ser empregada varia de 5 a 25 toneladas por alqueire, em estado úmido. Na Índia, verificou-se que para as tortas darem bons resultados era preciso aplicá-las numa proporção correspondente a 1% sôbre o pêso do solo explorado pela cana.

A maior dificuldade que se encontra na sua aplicação é o transporte e a distribuição no campo. Para facilitar essas operações, em Havaí, têm-se sugerido transformá-la numa pasta diluida com água em misturadores especiais até se obter um líquido que contenha 14% de sólido. Essa mistura é transportada para a lavoura em carros tanques. Aí é distribuida de diferentes maneiras: nos sulcos feitos com arado entre as ruas de cana; em cobertura nas soqueiras; nos sulcos antes da plantação ou nas águas usadas para a irrigação dos canaviais.

"Utilizando-se na secagem das tortas das usinas de açúcar o mesmo processo de Rema-Rosin empregado para a secagem das tortas das usinas de beterraba, as dificuldades de transporte desaparecem. Neste processo, citado por KOPPESCHAAR, pode-se obter torta pulverizada com menos de 20% de umidade, numa proporção de 125 toneladas por dia.

Para melhorar o valor das tortas das usinas de açúcar como adubo, em Havaí, tem-se ensaiado também usá-las em mistura com o mel final. Apesar de se ter conseguido o fim desejado, é um processo pouco prático e desinteressante para as usinas do Brasil, onde o mel final constitui uma das principais fontes de matéria prima para a indústria do álcool O emprêgo das tortas e do melaço nos solos alcalinos, melhora consideràvelmente as qualidades de porosidade e permeabilidade dêstes solos, como também corrige sua alcalinidade. Somos de opinião que o meio mais aconselhável para o Brasil para o aproveitamento das tortas como fertilizante é misturá-las com palha, sobras de bagaço, serragem das oficinas de carpintaria, cinzas das caldeiras, etc. para transformá-las em um composto. Êste, depois de suficientemente decomposto será usado como adubo, de preferência nos talhões que vão ser renovados, ou distribuido em sulcos de arado abertos entre as ruas de cana nas quais não se fez o enleiramento da palhaça. No ano seguinte alternam-se a distribuição da palhaça e da torta.

O aproveitamento das tortas nestas condições, na forma de composto, já foi experimentado pràticamente pelo autor, com bastante sucesso. Para isso, as tortas eram distribuidas em uma cava profunda aberta no solo, de capacidade adequada, com as paredes revestidas de tijolos com juntas tomadas e onde, pela extremidade oposta à da chegada da torta, era possível o acesso de carroças, caminhões e outros veículos, dada a natureza topográfica do local. A distribuição da torta nesta cava era feita misturando-a, em camadas alternadas, com serragem e varreduras da oficina de carpintaria, amarrilhos retirados dos feixes de cana descarregada na esteira e com as cinzas das caldeiras, depois de peneiradas em peneira de tela grossa, de 5 cms. de malha. A torta e as cinzas

eram transportadas até a cava em vagonetes Decauville, cujos trilhos atravessando a cava, suportados por fortes esteios de cabreúva, facilitavam o descarregamento dos vagonetes pelo fundo. Essa mistura que aí permanecia durante todo o período de safra e alguns meses depois já parcialmente decomposta, era levada para os talhões que iam ser reformados, sôbre os quais a sua distribuição era feita em cobertura, antes da aração, na base de 4 toneladas por alqueire. Os resultados obtidos foram muito bons. Acreditamos que se êsse composto permanecer mais tempo na cava, a decomposição será mais perfeita produzindo ainda melhores resultados.

Tôdas as usinas de São Paulo aplicam as tortas na lavoura de cana e, principalmente naquelas em que a cultura se faz com mais critério, os resultados colhidos têm sido sempre benéficos conforme pudemos apurar.

EMPREGO DAS TORTAS NA ALIMENTAÇÃO DOS ANIMAIS

Em diversos países açucareiros aproveita-se a torta como forragem para a alimentação do gado.

As tortas são relativamente ricas em elementos nutritivos, podendo constituir um alimento de alto valor em regiões onde as forragens são escassas, porém são de pequeno valor para as regiões onde a aquisição de melhores forragens é fácil e não muito onerosa. Preconiza-se o seu uso particularmente para a nutrição dos cavalos e dos animais de trabalho. Mas, mesmo nestes casos, ela nunca é aplicada pura, mas entra como um complemento da ração ordinàriamente fornecida ao animal.

Temos observado como frequência nas nossas usinas que os bois quando são soltos à tarde, depois do trabalho do dia, se encaminham para os montes de tortas dos filtros prensas e destas se fartam com relativa avidez.

Para que sejam aproveitadas para êsse fim, as tortas são sêcas ao sol ou preferìvelmente em secadores especiais de ar quente ou vapor, até ficar com 12% de umidade aproximadamente, para poderem se conservar sem alteração nos armazéns de depósito. Nestas condições apresentam a seguinte composição média segundo análises por nós efetuadas:

Umidade a 110.°C	13,808%
Matéria sêca	86,192
Pol	5,550%
Açúcares redutores	7,228
Matérias nitrogenadas	6,881
Matérias celulósicas	14,810
Matérias gordurosas	17,583
Matérias minerais	14,986
Matérias n. d.	19,161

Nas matérias minerais encontramos a seguinte composição:

Cálcio (CaO)	4,371%
Magnésio (MgO)	0,293
Fósforo (P205)	2,349
Potássio (K20)	0,191

As tortas na alimentação dos animais também podem ser aplicadas depois de sêcas e reduzidas quase a pó e misturadas com melaço, na proporção de 350 quilos para 150 quilos, respectivamente, em um misturador mecânico especial.

Experimentando fazer êste produto, obtivemos com as tortas sêcas e o mel final da usina Monte Alegre uma forragem perfeitamente sêca, que aparentemente quase não se diferenciava da torta não tratada, mas que acusou uma composição muito diversa desta, um sabor doce e um cheiro agradável. Não tivemos oportunidade de experimentar esta forragem na alimentação do gado.

A composição da forragem preparada desta maneira nos deu a seguinte composição:

Umidade a 110.° C	15,960%
Matéria sêca	84,040
Pol	12,980%
Açúcares redutores	11,704
Matérias nitrogenadas	7,816
Matérias celulósicas	15,390
Matérias gordurosas	17,590
Matérias minerais	15,215
Matérias n. d.	3,345

Nas cinzas obtivemos a seguinte composição percentual:

Cálcio (CaO)	5,214%
Magnésio (MgO)	0,404
Fósforo (P205)	3,126
Potássio (K20)	0,514

EMPREGO DAS TORTAS PARA COMBUSTIVEL

Em certas usinas estrangeiras as tortas são misturadas com palha de cana, bagaço fino, etc., sendo nesta forma usadas como combustível nas fornalhas.

No processo de clarificação composta, sistema Petree, as bôrras voltam sôbre o bagaço que passa entre as moendas, sendo as matérias sólidas nelas contidas encaminhadas junto com o bagaço para as fornalhas.

Em Havaí, as tortas dos filtros rotativos a vácuo (Oliver) são primeiramente briquetadas e depois de secos ao sol, os briquetes são usados como combustível onde êste é caro, sendo um ótimo e barato substituto.

Com as tortas dos filtros prensas da Usina Monte Alegre o autor preparou vários briquetes, comprimindo o material sêco ao ar, a uma pressão de 50 quilos/cm2. em prensa hidráulica. O melhor resultado foi conseguido comprimindo a torta apenas esfarelada e sêca ao ar, sem auxílio de aglutinantes ou adesivos de espécie alguma.

EMPREGO DAS TORTAS PARA FABRICAÇÃO DE MATERIAS CORANTES

Durante as experiências que se fizeram sôbre a fabricação de carvão ativo a partir de tortas dos filtros prensas, ocasionalmente se verificou que a massa carbonizada quando em suspensão na água

dava um extrato colorido. Investigações posteriores indicaram a possibilidade de se produzir certas variedades de tintas para tinturaria, à base de enxofre, utilizando-se a matéria orgânica presente nas tortas. Graças a estas investigações, atualmente já foi possível se preparar uma tinta chocolate-escura, utilizável na indústria dos tecidos, tinta esta pertencente à classe das matérias corantes sulfuradas.

O método de preparação, segundo NAGARAJA, é o seguinte: a torta sêca depois de pulverizada e amassada com água, é tratada com um ligeiro excesso de ácido clorídrico ou, preferivelmente, de água-régia. Filtra-se e lava-se perfeitamente com água até que as águas de lavagem não mais acusem reação do cloro. Mistura-se, a seguir, com hidróxido de sódio e enxofre, aquecendo-se depois sob chama direta até quase a sêco. Pulveriza-se a massa resultante e aquece-se novamente para eliminar o excesso de enxofre. O produto obtido, muito higroscópico, constitui a matéria corante em questão.

Embora seja conhecido que um grande número de substâncias orgânicas pode produzir essa classe de tintas à base de enxofre, trabalhos recentes sôbre a constituição destas tintas corantes revelaram que elas pòssuem na sua molécula um agrupamento **tiozol,** pertencendo ao grupo de compostos químicos de cadeia fechada (cíclicos).

Considerando-se que a matéria orgânica, presente nas tortas é contituida principalmente de cêra, de graxas, de gomas, de hidratos de carbono e seus produtos de decomposição, corpos êstes em cuja constituição aparecem agrupamentos em cadeia aberta, constiuiu surpresa a possibilidade do seu uso para a fabricação de uma tinta corante para tinturaria, à base de enxofre.

O Instituto Textil de Cawnpore, na Índia, examinando a tinta obtida com a torta, verificou tratar-se, de fato, de um corante à base de enxofre, própria para estamparia de tecidos, porém, ela não dava nenhuma das reações características das tintas desta classe até então conhecidas. A única explicação para êsse fato, ainda não confirmada, é admitir-se que houve formação de compostos orgânicos, de cadeia fechada, durante o tratamento da torta com enxôfre em presença de álcali, ou durante o tratamento prévio com ácido.

Tem-se feito experiências com enxofre amarelo e laranja para obter diferentes matizes de côr. A tinta preparada como vimos anteriormente se presta para tingir tecidos de côr cáqui, o que se fazia até então com soluções adequadas de bicromatos. A nova matéria corante sulfurada obtida com a torta, além de colorir bem o tecido, êste não desbota, resiste bem a lavagem e o brilho é durável. Estas qualidades são conseguidas com um tratamento posterior do tecido por meio de uma solução muito diluida de bicromato ou de cloreto férrico.

Embora experimentando proporções diferentes de torta, de enxofre, de álcali, de ácido e variando a tmperatura e o modo de aquecimento, não conseguimos preparar um tipo de matéria corante que pudesse ser recomendado industrialmente.

Não obstante termos conseguido resultados práticos que poderiam ser considerados como bastante promissores, não prosseguimos com as nossas pesquisas nesse sentido, porquê, mesmo que os resultados fossem marcadamente evidentes, o custo de fabricação do corante é pràticamente proibitivo.

EMPREGO DAS TORTAS PARA FABRICAÇÃO DE CARVÕES DESCORANTES

Para a fabricação de carvão ativo descorante, diz ARROYO que uma tonelada de torta sêca produz 270 quilos de carvão ativo, possuindo de 70 a 75% do poder descorante dos melhores carvões desta classe existentes no comércio.

Para a sua preparação, RAO e JAIN aconselham calcinar a torta sêca ao ar em tubos de argila refratária a 800-900.°C. A massa carbonosa resultante, depois de fria é tratada com ácido clorídrico a 33%, lavada com água, secada a 105° C. moida e peneirada. As tortas das usinas que trabalham pelo processo de sulfitação dão, por êste processo, de 15 a 18% de carvão ativo descorante.

(Continua)

O AÇÚCAR, ALIMENTO ENERGÉTICO E ECÔNOMICO DE PRIMEIRA ORDEM

Ninguem ignora atualmente que o açúcar é um dos alimentos mais valiosos. Têm sido publicados numerosos estudos cujo objetivo é colocar em relêvo este fato não só por motivos científicos como pelos resultados obtidos na prática de experimentos sôbre o assunto. Um dos estudos mais interessantes desta classe é o que o agrônomo Max Rasquin, fez, em forma de conferência, anos atrás, perante a Sociedade Técnica e Química da Indústria Açúcareira da Bélgica.

Eis aquí uma tradução desta conferência:

Assim como a falta de combustível detem a máquina, produz-se o esgotamento do coração desde que a percentagem do açúcar no sangue desça a um valor demasiado fraco.

O coração é em todos os casos um admirável motor que não se detem senão na morte e funciona de segundo a segundo, de hora a hora, de dia a dia, durante meses e anos, isto é, durante toda uma vida humana. Em um ano produz o fantástico trabalho de 32 milhões de batimentos, à razão de 95.000 por dia.

Segundo o professor Adamkiewicz, o ventrículo esquerdo do coração levanta com cada pulsação 188 gramas de sangue a uma altura de 3,25 metros. Isto representa 54.000 quilômetros em 24 horas e é evidente que se necessitam muitas calorias para levar a cabo semelhante trabalho.

O mesmo professor chega, por seus estudos, à conclusão de que uma privação de albumina, embora prolongada, não exerce influência sôbre a ação do coração e que a de gordura tão pouco não exerce uma influência perniciosa.

Quanto aos hidratos de carbono Adamkiewicz notou em seus doentes somente após cinco meses, uma perturbação no funcionamento do coração, que era agitado e tinha um ritmo completamente anormal. Havendo empregado, para acalmar êstes excessos dos indivíduos com os quais fazia suas experiências, tinturas de muguete vertida sôbre açúcar, observou que diminuiu a intensidade dos ataques e que estes duravam muito menos tempo. Teve assim a intuição de que a melhora podia provir do açúcar e alimentou os seus doentes exclusivamente com esse último produto. Em seguida diminuiu a excitação do coração e cessou por completo pouco tempo depois. O professor chegou à conclusão de que o açúcar tinha uma influência muito grande para o funcionamento do coração.

ESTUDO CIENTÍFICO DO AÇUCAR

Vários autores intentaram há muito tempo medir por meio de experimentos, a ação que o açúcar exerce sôbre a energia muscular.

As primeiras experiências dessa natureza foram realizadas por Vaughan Harley, em Turim, em 1892. Em 1893, o professor Mosso, da Universidade de Gênova, inventou um aparelho chamado "ergógrafo" que permitia registrar em uma tira de papel diagramas relativos ao levantamento de um pêso determinado com o dedo. Chegou assim a demonstrar que cinco ou dez minutos depois da absorção de açúcar os músculos produziam uma fôrça maior que antes. Nem todos admitiram as conclusões de Mosso e o doutor Stokvis, de Amsterdam, lhe opôs experimentos negativos que puzeram em dúvida o valor do açúcar.

Em 1895, o professor Schumburg, da Escola Imperial de Agronomia, de Berlim, fez numerosas experiências cujas conclusões concordaram com as de Mosso e confirmaram o grande valor que o açúcar tem para a energia muscular.

AÇÃO RÁPIDA DO AÇUCAR

Spengler, diretor do Instituto Açucareiro de Berlim, deu a conhecer os experimentos feitos pelo professor Stanek, do Instituto Científico de Praga, o qual construiu um aparelho de demonstração muito interessante.

Trata-se de um globo de borracha unido a um manômetro comum por meio de um tubo de borracha. Ao fazer suas experiências com indivíduos em jejum, a agulha do manômetro avançava a uma posição determinada. Depois de haverem consumido alguns torrões de açúcar, os mesmos indivíduos, ao apertar o globo, faziam avançar a agulha a uma posição superior e isto depois de alguns minutos. No entanto, o consumo de pão e de outros alimentos não permitia aos mesmos indivíduos fazer avançar a agulha a uma posição superior senão depois de meia hora aproximadamente.

Resulta dêsses experimentos que o açúcar é o alimento que mais ràpidamente pode restabelecer as fôrças perdidas.

Por outro lado, os médicos Pratner e Stowasser, citados por Spengler, acabam de fazer experimentos com um pesado manúbrio e comprovaram de um modo incontestável que o açúcar exercia realmente uma influência regeneradora sôbre a energia muscular. Indivíduos em jejum levantaram o manúbrio depois de haverem tomado chá açucarado, porém não puderam fazê-lo depois de absorverem chá sem açúcar.

RECAPITULAÇÃO GERAL

Resulta de tudo isso que o açúcar é um alimento econômico de primeira ordem e que já não deve ser considerado como uma simples guloseima. E' um alimento que fornece ao organismo calorias a um preço vantajoso.

Não se trata evidentemente de substituir pelo açúcar outros alimentos menos vantajosos quanto às calorias; tal substituição seria um êrro e não se deve recomendar sua aplicação, especialmente numa proporção elevada; porém, pode-se assegurar que o consumo de açúcar não é anti-econômico nem constitui um gasto de luxo.

Por outra parte, o açúcar é um alimento energético por excelência que produz efeito quase imediatamente. E' o alimento que faz recuperar as fôrças musculares perdidas. Nenhum outro alimento lhe pode ser comparado quanto à reparação rápida do cansaço do organismo.

O AÇUCAR E O TRABALHADOR

Sabe-se que a cana de açúcar constitui um alimento para os homens de côr das plantações de cana. Durante as horas de trabalho o trabalhador chupa um pedaço de cana e mais tarde leva à sua casa alguns colmos para sua alimentação e a de sua família. Apreciam tanto êsse alimento que há vários anos alguns plantadores se viram obrigados a limitar as quantidades de cana que levavam os trabalhadores.

Numerosos autores têm observado a êsse respeito que a população gozava de melhor saúde durante a época da colheita. Muito embora o trabalho nos canaviais seja muito rude, observou-se que os homens de côr, que se acham emagrecidos no início da colheita, imediatamente se tornam robustos.

No Canadá, os homens que percorrem os bosques consomem quantidades enormes de açúcar em seu café e em suas merendas. Na América do Sul, o açúcar forma parte da alimentação do homem e do gado. Em uma palavra, nas regiões canavieiras todos os trabalhadores apreciam muito o açúcar.

O doutor Delattre, inspetor-chefe de higiene, diz que o açúcar é o carvão do motor humano. E tem perfeitamente razão; o açúcar é um alimento que o trabalhador não consumirá nunca em demasia se quiser manter suas fôrças. A dona de casa dève colocar alguns torrões de açúcar no seu café. Pode-se assegurar que o trabalhador sentirá prontamente o efeito benéfico desse regime e reclamará dose suplementar. Geralmente o trabalhador consome menos açúcar do que a classe média, quando deveria ser justamente o contrário.

O velho sente uma inclinação para o açúcar, o que é significativo e indica que tira proveito dêsse alimento.

O AÇUCAR E AS CRIANÇAS

Todos conhecem a propensão instintiva que induz a criança a querer os bombons e todos os produtos açucarados. Ouve-se, entretanto, que a mãe diz que "o açúcar nada vale". Cabe perguntar se o açúcar é máu apenas para o bolso do pai.

Escusado é dizer que na idade mais tenra, quando a criança se alimenta quase exclusivamente com leite, procura o açúcar indispensável na forma de lactose. Quando se trata de uma criança já maior, de sete e mais anos de idade, se deve averiguar se o açúcar é muito vantajoso. Está continuamente em movimento o trabalho muscular do jovem: corre, dança e é quase incansável. Sabe-se também que em certos momentos é difícil alimentá-lo convenientemente.

O açúcar, por sua combustão imediata, repara o trabalho muscular que é extraordináriamente grande na criança.

Rubner comprovou que a criança necessita as seguintes calorias por dia e por quilograma de pêso vivo:

73,9	calorias	aos	5 anos
59,7	"	"	10 "
57,7	"	"	12 1/2 anos
51,1	"	"	14 1/2 "

O homem adulto necessita sòmente de 30 a 40 calorias.

Vê-se que o número de calorias diminui progressivamente com a idade.

E' provável que a criança goste do açúcar por instinto.

Sabe-se também que as crianças perdem o apetite na época dos exames, muito embora aceitem bombons e doces. Não se deve descuidar o emprêgo dêstes produtos, porém, convem evitar que a criança coma açúcar fora de sua alimentação comum.

O AÇUCAR E OS DENTES

Reza uma asseveração muito antiga que o açúcar deteriora os dentes.

Em 1598, o doutor Gardner, já o disse ao falar da rainha Isabel, de Inglaterra, que comia muito açúcar. Porem pouco depois o doutor Tiedman declarou que os indígenas da Índia tinham dentes admiráveis por causa do açúcar que consumiam.

Como se sabe, as crianças perdem os dentes, comam ou não o açúcar. Quanto ao adulto, o açúcar causa certa dor nos dentes descarnados, o que é também provocado por tôda bebida fria.

Trata-se de um preconceito que já não se toma a sério e se poderiam citar os casos de muitas pessoas que não comem açúcar, ou que quase não o comem e que, não obstante, perdem os dentes.

O AÇÚCAR, PARA A FOME E PARA A SEDE

Sabe-se desde há muito tempo que o açúcar acalma a fome e a sêde.

O ilustre explorador Stanley refere, nas suas notas de viagem, a utilidade do açúcar para as longas expedições através das selvas do Congo. Na Alemanha, o tenente Leitenstofer fez um ensaio, depois de haver distribuido açúcar aos seus soldados, no curso de uma longa marcha, para conhecer sua opinião sobre o efeito do mesmo. Quase todos disseram que o açúcar retardava a sensação de fome. O açúcar faz desaparecer a impressão de estômago vazio. Quanto à sêde, todos os soldados declararam que o açúcar muito a acalmava.

Não é difícil a explicação do fenômeno, posto que o açúcar é digerido ràpidamente no organismo, produzindo um efeito reparador depois de alguns minutos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Na Bélgica, o consumo por cabeça foi calculado em 27,9 quilogramos. Sabe-se que o consumo mundial é de 14 quilos por cabeça e resulta daí que o belga consome o dobro da média mundial. Há povos que consomem muito açúcar, ao lado de outros cujo consumo é mínimo. Os habitantes da Ásia e da África não consomem mais de 5 a 7 quilos. Porém na Europa há paises que merecem ser imitados. Encabeça a lista a Dinamarca com 56 quilos por cabeça seguida da Inglaterra com 45, vindo depois a Suiça com 43, a Suécia com 39,9, a Austria e a Holanda com 31.

Na Bélgica convinha estimular o consumo de açúcar para combater a crise da indústria e por motivos de saúde pública.

O PROBLEMA DAS CALDAS

A Comissão de Estudos das Caldas de Persambuco, constituida por um decreto da Interventoria local, continua a reunir-se semanalmente na capital pernambucana, afim de dar desempenho à importante tarefa, que se propôs resolver.

Antes de entrar no domínio da apliação prática, no tocante à resolução do problema, higiênico e econômico, das caldas, a comissão procurou organizar o copioso material existente sôbre o assunto, aquí e no estrangeiro, discutiu os aspectos mais variáveis da questão e, só posteriomente, procurou encaminhar-se para a solução mais de acôrdo com as possibilidades e realidades da zona açucareira a ser beneficiada.

Na reunião realizada a 14 de junho último, foram discutidas diversas fórmulas e métodos de irrigação com caldas tratadas pelo processo de diluição ou com o efluente da estação-piloto. As experiências ficaram de ser efetivadas no Instituto Tecnológico do Estado, ante as dificuldades criadas pela época invernosa. Ficaram estabelecidos os tipos médio e extremo para as amostras colhidas em zonas açucareiras, de acôrdo com exames a serem procedidos no I.T.E.

Na reunião do dia 5 de julho findo, o Dr. João Lucena Neiva, a respeito da proposta da Companhia Dorr, de Nova York, referente à instalação do aparelhamento para tratamento das caldas pela digestão anacróbica e filtração biológica rápida, deu o seguinte parecer:

"Tendo estudado a proposta e o parecer do colega Dr. Antônio Figueiredo, emitido a respeito, estou de pleno acôrdo com as conclusões a que êle chegou. Para apressar a resposta devida à oferta de Pettre & Dorr, talvez seja mais interessante fornecer as características de caldas já analisadas que têm servido de base aos estudos de diversos processos que constam do nosso arquivo. J. Neiva".

O parecer mereceu discussão e aprovação dos membros da Comissão.

A 12 de julho, voltou a Comissão a reunir-se, para tomar conhecimento da marcha dos trabalhos de construção da estação-piloto, instalada em terras da Usina Bulhões. No expediente foi lida uma carta do embaixador brasileiro em Londres, sôbre remessa de material colhido em diversas repartições britânicas sôbre o que é feito alí para a proteção dos rios, evitando-se o lançamento das caldas de distilarias e outros detritos prejudiciais à criação dos peixes e favoráveis ao desenvolvimento da malária.

Depois de outras considerações por parte dos membros da Comissão sôbre o funcionamento da estação-piloto, com o reinício das atividades na distilaria da Usina Bulhões, propôs o Sr. Bezerra Coutinho o exame e testes das bactérias encontradas nas terras, que deverão ser preparadas para a irrigação com o efluente do filtro biológico da estação-piloto, afim de verificar-se o aparecimento, desenvolvimento ou modificações desas bactérias, tidas como prejudiciais para a cana de açúcar, após fertilização com calda.

A proposta foi aprovada, prolongando-se ainda a reunião no trato de assuntos relacionados com o problema, que, tudo indica, encaminha-se agora para uma solução razoável.

O AÇUCAR NA ALIMENTAÇÃO DO GADO

Todos os animais de granja comem a beterraba com facilidade devido ao açúcar que contem. Esta é, sem dúvida, a forma mais conveniente, por ser a mais barata, para ministrar açúcar ao gado. Porem deve ter-se em conta que a beterraba não pode empregar-se para o gado com vantagem senão durante alguns meses do ano e que, de outro lado, sua distribuição na forragem determina maiores gastos de mão de obra.

O AÇUCAR PARA O CAVALO

Sabe-se que o cavalo gosta do açúcar e nos circos se o adestra e se consegue que realize provas interessantes dando-lhe açúcar.

Grandeau fez no século passado interessante experiência com cavalos da companhia de coches de Paris. Em 1902, o professor Lavallard apresentou ao congresso reunido em Paris uma informação sôbre a alimentação dos cavalos utilizados por uma companhia de ônibus. Havia substituido um quilo de grãos por igual quantidade de melaço em pasta. Os cavalos se encontravam em excelente estado e foi extraordinário o rendimento em trabalho. Sua informação causou sensação e em Bruxelas adotou-se o mesmo sistema na alimentação dos cavalos.

Havia, na mesma época, em 1903, um cavalo chamado "Vulcain", alimentado com água açucarada e melaço, que triunfou no raide Bruxelas a Ostende e resistiu bem à fadiga. Em um raide de Paris a Deauville triunfou também um cavalo alimentado com açúcar. Pode-se dizer que o emprêgo do açúcar foi a causa inicial dos triunfos obtidos por êsses cavalos.

Na guerra russo-japonesa, o açúcar aumentou consideravelmente a resistência dos pequenos cavalos dos cossacos.

O AÇUCAR PARA OS ANIMAIS DE CURRAL

Não se emprega suficientemente o açúcar na alimentação das galinhas, dos coelhos e dos pombos. A água açucarada, entretanto, é muito conveniente para as aves durante as épocas de grande calor. Deve-se também empregar açúcar quando se quer engordar galinhas, misturando-o aos alimentos farinhosos. Recomenda-se igualmente para os coelhos e para os pombos correios.

CONCLUSÃO GERAL

O açúcar é um excelente alimento tanto para o homem como para os animais e o seu consumo deveria aumentar, consideràvelmente, tanto mais quanto é, também, um alimento econômico, dado o seu baixo preço.

(De "La Industria Azucarera", Buenos Aires, janeiro de 1943.)

O PULGÃO AMARELO DA CANA DE AÇÚCAR EM TUCUMAN

Kenneth J. Hayward

Uma das pragas menores da cana de açúcar na Argentina é o pulgão ou afídio, vulgarmente chamado o "pulgão amarelo da cana de açúcar".

A primeira referência na bibliografia que o autor pôde encontrar acêrca dos ataques dêste pulgão nos canaviais do país, é um informe (1) pelo então entomologista da Estação Experimental Agrícola de Tucuman, Sr. E. W. Rust, com data de 24 de outubro de 1916, no qual se faz menção a um ataque por um "pulgão" na cana de açúcar, sem indicar o nome. Não resta dúvdia de que era o **Sipha flava** ou pulgão amarelo da cana, desde que êste é o único afídio que ataca a cana tucumana na forma indicada.

Em 1924, o engenheiro George L. Fawcett, fitopatologista e botânico da mesma Estação Experimental, em um trabalho sôbre o mosaico da cana de açúcar (2), menciona que obteve resultados negativos em ensaios de transmissão desta enfermidade por meio de insetos, quando o inseto empregado era o pulgão **Sipha flavida** (dando equivocamente o nome **flavida** por **flava**, pois não existe pulgão com essa denominação), e esta é a primeira citação nominal do inseto na bibliografia como sendo da fauna argentina. Mais tarde foi citado por H. E. Box nos relatórios do Departamento de Entomologia dos anos de 1927 e 1928 (3) e pelo autor em seu relatório do ano de 1942. (4)

Fig. 1 — O pulgão amarelo da cana de açúcar (aumentado 18 vêzes segundo Cleare)

O engenheiro Fawcett informou ao autor que quando chegou a Tucuman pela primeira vez, no ano de 1915, para assumir o cargo no Departamento de Fitopatologia e Botânica, o pulgão amarelo já era muito comum.

De modo que esta praga não é uma novidade, como têm sugerido alguns, mas sim uma praga que temos tido em nossos canaviais, desde há muito tempo, sem que se haja notado que produza prejuízos de importância.

Nome científico — O pulgão amarelo da cana foi descrito, pela primeira vez, pelo Dr. S. A. Forbes, em 1884 (5) sob o nome de **Chaitophorus flavus** e em 1909 o Dr. J. J. Davis o transfeiru para o gênero **Sipha** (6).

Distribuição. — Sua presença foi comprovada em várias partes dos Estados Unidos da América do Norte e, no resto da América, em Barbados, Colômbia, Cuba, Guadalupe, Guiana Britânica, Jamaica, Peru, Porto Rico e na Argentina. Indubitàvelmente existe também em outros países, porém não foi possível encontrar referências correspondentes na bibliografia.

Plantas atacadas. — A parte de **Cyperus esculentus** é uma espécie do gênero **Carex**, ambas plantas da família das **Ciperáceas**, e a ci-

(1) — Rev. Ind. Agric. Tuc. 7:195, 1916.
(2) — Ibid., 15:105, 1924.
(3) Ibid. 18:170, 1928, e 19:266, 1929.
(4) — Ibid. 33:75, 1943.
(5) — App. Trans. Ill. Dep. Agric. 21:41-46, 1884.
(6) U. S. Dep. Agric., Bur. Ent., Misc. Papers, Techn. Ser., n.º 12, Part. 8, 1909.

tação de uma **Ipomoea** para Pôrto Rico (**Convolvulacea**), tôdas as plantas conhecidas como hospedeiras do pulgão amarelo **Sipha flava,** pertencem à família das **Gramíneas,** ou seja os capins. No total se tem encontrado êste afídio em espécies de vinte e três gêneros desta família, alguns dos quais têm seus representantes tucumanos. Das plantas cultivadas mais importantes que êste pulgão ataca, podem ser citadas a cana de açúcar, milho, sorgos e às vezes aveia e trigo. Na zona tucumana tem sido encontrado, até esta data, únicamente na cana de açúcar.

Como ataca a cana e prejuizos que causa. — Na cana de açúcar, o pulgão inicia seus ataques perto da ponta das fôlhas exteriores e na página inferior. Mais adiante os insetos migram sôbre tôda a fôlha, mas apenas em casos de ataques sumamente severos chegam até o broto terminal da cana. Segundo Squire (7), as canas que se acham à sombra são mais atacadas, porém isto não tem sido observado por outros investigadores.

O efeito sôbre a fôlha é que a ponta seca e depois de algum tempo, se o ataque subsiste, a parte atacada se torna amarelenta e aparecem-manchas irregulares de côres vivas, especialmente roxas, púrpuras e ferruginosas.

Recorde-se que as fôlhas se tornam amarelentas devido, também, a razão fisiológica, porém, neste caso, geralmente tôda a folha toma esta côr e é igual em tôdas as partes sem manchas de outros coloridos. Existem também outras enfermidades que causam manchas, das côres mencionadas, nas fôlhas, porém, geralmente estas tomam a forma de linhas ou pontos e são mais regulares que as manchas grandes que se encontram nas fôlhas atacadas pelos pulgões.

Fig. 2 — **Fôlha (aproximadamente do tamanho natural) com uma colônia do pulgão amarelo da cana de açúcar.**

Quando as fôlhas atacadas são poucas, o efeito sôbre a planta não é muito grande, porém, naturalmente, a perda de seiva na parte atacada faz ressentir parte de seu funcionamento normal.

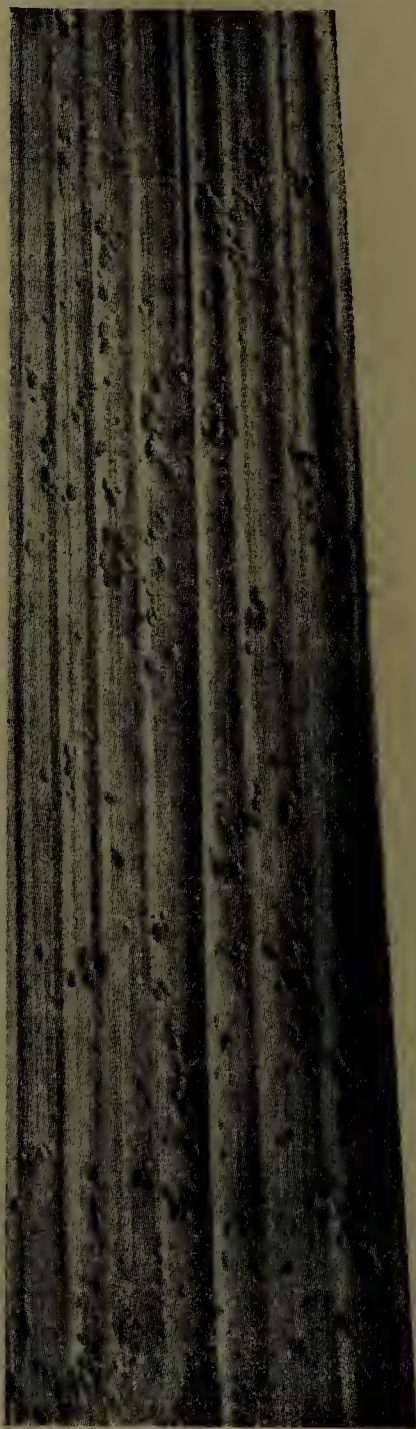
Em caso de ataques severos pelos pulgões, em plantas que se encontram recém-brotadas, especialmente quando se trata de cana de planta, pode chegar a causar a morte da touceira. Isto aconteceu em alguns casos nos canaviais de Pôrto Rico, Cuba e da Guiana Inglêsa, havendo-se perdido, em certa ocasião, 25% de uma plantação nova. Não obstante, êstes casos são excepcionais e afortunadamente o pulgão não foi observado até então atacando plantas jovens nos canaviais de Tucuman.

Tem-se observado às vêzes, nos canaviais da Guiana Inglêsa, que parece ser a zona onde mais prejuizos causam êstes afídios, que as fôlhas atacadas se cobrem com uma fuligem ou fumagina, fungo negro que cresce sôbre a substância açucarada que segregam os pulgões.

O pulgão como vetor do mosaico. — Em alguns poucos casos os investigadores têm conseguido transmitir a enfermidade do mosaico da cana, empregando o pulgão amarelo como vetor, únicamente, porém, em uma percentagem muito baixa do total de seus ensaios. Em geral êste pulgão não é considerado como vetor desta enfermidade.

Variedades de canas atacadas. — O pulgão amarelo da cana ataca igualmente a tôdas as variedades de cana, porém especialmente as variedades Ubá ou Kavangire. — Entre as canas de Java se tem notado que as P.O.J. 2725 e P.O.J.2878 são atacadas com preferência.

Breve descrição dos pulgões — Os pulgões são amarelos e da forma indicada na figura 1, onde foram fotografados com um aumento aproximadamente de 18 vêzes o seu tamanho natural. São geralmente ápteros, porém, dentro das colônias se encontram de vez em quando exemplares com pequenas asas transparentes nas quais ressaltam as nervuras. Estas formas aladas são mais comuns quando a colônia é numerosa sôbre a fôlha. Nas figuras 2 e 3 podem-se ver as colônias de pulgões sôbre a face inferior das fôlhas, em seu tamanho natural.

Biologia. — O pulgão amarelo da cana pode reproduzir-se partenogenèticamente ou por meio de ovos fecundados pelos machos. Nas regiões onde os invernos são bem mais frios, as últimas gerações do outono são sexuais, isto é, machos e fêmeas, e depois de serem fecundadas estas

---

(7) Divl. Rep., Dep. Agric. Brit. Guiana for 1883, pp. 125-128, 1934.

últimas, põem ovos cuja eclosão ocorre na primavera, dando à luz fêmeas capazes de produzir novas gerações sem o concurso do macho. Em alguns paises onde há pouca diferença entre as temperaturas invernais e as das outras estações do ano, os pulgões podem prescindir das gerações sexuais, reproduzindo as fêmeas partenogenèticamente todo o ano.

A duração da vida de um pulgão e a do período de seu estado produtivo são muito variáveis, segundo os fatores climatéricos reinantes. Os insetos podem chegar a seu estado adulto em um tempo tão curto como de 8 dias e há casos em que têm sobrevivido 100 dias, porém a média de duração de sua vida é a metade desta última cifra.

O número de pulgões produzidos por uma fêmea é de cêrca de 60, em média, e o termo médio de produção diária se pode calcular como 2,5, mais ou menos. Assim, é de esperar uma nova geração cada quinzena durante o período de atividade dêstes insetos. O número de gerações anuais na Argentina nunca foi calculado. Pode-se dizer, porém, que na zona tucumana os pulgões geralmente aparecem nos canaviais pela primeira vez entre meados de dezembro e princípios de janeiro e é possível encontrar colônias até a época da colheita, caso não intervenham geadas fortes.

Fig. 3 — Fôlha (aproximadamente do tamanho natural) mostrando uma colônia do pulgão amarelo da cana de açúcar (segundo Cleare).

Contrôle. — De um modo geral na zona de Tucuman, como em tôdas as zonas do estrangeiro, onde se encontram êstes pulgões, os afídios são eficazmente controlados por vários inimigos naturais, principalmente as larvas e adultos de várias espécies de "vaquinhas", pequenos coleópteros da família dos **Cocinelideos**. Entre êstes cocinelídeos se destaca em tôdas as zonas a **Cycloneda sanguínea** (L.) inseto com élitros roxos que é tambem muito comum em tôda a Argentina. Outros são do gênero **Seymnus,** insetos muito pequenos, negros e reluzentes. Em outros países se tem notado que as larvas de algumas moscas sírfidas destróem êstes pulgões e em Pôrto Rico atua, também, como predador, uma aranha. Dos fungos entômógenos, duas espécies do gênero **Acrostalagmus** atacam a **Sipha flava** em vários países, porém não têm sido observados até agora nos nossos canaviais. Dos endoparasitos, isto é, parasitos que vivem dentro dos pulgões, não se conhece nenhuma espécie na Argentina e nos países estrangeiros se conhece apenas uma.

Em casos de ataque muito severos se têm empregado em outros países, e com certo êxito, pulverizações com sulfato de nicotina e com emulsões à base de querosene e sabão ou polvilhamento com cianureto de cálcio, porém o seu uso é muito caro devido às grandes extensões que devem ser tratadas e às dificuldades de pulverizar a cana. Ademais, tem sido observado que na maioria dos casos as partes tratadas não têm sido muito melhores do que as não tratadas, seguramente porque os inimigos naturais podem agir sem ser molestados pelas substâncias químicas empregadas.

Circular n.º 125 da Estação Experimental Agrícola de Tucuman, Argentina.

INOCULAÇÃO DE LEGUMINOSAS

A cultura da cana, em muitos países produtores, se faz baseada na monocultura. Êsse sistema serviu com êxito no passado, mas há razões para acreditar que não continuará a servir. Em primeiro lugar, a monocultura é um sistema anti-natural, exceto em condições especiais, daí um dos motivos de sua permanência, isto é, o fato de não ser removida a cultura, sendo os resíduos reincorporados ao solo. Quando se faz um cultivo seletivo, uma certa parte de alimentos da planta e de matéria orgânica deixa de voltar ao solo, por fôrça da substituição das culturas. Diz-se que essa perda pode ser compensada pelos adubos artificiais. Mas há outros fatores a considerar. O cultivo regular nas estações, essencial à monocultura, provoca o desenvolvimento de ervas daninhas, que sòmente podem ser exterminadas pelo cultivo em outras estações, quando elas estão numa fase vulneravel do seu crescimento. Da mesma forma, um sistema que permita apenas um ligeiro período de descanso favorece o aparecimento de pragas e moléstias em forma epidêmica e torna mais difícil o contrôle destas.

Do ponto de vista econômico, a monocultura contraria o princípio comercial que manda dividir os riscos. Pode-se dividir os riscos de duas maneiras. Uma delas — que não leva em conta os princípios de uma boa agricultura — consiste em combinar em uma única emprêsa duas ou mais monoculturas, cada uma ocupando área diferente. Êsse método tem sido adotado no Oriente, onde se encontram propriedades cultivando chá, borracha, cana, côcos, etc. Procura-se justificar biologicamente êsse método, dizendo-se que o cultivo é florestal e não agrícola. A outra maneira consiste em adotar o princípio da rotação de culturas de rápido cíclo vegetativo. A cana de açúcar, dado o modo por que se desenvolve, coloca-se entre os dois extremos.

O período que se situa entre as duas grandes guerras foi assinalado por uma séria depressão na indústria açucareira. Foi então que se patenteou o perigo da monocultura. Em muitos países produtores de açúcar tratou-se de descobrir meios para dividir os riscos. Foi talvez nas Filipinas que essa tendência se manifestou de maneira mais acentuada. para isso influindo até razões de ordem política. Recentemente êsse objetivo vem sendo procurado em outros paises produtores, onde se procura cultivar safras alternativas ou se cuida de estabelecer a pecuária.

Entre as muitas culturas estudadas para êsse fim, as leguminosas ocupam lugar de destaque. Algumas delas servem diretamente ao homem como alimento; outras se prestam para forragem e ainda outras podem ser utilizadas como safras de cobertura. Estas não sòmente quebram a sequência cultural — como o simples pousio — e assim facilitam o contrôle das ervas daninhas. pragas e moléstias como acrescentam ao solo alimentos para as safras subsequentes, quando incorporadas em decomposição, e melhoram a estrutura física do terreno, dada a necessidade de ser este revolvido.

Justamente porque atendem a êstes aspectos é que as leguminosas desempenham papel tão importante, pois, como grupo, desenvolveram uma relação simbiótica com uma bacteria (Rhizobium), a qual, ao penetrar nos tecidos da raiz, multiplica-se ràpidamente e fixa o nitrogênio atmosférico. E' a libertação dêsse nitrogênio, quando a planta é reincorporada que constitui um grande benefício, por isso que pode ser utilizado como alimento pela planta nas safras seguintes.

Para se ter uma boa cultura de leguminosas não basta plantar a semente de uma espécie adequada ao solo e ao meio. A especialização entre a planta e a bacteria chegou a tal ponto que não só é necessária a presença do Rhizobium para o pleno desenvolvimento, mas sòmente uma determinada espécie e até correntes de uma espécie se adaptam a certas espécies de leguminosas. Uma leguminosa pode não florescer, apenas porque no novo meio não existe a corrente de bactéria que lhe convém. Essa é uma deficiência que pode e tem sido compensada. Já é possível adquirir culturas de bactérias apropriadas a certas leguminosas mais cultivadas e se tem obtido êxito com a pré-inoculacão das sementes com essas culturas.

Êsse assunto foi objeto de detalhado estudo pelo Departamento de Estações Experimentais de Queensland, que a respeito divulgou um boletim especial. O estudo abrange várias correntes de feijão de porco, soja e alfafa. Essas correntes compreendem dois grupos, um dos quais se desenvolve em meio que contenha glicose. Algumas correntes do feijão de porco e do feijão soja desenvolveram-se mal nêsse meio, mas cresceram vigorosamente quando a glicose foi substituida pela pectinose. No trabalho em apreço, aparecem os resultados das diversas experiências realizadas com as três leguminosas para demonstrar a eficiência relativa das diversas correntes. O aspecto prático do trabalho está na possibilidade de aumentar o vigor de uma cultura de leguminosas pela pré-inoculação da semente com uma corrente adequada de Rhizobium. Para esclarecer certos pontos de importância, verificou-se que com o feijão de porco e o feijão soja as correntes isoladas de culturas locais eram mais eficientes do que as importadas, apontando-se como razão dêsse fato a circunstância de serem mais elevadas as temperaturas de Queensland ao tempo em que as culturas se desenvolviam. Outro ponto importante é a idade da cultura. NF 480, a corrente mais eficiente para o feijão de porco, permanece viavel durante cêrca de seis meses e outras correntes vão além dêsse prazo. De um modo geral, pode-se dizer que o crescimento se faz vigorosamente num período de seis semanas.. A pré-inoculação pode não resultar em benefício, o que acontece quando o cultivo anterior de leguminosas assegura um suprimento adequado de bactérias ou quando o solo já contém um alto teor de nitrogênio.

(Adaptado de "The International Sugar Journal").

AS REGIÕES CANAVIEIRAS DE SANTA CATARINA

Dalmiro Almeida

A região canavieira do Estado de Santa Catarina que, conforme dissemos em publicações anteriores, abrange os municípios de Itajaí, Gaspar e Joinville, nem sempre se beneficía de condições favoráveis ao desenvolvimento normal da cana de açúcar.

Nos anos em que a estação hibernal apresenta baixas de temperatura muito acentuadas, havendo abundante queda de geadas, os prejuizos, tanto de lavradores como de usineiros, são inevitáveis, porque a geada é, não só uma grande inimiga da lavoura em geral, como, em particular, um fator de definhamento e redução dos rendimentos dos canaviais.

E' curioso notar que são os usineiros que mais sofrem as consequências destas condições climáticas desfavoráveis, porque, enquanto o lavrador tem parte de seus prejuizos atenuados pela melhoria de preços da porção que consegue salvar, o usineiro tem apenas a concorrência dos alambiques que, devido ao valor excessivamente elevado da aguardente, podem pagar a cana a preços fora da competição dos primeiros.

Para obviar os inconvenientes e prejuízos decorrentes da queda da geada, seria aconselhável a introdução de variedades de cana mais resistentes aos rigores da estação invernosa, como por exemplo a Tucuman 2.680, cultivada com sucesso na República Argentina e que um dos diretores da Usina São Pedro está interessado em introduzir na região.

Pelo que nos foi dado observar, a variedade denominada — "Javinha" — goza de preferência entre os plantadores de cana de região. Uma outra variedade encontrada no Vale do Itajaí, graças às facilidades concedidas pelo Coronel Marcos Konder aos fornecedores da Usina Adelaide, segundo informações que nos foram dadas, é a "Coimbatore".

Quanto ao aspecto fisiográfico, a zona canavieira apresenta-se como uma planície, que se estende entre o Mar e a serra, com a intercorrência de ligeiras ondulações na região de Joinville.

O tipo de solo é ou árgilo-umoso ou árgilo-arenoso, constituído por uma terra barrenta, proveniente da decomposição da rocha granítica. Os exames procedidos pelo nosso amigo e douto professor Dr. Artur Holanda, fornece o seguinte quadro expositivo:

	Nitrog.	K^2O	CaO	P_2O_5	Perda ao rubro	Terra fina	Sob pedras	Textura 0,01
Blumenau . . . . (Vale do Itajaí)	0,168	—	0,063	0,049	6,433	100,0	—	16,72
Joinville	0,145	0,072	0,104	0,132	9,527	99,7	0,30	30,48

	CLASSIFICAÇÃO ATEMBERG				Umidade	Capilaridade	Capacidade	Densidade	Revestimento
	0,01 a 0,05	0,05 a 0,10	0,10 a 0,25	0,25 a 1,0					
Blumenau . . . . (Vale do Itajaí)	14,88	6,48	36,72	25,20	úmido	37,0	57,0	1,2	Milho
Joinville	28,0	6,00	25,04	10,48	fresco	40,0	58,6	1,0	Canavial

As informações que obtivemos quanto aos rendimentos agrícolas conseguidos pelos plantadores de cana são as seguintes: — Em Joinville — uma média de quinze toneladas por **morque** ou **morgen** (medida de superfície local, correspondente a um quarto do hectare.

Em Gaspar e Itajaí — uma média de cinqüenta toneladas por hectare.

A última impressão que colhemos nesta região, principalmente quando de nossa visita à Usina da Pedreira, ou de nossa ida em companhia do fiscal do I.A.A. Sr. José Brum, à Usina de São José, foi a dos consideráveis estoques de lenha armazenada para atender aos gastos da produção industrial. Diante de tão avultados estoques não há como fugir à percepção clara da necessidade de interessar vivamente às Usinas na questão do reflorestamento, afim de evitar futuramente perturbações no regime pluvial da região, em conseqüência das impiedosas derrubadas da mata. Não é de duvidar que a sêca ocorrida naquele Estado sulino, durante a nossa estada, fôsse já uma consequência do desmatamento.

PEDRO LOUREIRO BERNARDES

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, comunicou à Comissão Executiva dessa autarquia, na sessão ordinária de 23 de agôsto último, que o Sr. Pedro Loureiro Bernardes, Chefe da Secção do Álcool-Motor do I.A.A., renunciara, por motivo de saúde, ao cargo de Assistente Responsável pelo Serviço de Distribuição e Racionamento de Combustíveis Líquidos, que exercia na Coordenação da Mobilização Económica.

Ao fazê-lo — prosseguiu o Sr. Presidente — recebera do Sr. Ministro João Alberto, então Coordenador, uma carta em que, lamentando essa resolução inabalável, se referia ao grande trabalho alí realizado por êsse funcionário e à cooperação sempre leal, dedicada e sincera que prestou na solução de problemas tão importantes para a vida da cidade, que tanto lhe devia nesse particular, criando uma organização que podia ser considerada modelar entre as congêneres.

Sr. Pedro Loureiro Bernardes

Por sua vez, o Sindicato das Emprêsas de Garage do Rio de Janeiro, na mesma ocasião, dirigindo-se ao Sr. Pedro Loureiro Bernardes, na carta abaixo transcrita, acentuara, ao par de seus agradecimentos, que, no exercício daquelas funções, fôra um administrador que honrava o serviço público:

"Acusando o recebimento de vosso ofício n.º 1.474/44, de 20 do corrente, em que tivestes a gentileza de comunicar a êste Sindicato que vindes de renunciar, por motivo de saúde, às funções de Assistente Responsável pelo Serviço de Distribuição e Racionamento de Combustíveis Líquidos, no D. F., creio, sem nenhuma dúvida, interpretar a vontade coletiva de nossos associados ao lamentar, como lamento, o vosso afastamento do aludido cargo .

E' que, no exercício das referidas funções, fostes um administrador que soube honrar o serviço público, preocupado sempre em servir à coletividade e não poupando esforços para afastar, em tão espinhosa missão, as dificuldades que afetavam a economia dos nossos associados, os quais receberam durante a vossa gestão as mais decididas provas de lisura com que honrastes a confiança que, no vosso inabalável critério, depositou o Sr. Coordenador da Mobilização Econômica.

Aceitai, pois, com os nossos mais efusivos agradecimentos, os votos que formulamos pela continuidade de vossa vida e pelo sucesso das funções que vindes desempenhando no Instituto do Açúcar e do Álcool.

Apresento-vos, assim, em nome de nossa classe, os protestos de minha consideração e respeito.

Carlos Alberto de Melo Fernandes
Presidente"

A União Beneficente dos Chauffeurs do Rio de Janeiro, ao ter conhecimento da renúncia, lamentando-a, afirmou, em carta, que o ex-Assistente Responsável pelo Serviço em aprêço demonstrara ser um completo conhecedor das necessidades dos que lidam com êsses combustíveis e soubera organizar um perfeito plano de racionamento em que não se notavam irregularidades.

São documentos expressivos — acentuou o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, porque foram escritos no momento em que o funcionário se afastava de seu cargo.

O Instituto, que tem no Sr. Pedro Loureiro Bernardes um dos seus melhores serventuários, regozijava-se com o êxito que alí obtivera. Lembrava, por isso, que a Comissão Executiva lhe manifestasse o seu louvor, mediante um voto lançado em ata.

O Sr. Pereira Pinto acentuou que o Sr. Pedro Loureiro Bernardes conseguiu conciliar e harmonizar os interêsses daquelas entidades de classe, que até então viviam em desarmonia, tanto assim que ambas lhe reconheciam os valiosos serviços.

A sugestão do Sr. Presidente foi unânimemente aprovada.

PREÇO DE PARIDADE DO ÁLCOOL COM O AÇÚCAR

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A. a 29 de agôsto findo, foi lido e aprovado o seguinte parecer do Dr. Mario Lacerda, chefe da Secção de Estudos Econômicos :

"21 de agôsto de 1944. — Secção de Estudos Econômicos — N.º 87/44. — Sr. Presidente — Ref.: — **Preço de paridade para o álcool produzido diretamente da cana nas distilarias independentes. Memorial de interessados de São Paulo — (G/P. n.º 3.373/44.).**

1. No memorial anexo, as usinas Iracema, São João, Santa Lídia e Santa Lúcia, produtoras exclusivamente de álcool, tôdas situadas no Estado de São Paulo, reclamam contra os preços do álcool fixados para essa espécie de fábricas pelo plano do álcool da safra 1944/45, achando inequitativa a diferença de Cr$ 0,20 no preço final (preço mais bonificação).

2. Para fixação dos preços constantes do esbôço que organizamos para debate e elaboração do plano do álcool, serviram de base geral dos custos de produção, de acôrdo com a procedência do produto. Embora êsses custos não pudessem ser fixados com precisão absoluta, em duas categorias, pelo menos, êles poderiam ser agrupados: a do álcool proveniente de mel residual e a do álcool produzido diretamente da cana. Para êsse tipo de álcool, foi proposto o preço de paridade com o do açúcar, se bem que o Instituto, na Resolução 79, de 12 de abril de 1944, sòmente se tivesse obrigado a assegurar essa paridade quando, segundo a situação do mercado açucareiro, determinasse que as usinas produzissem álcool em vez de açúcar. E' o que se lê no art. 2.º da mencionada Resolução :

> "Art. 2.º — No caso de excesso de produção sôbre as necessidades do consumo, o Instituto poderá determinar a fabricação de álcool com a matéria prima excedente, assegurando ao produtor um preço para o álcool, em paridade com o do açúcar, na base da cotação fixada para o tipo cristal, sôbre vagão, úsina, no Estado do Rio de Janeiro."

Não obstante, ficou resolvido que o preço de equivalência com o açúcar na usina, no Estado do Rio, vigorasse na presente safra para o álcool direto. Para efeito de fixação dessa paridade, por incumbência da Comissão Executiva, apresentamos um estudo sob a referência de 28/44, de 11 de abril de 1944. Nesse estudo, de que foram, aliás, distribuídas cópias aos interessados, notadamente aos senhores membros da Comissão Executiva, concluímos que ao preço de Cr$ 80,00 o saco de açúcar cristal sôbre o vagão, usina, no Estado do Rio, corresponde o de Cr$ 2,00 o litro de álcool anidro e que a cada cruzeiro de oscilação no preço do açúcar correspondem Cr$ 0,023 no do álcool. Nessa base e na forma da tabela de paridade constante do referido estudo, foi fixado o preço do álcool direto em Cr$ 2,20, correspondendo ao açúcar de Cr$ 88,80, líquido em Campos, aprovado pela Resolução n.º 83/44, **para as distilarias anexas às usinas.**

3. Acontece que o estudo que serviu de base à fixação dêsse preço jogou com os dados relativos à produção do álcool nas distilarias anexas. Surgiu, por isso, por parte do Sr. Moacir Soares Pereira, membro da Comissão Executiva, e do Sr. Júlio Reis, Gerente do Instituto, a observação de que, para as distilarias independentes, os preços do álcool direto não deveriam ser os mesmos assegurados às fábricas anexas às usinas.

A argumentação foi aceita por esta Secção, por V. Ex.ª e, finalmente, em forma de resolução, pela Comissão Executiva. Não podia, aliás, deixar de ser assim. Se a equivalência de preços basea-se fundamentalmente nos custos de produção e se se demonstra que êsses custos nas distilarias independentes só podem ser inferiores aos das distilarias anexas, não há como fixar a mesma paridade para o produto de uma e outra procedência. Foi, por isso, estabelecida, depois de várias considerações, a diferença de Cr$ 0,20, para menos, para o produto fabricado nas distilarias independentes. Diferença contra a qual reclamam os peticionários.

Poderíamos rejeitar, preliminarmente, o pedido pelos motivos que vão adiante expostos nos itens 10 e 11. Analisemos, porém, as suas alegações.

4. A primeira é a de que a fabricação de açúcar não é um onus, mas um privilégio. E, sendo assim, justificavel seria um preço mais alto e **nunca mais baixo**, para o álcool das distilarias ditas independentes". E' verdade que, sob o atual regime de economia açucareira organizada, qualquer emprêsa pode fundar distilaria e produzir álcool o mesmo não se verificando quanto ao açúcar. Mas, na fixação do preço do álcool, tal circunstância não poderia ter sido apreciada. O álcool tem um preço de paridade uniforme e invariável no espaço, em tôdas as regiões produtoras; paridade com o preço do açúcar em um determinado Estado, o do Rio de Janeiro. Em questão de preço de paridade, desde que esta é uma só para todo o país, só se pode partir do pressuposto de um preço único para o açúcar. E se se assegura a equivalência de preços e daí a de rentabilidade, em têrmos de preço uniforme, tanto existe privilégio em produzir açúcar como em fabricar álcool. E' esta uma consequência necessária do incentivo da produção alcooleira através da paridade de preços.

Eis o motivo por que rejeitamos a primeira argumentação dos interessados e que serve de preâmbulo ao seu memorial.

5. Dizem os interessados que "cinco razões principais, conforme chegou ao nosso conhecimento, foram alegadas no sentido de estabelecer-se um preço maior para o álcool direto da cana nas distilarias anexas". E passam a contraditá-las.

A primeira é

"a obrigatoriedade de fornecedores para as distilarias anexas".

Argumentam os signatários do memorial que pelo Estatuto existe a mesma obrigação tanto nas distilarias anexas como nas independentes, desde que haja fornecimento para álcool em três safras consecutivas.

Isso é verdade. Apenas não é o que, no caso, se deve considerar. O que se deve considerar é a obrigação de as usinas terem fornecimento na proporção mínima de 40% de suas quotas e as distilarias anexas não terem essa obrigação. E que tal fato influi nos custos de produção.

No mesmo item, lê-se a argumentação de que muitas distilarias anexas a usinas sem fornecedores não deixarão de gozar da vantagem de Cr$ 0,20. E' uma exceção. O caso geral, brasileiro, é o de usinas com fornecedores. Fora disso, o que existe são casos excepcionais ou de resistência à lei que não podem, de nenhum modo, favorecer a qualquer pretensão.

E' preciso não esquecer que a paridade de preço para o álcool tem como um de seus objetivos principais estimular o fornecedor da matéria prima, que é comum a êste produto e ao açúcar.

6. **"O custo de produção mais barato nas distilarias independentes, devido às caldeiras serem ligadas diretamente, gastando menos combustível."**

Entre os motivos que prevaleceram na fixação dos preços, os concernentes aos custos foram, como já dissemos, os principais. Entre êstes pode ser capitulado o que examinamos no item anterior. E' verdade que foi lembrada a despesa do combustível lenha existente na produção de álcool nas distilarias anexas e ausente nas independentes, daí devendo resultar um custo mais baixo para as últimas. Diz, a respeito o memorial:

> "Quanto ao consumo menor de combustível, no caso de sòmente fabricar-se álcool direto da cana, é êle compreensivelmente menor do que no caso de fabricação de açúcar e álcool simultâneamente, pois ambos os produtos consomem vapor! Não nos parece lógico invocar, entretanto, a despesa de combustível para fabricação de açúcar, como motivo de elevação do custo de fabricação de álcool.
>
> Se uma usina paralizar a fabricação de açúcar e passar a fazer sòmente álcool direto da cana, terá naturalmente a mesma sobra de combustível que têm as distilarias independentes, com a diferença que nestas é necessária a remoção do bagaço excedente com caminhões, enquanto que nas usinas de açúcar o excesso de combustível é utilizado na fabricação de açúcar."

Tal argumentação só pode prevalecer para os que não conhecem o processo pelo qual foi calculada a paridade. Sabem V. Ex.ª e a Comissão Executiva que, para chegar à paridade, partimos do **preço** do açúcar e levamos em consideração, de um lado as despesas que **incidem sôbre o açúcar e não sôbre o álcool**, e do outro, as que **oneram o álcool e não o açúcar.**

Ora, no preço do açúcar, para o fim tomado, está subentendido o seu custo de produção. E, dêste, faz parte a verba combustível, compreendendo a lenha. Resulta, por conseguinte, que a paridade para as fábricas de álcool que não consomem lenha só seria exata se fôsse estabelecida tomando para confronto o açúcar fabricado em usinas que também não utilzam êsse combustível.

7. As razões que os signatários alegam nos itens 3.º, 4.º e 5.º de sua exposição como tendo influído na diferença de preços estipulada não foram invocadas para fundamentar essa diferença. Nem poderiam ter sido, dada a sua inconsistência. Dispensamo-nos, por isso, de examiná-las.

8. Verifica-se, do exposto, que fortes motivos existem para considerar o álcool das distilarias independentes com custos mais baixos do que o das fábricas anexas às usinas. Os reclamantes poderiam ter instruído o seu pedido com um demonstrativo por onde se pudessem calcular os respectivos custos de produção. Só com tais elementos, que deveriam vir com a necessária atualização, seria possível estabelecer uma relação de paridade entre o álcool das distilarias anexas e o das fábricas independentes.

Mas, que os preços fixados correspondem a êsses custos nenhuma dúvida existe, nem foi levantada. Nenhuma reclamação foi feita contra o preço em sí, mas sim contra a diferença que os interessados supõem não ser equitativa. O preço, em sí, representa uma melhoria sôbre os vigorantes na safra anterior, havendo ainda em favor das fábricas em questão o adiantamento de 50% da bonificação no ato da venda do produto e, por que se trata de álcool direto, a certeza de serem integralizados os 50% restantes sôbre tôda a produção de cada distiliaria independente.

9. Importa considerar ainda que o objetivo da paridade é, como se sabe, assegurar ao produtor de açúcar remuneração idêntica, se por imposição do mercado através do Instituto, tiver êle de fabricar álcool em vez de açúcar. E' um processo salutar da economia dirigida para estimular a produção de cana a ser utilizada na obtenção de cada um de seus dois co-produtos: o açúcar e o álcool. Daí, o caráter específico da paridade. Ela visa precìpuamente a cana, o açúcar e o álcool das usinas com distilarias. Se, na presente safra, foi preferida a produção de açúcar é pela maior necessidade atual dêsse último produto.

Nas distilarias independentes não existe coprodução de açúcar e álcool, nem alternativa nem simutânea. Só se produz álcool. E na remuneração dêste produto, que deve ser estimuladora, o que importa não é a paridade com o preço do álcool. Importa, sòmente, conhecer se tal remuneração assegura a sobre-existência e expansão da indústria. E ninguém arguiu que não, só se reclamando a paridade idêntica com o açúcar. Paridade com um produto que os reclamantes não produzem.

O ÁLCOOL-MOTOR EM FACE DAS NECESSIDADES MILITARES

Umberto Peregrino

O álcool, que oferece como combustível para os motores a explosão algumas vantagens técnicas hoje perfeitamente estabelecidas (ausência de fumaça e de cheiro dos gases resultantes da sua combustão; menor volatilidade que a gasolina, e portanto, menor perigo de acidentes e menor perda por evaporação, mòrmente no nosso clima; ponto de fulgor mais alto que o da gasolina, sendo preciso mais vapores de álcool para formar com o ar uma mistura explosiva; consumo apenas de um terço do volume de ar consumido pela gasolina, de sorte que não há tanta massa inerte de azoto dificultando a combustão, portanto, menor perda de calor no escapamento e mistura mais homogênea, favorecendo a combustão completa; grande poder anti-detonante, o que permite uma compressão muito elevada), não é indicado, todavia, puro, ou em misturas fortemente alcoólicas, para essa utilização. E' verdade que há muito, desde os definitivos estudos realizados pela "Empire Motor Fuels Commitee', por incumbência do Governo inglês, foram varridas certas confusões em tôrno das possibilidades técnicas do álcool. Verificou-se que o alegado ataque às peças do motor não provinha de uma combustão deficiente, mas tão só das impurezas contidas no álcool. A objeção quanto ao poder calorífico inferior foi tambem reduzida às suas verdadeiras proporções, pois está provado que o álcool, uma vez utilizado com uma taxa de compressão adequada, apresenta até vantagem sôbre as gasolinas comuns, cuja taxa de compressão é baixa.

As idéias atualmente assentes sôbre o valor do álcool como combustível, para os motores a explosão, resumem-se no seguinte: a) as misturas a 10% de álcool, ou um pouco mais (a partir de 30% já começa a haver queda de aceleração, em alguns motores) dispensam regulagem ou qualquer ajuste no carburador; podem ser usadas nos motores modernos de alta compressão, com o máximo avanço da inflamação, conseqüência do poder anti-detonante do álcool; produzem potência e aceleração pràticamente iguais às da gasolina pura, e no consumo também se equivalem; são perfeitamente estáveis, quando se trata do álcool anidro; b) as misturas fortemente alcoólicas exigem aquecimento especial do tubo de admissão para possibilitar a pronta vaporização do álcool nas acelerações rápidas, e dependem de um processo auxiliar para a partida do motor a frio.

* * *

Pelo lado econômico está aceito, universalmente, que a fabricação do álcool para substituir a gasolina não é compensadora. Os países que têm falta de petróleo empenham-se, sem dúvida, na produção de álcool-motor, mas apenas como recurso subsidiário.

Deve-se distinguir, é verdade, no preço do álcool, aquêle que é fabricado com melaço, subproduto da fabricação do açúcar, portanto, barato, capaz de concorrer em preço com a gasolina importada, e o que provém diretamente da cana, sobrecarregado com o custo da matéria prima.

No tocante ao caso particular do Brasil, o problema econômico do álcool colocar-se-á, então na seguinte alternativa: produção de álcool unicamente com mel residual ou impossibilidade de concorrer com os preços de gasolina.

No primeiro caso a produção ficaria restrita a setenta ou oitenta milhões de litros, uma insignificância para as nossas necessidades. No segun-

---

10. De outro modo não entende a Resolução contra a qual se reclama. Confrontem-se os seus artigos 3.° e 4.°, os que, respectivamente, fixam os preços do álcool direto nas distilarias autônimas e nas independentes.

> "Art. 3.° — Ao álcool produzido diretamente da cana pelas distilarias anexas às usinas, é assegurado, para o produtor, o preço final de até Cr$ 2,20 por litro, inclusive impôsto de consumo, para o tipo anidro **— preço de paridade com o do açúcar determinado por efeito do disposto no art. 2.° da Resolução 79, de 12 de abril de 1944."**

> "Art. 4.° — Ao álcool direto da cana fabricado pelas distilarias indepentes, que não produzem álcool de mel residual, é assegurado o preço final de até Cr$ 2,00 por litro para o tipo anidro, inclusive impôsto de consumo, — quantia resultante da soma do preço inicial estabelecido no art. 7.° com a bonificação fixada pela alínea **b** do art. 18.°."

Como se vê, no art. 4.°, nenhuma menção se fez à paridade com o açúcar. E' que, simplesmente, a Resolução não teve em mira essa paridade, mas apenas remunerar adequadamente o álcool das distilarias independentes, que, como dissemos, teve seu aumento.

Achando, Sr. Presidente, que tôdas essas considerações elucidam suficientemente o assunto, somos de parecer sejam mantidos os preços do álcool estabelecidos pela Resolução 86/44."

COMENTARIOS DA IMPRENSA

AÇUCAR PERNAMBUCANO

Logo que se iniciou o bloqueio submarino inimigo das nossas costas, com a aceitação pelo Brasil do estado de beligerância, a navegação entre o norte e o sul sofreu imensos transtornos. Em consequência, o comércio entre ambas as regiões foi enormemente prejudicado pela falta de transportes.

Figura entre os produtos mais afetados o açúcar, cujo consumo, como não se ignora, foi racionado nos Estados do sul desde meados de 1943. Presumia-se, então, que os produtores nordestinos, diretamente atingidos por uma crise de super-produção, sobretudo Pernambuco, resolvessem retrair-se. Mas êsses vaticínios, embora escudados numa suposição razoável, não se confirmaram. Pelo menos é o que acaba de demonstrar, em telegrama ao chefe do govêrno, o interventor federal pernambucano, dizendo que a safra relativa ao período 1943-44 atingiu o total de 5.476.000. E é esclarecido mais que tôda essa produção, acrescida das 600.000 sacos restantes da última safra foi pràticamente escoada para o mercado nacional, restando apenas, nos armazens de Pernambuco, 506.000 sacos, que apenas aguardam ordem de embarque.

Essa notícia é, sem dúvida, auspiciosa. Ela significa que, graças aos bons êxitos das medidas do govêrno federal facilitando o transporte, como assinala o Sr. Agamenon Magalhães, o açúcar existe em abundância para o consumo. E, então, deve esperar-se, como consequência natural, que os seus preços no varejo dispensem a alta que se promovera sob a alegação de escassez, ocasionada precisamente, segundo se dizia, pela impossibilidade de vir para o sul êsse gênero que abarrotava os armazens dos portos nordestinos.

Desaparecida a causa, com segurança o efeito deverá desaparecer também.

("Correio da Manhã", Rio, 26-8-44.)

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDENCIA AÇUCAREIRA

Segundo informa "Cuba Economica y Financiera", acaba de aparecer em Havana o terceiro volume da obra "Legislação e jurisprudência açucareira", do dr. Rafael Perez Lobo. Contém êsse volume as disposições legais surgidas desde agôsto de 1942 a março de 1944, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal cubano desde a Lei de Coordenação Açucareira até o mês de novembro de 1943, devidamente anotados pelo dr. Perez Lobo.

do caso, o preço ultrapassaria largamente o da gasolina, e a indústria só poderia manter-se à sombra de forte taxação do produto importado. Aí, porém, além de tudo, surgiria uma questão nova, relacionada com os interêsses da nossa balança comercial, e cuja discussão escapa aos limites dessa nota.

A posição do álcool com respeito à utilização militar está clara, à vista das restrições quanto às suas possibilidades técnicas, já examinadas. Considere-se mais que as usinas de álcool, como as de hidrogenação, constituem bons alvos para a aviação, e custa recuperá-las. Acresce ainda que a matéria prima para a produção de álcool está sujeita a ciclos. Tem-se que passar, sem apêlo, pelas fases de plantio, crescimento e maturação, que se processam em prazos fixos. Ora, essa subordinação, conquanto possa ser superada, em parte, pela previsão, será sempre um sério inconveniente na ordem militar.

O Brasil adotou, em relação ao álcool-motor. a única política consentânea com os seus interêsses e com as possibilidades técnicas daquele combustível, e que consiste na mistura obrigatória do álcool com a gasolina, até dez por cento de álcool.

A nossa produção de álcool anidro aumenta constantemente, porém, para os dados da importação de gasolina em 1941, ainda não vai além de 6,6% dêsse total. Contudo, em algumas regiões brasileiras, Pernambuco, por exemplo, com a atual crise de gasolina, o álcool vem sendo queimado nos motores a explosão em proporções apenas ditadas pelas necessidades.

("A Manhã", Rio, 12-8-44.)

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

(AÇÚCAR)

1942/43 — 1944/45

POSIÇÃO EM 31 DE JULHO

Unidade : saco de 60 quilos

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformado em álcool	Consumo	Estoque final
TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)							
Julho de 1944	3.378.217	1.689.593	—	—	—	1.867.547	3.200.263
Julho de 1943	3.383.910	1.821.273	—	879	7.492	2.316.125	2.880.687
Julho de 1942	2.378.026	1.836.101	—	60.931	13.552	1.934.946	2.204.698
JUNHO/JULHO							
1944/45	3.682.451	2.681.419	—	—	—	3.163.607	3.200.263
1943/44	3.651.464	3.094.102	—	1.808	7.492	3.855.579	2.280.687
1942/43	2.538.324	3.076.515	—	73.664	37.669	3.298.808	2.204.698
TIPOS DE USINA							
Julho de 1944	3.011.532	1.225.293	—	—	—	1.368.084	2.868.741
Julho de 1943	3.213.578	1.277.773	—	879	7.492	1.761.368	2.721.612
Julho de 1942	2.243.613	1.157.701	—	60.931	13.552	1.226.660	2.100.171
JUNHO/JULHO							
1944/45	3.391.814	1.988.119	—	—	—	2.511.192	2.868.741
1943/44	3.408.514	2.262.502	—	1.808	7.492	2.940.104	2.721.612
1942/43	2.381.046	2.144.415	—	73.664	37.669	2.313.957	2.100.171

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇUCAR

SAFRA DE 1944/45

POSIÇÃO EM 31 DE JULHO DE 1944

UNIDADES FEDERADAS	A Ç U C A R (sacos 60 quilos)				ÁLCOOL de todos os tipos (Litros)
	Limite	Estimada	De Usinas	De Usinas e Engenhos	
Acre	6.589	10.000	—	—	—
Amazonas	4.740	5.000	—	—	—
Pará	26.459	75.000	222	35.222	472
Maranhão	34.095	110.000	—	—	—
Piauí	3.901	67.000	—	—	—
Ceará	28.085	517.000	—	—	—
R. G. do Norte	132.393	160.000	—	—	—
Paraíba	336.776	750.000	—	—	—
Pernambuco	6.660.120	5.850.000	—	—	—
Alagoas	2.388.998	1.880.000	—	—	—
Sergipe	1.009.482	985.000	—	—	—
Bahia	998.365	1.370.000	—	—	—
Minas Gerais	1.001.484	2.328.000	70.202	480.202	943.722
Espírito Santo	76.669	175.000	7.844	17.844	—
Rio de Janeiro	2.740.505	2.540.000	765.531	792.531	1.683.039
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.883.382	3.610.000	1.138.636	1.230.636	12.055.416
Paraná	13.002	30.000	3.233	7.233	11.710
Santa Catarina	422.572	410.000	347	71.347	—
R. G. do Sul	14.010	80.000	—	17.000	—
Goiaz	132.418	130.000	—	26.000	—
Mato Grosso	40.163	37.000	2.104	3.404	5.416
BRASIL	18.954.208	21.119.000	1.988.119	2.681.419	14.699.775

NOTA — a) — Na coluna "limite" está excluida a rapadura, por não estar mais sujeita a limitação; b) Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação, pelo I.A.A., de todo o açúcar necessário ao consumo nacional; c) Continua livre, na safra 1944/45, a produção de açúcar dos engenhos.

ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1944
POSIÇÃO EM 31 DE JULHO
Unidade : saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	RESUMO POR LOCALIDADE — PRAÇA — Capitais	RESUMO POR LOCALIDADE — PRAÇA — Interior	Nas Usinas	Nas Dist. do I.A.A.
Rio G. do Norte	—	2.292	—	—	—	1.112	3.404	3.307	—	97	—
Paraíba	—	21.397	—	—	—	3.322	24.719	7.339	14.973	2.407	—
Pernambuco	65.233	581.195	2.842	—	8.367	251.686	909.323	681.813	200.000	27.510	—
Alagoas	32.481	261.212	283.245	—	1.343	60.853	639.134	627.126	—	12.008	—
Sergipe	—	312.970	11.177	—	16.434	—	340.581	227.993	64.959	47.629	—
Bahia	—	66.986	—	—	—	—	66.986	41.916	—	25.070	—
Minas Gerais	—	40.728	1.442	—	1.170	—	43.340	1.118	—	42.222	—
Rio de Janeiro	—	426.305	54.641	—	—	—	480.946	6.370	—	474.576	—
D. Federal	—	52.915	995	—	—	5.798	59.708	59.708	—	—	—
São Paulo	—	512.790	77.571	24.058	—	8.751	623.170	76.426	26.291	520.453	—
Demais Unidades federadas	—	8.952	—	—	—	—	8.952	—	—	8.952	—
BRASIL	97.714	2.287.742	431.913	24.058	27.314	331.522	3.200.263	1.733.116	306.223	1.160.924	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR

1942 - 1944
POSIÇÃO EM 31 DE JULHO
Unidade : saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	TODOS OS TIPOS			TIPOS DE USINA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944
Rio Grande do Norte	27	8.650	3.404	27	7.639	2.292
Paraíba	4.139	9.158	24.719	3.420	6.796	21.397
Pernambuco	596.644	968.096	909.323	539.143	847.626	657.637
Alagoas	75.467	325.253	639.134	44.712	302.763	578.281
Sergipe	112.472	348.287	340.581	112.472	348.287	340.581
Bahia	36.735	85.893	66.986	36.735	85.893	66.986
Minas Gerais	83.881	19.424	43.340	83.881	19.424	43.340
Rio de Janeiro	504.529	434.703	480.946	504.529	434.703	480.946
D. Federal	12.409	20.197	59.708	12.072	17.747	53.910
São Paulo	777.452	657.674	623.170	762.237	647.382	614.419
Demais Unidades federadas	943	3.352	8.952	943	3.352	8.952
BRASIL	2.204.698	2.880.687	3.200.263	2.100.171	2.721.612	2.868.741

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

1942 - 1944

Valor em Cruzeiros

JULHO

1. TIPO DE USINAS

PRAÇAS	CRISTAL									DEMERARA								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA			MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pessoa	74,0	87,0	82,0	58,0	73,0	82,0	68,4	86,0	82,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	62,0	68,6	82,0	62,0	68,6	82,0	62,0	68,6	82,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió	60,0	73,0	92,0	60,0	73,0	79,0	60,0	73,0	87,0	52,0	60,0	88,0	52,0	60,0	69,0	52,0	60,0	80,7
Aracajú	62,0	70,0	94,7	60,0	70,0	94,7	61,0	70,0	94,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	65,0	68,6	94,7	65,0	68,6	94,7	65,0	68,6	94,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	80,0	110,0	129,0	76,0	110,0	129,0	76,9	110,0	129,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	64,0	90,0	98,0	59,0	81,0	98,0	62,0	83,1	98,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	70,0	70,0	93,0	67,0	67,0	93,0	68,5	68,5	93,0	60,0	60,0	89,0	58,0	58,0	89,0	59,0	59,0	89,0
São Paulo	73,5	N/	N/	71,0	N/	N/	72,6	N/	N/	—	—	—	—	—	—	—	—	—

2. TIPO DE ENGENHO

PRAÇAS	BRUTO								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pessoa	55,0	62,0	69,0	48,0	58,0	69,0	52,7	61,7	69,0
Recife	56,0	70,0	79,0	48,0	68,0	77,0	52,0	69,0	78,0
Maceió	26,0	—	—	20,0	—	—	23,6	—	—
Aracajú	39,5	39,5	78,6	39,5	39,5	78,6	39,5	39,5	78,6
Salvador	56,0	50,0	50,0	56,0	50,0	50,0	56,0	50,0	50,0
B. Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	43,0	—	—	41,0	—	—	41,5	—	—
D. Federal	54,0	54,0	86,2	52,0	52,0	86,2	53,0	53,0	86,2
São Paulo	66,0	N/	N/	61,0	N/	N/	63,7	N/	N/

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção

O PROBLEMA AÇUCAREIRO EM SERGIPE, — Orlando Vieira Dantas.

As indagações de ordem social, econômica e histórica, no terreno açucareiro, têm-se verificado com relativa frequência ultimamente em nosso país. E falando-se de tais inquéritos seria injustiça esquecer o trabalho do I.A.A., estimulando-os, orientando-os e muitas vezes tomando a iniciativa para o levantamento de todo um complicado **processus** econômico como o do açúcar brasileiro.

O livro do Sr. Orlando Vieira Dantas (Livraria Regina Ltda., Aracajú, 1944) é uma pedra a mais na estrutura dêsse arcabouço. Passando em revista os problemas que abraçam a terra e o homem (habitação, salário, alimentação, transporte, etc.), sem deixar de encabeçá-los com uma resenha histórica, merece o autor uma observação à parte. E' que sendo usineiro e de uma usina próspera e a mais moderna de seu Estado, como bem acentua o prefaciador, Dr. Caminha Filho, o autor aceitou e compreendeu a verdadeira condição do nosso homem de campo, com tôdas as sequências inevitáveis de sua inferiorização alcançando as chaminés das centrais, circunstância que talvez só o usineiro não enxerge ou não queira enxergar.

Não só o desdobramento dos fatores, que atravancam a vida de Sergipe (como, de resto, a dos demais Estados açucareiros) foi bem conduzido, como a sua síntese, compondo o quadro da economia geral daquele Estado, revela a orientação de um estudioso. Um capítulo especial sôbre a solução cooperativista encerra o livro.

O trabalho material é bem feito. Uma série de gravuras, bem escolhidas e melhor distribuidas, ajuda muito ao entendimento da vida real de uma terra tristemente dominada pela monocultura.

DEZ ANOS DE ATIVIDADE — Conselho Federal de Comércio Exterior.

Organismo criado para a supervisão e estudo de muitos dos importantes problemas da economia brasileira, o Conselho Federal de Comércio Exterior dá-nos com a publicação do que foram os dez anos de sua atividade uma demonstração da oportunidade e acêrto do ato governamental que o instituiu.

Com efeito, o volume, que nos veio às mãos, passa em revista minuciosa todos os grandes assuntos, tratados pelos técnicos que formam o Conselho. Figuram desde muito nas colunas dos nossos jornais. Foram atualizados e, quando possível, enquadrados às exigências dos novos tempos; outros, trouxe-os a guerra e a corrida industrializadora em que o país entrou. Em tôdas as conjunturas, procurou o Conselho imprimir aos seus estudos e sugestões um caráter o mais possível realista, em função sobretudo das nossas perspectivas econômicas e de nossas reais possibilidades.

Todos os que se dedicam ao estudo dos principais elementos constitutivos da anatomia e fisiologia de uma nação moderna (ferro, aço, borracha, petróleo), dos demais elementos subsidiários (carne, carvão, eletricidade, etc.) encontrarão no presente trabalho uma ampla margem para reflexões de ordem econômica.

Soda cáustica, vidro plano, quartzo, sal, pinho, mate, etc. ocupam outros tantos capítulos. Seria de esperar maior atenção, neste reparo, ao que está escrito, no volume, sôbre a padronização dos produtos exportáveis, à nacionalização dos bancos de depósito e ao cooperativismo, mas tal apreciação exigiria estudo mais amplo, que escapa ao caráter simplesmente noticioso desta Secção.

THE ORIGIN OF FOOD HABITS — H. D. Renner.

O Conselho Britânico, pela sua secretaria no Rio de Janeiro, interessado em fazer chegar mais de perto aos brasileiros os frutos das atividades científicas, literárias e artísticas da Grã Bretanha, nestes duros tempos de guerra, vem procedendo a uma inteligente distribuição de livros e publicações outras, encaminhados, conforme o seu conteúdo, para os setores correspondentes da pesquisa e do pensamento, no Brasil.

"The Origin of Food Habits", de H. D. Renner (Faber and Faber Ltd., London, 1944), é um reflexo daquelas atividades. A velha noção de que o homem é o que come, atribuida a Ludwig Feuerbach, em 1850, volta a reafirmar-se nos dias que correm com uma insistência talvez um tanto exagerada, evidência do unilateralismo e inflexibilidade tão da técnica de raciocínio das especializações. Se o assunto cai muitas vezes na monotonia, como é o caso das tabelas calóricas e na descoberta de novas vitaminas — o que, para o povo, é pouco atraente e de significação distante — a exploração de outros setores, mais valiosos em função da milenar experiência da humanidade, garante a beleza e a utilidade do velho tema. "Sugar Cane and Heart Disease", de Artur Goulston, "Food and Character" são contribuições que, como o livro de Renner, fazem-nos pensar existir ainda uma inteligência, na pesquisa, honrando a signi-

ficação etimológica do **intus** legere. A êsse respeito, esta breve notícia estaria incompleta não lembrando "Alimentação, Instinto e Cultura", de Silva Melo, uma das mais lúcidas sínteses escritas por um sábio, distanciado suficientemente das escolas e preconceitos, para que tão perigosos fatores de distorsão não interferissem com seu exato ângulo de perspectiva. E ainda sôbre o aspecto "científico" dos "slogans" atuais para a alimentação do povo, nada como a leitura do amplo inquérito feito por Olavo Rocha e J. Roxo Fleiuss entre milhares de operários de uma grande fábrica nacional ("A prática da alimentação coletiva econômica"). A escravização do espírito médico, (que deveria o mais possível jungir-se ao terra-aterra — "to keep the feet on tre ground", como dizem os americanos) — às conclusões da fisiologia experimental, muitas vêzes tão abstratas para as exigências inflexíveis da condição humana, tem-no levado freqüentemente a verdadeiras crises no comportamento clínico, o que ainda se torna mais alarmante quando aquela atitude vai ensaiar-se sôbre a vida das populações de regiões, de Estados, de Nações.

Moderno Brillat — Savarin, H. D. Renner, dá-nos, no seu livro um toque quase de genialidade, quando estabelece os confrontos entre a moderna dietética e as conquistas humanas, no domínio da nutrição, desde o Cro-Magnon até os nossos dias. O capítulo sôbre a psicologia versus dietética, estudando os cinco clássicos sentidos, se são realmente cães de guarda de nossa saúde, como devem ser encarados no mecanismo psíquico do apetite, enquadra-se naquelas coisas já sabidas, mas de que ninguem se lembra até que aparece quem as revela. Renner não se esqueceu da agricultura, do clima, da técnica manufatureira, dos fatores sociológicos e históricos, que às vezes complicam, mas, inteligentemente arrumados, arejam e simplificam o tema.

O açúcar, quer como alimento puro, quer como elemento de preservação e edulcoração, recebeu bom tratamento no livro. Objeto de crítica segura foi também o magistral estudo de Pavlov sôbre o sal na dieta humana. Álcool, fumo, café, chocolate estão na situação em que sempre deveriam ser encarados, sem os exageros das campanhas pro-temperança e sem as insinuações cavilosas dos anúncios industriais.

Está claro que o livro apresenta, à luz de uma crítica mais demorada, suas falhas e talvez alguns pontos de vista preconcebidos. Merece, todavia, uma boa quota de atenção, sobretudo entre nossa gente, nova e desprevenida, por isso mesmo sensível às falas da chamada ciência pura, que, tratando-se da felicidade do povo, deve ser olhada com uns tantos cuidados.

DIVERSOS

BRASIL: — Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, ns. 6 e 7; Boletim Geográfico, n. 7; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 65 a 67; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 426 a 429; Boletim do Museu Nacional, zoologia, ns. 15 a 22 e botânica, n. 1; Boletim da Superintendência dos Serviços de Café, n. 206; Boletim da S.O.S., n. 114; Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 45; Revista da Associação Comercial do Maranhão, n. 227; Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Pernambuco, ns. 3 e 4; Ciência Política, fascículos II e III; Cooperativismo Escolar, boletim n. 8; Coop, ns. 29 e 30; O Campo, n. 174; Cooperação, ns. 23 e 24; Contas do Exercício Financeiro e Econômico de 1943, publicação da Secretaria de Finanças do Estado de Minas Gerais; Economia, n. 62; Formação, n. 72; Imprensa Médica, n. 366; Imposto de Consumo, n. 63; Mundo Automobilístico, n. 6; Revista Paulista de Contabilidade, n. 230; Restabelecendo a Verdade (comunicados ns. 44/45 e 44/46), publicação do D.N.C.; Revista I.B.M., n. 5; Revista do D.N.C., n. 132; Revista Brasileira de Química, n. 102; Revista do I.R.B., n. 26; Revista do D.A.C., n. 7; A Rodovia, n. 54; Revista Comercial de Minas Gerais, n. 71; Revista dos Estados, n. 330; Revista de Química Industrial, n. 146; Reação Brasileira, n. 8; Revista do Serviço Público, n. 2; Vida e Saúde, n. 8; Vitória, ns. 556 a 559.

ESTRANGEIRO: — Boletin de la Estación Experimental Agrícola de Tucuman, ns. 45 e 46; Boletin Mensual del Departamento de Agricultura y Comércio, Puerto Rico, ns. 2 e 3; Boletin de la Cooperativa Industrial de Caña y Alcohol, ns. 2 a 4; Boletin Mensual de Estadistica del Ministério de Agricultura de la Nación Argentina, nos. 562 e 563; The Berliner Alcohol and Sugar Review, n. 1; Boletin Mensual del Escritório Comercial do Brasil, Buenos Aires, n. 6; Boletin Bibliográfico, n. de janeiro a março de 1944; Características del Vino Vermouth elaborado en el Uruguay, por Gualberto Bergeret; El Cañero, n. 8; Camara de Comércio Argentino-Brasileña, n. 345; Cuba Económica y Financiera, n. 218; Estación Experimental Agrícola de Tucuman, circulares ns. 125 e 126; Em Guarda, ns. 8 e 9; Foreign Commerce Weekly, n. 7; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, n. 5; Gaceta Algodonera, n. 245; A Guerra nos Ares, publicação do Coordenador de Assuntos Interamericanos, Washington; The International Sugar Journal, n. 545; La Industrialización de la Argentina, pelo Ten. Cel. Eng. Mariano Abarca; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 21 a 25; El Mundo Azucarero, n. 2; M.A.N. n. 73; Noticioso, ns. 203 e 204; Notícias de México, n. 95; Planificación Económica, ns. 14 a 16; Pulgon Amarillo de la Caña de Azucar, por Kenneth J. Hayward; Revista del Banco de la Nación Argentina, n. 4; Revista de la Unión Industrial Argentina, n. 906; Revista Industrial, n. 6; Revista de Estadistica, n. 4; El Rotariano Argentino, n. 208; Revista de Agricultura, República Dominicana. ns. 151 a 153; Revista del Comércio Exterior, ns. 1 e 2; Sugar, n. 6; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, n. 24.

BALANCETE EM 31 DE JULHO DE 1944

A T I V O

	Cr$	Cr$
Ativo Fixo		
Biblioteca do Instituto	114.589,10	
Imóveis ("Edifício Taquara")	4.711.679,90	
Laboratórios — Recife — Aparelhos e Utensilios	96.186,10	
Móveis e Utensílios	2.453.048,40	
Títulos e Ações	10.707.000,00	18.082.503,50
Empréstimos		
Adiantamento sôbre Açúcar de Engenhos	6.510.000,00	
Caixa de Empréstimos a Funcionários	187.122,50	
Empréstimos a Banguezeiros e Fornecedores de Cana	6.879.871,40	
Empréstimos Diversos	7.624.334,00	
Empréstimos a Refinarias	20.564.299,90	
Empréstimos a Produtores de Açúcar	12.357,80	
Financiamento a Distilarias Particulares	22.854.772,17	
Financiamento a Fornecedores de Cana	11.412.985,00	
Financiamento a Plantadores de Cana	2.502.515,00	78.548.257,77
Despesas		
Diversos	7.498.679,10	
Defesa do Açúcar	6.677.683,25	14.176.362,35
Contas de Resultado		
Anuário Açucareiro	4.956,90	
Compras de Açúcar C/Retrovenda	35.504.778,90	
Compras de Açúcar C/Reversão	22.151.877,60	
Livros e Boletins Estatísticos	1.684.044,00	
Revista "Brasil Açucareiro"	139.257,10	
Vendas de açúcar	2.055.984,00	61.540.898,50
Devedores Diversos		
	23.352.098,00	
Contas Correntes — Saldos Devedores	11.577.548,38	
SAM — Contas Correntes — Saldos Devedores	2.565.042,36	
Contas a Classificar	76.919,00	37.571.607,74
Letras a Receber		
Caixas e Bancos		
Caixa — Sede do Instituto	249.480,20	
Fundos no Banco do Brasil	60.019.928,30	
Delegacias Regionais C/Suprimentos	33.220.569,10	93.489.977,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO		121.431.308,20
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Ativo		96.157.950,16
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Ativo		18.807.893,48
		539.806.759,30

PASSIVO

Fundos Acumulados

Arrecadações de Taxas de Defesa	265.437.141,22	
Arrecadações Diversas	17.486.302,50	
Taxa S/Aguardente	806.698,60	
Taxa S/Alcool	27.230.822,70	
Taxa S/Fornecimento de Cana	2.671.605,80	313.632.570,82

Reservas

Juros Suspensos	698.629,60	
Reserva para Depreciações	821.838,00	1.520.467,60

Contas de Resultado

Livros e Boletins Estatísticos — Recebimentos Diversos	821,70	
Multas	114.475,20	
Rendas do "Edificio Taquara"	1.054.418,50	
Revista "Brasil Açucareiro" — Recebimentos Diversos	33.825,50	1.203.540,90

Obrigações :

Banco do Brasil c/Financiamento	35.504.779,10	
Contas Correntes — Saldos Credores	27.010.938,90	
SAM — Contas Correntes — Saldos Credores	4.043.566,75	
Depósitos Diversos	6.215.609,59	
Instituto de Técnologia C/Subvenção	198.508,47	
Ordens de Pagamento	4.781.263,20	77.754.666,01

CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO	121.431.308,20
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Passivo	4.363.684,80
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Passivo	19.900.520,97
	539.806.759,30

Rio, 31/7/44.

LUCIDIO LEITE
Contador

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1944 — POSIÇÃO EM 31 DE JULHO DE 1944

Nos. VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	Despesas Mês: Julho	Total Despesas	Média mensal	Crédito anual	Saldo do créd. anual
PESSOAL:	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1 Comissão Executiva.	31.900,00	29.700,00	61.600,00	28.500,00	190.200,00	27.171,42	382.800,00	192.600,00
2 Sede do Instituto.	273.150,04	127.754,04	400.904,08	277.186,20	1.788.332,40	255.476,05	3.277.800,50	1.489.468,10
3 Fiscalização Tributária.	161.250,00	305.663,80	466.913,80	116.350,20	778.186,40	11.169,48	1.935.000,00	1.156.813,60
4 Delegacias Regionais.	150.338,33	360.960,58	511.298,91	108.611,80	649.681,20	92.811,60	1.804.060,00	1.154.378,80
5 Verba para Substituição.	10.000,00	59.070,00	69.070,00	—,—	930,00	132,85	120.000,00	119.070,00
6 Despesas de Viagem.	103.875,00	174.764,90	278.639,90	60.816,90	509.302,00	72.757,42	1.246.500,00	737.198,00
7 Diárias.	99.626,00	232.697,00	332.323,00	61.403,00	426.462,00	60.923,14	1.195.512,00	769.050,00
8 Gratificações:								
Pro-Labore.	102.583,33	70.517,58	173.100,91	5.579,80	550.562,20	78.651,74	1.231.000,00	680.437,80
Diversos.	58.183,33	105.566,68	163.750,01	49.400,00	292.933,30	41.847,61	698.200,00	405.266,70
Salário Família.	19.310,00	17.350,00	1.960,00	4.950,00	118.850,00	19.808,33	212.410,00	93.560,00
MATERIAL:								
1 Material de Consumo.	47.500,00	36.886,80	10.613,20	62.285,70	384.172,50	54.881,78	570.000,00	185.827,50
2 Material Permanente.	34.166,66	2.012,46	36.179,12	27.247,00	230.234,50	32.890,64	410.000,00	179.765,50
3 Despesas Diversas.	185.758,33	65.250,68	251.009,01	219.353,50	1.268.652,80	181.236,11	2.229.100,00	960.447,20
	1.277.641,02	1.479.720,92	2.757.361,94	1.021 684,10	7.188.499,30	1.029.758,17	15.312.382,50	8.123.883,20

Rio, 8/8/44.

LUCIDIO LEITE, Contador.

Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro